

Luciana Barbosa Arêas

**Consentimento e resistência:
um estudo sobre as relações entre trabalhadores
e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945).**

Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob
orientação do Professor Doutor Claudio Henrique de
Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em:
22/09/2000.

Banca:

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Profª Drª Angela de Castro Gomes

Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Profª Drª Maria Célia Paoli

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (suplente)

Profª Drª Maria Clementina Pereira da Cunha (suplente)

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

Setembro, 2000



UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	Ar 31 c
V.	Ex.
TOMBO BC/	43014
PROC.	16-278700
C	☐
D	☒
PREC.	R\$ 11,00
DATA	07/11/00
N.º CPD	

CM-00149625-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Ar 31 c **Arêas, Luciana Barbosa**
**Consentimento e resistência: um estudo sobre as relações entre
trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945) / Luciana
Barbosa Arêas. - - Campinas, SP : [s. n.], 2000.**

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Trabalhadores. 2. Sindicato - Brasil. 3. Rio de Janeiro
(Cidade) - História. 4. Estado - Brasil, 1930-1945. 6. Brasil -
Política e governo, 1930-1945. I. Batalha, Claudio Henrique de
Moraes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Luciana Barbosa Arêas

**Consentimento e resistência:
um estudo sobre as relações entre trabalhadores
e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945).**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CAMPINAS

2000

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que me ajudaram a chegar ao fim deste caminho.
E também aos homens e mulheres que desfilam nestas páginas uma parte de suas experiências.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Sumário

Resumo	Pág. 03
Abstract	Pág. 04
Agradecimentos	Pág. 05
Lista de abreviaturas	Pág. 07
Introdução	Pág. 08
 Capítulo 1: O projeto corporativista do governo Vargas	 Pág. 14
As principais matrizes teóricas do corporativismo brasileiro	Pág. 14
O corporativismo no Brasil	Pág. 18
 Capítulo 2: A construção da legislação trabalhista	 Pág. 41
A legislação trabalhista do governo Vargas	Pág. 45
 Capítulo 3: O uso da propaganda pelo governo	 Pág. 101
A trajetória dos órgãos de propaganda	Pág. 101
As comemorações oficiais	Pág. 119
 Capítulo 4: A repressão policial	 Pág. 152
Antecedentes: a Polícia durante a República Velha	Pág. 152
A organização interna da Polícia durante o governo Vargas	Pág. 155
A ação policial no governo Vargas	Pág. 164

Capítulo 5: As correntes do movimento operário e a organização	
dos trabalhadores	Pág. 184
Uma fase instável: 1930-1935	Pág. 184
Os anos da reação: 1936-1945	Pág. 206
Capítulo 6: Os trabalhadores organizados: os sindicatos frente ao	
projeto corporativista	Pág. 229
1930-1935: o início do processo	Pág. 230
1936-1945: a implantação definitiva da estrutura oficial	Pág. 258
Capítulo 7: As reações dos trabalhadores ao projeto	
corporativista	Pág. 281
Uma questão controversa	Pág. 282
Em busca de um novo trabalhador	Pág. 292
Uma batalha desigual	Pág. 305
Conclusão	Pág. 317
Fontes	Pág. 326
Bibliografia	Pág. 333

Resumo

Esta Tese tem por objetivo analisar as reações dos trabalhadores cariocas à tentativa de implantação, pelo governo Vargas, de seu projeto corporativista. Neste sentido, também serão abordados, neste trabalho, alguns dos instrumentos - como a construção da legislação trabalhista, o uso da propaganda política, a repressão policial e a constituição de uma estrutura sindical oficial - utilizados pelo governo para atingir seu objetivo.

Abstract

The objective of this thesis is to analyse the reactions of cariocas workers to the Vargas' administration attempts to implement it's corporative project. In this sense, there will be also be approached, in this work, some of the instruments used by this administration to reach it's objectives, like the designing of the labor legislation, the usage of the political propaganda, the police repression, and the establishment of an official trade union structure.

Agradecimentos

Em um trabalho tão longo quanto uma Tese de Doutorado, freqüentemente corre-se o risco de esquecer pessoas ou instituições que tenham auxiliado naquele desafio. Contudo, tentarei ao máximo não incorrer neste erro.

Primeiramente gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de pesquisa que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço também, de forma geral, a todos os funcionários das instituições onde pesquisei. Mas alguns agradecimentos especiais precisam ser feitos. Assim, agradeço a Sátiro, do Arquivo Nacional, por sua dedicação; aos funcionários do Arquivo de Estado - com os quais compartilhei as dificuldades geradas pelas condições inadequadas do velho prédio da Rua do Riachuelo - pelo acesso aos documentos da polícia política; e aos funcionários do CEDEM por sua carinhosa atenção.

Os professores da Pós-Graduação da UNICAMP contribuíram bastante para o trabalho, através das discussões e observações feitas nos cursos e na linha de pesquisa. Devo agradecer principalmente a Michael Hall e a Angela Araújo pelas sugestões apresentadas no Exame de Qualificação.

A Claudio Batalha agradeço a confiança demonstrada nestes anos de

trabalho conjunto. Suas observações muitas vezes me incentivaram a buscar novos caminhos dentro da análise e a considerar novas possibilidades em termos profissionais.

Nestes anos tive a sorte de continuar a fazer parte de um pequeno, mas certamente sincero, grupo de amigos. Com Sergio, William, Marisa e Patrícia compartilhei as alegrias, incertezas e dificuldades trazidas pela realização da Tese. Sem dúvida não esquecerei o apoio e o companheirismo demonstrados por eles em todos estes anos de amizade.

Sílvia merece não um, mas vários “obrigados” especiais: por ter me hospedado tantas vezes em sua casa; por ter ajudado a resolver vários problemas; e por ter se tornado uma grande e indispensável amiga. Agradeço ainda a Juliana e a Larissa por terem mostrado tanta paciência ao verem sua casa invadida por uma nova moradora. Com meus amigos da Pós, como Aldrin e Jeziel, reparti diversos momentos divertidos e agradáveis.

O apoio de toda a minha família foi fundamental para que eu pudesse levar adiante, com a tranquilidade necessária, a pesquisa e a redação da Tese. Principalmente sem a ajuda dos meus pais, teria sido bem mais difícil superar os obstáculos encontrados no caminho.

Ricardo esteve, mais uma vez, sempre a meu lado nesta nova etapa vencida. Espero poder contar com o seu incentivo e o seu apoio ainda por um bom número de anos.

Lista de Abreviaturas

ANL	Aliança Nacional Libertadora
CGTB	Confederação Geral do Trabalho do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
CTOS	Comissão Técnica de Orientação Sindical
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
IAPÍ	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IC	Internacional Comunista
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
LDN	Liga de Defesa Nacional
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
SRO	Serviço de Recreação Operária
SSA	Secretariado Sul Americano

Introdução

Ao iniciarem o processo de redação de um trabalho, muitas vezes os autores são tomados por um impulso de tentar relembrar os motivos que os levaram a dedicar anos de pesquisa e leituras ao estudo de um determinado tema. No meu caso específico, consegui identificar dois fatores que me motivaram a elaborar a proposta deste trabalho. Um deles foi o desejo de dar continuidade à pesquisa desenvolvida para a Dissertação de Mestrado, na qual analisei as comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha. A realização deste trabalho, ao mesmo tempo que representou uma tentativa de responder a algumas questões, abriu outras que despertaram a minha curiosidade. Assim, senti interesse em examinar o sentido adquirido pelo Primeiro de Maio no decorrer do governo Vargas, tendo em vista principalmente a incorporação desta data pelo Estado. Esta incorporação consistiu em um dos aspectos das relações entre Estado e trabalhadores tratados na Tese.

O outro fator foi a constatação de que, segundo a memória popular, Getúlio Vargas teria sido “o melhor presidente que o Brasil já teve”, pois ele concedeu aos trabalhadores todos os direitos que estes mereciam, mas que até então não possuíam. Deste modo, as pessoas que partilham esta memória possuem em comum a imagem de Vargas como “pai dos pobres”, ou seja, o grande protetor que preocupava-se com o

bem-estar dos cidadãos-trabalhadores. A constatação deste fato provocou o surgimento de algumas questões, relacionadas fundamentalmente com o nível de assimilação, pelas classes trabalhadoras, do chamado “mito Vargas”.

Portanto, todos estes elementos foram incorporados à proposta de trabalho elaborada, que pode assim ser entendida, em parte, como um desdobramento da Dissertação de Mestrado. Desta forma, procurei analisar de maneira mais ampla as relações entre Estado e trabalhadores durante o primeiro governo Vargas. Mais especificamente, busquei verificar as reações dos trabalhadores cariocas à tentativa de implantação, pelo Estado, de um projeto corporativista que previa a reformulação completa de vários aspectos da sociedade brasileira. Para conseguir atingir seu objetivo, o Estado lançou mão de diversos instrumentos, como a elaboração de uma legislação trabalhista, a ação repressiva da Polícia, o uso da propaganda e das comemorações oficiais (aqui incluindo o próprio Primeiro de Maio), o controle das correntes políticas de oposição e a construção de uma estrutura sindical oficial.

Escolhi a cidade do Rio de Janeiro como local da análise por sua importância política como capital da República, o que a tornava um centro difusor de idéias, projetos e comportamentos. Além disso, a população da cidade encontrava-se em contato mais direto e intenso com os representantes do poder, como ministros, altas autoridades e o próprio Presidente. Deste modo, certamente também sentiram de forma mais intensa os efeitos das políticas empreendidas pelo Estado. Por outro lado, as reações a estas políticas mostraram-se bastante relevantes, pois a cidade contava com uma classe trabalhadora significativa e com um dos movimentos operários mais importantes do país.

Iniciei a análise em 1930, devido a ser este um momento de ruptura no processo histórico da República Velha e também o marco inicial do desenvolvimento de um novo regime político e social. Nos anos seguintes foram cultivadas as sementes do projeto corporativista que floresceria com força durante o Estado Novo. O limite cronológico da análise foi fixado em 1945, ano final do primeiro governo Vargas já

que, apesar de muitos elementos corporativistas terem sobrevivido ao término do Estado Novo, ocorreram a partir de então profundas mudanças no contexto político, marcando assim o início de um novo período histórico.

Dentre toda a documentação pesquisada para a elaboração da Tese, o conjunto pertencente à antiga polícia política constituiu, sem dúvida, o mais relevante. Ele possibilitou o preenchimento de um vazio de informações, principalmente quanto ao período do Estado Novo. Em uma fase de censura absoluta à imprensa diária e de repressão aos periódicos operários e sindicais, os documentos policiais mostraram-se praticamente como a única fonte possível, e disponível, de informações sobre os movimentos levados a efeito pelos trabalhadores durante a ditadura. Contudo, esta fonte também apresenta alguns problemas, como a grande possibilidade de vários delitos não terem sido registrados pelas autoridades policiais. Mas este fato não anula a validade e a importância destes documentos, apenas recentemente disponibilizados pelo Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, para a Tese.

Estes documentos policiais possibilitaram-me demonstrar que a resistência de um conjunto importante de trabalhadores cariocas à implantação do projeto corporativista, e a todos os valores e modos de dominação que ele trazia consigo, assumiu diferentes formas. Assim, esta resistência poderia se manifestar através de uma postura que pode ser considerada mais política e partidária, englobando ações como a militância dentro de um partido político; a realização de comícios e passeatas; e a distribuição de boletins e panfletos. Esta forma de resistência era mais comum entre os trabalhadores ligados às correntes de esquerda do movimento operário. Já a outra forma residiria na utilização, pelos trabalhadores, de suas antigas práticas de luta - como greves, operações-tartaruga e sabotagens - mesmo depois que o Estado passou a reprimi-las como meios ilegais para a reivindicação de direitos.

Os trabalhadores cariocas manifestaram estas formas de resistência mesmo durante o Estado Novo. Pode-se questionar, portanto, a idéia - defendida por parte da historiografia sobre o período - de que o Estado teria se tornado absoluto e totalitário,

controlando de forma bastante eficiente todos os aspectos da vida de cada um dos habitantes do país. Neste sentido, não haveria condições para a ocorrência de manifestações de oposição, desagrado e resistência, já que o Estado teria ocupado, com a sua presença, todos os espaços disponíveis no interior da sociedade. Contudo, na verdade o controle estatal existente não conseguiu erradicar completamente a presença da resistência política e social no seio da sociedade. Como será visto mais tarde, alguns espaços foram deixados em aberto, e uma parcela dos trabalhadores os utilizaram para expressar a sua insatisfação com a situação vigente.

Cabe ainda fazer aqui uma última observação. Apesar dos conceitos de “consentimento” e “resistência” serem fundamentais para a análise - estando eles, inclusive, no título da Tese - não pretendo utilizá-los de forma rígida, ou seja, não tentarei enquadrar toda e qualquer experiência, ou manifestação, dos trabalhadores apenas nestes dois conceitos. Meu principal objetivo será justamente perceber as nuances apresentadas pelas complexas relações estabelecidas entre Estado e trabalhadores. Alcançar este objetivo seria bem mais difícil se fossem usados paradigmas inflexíveis, que acabariam por eliminar uma parte significativa da riqueza da trajetória dos trabalhadores no período em estudo.

Esta Tese está dividida em sete capítulos. Inicio o primeiro pela apresentação das principais matrizes teóricas do projeto corporativista do governo Vargas. A seguir analiso os pontos centrais deste projeto, através das idéias de alguns dos seus mais importantes defensores, como Oliveira Vianna e Francisco Campos. Desta forma, este capítulo revela os objetivos fundamentais do projeto corporativista, dentre eles a formação de um novo trabalhador, e os conceitos e idéias que nortearam as ações do Estado na implantação deste projeto.

Após definir os objetivos que o Estado esperava atingir, começo a tratar dos

meios que ele empregou para tal fim. Assim, no segundo capítulo abordo a elaboração da legislação trabalhista e a formação da estrutura previdenciária oficial, além da atuação dos órgãos responsáveis pela aplicação da legislação, como o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho. O Estado esperava conseguir, através de todos estes elementos, atrair a maior parte dos trabalhadores para os sindicatos oficiais e eliminar os conflitos entre patrões e empregados.

Dando continuidade à análise dos instrumentos utilizados pelo Estado na implantação do projeto corporativista, o terceiro capítulo é dedicado ao uso da propaganda pelo governo. A influência das experiências de outros países e a criação e a atuação dos principais órgãos estatais de propaganda, como o DNP e o DIP, serão tratados aqui. Além disso, escolhi um dos pontos essenciais da propaganda política, a realização de comemorações oficiais, para ser examinado mais detidamente. O governo usou a propaganda política essencialmente como um meio rápido e eficiente para a construção da sua legitimidade frente a várias classes sociais e para a difusão da prática e das idéias corporativistas.

Fechando este conjunto de capítulos, buscarei demonstrar, no quarto capítulo, a importância da ação policial no processo de implantação do projeto corporativista. Durante o governo Vargas, tanto a estrutura interna quanto as funções da Polícia foram reformuladas para tornar mais eficiente o controle sobre grupos e organizações considerados “perigosos”, como os estrangeiros, os comunistas, os sindicatos e os trabalhadores. Todos estes aspectos serão analisados neste capítulo.

Com o quinto capítulo início o exame mais detalhado das reações dos trabalhadores cariocas ao projeto corporativista do governo. Portanto, enfocarei neste capítulo as tentativas feitas pelas correntes de esquerda do movimento operário de manterem, durante o governo Vargas, um movimento operário e sindical independente, em contraposição à estrutura oficial que foi montada. Neste processo, estas correntes tiveram que enfrentar não apenas as novas determinações introduzidas pela legislação trabalhista, mas também a ação repressiva da Polícia e as campanhas difamatórias dos

órgãos de propaganda.

No sexto capítulo abordarei as posições assumidas pelos sindicatos de trabalhadores em relação ao projeto, enfatizando, deste modo, a organização da estrutura sindical oficial e seu impacto sobre as entidades independentes e as lutas reivindicatórias dos trabalhadores. Neste sentido, um dos pontos examinados será o processo de substituição progressiva das associações independentes por sindicatos oficiais, criados através da ação conjunta do Ministério do Trabalho e da Polícia.

Como uma parcela significativa dos trabalhadores cariocas não encontrava-se associada a nenhum sindicato, tratarei, no último capítulo, das relações estabelecidas pelos trabalhadores de forma autônoma - isto é, sem a intermediação dos sindicatos - com o Estado. Os aspectos mais relevantes destas relações, que abrangem desde a adesão a Vargas e seu projeto até a sua rejeição completa, serão analisados aqui de forma ampla.

Capítulo 1

O projeto corporativista do governo Vargas

a) As principais matrizes teóricas do pensamento corporativista brasileiro

No final do século XIX, o corporativismo foi alçado à categoria de alternativa viável para a solução dos problemas sociais que afligiam a Europa e os Estados Unidos. Inspirados no modelo das antigas corporações de ofícios medievais, vários pensadores e intelectuais elaboraram um sistema político que previa a organização de cada sociedade, de cada nação, em grandes corporações econômicas, onde seriam reunidos tanto patrões quanto operários, cuja principal função seria a representação dos interesses de seus membros.

Um grande incentivo ao reflorescimento do sistema corporativo adveio da doutrina social da Igreja Católica, que também influenciou profundamente uma boa parte dos pensadores corporativistas brasileiros. Esta doutrina - cujos pontos fundamentais encontram-se expostos nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI - consistiu em uma tentativa da Igreja de reorganizar a sociedade com base nos valores cristãos. O objetivo da Igreja era oferecer uma solução alternativa para a questão social, pois, segundo sua opinião, nem o

liberalismo e nem o socialismo haviam conseguido resolver este problema.¹ O socialismo também era criticado por defender um Estado intervencionista e o fim da propriedade privada. Na *Rerum Novarum*, Leão XIII expôs os direitos e os deveres que deveriam reger as relações entre o capital e o trabalho, além das obrigações que o Estado e a Igreja deveriam assumir para tentar melhorar a situação dos operários. Ele considerava a organização corporativa da sociedade um caminho possível para atender às exigências sociais do momento. O Pontífice afirmava também que as desigualdades sociais eram naturais e que, portanto, as diferentes classes deveriam aprender a conviver em paz.

“O primeiro princípio a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível.(...).

(...)O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males. O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que *formam* um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.”²

Para comemorar os 40 anos da *Rerum Novarum*, Pio XI publicou a encíclica

¹ - Fatima Chocron Maia. *Desenvolvimento das idéias corporativas e sua influência no pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, Dissertação de Mestrado em Filosofia, 1990, pág. 38

² - Leão XIII, *Rerum Novarum*. In: Frei Antonio De Sanctis (org.). *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo, Edições LTr, s.d., págs. 21-22.

Quadragesimo Anno, cujos principais objetivos eram avaliar as repercussões da primeira e estabelecer diretrizes concretas para as questões que desestabilizavam a ordem social. Pio XI considerava que a Igreja seria responsável pela restauração moral da sociedade e que a ordem econômica poderia ser regulada por princípios morais de justiça e de bem comum. Além disso, afirmava que os operários deveriam conseguir formar o seu patrimônio, pois desta forma garantiriam uma vida melhor para si mesmos e suas famílias e permaneceriam imunes aos apelos do socialismo.³ Pio XI dedicou um bom espaço à defesa das corporações como importante meio de fortalecimento da vida social, através da promoção da harmonia entre as diversas profissões e da extinção do conflito entre as classes.

“Mas a cura só então será perfeita, quando a estas classes opostas, se substituírem organismos bem constituídos, ordens ou profissões, que agrupem os indivíduos, não segundo a sua categoria no mercado do trabalho, mas segundo as funções sociais que desempenham. Assim como as relações de vizinhança dão origem aos municípios, assim os que exercem a mesma profissão ou arte são pela própria natureza impelidos a formar colégios ou corporações; tanto que muitos julgam estes organismos autônomos, senão essenciais, ao menos naturais à sociedade civil.”⁴

Outra matriz teórica fundamental do pensamento corporativista brasileiro compunha-se dos trabalhos elaborados por estudiosos e intelectuais europeus e norte-americanos. Dentre estes, sem dúvida merece destaque o romeno Mihail Manoilescu, cujo livro *O século do corporativismo*, publicado em 1934, influenciou profundamente nossos pensadores. Manoilescu era engenheiro e fazia parte de uma corrente teórica que defendia a industrialização da economia romena como solução para os problemas

³ - Maia, *op. cit.*, págs. 52-57.

⁴ - Pio XI, *Quadragesimo Anno*. In: De Sanctis, *op. cit.*, pág. 79.

do país. Sua participação na vida política romena foi bastante intensa. Durante as décadas de 1920 e 1930 ele ocupou vários cargos no governo, entre eles o de Ministro da Indústria e Comércio, e chegou a ser eleito senador pela Câmara de Comércio. Em 1933 Manoilescu fundou um partido corporativista, mas este não teve uma vida longa.⁵

De acordo com Manoilescu, o corporativismo possuía uma elasticidade que o tornava adaptável à realidade de qualquer país. O instinto dos povos já os estava levando a adotar o corporativismo como a única solução contra a desagregação social. Ainda segundo Manoilescu, no corporativismo a coletividade nacional representaria uma entidade superior e uma personalidade distinta do conjunto de indivíduos que ela compreende, sendo o Estado a expressão suprema desta coletividade, além de um instrumento a serviço do objetivo nacional. Ao indivíduo caberia o papel de instrumento do Estado, identificando-se assim com o ideal defendido por este último. Em termos de sua vida social, o indivíduo seria englobado, simultaneamente, pela família, pela corporação e pelo Estado.⁶

“O que liga entre si os membros de uma corporação, não é a identidade de condição e nem a homogeneidade e ainda menos o egoísmo profissional, mas a comunidade da função nacional, que todos conjuntamente exercem, ou a convergência de seus esforços comuns para a realização da função nacional, - razão mesma da corporação. As corporações são, portanto, em sua composição, essencialmente heterogêneas, mas submetidas às convergências dos fins.”⁷

Manoilescu afirmava ainda que as corporações deveriam ser divididas em dois grupos: econômicas (agrícola, industrial, oficinas, comércio, crédito, comunidades

⁵ - Joseph L. Love. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, págs. 171-181.

⁶ - Mihail Manoilescu. *O século do corporativismo. Doutrina do corporativismo integral e puro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

⁷ - Idem, pág. 50.

e cooperativa) e sócio-culturais (igreja, exército, magistratura, educação nacional, saúde pública e ciências e artes). Elas manteriam entre si relações de troca permanentes, além de exercerem funções executivas, legislativas e judiciárias.⁸ As idéias de Manoilescu tiveram grande repercussão em vários países europeus e latino-americanos. De acordo com Joseph Love, esta repercussão teria sido ainda maior - principalmente dentro da própria Romênia - se a atividade política de Manoilescu e sua incoerência na defesa de políticas econômicas contraditórias não tivessem diminuído o valor conferido a seus escritos econômicos. Love cita como exemplo desta incoerência o fato de Manoilescu ter abandonado durante a II Guerra Mundial, devido a suas simpatias profundas em relação ao fascismo e ao nazismo, a sua postura pró-industrialização para defender a idéia de que a Romênia deveria cumprir o papel de fornecedora de produtos agrícolas para a Alemanha.⁹ Contudo, apesar destes problemas a obra de Manoilescu representou uma das principais fontes de inspiração dos autores corporativistas brasileiros.

b) O corporativismo no Brasil

Como foi visto, as idéias corporativistas ganharam, a partir do final do século XIX, uma divulgação cada vez maior. Elas circulavam de forma intensa, principalmente nos países ocidentais. Alguns destes países - como Portugal, Itália e Alemanha - incorporaram, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, muitos pontos da doutrina corporativista à sua organização política e sócio-econômica. Desta forma, não demorou muito para que o corporativismo atraísse a atenção de uma parte da elite intelectual brasileira que estava preocupada em obter soluções para nossos problemas sociais. Para estes intelectuais, o Brasil necessitava de um remédio eficaz contra todas as doenças, como a pobreza, o analfabetismo e as más condições de trabalho, que o

⁸ - Manoilescu, *op. cit.*, pág. 164 e ss.

⁹ - Love, *op. cit.*, págs. 224-225.

impediam de desenvolver-se e tornar-se uma das maiores nações do mundo. Potencial para tanto nós possuíamos, era uma questão apenas de despertá-lo.

O corporativismo apresentou-se como uma solução interessante, na ótica destes intelectuais, porque representava uma terceira alternativa, diversa do liberalismo e do socialismo. Segundo eles, o primeiro era o grande responsável pelos males que grassaram no país durante a República Velha e, deste modo, já havia comprovado totalmente a sua ineficiência. Já o segundo estimulava o conflito entre as classes, além de pregar a eliminação do Estado e da propriedade privada. O corporativismo, por outro lado, adequaria-se perfeitamente às características do nosso país e promoveria a conciliação entre o capital e o trabalho.

Em pouco tempo as idéias corporativistas conquistaram um número significativo de adeptos entre diversos grupos sociais. Mas por que o corporativismo obteve tanta aceitação na sociedade brasileira? Várias razões podem ser apontadas. Joseph Love, por exemplo, acredita que um bom indício encontra-se na popularidade alcançada por outra corrente política, o positivismo, no final do século XIX. Augusto Comte, o principal teórico do positivismo, “defendeu para o Estado um papel paternalista face à classe trabalhadora, fazendo da família, e não do indivíduo, a fundação da sociedade. Seu programa de modernização sem mobilização social atraiu os conservadores progressistas da América Latina durante os últimos anos do século passado, e pode ter fornecido a base para a aceitação do corporativismo após a Primeira Guerra Mundial.”¹⁰

A atuação e a ideologia dos tenentes representam o outro elemento que pode ter favorecido a receptividade ao corporativismo. A partir do início da década de 1920, as críticas dos tenentes em relação à democracia liberal vigente no país tornaram-se mais intensas. Através de várias rebeliões militares, que constituíram um dos pontos marcantes daquela década, os tenentes tentaram não apenas derrubar o velho sistema

¹⁰ - Love, *op. cit.*, cap. 6, nota 58, pág. 237.

oligárquico, mas também implantar uma nova sociedade.

A concepção tenentista de reconstrução nacional estava baseada na idéia de unidade nacional, a qual passava, em primeiro lugar, pela limitação do poder e da autonomia dos estados. Os tenentes acreditavam que, ao lado da autonomia excessiva dos estados, a ausência de uma verdadeira economia nacional e a ação dos políticos profissionais e de seus partidos políticos representavam os principais obstáculos no caminho da unidade nacional. Além disso, consideravam que apenas um Estado centralizado e forte seria capaz de conduzir a reconstrução nacional.¹¹

O tenentismo influenciou profundamente os rumos tomados pela Revolução de 1930, principalmente devido ao fato de que, dentre as forças revolucionárias, esta era a corrente que possuía a ideologia mais bem elaborada. Ao mesmo tempo, os tenentes depositavam grandes esperanças no futuro da Revolução pois, segundo eles, ela havia despertado a consciência nacional, base da unidade do país a ser construída. A influência das idéias tenentistas abrangia também o projeto político do novo governo e, conseqüentemente, a sua atuação. Deste modo, nos primeiros anos de governo foram postas em prática várias propostas tenentistas, como a elaboração de uma legislação social, a criação de conselhos técnicos e a inclusão da representação classista na Assembléia Constituinte. Após 1933, a fragmentação interna do tenentismo e a sua liquidação como movimento organizado acarretaram o declínio da sua força no interior da estrutura de poder. Entretanto, a presença da ideologia tenentista dentro do projeto político varguista permaneceu constante mesmo após este momento.¹²

Portanto, a aceitação do corporativismo no Brasil pode ser explicada, em grande parte, pelo fato de que um número significativo das idéias que o compunham já vinham circulando pela sociedade desde, pelo menos, o final do século XIX. A presença destas idéias, provenientes de diversas correntes políticas, favoreceu a

¹¹ - Evelina Dagnino. *State and ideology: nationalism in Brazil; 1930-1945*. Stanford, Stanford University, Tese de Doutorado, 1985, págs. 107-148.

¹² - Idem, capítulo III.

identificação, por vários grupos sociais, da doutrina corporativista como a melhor resposta para os problemas do país. Estas idéias - como, por exemplo, a solução da chamada “questão social”, o fim dos partidos políticos tradicionais e a construção de um Estado forte, intervencionista e centralizado - formaram um terreno fértil para a popularização do corporativismo.

Os principais autores brasileiros que trataram do corporativismo foram Alberto Torres, Francisco José de Oliveira Vianna, Antonio José Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo. O primeiro era advogado e jornalista, tendo seu período de maior produção intelectual na virada do século XIX para o XX. Sua presença entre os teóricos do corporativismo constitui assunto controverso na historiografia. Evaldo Vieira afirma que Torres funcionou mais como um teorizador e divulgador do Estado forte e intervencionista do que como um defensor do corporativismo.¹³ Já Fátima Maia considera-no um marco de referência na história das idéias corporativas no Brasil.¹⁴ Seja como for, a sua inclusão neste grupo justifica-se plenamente pela grande influência que sua obra exerceu sobre diversos intelectuais e pensadores, como Oliveira Vianna por exemplo.

Oliveira Vianna começou a publicar seus trabalhos ainda na década de 1920. Ocupou diversos cargos no governo Vargas, tais como Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940), Ministro do Tribunal de Contas (após 1940) e membro de várias comissões elaboradoras de anteprojetos de lei.¹⁵ Além de inúmeros livros e artigos de jornal, Vianna também produziu, como consultor, vários pareceres onde interpretava a legislação social e colocava seus pontos de vista. Ele pode ser considerado um dos pensadores mais importantes do período, pois muitas idéias suas foram absorvidas pelas leis trabalhistas e pelas Constituições de 1934 e 1937.

Já Azevedo Amaral era jornalista e escritor. Publicou vários livros e artigos

¹³ - Evaldo Amaro Vieira. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981, pág. 77.

¹⁴ - Maia, *op. cit.*, pág. 109.

¹⁵ - Vieira, *op. cit.*, pág. 28.

em jornais, além de ser o diretor de, pelo menos, uma revista, *Novas Diretrizes*. Amaral também fez parte, entre abril e outubro de 1938, da equipe de colaboradores da revista *Diretrizes*, dirigida por Samuel Wainer. Contudo, como as idéias corporativistas e conservadoras de Amaral começaram a entrar em choque com a postura mais liberal de Wainer, o primeiro acabou por fundar, em novembro de 1938, uma nova revista - *Novas Diretrizes*. Segundo Azevedo Amaral, esta revista seria “o veículo para difusão de idéias, cuja propaganda foi embaraçada e contraditada pela ação subterrânea de forças misteriosas em outra publicação periódica, (...)”.¹⁶ O objetivo principal desta publicação era bastante claro: efetuar a divulgação da ideologia e das principais realizações do Estado Novo. É interessante notar que *Novas Diretrizes* teve sua publicação encerrada em setembro de 1942, justamente o momento em que o Brasil optou por apoiar os países aliados na II Grande Guerra. Em vários números desta revista podem ser encontrados artigos que contêm críticas a estes países e, em contrapartida, elogios à Alemanha nazista.

Francisco Campos foi, sem dúvida, uma das figuras mais proeminentes da política daquele período. Participou da Revolução de 1930 e, posteriormente, ocupou diversos cargos no governo como, por exemplo, Ministro da Educação e Saúde (1930-1932); Consultor-geral da República (1933-1937); e Ministro da Justiça (1937-1941). Escreveu vários livros, além de ter sido o principal redator da Constituição de 1937. Campos também é considerado por muitos estudiosos um dos mais importantes ideólogos de direita deste século.

Por fim, Cassiano Ricardo, poeta, crítico, ensaísta, historiador e jornalista. Dentre seus livros, destacam-se *Marcha para o Oeste* e *Brasil no original*. Em 1940 foi diretor do Departamento de Imprensa de São Paulo. Neste mesmo ano fundou o jornal *A Manhã*, conseguindo publicá-lo por três anos. Seus trabalhos giram em torno, principalmente, da necessidade de colonizar o interior do país como forma de

¹⁶ - *Novas Diretrizes*, novembro/ 1938.

desenvolvimento dos nossos potenciais sociais e econômicos.

Segundo Evaldo Vieira, na década de 1930 não foi elaborada uma teoria sistemática e coerente do corporativismo, circunscrevendo-se a produção intelectual sobre o assunto à livre exposição de conceitos esparsos. Os autores preocupavam-se mais em defender o estabelecimento de um Estado forte em um país organizado de acordo com os pressupostos corporativistas.¹⁷ De qualquer modo, mesmo que não tenham constituído uma teoria acabada do corporativismo, as idéias defendidas por estes autores eram divulgadas pelos mais variados meios, como livros, revistas, jornais e pareceres. Muitas destas idéias também estavam presentes em folhetos, artigos e livros escritos por funcionários do governo, membros do judiciário e do extinto legislativo, indicando, desta forma, como o Estado estava inteiramente mergulhado no projeto corporativista. Além disso, esta era uma forma eficiente de propaganda da doutrina do regime.

Durante o governo Vargas o Estado muniu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade, ou seja, tornou vários escritores seus funcionários¹⁸ e, ao mesmo tempo, transformou muitos de seus funcionários em escritores. Deste modo, um número significativo de intelectuais passou a utilizar os seus talentos para justificar as políticas adotadas pelo regime. Os intelectuais recrutados pelo regime, que eram originários de praticamente todas as correntes de pensamento, assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade. Neste sentido, estes intelectuais tiveram acesso a postos e carreiras na maior parte das áreas do serviço público. Além disso, o governo Vargas diferenciou-se de outros governos sobretudo

¹⁷ - Vieira, *op. cit.*, pág. 86. Esta também era a opinião do norte-americano Karl Loewenstein, professor de ciência política e jurisprudência, que visitou o Brasil no início da década de 1940. Segundo ele, o regime varguista não desenvolveu uma teoria política própria, principalmente devido ao fato de o país não ter efetuado uma verdadeira revolução social. Karl Loewenstein, *Brazil under Vargas*. New York, Russell & Russel, 1973, 1ª edição: 1942.

¹⁸ - Afirmação que pode ser comprovada pelo fato de que, dos cinco intelectuais citados acima no texto, três ocuparam cargos no governo.

porque definiu e constituiu “o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de uma ‘intelligentzia’ e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.”¹⁹ De acordo com Alcir Lenharo, o objetivo principal era efetivar um esforço conjunto de homogeneização dos discursos do poder, particularmente o ideológico.

“O Estado abriu ditatorialmente espaço para esta camada burocrática nos meios de comunicação, bem como criou novos canais para facilitar-lhes seu desempenho. Transmitiu-lhe poder para breçar outros discursos, assim como tratou de criar uma redoma ao redor dos seus eleitos e torná-los impermeáveis à pressão crítica dos adversários.”²⁰

Muitos escritores que trabalhavam para o regime, na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrar dos cerceamentos que costumavam incidir sobre os praticantes de uma arte e literatura oficiais, resolveram esse dilema utilizando justificações idealistas, como a auto-indulgência e álibis nacionalistas. Estes intelectuais cooptados se auto-definiam como porta-vozes do conjunto da sociedade. Suas obras canalizariam os anseios de expressão da coletividade, e não as demandas de qualquer grupo dirigente.²¹

Portanto, um grupo selecionado de intelectuais era responsável pela doutrina do regime, que era dissipada através de dispositivos culturais que pudessem ampliar o seu consumo. Assim, as idéias principais desta doutrina circulavam de forma constante e intensa por toda a sociedade. O governo pretendia fazê-las chegar até os pontos mais remotos do território, pois deste modo elas serviriam como um poderoso impulso na construção de uma nação realmente unida e homogênea. Passarei agora a examinar

¹⁹ - Sérgio Miceli. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1979, pág. 131.

²⁰ - Alcir Lenharo. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986, págs. 53-54.

²¹ - Miceli, *op. cit.*, págs. 158-159.

mais detalhadamente os principais conceitos do pensamento corporativista brasileiro, procurando realçar ao máximo a opinião de cada autor.

Em seu livro *A organização nacional*, Alberto Torres chamou a atenção para a existência, entre o socialismo e o individualismo, de uma fórmula conciliadora de justiça social que, “baseando-se no direito do homem a obter os elementos necessários à vida sã, no moral e no físico, deixa espaço para as desigualdades naturais, decorrentes das forças dos indivíduos.”²² É interessante notar como esta idéia possui vários pontos em comum com as colocações, mencionadas acima, de Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*, acerca de uma alternativa política que respeitasse as desigualdades naturais entre os homens. Segundo Fátima Maia, Torres considerava o corporativismo uma nova luz, fundamentada no direito universal ao trabalho.²³

Para Oliveira Vianna o direito corporativo vinha sendo desenvolvido de modo a incorporar a “normatividade originada no mundo privado e os novos atores sociais, com seus interesses e força, portadores de direitos também inteiramente novos, não mais de natureza individual mas coletiva.”²⁴ A centralização política do novo Estado Nacional deveria ser conjugada à descentralização administrativa e judicial. “Daí a criação de entidades administrativas, na quase totalidade de tipo corporativo, providas de uma processualística própria, com poderes para decidirem as questões afetas à sua jurisdição, não pela aplicação da regra jurídica, como os tribunais judiciários, mas mediante critérios de pura eficiência prática (...) fora inteiramente de qualquer preocupação de formalismo judiciário, das suas regras, dos seus princípios, dos seus precedentes imperativos.”²⁵ A grande vantagem do corporativismo seria poupar ao país os problemas causados pela industrialização capitalista, que se encontrava ainda incipiente, e lançar-nos na direção de uma nova sociedade

²² - Alberto Torres. *A organização nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, 1ª ed: 1914, pág. 126.

²³ - Maia, *op. cit.*, pág. 112.

²⁴ - Vanda Maria Ribeiro Costa. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991, pág. 28.

²⁵ - Francisco José de Oliveira Vianna. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, págs. 56-57.

harmoniosa e democrática, na qual os sindicatos e as corporações envolveriam o grosso da população na direção política do país.²⁶

Azevedo Amaral também defendia a organização da sociedade em corporações que acumulariam várias atividades. Em um editorial publicado na revista *Novas Diretrizes* ele expôs claramente este ponto:

“É claro, porém, que todo o alcance da idéia corporativista só pode ser apreendido com o desenvolvimento lógico do regime, na marcha evolutiva que tão inconfundivelmente o caracteriza. A corporação, sendo por assim dizer uma verdadeira miniatura do grande organismo social, é complexa na pluralidade das suas funções. Encontram-se nela atividades de ordem econômica, social, cultural, moral e política. Cada uma dessas finalidades vai acentuando a sua fisionomia e o seu dinamismo, à medida que o órgão corporativo pelo próprio funcionamento se torna mais completo, mais eficiente e mais perfeito.”²⁷

Para a maioria dos autores o corporativismo deveria ser adaptado às características singulares do Brasil, a fim de que ele realmente pudesse solucionar de modo eficaz os nossos problemas. O resultado final deste processo de reorganização nacional seria o surgimento de uma nova sociedade, pautada na colaboração de todos em prol do bem comum.

“Dentro deste novo **estatismo**, isto é, quando os aparelhos político administrativos forem organizados por representantes das diferentes classes profissionais ou quando o Estado se apresentar como o agregado soberanamente formado de corporações em um regime

²⁶ - Angela de Castro Gomes. “A práxis corporativa de Oliveira Vianna” e José Murilo de Carvalho. “A utopia de Oliveira Vianna”. Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, págs. 51 e 31.

²⁷ - *Novas Diretrizes*, 1ª quinzena de junho/ 1942.

‘sindical-corporativo’ ter-se-á então, os meios de se conjugar o Capital com o Trabalho. Estaremos, então, em pleno ‘corporativismo’ em que as relações destes dois agentes da produção, controlados e vigiados de perto pelo próprio Estado, se projetarão em uma só diretiva: o bem coletivo, evitando-se senão acabando-se de vez com o eterno problema das lutas de classes.”²⁸

É importante destacar que os pontos fundamentais desta nova sociedade idealizada por estes autores constituíam, de forma geral, um quadro inteiramente diferenciado e, na realidade, oposto à sociedade liberal, cujo exemplo máximo no Brasil era a República Velha. As críticas ao período anterior a 1930 são, aliás, bastante comuns nos textos analisados. Tudo que os seus autores consideravam representativo do atraso, da anarquia, da corrupção e da ineficiência era colocado como sendo características básicas da República Velha. Assim, a predominância do interesse privado sobre o coletivo; a ausência de uma política de apoio às necessidades dos trabalhadores; a falta de um Chefe de Estado competente e seguro na condução do país; e um sistema político e eleitoral que favorecia apenas os interesses dos partidos eram alguns dos elementos liberais criticados pelos autores. A idealização da nova sociedade passava, portanto, pela sua contraposição à sociedade liberal. Através deste antagonismo essencial afirmava-se de modo veemente e completo o que se desejava para aquele sonho que logo tornaria-se realidade. No livro *O Estado Novo; democracia e corporativismo: a posição do Brasil*, de João Maria de Lacerda e Eloy de Moura, o regime ditatorial de Vargas foi colocado como a concretização deste sonho. Em certo momento do livro seus autores detalharam as características da Democracia Moderna, sistema que, segundo eles, foi implantado no país após 1937. Trata-se de um trecho um pouco longo, mas que vale a pena ser citado devido à abrangência das críticas feitas à República Velha. Desta forma, a Democracia Moderna caracterizaria-se

²⁸ - *Hierarquia*, janeiro/ 1932. O autor do texto é Olbiano de Mello, que se tornaria, alguns anos mais tarde, membro ativo da Ação Integralista Brasileira.

“a) - pelo anti-liberalismo que nega às massas incultas a competência para eleger os poderes públicos, na base do maior número de eleitores;

b) - pela eliminação dos partidos e agrupamento de indivíduos em torno de pessoas e de interesses diversos em oposição ao interesse da paz e da prosperidade nacional;

c) - pela extinção da irresponsabilidade das Assembléias e substituição das idéias abstratas de liberdade e fraternidade, pelas idéias concretas que os problemas econômicos e financeiros representam, expressos pela sua própria realidade;

d) - pela extensão consciente da missão do Estado a todos os campos da atividade individual ou coletiva;

e) - por uma concepção nova da vida, consistente em manter como princípio básico de sua função essencial, a realidade permanente e universal de progredir, instaurando no cumprimento do dever social uma vida superior sob todas as suas fórmulas culturais;

f) - emprestando a todos os seus atos um cunho de moralidade irrepreensível, como força suprema inspiradora;

g) - pela negação de que a felicidade possa predominar perfeitamente, no mundo, e que a humanidade possa chegar a um estado de organização definitiva, em que todos encontram a satisfação dos seus desejos;

h) - por sua oposição ao socialismo que reduz o movimento histórico à luta das classes e esquece que o Estado é quem funde as classes em uma única realidade econômica e moral;

i) - pelo novo sentido dado à liberdade que é tida não como um direito, mas como um dever;

j) - enfim, pela concepção nova, emprestada à economia política, de que ela se tornou, pelo corporativismo, a estrutura suprema, como inteligência, como vontade e como força.”²⁹

Neste trecho os autores não apenas censuraram vários aspectos do sistema

²⁹ - João Maria de Lacerda e Eloy de Moura. *O Estado Novo; democracia e corporativismo: a posição do Brasil*. S.L., s.e., 1938. Lacerda era membro do Conselho Federal do Comércio Exterior, enquanto que Moura era funcionário do Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

liberal, como a existência de partidos políticos e do poder legislativo, mas também estenderam o campo de críticas até o socialismo, acusado de incentivar a luta de classes e de iludir as pessoas com a falsa promessa de uma sociedade futura eternamente feliz e perfeita. No regime instalado pelo Estado Novo a moralidade agora estava presente nos atos do Estado, cujo raio de ação foi ampliado até a esfera privada da sociedade.

Outra idéia bastante freqüente entre os autores corporativistas é a que concede ao Estado o papel de construtor da nação e da nacionalidade. Ele deveria ser o maior responsável pela resolução dos problemas do país e, como o corporativismo era o melhor caminho para atingir este objetivo, pela implantação deste sistema. No início do século, Alberto Torres já afirmava que o Estado teria um papel fundamental na concretização do equilíbrio social. O ponto de partida deste processo seria a construção de uma consciência política da nacionalidade, seguindo-se então a harmonização da função particular de cada órgão governamental com as funções gerais da nacionalidade.

“(…). A força governamental deve consistir na delegação ao governo de maiores funções e atribuições, no aumento do alcance da ação governamental, na investidura, em suma, do depositário do poder político, com a soma dos poderes de providência prática, imanentes à autoridade do Estado, como órgão da força e da ação coletiva e permanente que ampara o indivíduo e a sociedade, no presente e no futuro. Este poder está íntima e indissolivelmente ligado à mais ampla publicidade, à mais inteira liberdade de crítica, à mais completa responsabilidade política.”³⁰

Como já foi visto anteriormente, os tenentes também consideravam que apenas um Estado centralizado e forte seria capaz de conduzir a reconstrução nacional. Segundo Evelina Dagnino, a estrutura ideológica do Estado Novo recuperou e levou a

³⁰ - Torres, *op. cit.*, págs. 248-249.

uma expressão completa os princípios gerais elaborados e defendidos pelos tenentes. O próprio golpe de Estado teria sido favorecido pelo fato de que tanto os setores civis quanto os militares do Estado concordavam que havia a necessidade de reformar e reorganizar a sociedade seguindo linhas nacionais. Além disso, os revolucionários no poder acreditavam que o seu projeto político não tinha sido completamente posto em prática, responsabilizando os limites impostos pela Constituição por essa situação. Assim, estes grupos viam a construção de um Estado forte, controlado por um regime autoritário, como a melhor solução para os problemas existentes.³¹

Muito influenciado pela obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna também defendia a constituição de um Estado centralizado e representativo dos interesses sociais. Seguindo uma das tendências predominantes na época, a do nacionalismo autoritário, ele colocava o Estado como o condutor dos processos de desenvolvimento econômico, de conciliação entre o capital e o trabalho e de modernização da sociedade. Vianna considerava ainda que alguns princípios básicos do Estado, como a divisão e independência dos poderes e o monopólio do poder legislativo pelos parlamentos, vinham sofrendo uma negação por parte da experiência real.³² Na visão de Vianna, aliás, a realidade possuía um peso considerável nas ações efetuadas pelo Estado. Ele atribuiu a este último um papel diretor - na medida em que cabia ao Estado subordinar à sua vontade e aos seus fins nacionais as atividades de todas as organizações por ele instituídas - mas com poder de criação restrito, pois a sociedade já existente acabava por “ajustar” suas intervenções.³³

Por outro lado, nas obras de Francisco Campos e de Azevedo Amaral, dentre outros, um conceito ganhou, junto com a defesa do Estado forte e centralizado, um lugar de destaque: a atribuição de um papel fundamental ao Presidente na condução do Estado. A noção de que certos homens estavam predestinados a guiar os seus povos

³¹ - Dagnino, *op. cit.*, págs. 252, 274 e 287.

³² - Costa, *op. cit.*, pág. 31.

³³ - Vianna, *op. cit.*, pág. 53 e Gomes, *op. cit.*, pág. 46.

pelo caminho da glória e do progresso também já estava presente nos trabalhos de Alberto Torres. De acordo com este autor,

“(…). Onde há uma nação, homogênea em seus elementos, ou fortemente subordinada a um espírito, um móvel, uma aspiração ou uma classe preponderante, define-se uma política: os órgãos dessa política surgem da reação dos acontecimentos, e, seja dinástica ou republicana a forma do governo, o poder vem a cair nas mãos dos combatentes mais fortes, dos *representativos*.

Em Washington, como em Bismarck, encontra-se o mesmo traço das personalidades dominantes, os eleitos desse sufrágio tácito, que faz brotar os proto-homens do tempo, em sua terra - como a flor brota da planta, na estação própria, - sobre a haste do valor pessoal. Homens dessa têmpera comandam as gerações a que pertencem, nas grandes épocas de crise nacional, e impulsionam o movimento que se perpetua pelas gerações adiante.”³⁴

Na visão dos autores corporativistas, Vargas possuía duas grandes virtudes, era um grande líder e encarnava a nação como um todo. Devido a esta identificação entre Vargas e a nação, ele demonstrava ser a pessoa mais habilitada para o cargo que ocupava. Além disso, a concentração de poderes nas mãos do Chefe da Nação agilizava a tomada de decisões e evitava que os pequenos grupos políticos desviassem o governo de suas diretrizes básicas. O processo de construção do “mito Vargas”, como o denomina Ricardo Benzaquen de Araújo³⁵, atingiu seu ápice durante o Estado Novo. Vargas foi revestido - não apenas nos trabalhos de intelectuais como Campos e Amaral, mas também em textos de jornalistas e funcionários do governo - de qualidades pessoais excepcionais que dariam sentido, direção e legitimidade a seu governo. Assim, seus dons naturais de inteligência, vivacidade, disposição para o trabalho, generosidade

³⁴ - Torres, *op. cit.*, pág. 61.

³⁵ - Ricardo Benzaquen de Araújo. “O dono da casa: Notas sobre a imagem do poder no ‘mito Vargas’”, *Religião e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 13/2, julho/ 1986.

e bondade, dentre outros, influenciavam de forma decisiva a maneira como ele governava o país. “(...) O Presidente Vargas, encarna a nação. (...) O Brasil, desde o operário ao camponês, sabe que o Presidente é honesto. É bom. É trabalhador. É previdente. Pensa em todos os brasileiros e têm por eles ânsia e tortura, de vê-los em dias melhores.”³⁶

Segundo Ricardo Araújo, o mito Vargas dependeu, tanto para sua formulação quanto para sua execução, de um elaborado conjunto de providências tomadas pelos mecanismos centralizadores do Estado Novo, como a edição de cartilhas e folhetos e a encenação de grandes cerimônias. Além disso, uma série de transformações no clima intelectual da época importou numa inédita valorização da noção de mito e sua elevação, na obra de alguns autores, à condição de categoria chave para o entendimento da sociedade moderna.³⁷ Assim, Francisco Campos, por exemplo, colocava o mito como sendo o meio de integração política adotado pelas irracionais massas populares, além de servir como instrumento de controle destas mesmas massas e de contenção do seu potencial para a desordem. “As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que escolha.(...).”³⁸

Ao mesmo tempo, Azevedo Amaral enfatizava, em seus textos, as vantagens da concentração de poderes nas mãos do Presidente, em um regime autoritário. Este último seria definido como governo com autoridade, estando presente mesmo nos

³⁶ - Aben-Attar Netto, “Psicologia do chefe em Getúlio Vargas”, *Diretrizes*, julho/ 1938. Ver também, dentre outros, Agripino Grieco et alii. *O sr. Getúlio Vargas e o relevo histórico de sua missão nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937; J. S. Maciel Filho. *O homem providencial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938; Gastão Pereira da Silva. *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde Editora, [1940]; e Mercedes Dantas. *A força nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro, DIP, 1942.

³⁷ - Ricardo Araújo, *op. cit.*, págs. 104-108.

³⁸ - Francisco Campos. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940, pág. 16.

países liberais.

“(…) A base racional dos regimes autoritários é o conceito da concentração dos poderes na pessoa do chefe, que em dado momento, pela ação irresistível das forças em ação no organismo nacional, se tornou o seu expoente e absoluto mandatário para a execução dos seus desígnios. A esse depositário único da confiança coletiva e executor também exclusivo da vontade nacional cabe privativamente a missão de desenvolver, de ampliar e de corrigir o que foi definido em esboço no estatuto do regime, aproveitando para isso o fruto da experiência adquirida na solução de problemas, que só podem ser compreendidos por quem exerce o poder.”³⁹

Para Azevedo Amaral o Estado autoritário harmonizava os postulados individualistas com o interesse social. Além disso, acreditava que, devido à identificação entre nação e Estado, o exercício da cidadania impunha uma atitude de solidariedade para com o Estado e seu Chefe. A grande tarefa de fundação do Estado Nacional, que só teria sido concretizada após a decretação do Estado Novo, deveria ser realizada, como efetivamente o estava, por um gênio político.⁴⁰

Já Cassiano Ricardo, em um artigo publicado no jornal *A Manhã*, realçou a unidade de todas as classes sociais, em torno do bem coletivo, construída pelo Estado Novo. Somente as pessoas rancorosas e inconformistas negavam-se a participar da comunhão absoluta existente entre o governo e o povo brasileiro.

“(…) Além disso, o Brasil é um exemplo de amenidade e compreensão humanas. Não há, aqui, nenhum dos problemas que dividiram os homens, em lutas de vida e de morte, em outros países.

³⁹ - *Novas Diretrizes*, agosto/ 1939.

⁴⁰ - Lúcia Lippi Oliveira. “Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral”. Lúcia Lippi Oliveira (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, págs. 55-60.

Antes, somos um povo que apenas amanheceu para seu destino. A democracia que, em outras regiões do planeta, não passa de uma bonita miragem legal ou jurídica, aqui é uma realidade viva, uma forma de convivência humana, um estilo de organização social como só aqui mesmo poderia ter ocorrido, graças a condições étnicas, geográficas, climáticas, econômicas, culturais e políticas, que nos são originais e intransferíveis.⁴¹

Para muitos autores a construção da sociedade corporativista passava primeiro pela implantação de uma organização sindical controlada pelo Estado. Oliveira Vianna, por exemplo, acreditava que a lei orgânica de sindicalização era o ponto de partida da formação das corporações, que, posteriormente, poderiam ser integradas ao sistema do Estado. Como ele entendia que o sucesso do sindicalismo era fundamental para o próprio exercício das funções do Estado moderno, considerava essencial que o sindicato fosse único por categoria e exercesse prerrogativas de autoridade pública, como o direito de estabelecer contratos coletivos de trabalho.⁴² Ao conceder ao contrato coletivo a força de norma geral, o Estado nada mais fazia do que reconhecer uma lei sociológica: o contrato coletivo era a forma natural do contrato de trabalho.⁴³ Além disso, era através das organizações profissionais que os membros do governo poderiam tomar conhecimento dos interesses coletivos da sociedade. Para Vianna, os três princípios básicos que norteavam a política sindical do governo eram a distinção dos conceitos de organização dos trabalhadores e socialismo; a separação entre sindicatos e partidos políticos; e a estruturação dos sindicatos com o fim de torná-los instrumentos de integração social.⁴⁴

Para Francisco Campos as associações profissionais deveriam participar dos conselhos do governo através de um processo adequado, em que pudessem “exercer a

⁴¹ - *A Manhã*, 01/03/1942.

⁴² - Gomes, *op. cit.*, págs. 54-55.

⁴³ - Vianna, *op. cit.*, pág. 117.

⁴⁴ - Kenneth Paul Erickson. *The brazilian corporative state and working-class politics*. Berkeley, University of California Press, 1977, pág. 28.

sua influência segundo a atmosfera, os métodos, os instrumentos próprios da sua natureza, do seu espírito e do seu ângulo visual, a fim de que as decisões que interessam à economia nacional provenham de algum centro de vontade qualificado para isso (...).”⁴⁵ Ao mesmo tempo, Campos acreditava que o regime corporativo não excluía a liberdade, mas sim tornava justo o seu exercício, na medida em que a liberdade individual era limitada pela liberdade da corporação.

“(…). A organização corporativa é a descentralização econômica, isto é, o abandono pelo Estado da intervenção arbitrária no domínio econômico, da burocratização da economia (primeiro passo avançado para o comunismo), deixando à própria produção o poder de organizar-se, regular-se, limitar-se e governar-se. Para isto é necessário que o Estado delegue funções de poder público às corporações. A descentralização pelas corporações não implica, pois, indiferença do Estado pela economia. Cada corporação representa um setor da economia nacional. Só, porém, o Estado, que não tem interesse particularista, está em condições de representar o interesse nacional e de exercer, portanto, a arbitragem entre os interesses de categorias ou de setores.(...).”⁴⁶

Azevedo Amaral também abordou o tema da organização sindical, defendendo que o trabalho deveria ser colocado como elemento fundamental da produção e como responsável pela nova maquinaria política corporativa. Os sindicatos, como órgãos organizadores do trabalho, precisavam ser adaptados às exigências da nova realidade social.

“A noção hoje obsoleta do sindicato como órgão combativo na luta de classes, postulada pela doutrina falida do marxismo, terá de ser

⁴⁵ - Campos, *op. cit.*, pág. 46.

⁴⁶ - Idem, pág. 62.

forçosamente substituída pelo conceito novo de uma estrutura sindical, coordenando em uma colaboração fecunda as forças empenhadas na produção da riqueza, em uma associação harmônica hierarquizada. Acima das formas transitórias dos sindicatos de empregados e empregadores, terá necessariamente de impor-se a organização sindical unificada no sentido de um entrosamento de todos os elementos intelectuais e manuais que trabalham em uma determinada forma de produção, dirigindo-lhe as atividades, aperfeiçoando-lhes os métodos técnicos ou executando disciplinadamente as determinações traçadas com essa orientação.”⁴⁷

A influência do pensamento autoritário e corporativista sobre o governo cresceu bastante de intensidade no decorrer das décadas de 1930 e, principalmente, 1940. Contudo, este processo não se desenvolveu de forma absolutamente linear, pois em alguns momentos, como na elaboração da lei de sindicalização de 1934, ocorreram retraimentos desta influência. De acordo com Angela Araújo, esta influência pode ser notada já no discurso de posse de Vargas como Chefe do Governo Provisório, em 1930, e nos primeiros atos do novo governo.⁴⁸ O corporativismo teria sido introduzido a partir de uma política deliberada do Estado a fim de definir a forma de inserção de novos atores, o empresariado e o operariado urbano, desarticulando os esforços anteriores de construção de uma ordem associativa. “(...) A estrutura corporativa transformou-se no locus fundamental de definição da identidade coletiva dos atores estratégicos da ordem industrial em expansão: tanto os setores empresariais quanto o operariado urbano configuram-se como ator político pela via do Estado.”⁴⁹ Segundo Michael Conniff, o governo dividiu a sociedade em vários setores - como trabalho, capital, Igreja, funcionalismo e burocracia - que poderiam ser melhor controlados

⁴⁷ - *Novas Diretrizes*, agosto/ 1939.

⁴⁸ - Angela Maria Carneiro Araújo. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1994, pág. 86.

⁴⁹ - Eli Diniz e Renato Boschi. “O corporativismo na construção do espaço público”. Renato Boschi (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/ Rio Fundo Ed., 1991, pág. 18.

isoladamente, e cujas demandas deveriam agora ser intermediadas pelo Estado.⁵⁰

Outro autor, entretanto, levanta uma questão interessante. De acordo com Michael Hall, o regime brasileiro não levou realmente a sério o Estado corporativo, pois ele nunca tentou resolver a anomalia dos sindicatos, que eram baseados nas classes, mas estavam incorporados a uma suposta estrutura corporativa cuja razão de ser era negar a existência das classes sociais.⁵¹ Realmente esta era uma contradição séria do corporativismo implantado pelo governo. Contudo, pode ser lembrado também que, para a maior parte dos autores corporativistas, a estrutura sindical mais conveniente reuniria nos sindicatos os empresários e os trabalhadores que se dedicassem ao mesmo ramo de produção. Assim, talvez possa ser considerada uma explicação para esta contradição do governo o fato de que este não chegou a implantar de forma completa e abrangente o corporativismo imaginado pelos teóricos.

O governo utilizou os mais variados meios para implantar o seu projeto corporativista. Muitos ministros e colaboradores do governo promoveram políticas sociais em áreas como educação, saúde, família, trabalho, previdência social, dentre outras.⁵² O movimento associativo autônomo dos trabalhadores foi intensamente reprimido através do aparelho policial, e substituído por uma estrutura sindical subordinada diretamente ao Estado. Por outro lado, a legislação social veio satisfazer uma série de antigas demandas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que subtraía destes a maior parte da sua liberdade e da sua autonomia. Além disso, a propaganda dos principais pontos da doutrina do regime era feita através da produção de filmes, programas de rádio, livros e folhetos; da realização de grandes comemorações nas datas oficiais, como o Primeiro de Maio e o aniversário do Estado Novo; e da educação ministrada às crianças e jovens. Muitos defensores do regime, aliás, atribuíam um papel fundamental à educação na construção da sociedade corporativa, pois ela promoveria o

⁵⁰ - Michael Conniff. *Rio de Janeiro during the great depression, 1928-1937: social reform and the emergence of populism in Brazil*. Stanford, Stanford University, Tese PhD, 1976, pág. 152.

⁵¹ - Michael Hall. "Corporatism, fascism and the origins of brazilian labor law". Campinas, mimeo, 1996.

⁵² - Conniff, *op. cit.*, pág. 149.

sentimento cívico e aumentaria o nível técnico da população.

O alvo principal do projeto corporativista do governo era, sem dúvida, os trabalhadores. O núcleo desta proposta previa a configuração de um novo tipo de indivíduo, cuja cidadania dependia do fato de ele ser trabalhador e brasileiro. Ocorreu, por conta desta proposta, uma valorização do trabalho, que passou a ser considerado um direito e um dever do homem, além de uma tarefa moral em relação à sociedade e ao Estado. Através do trabalho o indivíduo poderia ascender socialmente e encontrar a felicidade.

“O dever e o direito de trabalhar não comportavam idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Era preciso combater tanto o *subversivo*, identificado ao inimigo externo, ao estrangeiro de pátria e de idéias, quanto o *malandro*, o inimigo interno que se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída. Ambos eram ameaças contagiosas ao fundamento da democracia social do trabalho.”⁵³

O combate ao “subversivo” era feito basicamente através da ação da Polícia, a qual prendia ou expulsava do país os elementos julgados “perigosos”. Ao mesmo tempo, a Constituição de 1937, outorgada no mesmo dia do golpe de Estado, proibía a greve e o “lock-out”, os quais eram considerados recursos anti-sociais e nocivos ao trabalho e ao capital.⁵⁴ Já à figura do “malandro” eram contrapostas imagens do trabalhador ideal, cujas principais características seriam o amor à pátria, a honestidade, a seriedade e a dedicação ao trabalho. Esta idealização do novo trabalhador pode ser percebida claramente, por exemplo, em um artigo escrito por Humberto Grande,

⁵³ - Angela de Castro Gomes. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. Lúcia Lippi Oliveira (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, págs. 151-153 e 164.

⁵⁴ - Artigo 139 da Constituição Federal de 1937. *Lex*. São Paulo, Lex Editora, ano I, 1937; e Helvécio Xavier Lopes, “A greve e o ‘lock-out’ como recursos anti-sociais”, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 43, março/1938.

professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

“O grande problema nacional, o problema a que o Estado Novo, com a mais esclarecida visão, procura a todo custo apresentar soluções satisfatórias, é o de organizar o trabalho, educar o trabalhador e dar sentido aos esforços dos nossos patrícios, porque, os povos trabalhadores, aqueles que agem sob a inspiração de poderoso ideal, são, indiscutivelmente, os povos mais virtuosos e felizes, aqueles que constroem a prosperidade das nações e a grandeza da pátria.

(...).

O trabalho é uma força invencível. Ele cultiva a terra, explora o sub-solo, domina os mares e é soberano no ar. Constitui poder e energia, e expressão magna da inteligência e da vontade. Assim disciplina e educa, porque civiliza e determina a cooperação e a solidariedade. O trabalho, no mais, relaciona-se com todos os valores culturais. Implica a virtude - o bem; exige a ciência - a verdade; atinge a perfeição - a beleza e a arte. O trabalho, dentro desses elevados princípios, deve ser honesto, inteligente e produtivo, para se tornar na realidade, ao mesmo tempo, um valor ético, científico e econômico do mais alto alcance social e humano.”⁵⁵

Mas como os trabalhadores cariocas reagiram à implantação do projeto corporativista? De modo geral, pode-se afirmar que existiram três tipos básicos de reações destes trabalhadores. No primeiro, uma parcela dos trabalhadores realizou um tipo de “leitura seletiva” do projeto corporativista, na medida em que aceitou os pontos do projeto que lhe eram favoráveis e rejeitou os prejudiciais. No segundo, um grupo de trabalhadores, ligado principalmente às correntes de esquerda do movimento operário, recusou-se terminantemente a aceitar o projeto, resistindo ao máximo à sua implantação. Em contraste, uma terceira parcela dos trabalhadores aceitou o projeto integralmente, passando a defendê-lo e a contribuir para a sua implantação.⁵⁶

⁵⁵ - *Ciência Política*, outubro/1941.

⁵⁶ - As reações dos trabalhadores ao projeto corporativista serão abordadas com maiores detalhes nos capítulos 6

Desta forma, existiram vários aspectos na relação entre o governo Vargas, na sua política de implantação do projeto corporativista, e os trabalhadores que devem ser levados em consideração na análise. Pode-se mesmo afirmar que o governo não obteve um sucesso absoluto nesta implantação, pois alguns pontos do projeto não foram colocados em prática e outros não atingiram os resultados esperados, como, por exemplo, a sindicalização em massa dos trabalhadores.

Capítulo 2

A constituição da legislação trabalhista

No campo da história do desenvolvimento de um conjunto de leis trabalhistas no Brasil, duas idéias principais foram construídas ao longo do tempo, tornando-se praticamente parte do que se poderia denominar “senso comum”. A primeira delas é a chamada “ideologia da outorga”, ou seja, a noção de que a legislação trabalhista constituíra um “presente” do governo Vargas para os trabalhadores, antecipando, desta forma, suas necessidades e reivindicações. Segundo a propaganda varguista e vários autores corporativistas, os trabalhadores brasileiros não precisaram lutar pela conquista de seus direitos básicos, pois eles já haviam sido concedidos pelo governo. Assim, graças também a esta “doação”, a questão social no Brasil não se apresentava tão grave quanto em outros países. Posteriormente, alguns estudiosos acabaram por incorporar, em suas análises, o discurso do governo Vargas. Contudo, ao contrário do que afirma a “ideologia da outorga” a legislação promulgada no novo governo veio atender em parte a reivindicações formuladas pelos trabalhadores desde a República Velha.¹ Além disso, esta luta não foi encerrada, pois os trabalhadores

¹ - Vários autores já questionaram a “ideologia da outorga”, dentre eles Antônio Carlos Bernardo. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982; Leticia Bicalho Canêdo. *Bancários:*

continuaram a exigir novos direitos e o efetivo cumprimento dos já existentes.

A segunda idéia, que na verdade representa um desdobramento da primeira, coloca a concepção e a efetivação da legislação trabalhista como processos ocorridos somente a partir da Revolução de 1930. Na verdade, a questão do estabelecimento de medidas de organização e proteção ao trabalho já vinha sendo discutida desde o início do século XX. Data deste período uma das primeiras leis concernentes ao assunto, o decreto 1.637 (05/01/1907), que regulamentou a formação de sindicatos livres e autônomos.² Esta lei foi pouco aplicada, sendo pequeno o número de associações que seguiram as suas normas. Contudo, foi a partir do final da I Guerra Mundial - dentro de um contexto marcado pela vitória da Revolução Russa, pelo agravamento das condições de vida do operariado e pela assinatura, por parte do Brasil, do Tratado de Versalhes - que o debate em torno da questão social tornou-se mais intenso. No interior da Câmara dos Deputados, este debate associou-se a uma discussão maior que constituía um questionamento das atividades industriais e comerciais, consideradas prejudiciais ao desenvolvimento econômico do país e criadoras da luta de classes.³ Ao mesmo tempo, a questão social passou a ser abordada durante as campanhas eleitorais de vários candidatos à Presidência da República, demonstrando o interesse crescente que o assunto despertava.⁴

A posição do patronato em relação à questão social e à legislação trabalhista apresentou diversas nuances neste período. Na década de 1920, ele já aceitava a necessidade de intervenção do Estado na questão social, mas queria impor certos

movimento sindical e participação política. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986; Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; e John D. French. "The origin of corporatist State intervention in brazilian industrial relations, 1930-1934: A critique of the literature". *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, n° 2, winter 1991.

² - Angela de Castro Gomes. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, pág. 57.

³ - Idem, pág. 60.

⁴ - Idem, págs. 101-104.

limites a esta ação. Paralelamente, avançou e institucionalizou-se a efetiva influência do patronato no processo de formulação e implementação da legislação trabalhista, através principalmente da atuação dos deputados ligados ao setor e da sua participação em órgãos consultivos, como o Conselho Nacional do Trabalho e o Conselho Superior do Comércio e Indústria (ambos criados em 1923). De acordo com Angela Gomes, o empresariado contribuiu para a construção da “ideologia da outorga”, que consagrava o caráter antecipatório da legislação e a sua dimensão de “doação” do Estado. Segundo os empresários, o Estado estaria se antecipando não apenas às demandas dos trabalhadores, mas também à existência de condições sociais e econômicas que permitissem a implementação das leis. Assim, a legislação estaria defasada em relação à realidade existente, o que impediria o patronato de cumprir as determinações legais. Além disso, afirmavam ainda que o próprio operariado não estava preparado para usufruir dos benefícios sociais, acabando por descumprir as leis.⁵

“O ponto central de defesa da posição do patronato é a empresa, capaz de responder, melhor que o próprio Estado, a uma série de contingências da realidade social. Ao Estado cabia um papel crucial, porém complementar, que era o de conduzir legalmente o processo de mudança, de forma a que as leis, gradualmente, viessem muito mais a consagrar práticas que a implantar procedimentos.”⁶

Estas colocações de Gomes podem ser complementadas pelas conclusões de Maria Antonieta Antonacci. Segundo esta autora, setores da burguesia industrial paulista dedicaram-se, desde a década de 1920, a implantar estratégias de organização

⁵ - Idem, págs. 190-194. Em sua argumentação, os empresários forneciam vários exemplos do suposto despreparo do operariado, como o fato de muitos pais mentirem sobre a idade dos filhos para que estes pudessem conseguir empregos nas fábricas.

⁶ - Idem, pág. 194.

racional dos processos de trabalho. Estas estratégias comportavam ações estatais para administrar os processos de produção e circulação - estabelecendo integradamente a gestão estatal da força de trabalho e da moeda - de forma conjugada a intervenções sócio-culturais do Estado na sociedade como um todo.⁷ Portanto, o patronato impunha limites bastante precisos à interferência levada a efeito pelo Estado.

Refletindo a importância crescente da questão social no interior da sociedade brasileira, as primeiras leis trabalhistas foram promulgadas ainda no decorrer da República Velha. De modo geral, em sua grande maioria tiveram pouca ou nenhuma aplicação prática, devido principalmente à má vontade dos patrões - que, como foi visto, justificavam o desrespeito às leis com o argumento de que estas não se adequavam à realidade nacional - e à ausência de uma fiscalização efetiva por parte do Estado. Além disso, muitas vezes o patronato conseguia interferir na regulamentação das leis, etapa essencial para que estas entrassem de fato em vigor, e alterar substancialmente seus aspectos essenciais. Como resultado deste processo, vários benefícios que haviam sido estabelecidos pelo Legislativo eram posteriormente eliminados ou transformados em elementos inofensivos à dominação patronal.

Entretanto, mesmo com todos os obstáculos interpostos à sua efetivação a incipiente legislação representou sem dúvida uma conquista significativa por parte dos trabalhadores. As suas reivindicações poderiam agora apoiar-se no conjunto de leis promulgadas, o que indiretamente também contribuía para o reconhecimento, por parte do patronato, dos sindicatos como interlocutores legítimos nas negociações.

Além da lei de sindicalização de 1907, merecem ser destacadas cinco leis trabalhistas do período da República Velha. A primeira é a lei de acidentes de trabalho (15/01/1919), que determinou a responsabilidade patronal nos casos de acidentes,

⁷ - Maria Antonieta M. Antonacci. *A vitória da razão (?): o IDORT e a sociedade paulista*. Brasília: CNPq; São Paulo: Marco Zero, 1992, pág. 100.

estipulando muitas variáveis conforme a gravidade dos ferimentos. Em 1923 foram promulgadas duas leis: a Eloy Chaves, que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, e o decreto 16.027, que criou o Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo ligado ao Ministério da Agricultura.

A mais polêmica das leis trabalhistas do período foi, certamente, a lei de férias (24/12/1925). O patronato, principalmente o ligado ao setor industrial, procurou, desde o início da discussão da lei na Câmara dos Deputados, limitar ao máximo o alcance de sua aplicação. Todavia, apesar de todas as pressões a lei estabeleceu o direito de 15 dias de férias anuais remuneradas para todas as categorias profissionais do comércio e da indústria. Os comerciantes acabaram por aceitar o novo benefício, mas os industriais utilizaram todos os recursos possíveis para questionar a medida, argumentando que ela representaria a desestruturação completa da produção industrial. Até o final da década de 1920 a questão da aplicação da lei ao setor industrial continuou controversa, sendo muito pouco respeitada pelos empresários. Finalmente, a última lei importante da República Velha foi o Código de Menores (01/12/1926), que regulamentou a idade mínima para a admissão de menores e a jornada máxima de trabalho a que poderiam ser submetidos.⁸

a) A legislação trabalhista do governo Vargas

A partir do que foi exposto anteriormente, pode-se concluir que o problema da adoção, pelo Estado, de medidas de proteção ao trabalho vinha recebendo desde a República Velha atenção por parte deste e de vários setores sociais. Assim, ao contrário do que afirmavam seus defensores, no que diz respeito a esta questão o novo governo

⁸ - Este pequeno resumo da legislação trabalhista da República Velha foi baseado em Gomes, *op. cit.*; Evaristo de Moraes Filho. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978; e Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

instalado a partir da vitória da Revolução de 1930 não introduziu um elemento totalmente inédito no panorama social e político do país. O ponto de diferenciação entre ele e os governos anteriores residiu na abordagem do problema a partir de um novo ângulo. O projeto corporativista que embasava as ações do governo Vargas previa a construção de uma sociedade harmônica, onde a luta de classe seria substituída pela cooperação de todos os indivíduos na busca do bem-estar de toda a Nação. Dentro deste objetivo, a legislação trabalhista teria a função de regulamentar as relações de trabalho, evitando a eclosão de conflitos e coagindo as classes sociais a adaptarem-se ao novo regime. Desta forma, todo o esforço empreendido pelo governo no sentido de estabelecer um conjunto abrangente de leis trabalhistas, e de garantir a sua aplicação efetiva, deveu-se em grande parte ao papel fundamental que estava reservado a estas leis no surgimento da sociedade corporativa.⁹

Como o tema da legislação trabalhista no período de 1930 a 1945 é muito amplo, comportando múltiplos aspectos, neste capítulo concentrarei o enfoque na análise da formação de uma estrutura previdenciária e da atuação dos órgãos responsáveis pela aplicação da legislação, como o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, além de abordar as principais leis.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Pouco mais de um mês após a vitória do movimento armado, o Governo Provisório tomou a primeira grande medida na área trabalhista: a criação do Ministério

⁹ - A questão da necessidade de elaboração da legislação trabalhista ocupou um grande espaço na plataforma da Aliança Liberal para as eleições de 1930, lida por Vargas na Esplanada do Castelo em janeiro daquele ano, o que demonstra que este assunto despertava um interesse profundo por parte do grupo que ascenderia posteriormente ao poder. Como foi mencionado acima, esta questão já havia sido abordada anteriormente nas plataformas eleitorais de outros candidatos à Presidência, mas de forma bem menos detalhada. Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, volume 1, pág. 20 e Gomes, *op. cit.*, págs. 101-104.

do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto 19.443 de 26/11/1930).¹⁰ De acordo com os propagandistas do novo regime, este órgão encarregaria-se de uma parcela significativa e crucial das novas funções assumidas pelo Estado, tanto que era chamado por eles de “Ministério da Revolução”¹¹. Com o passar do tempo, o Ministério acabou se tornando realmente um dos principais alicerces do Estado. Previsto para atuar como um órgão mediador dos conflitos entre patrões e empregados, além de fiscalizador do cumprimento da legislação trabalhista, ele acabou por ter sua área de atuação cada vez mais ampliada no decorrer dos anos. Sua interferência na vida interna dos sindicatos também foi se tornando, progressivamente, maior.

Outro dado indicador da crescente importância política adquirida pelo Ministério encontra-se na grande quantidade de telegramas e cartas de felicitações enviados por ocasião da posse de cada novo ocupante da pasta.¹² Uma parte desta correspondência era endereçada por sindicatos e grupos de trabalhadores cariocas que, desta forma, procuravam manter um bom relacionamento com o órgão estatal que mais diretamente afetava as suas vidas.¹³ Contudo, muitas vezes as declarações de apoio aos Ministros vinham acompanhadas de pedidos de interferência destes na solução de problemas ou a satisfação de reivindicações. Desta forma, os sindicatos e os trabalhadores exigiam daquelas autoridades a contrapartida do apoio concedido. Em dezembro de 1930, por exemplo, a União dos Operários Ferradores, a União dos

¹⁰ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 217.

¹¹ - Esta expressão foi utilizada por Lindolfo Collor já no seu discurso de posse como o primeiro Ministro do Trabalho. Rosa Maria Barbosa de Araújo. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, pág. 52.

¹² - Entre 1930 e 1945 foram nomeados seis ministros para o Ministério do Trabalho: Lindolfo Collor (1930-1932), Joaquim Salgado Filho (1932-1934), Agamenon Magalhães (1934-1937), Waldemar Falcão (1937-1941), Dulphe Pinheiro Machado (1941) e Alexandre Marcondes Filho (1941-1945). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1990.

¹³ - Alguns sindicatos levavam bastante a sério a política de “boa vizinhança” com o Ministério. Em outubro de 1941, por exemplo, representantes dos sindicatos de trabalhadores do Distrito Federal fizeram uma visita ao ministro interino, Pinheiro Machado, por motivo da passagem de seu aniversário. Este ministro fora empossado em junho do mesmo ano, tendo permanecido apenas seis meses no cargo. *A Manhã*, 23/10/1941.

Operários em Fábricas de Tecidos e a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas enviaram um longo memorial ao Ministro. Nele, após manifestarem sua satisfação com a criação do Ministério e com a nomeação de Collor para o cargo, chamaram a atenção para a necessidade de os sindicatos operários serem consultados na elaboração das novas leis trabalhistas.¹⁴

Segundo Rosa Araújo, a plataforma da Aliança Liberal previa o estabelecimento de uma legislação trabalhista, mas não necessariamente produzida por um órgão do Poder Executivo. Assim, a idéia do Ministério do Trabalho só surgiu pouco antes da posse de Vargas como chefe do Governo Provisório.¹⁵ De qualquer modo, a criação do Ministério provocou reações entusiasmadas de vários setores sociais. Poucos dias antes da publicação do decreto, o jornal carioca *A Esquerda* elogiou a intenção do governo de criar o novo órgão, afirmando que “faltaria, de fato, a Revolução Brasileira à sua máxima finalidade, se deixasse o país entregue ao caos em que se debatia a sua legislação social, muito bonita nas conquistas que fazia vitoriosas no papel, mas totalmente desamparada de qualquer sanção prática, graças à inexistência dos institutos mais rudimentares que se incumbissem de zelar por sua aplicação.”¹⁶

Lindolfo Collor tinha diante de si a tarefa de construir, o mais rapidamente possível, uma estrutura administrativa eficiente e centralizadora, que realmente pudesse controlar a formulação e aplicação das medidas trabalhistas. A fim de atingir este objetivo, cercou-se de antigos colaboradores do movimento operário, como Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes. Para acelerar o processo de elaboração das leis, várias comissões foram criadas no interior do órgão, cada uma sendo responsável por um

¹⁴ - *A Esquerda*, 03/12/1930. Para maiores detalhes sobre as relações estabelecidas entre Estado, sindicatos e trabalhadores, ver os capítulos 6 e 7 desta Tese.

¹⁵ - Araújo, *op. cit.*, págs. 25-29.

¹⁶ - *A Esquerda*, 19/11/1930. As manifestações de entusiasmo por parte deste periódico não se restringiram a este editorial. Em 2 de dezembro do mesmo ano, outro editorial comentou o discurso de posse de Collor, enaltecendo as medidas anunciadas por este para solucionar a questão do desemprego.

aspecto do campo do trabalho. Os primeiros resultados deste esforço coletivo logo surgiram, através da decretação de uma série de leis trabalhistas, tais como a lei dos 2/3, a lei de reforma das Caixas de Aposentadorias e Pensões e a lei de sindicalização.

Todavia, juntamente com estas leis vieram também vários problemas para o Ministério. O patronato considerava muito alto o nível de interferência do governo no âmbito das relações de trabalho, opondo-se, portanto, à maioria das medidas adotadas. Além disso, algumas correntes do movimento operário e sindical acusava as novas leis de serem apenas instrumentos de controle dos trabalhadores, resistindo à sua aplicação. Os trabalhadores, por seu lado, não reagiram da maneira esperada, pois permaneceram fora dos sindicatos oficiais.

O outro problema enfrentado pelo Ministério consistiu nas críticas feitas por setores que, de início, haviam apoiado a sua atuação. A maior parte destas críticas girava em torno da precipitação e da falta de cuidado que haviam norteado a elaboração das leis trabalhistas. O jornal *A Esquerda*, o mesmo que em dezembro de 1930 havia coberto de louvores o Ministro do Trabalho, seis meses depois já acusava-o de ter criado uma legislação que não era aceita nem pelo patronato e nem pelo operariado.

“Aos primeiros dias de incertezas revolucionárias, em meio de medidas de insegurança pública e de restrição das liberdades de todo gênero, o novel ocupante do Ministério do Trabalho, criado, segundo declaração oficial, ‘sem aumento de despesas’ (no que ninguém pôde crer), meteu-se, com estardalhaço, a reformar a legislação social, sem ter tempo de ler por alto o acervo legislativo dos países de experiência socialista.

Leis de seguro, leis de férias, leis de contrato coletivo, leis regulamentadoras dos livros (que sei eu?), tudo entendeu de renovar, criar, redigir, às pressas, de afogadilho, como se a legislação social pudesse ser obra de improvisação sediciosa emergente da cabeça de um jejuno em questões de leis do trabalho, como Minerva na cabeça de

Júpiter onipotente.

O resultado têmo-lo aí. Nem o proletariado inteligente aceita as leis em que colaborou efetivamente, nem os grandes industriais, de quem o sr. Collor recebe manifestações em São Paulo, vêem com bons olhos a ameaça de legislação acepilhada a todo vapor, para pura glória de um ‘trabalhista’ de exibições.”¹⁷

Outros órgãos de imprensa também manifestaram sua insatisfação com a atuação de Collor no Ministério do Trabalho. Em um editorial publicado cerca de quinze dias após a posse de Salgado Filho neste Ministério, o jornal *Diário de Notícias* afirmou que uma das primeiras providências que deveria ser tomada pelo novo Ministro seria a revisão de todas as leis decretadas pelo seu antecessor, as quais “longe de virem dar solução à nossa questão social, representam nitidamente um perigo para a ordem e a tranqüilidade da sociedade brasileira.”¹⁸

Contudo, as observações negativas em relação à legislação trabalhista não se encerraram juntamente com o mandato de Collor. Durante ainda alguns anos o Ministério foi alvo de várias críticas, as quais foram rebatidas publicamente por alguns membros do governo. Em dezembro de 1934, por exemplo, o deputado constituinte e ex-ministro Salgado Filho publicou um artigo no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, no qual reconheceu que a legislação promulgada apresentava problemas, mas que estes eram causados por fatores que escapavam ao controle do Ministério.

“Tinha a nova pasta de se ressentir não só do seu noviciado, como de uma organização deficiente e parca pelas aperturas

¹⁷ - *A Esquerda*, 01/06/1931. O artigo foi assinado por “João Sem Terra”.

¹⁸ - *Diário de Notícias*, 18/04/1932.

financeiras que nos afligiam, como também pelas resistências opostas à sua atuação. De um lado os patrões, numa natural resistência à ação inovadora, que julgavam engendrada pelos governantes incipientes; de outro, os operários sem bem alcançarem a extensão dos direitos que lhes eram concedidos, procurando compelir os empregadores mesmo a caprichos que a rapidez da mudança lhes sugeria, sem atenderem que este excesso ia contribuir para levar a outra parte à falsa percepção da necessidade da defesa da própria conservação. Daí a árdua e espinhosa missão do Ministério de fazer a todos compreender até onde iam os seus direitos e quando começavam as suas obrigações. Para o seu desempenho mister se fazia um grande espírito de sacrifício, com esforços inauditos, desfazendo com denodo os escolhos, e sobretudo com a coragem de enfrentar, resignadamente, estoicamente, a calúnia, a perfídia, arma de que se servem os que, sem a precisa educação moral, são contrariados em seus interesses, mesquinhos, sobrepostos a tudo e a todos.(...).”¹⁹

Parece, entretanto, que as justificativas do governo não conseguiram convencer uma parcela da opinião pública. Em 1936 o jornal *Correio da Manhã*, o qual apresentava neste período um perfil conservador, publicou um editorial em que alertava para a necessidade de ser feita uma revisão e consolidação das leis trabalhistas, principalmente diante da perspectiva de criação da Justiça do Trabalho. Afirmava ainda que “a tarefa do poder legislativo, nessa esfera, reclama um esforço que não foi ainda desenvolvido...”²⁰

As críticas à atuação do Ministério do Trabalho não vinham apenas dos setores conservadores da sociedade. As leis de sindicalização de 1931 e de 1934 garantiram a este órgão um amplo poder de ascendência e de controle sobre as

¹⁹ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 4, dezembro/1934. Neste mesmo número foi publicado o relatório do deputado Edgard Teixeira Leite, apresentado à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, sobre o orçamento do Ministério do Trabalho. Além de exaltar a atuação deste órgão, Leite ainda afirmou que as falhas encontradas na legislação trabalhista deviam-se à inexperience do governo em um campo de ação totalmente novo.

²⁰ - *Correio da Manhã*, 26/11/1936.

entidades sindicais. Atuando em conjunto com a Polícia, o Ministério foi aos poucos minando a capacidade de sobrevivência dos sindicalistas autônomos, representados principalmente pelas correntes de esquerda do movimento operário. Estes sindicalistas procuraram reverter este processo através de medidas como a criação de grupos de oposição no interior dos sindicatos oficiais, a fim de, em seguida, colocá-los sob a sua influência.²¹ Ao mesmo tempo, buscaram alertar os trabalhadores sobre a ligação do Ministério com o patronato²² e denunciar todos os atos deste considerados prejudiciais aos interesses dos trabalhadores.

Um exemplo deste tipo de denúncia pode ser encontrado em uma edição de 1935 do jornal *A Manhã*, porta-voz da Aliança Nacional Libertadora. Um editorial acusou o Ministério de estar manipulando, juntamente com o Chefe de Polícia e alguns políticos, as eleições dos delegados-eleitores dos sindicatos de empregados, os quais posteriormente iriam escolher os vereadores da representação classista na Câmara Municipal. Ainda segundo o editorial, não era a primeira vez que o Ministério agia desta forma, pois na eleição dos representantes classistas para a Câmara dos Deputados a maioria dos eleitos eram “compadres” daquele órgão.²³

Em agosto de 1945, uma delegação de associados do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador entregou um memorial a Vargas, no qual solicitava, entre outras reivindicações, o imediato reconhecimento da Federação da categoria, cujo funcionamento normal estava sendo impedido há quatro anos pela “burocracia inoperante da divisão de orientação e assistência sindical do Ministério do Trabalho.”²⁴ Cerca de três meses depois, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores

²¹ - Para maiores detalhes sobre a reação do sindicalismo autônomo à interferência do Estado no meio sindical, ver o capítulo 6 desta Tese.

²² - Este fato foi denunciado, por exemplo, em dois artigos publicados na edição de 01/08/1934 do jornal comunista *A Classe Operária*.

²³ - *A Manhã*, 10/07/1935.

²⁴ - *Diretrizes*, 01/09/1945.

nas Indústrias de Panificação, Confeitarias e Produtos de Cacau e Balas, eleita em novembro de 1944, obteve finalmente o reconhecimento do Ministério, possibilitando enfim a sua posse. A homologação da eleição somente foi concedida após o fim do governo de Vargas e a posse de um novo diretor no Departamento Nacional do Trabalho.²⁵

Assim, eram comuns os casos de irregularidades praticadas pelo Ministério, que não hesitava em utilizar todos os meios, inclusive os ilegais, para cumprir de maneira satisfatória as suas funções. O Ministério contava ainda com um conjunto de órgãos auxiliares, cujo papel principal consistia em incrementar a eficiência da máquina governamental, auxiliando, deste modo, na construção de novas relações de trabalho baseadas na noção de colaboração entre as classes sociais.

Dentre estes órgãos podem ser destacados, pela sua importância, o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e o Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Ambos foram criados no período da República Velha. Em 1918 o Poder Legislativo determinou a criação do DNT, mas ele não chegou a ser realmente efetivado, sendo substituído, em 1923, pelo CNT. Este último possuía um caráter apenas consultivo e funções bem menos abrangentes do que o antigo DNT.²⁶ Mesmo assim, sua atuação provocava polêmicas e críticas entre diversos setores sociais. Em maio de 1930, por exemplo, um editorial da *Revista dos Ferroviários* - publicada pelo Centro Beneficente dos Ferroviários do Brasil - acusou o presidente do CNT, Ataulfo de Paiva, de dispor “de empregos que distribui como entende, e dispõe também de um orçamento vultuoso que é gasto sem nenhuma fiscalização, embora o dinheiro seja tirado das Caixas [de Aposentadorias e Pensões], isto é, do bolso dos ferroviários, que estão sendo vilmente explorados por uma repartição sui generis, criada apenas para a satisfação de vaidades

²⁵ - *Tribuna Popular*, 06/12/1945.

²⁶ - Gomes, *op. cit.*, págs. 87 e 96.

doentias.”²⁷

Poucos dias após a posse de Vargas no Governo Provisório, um outro periódico, o jornal *A Esquerda* - o mesmo que depois saudaria entusiasticamente a criação do Ministério do Trabalho - publicou um editorial onde afirmava que a nova mentalidade trazida pela revolução exigia como uma das primeiras tarefas a remodelação do Conselho, transformado em “órgão inútil, displicente, covil de burocratas, sem ligar às solicitações urgentes das vítimas aflitas da plutocracia indígena.” Ainda de acordo com o jornal, além da remodelação era fundamental que a direção do CNT fosse entregue a um técnico de “inteligência clara e objetiva” que conhecesse as angústias e necessidades operárias.²⁸

Tudo indica que o Governo Provisório também considerava essencial a reformulação destas antigas repartições, pois rapidamente, em fevereiro de 1931, recriou o Departamento Nacional do Trabalho, que se tornaria responsável pela execução, fiscalização e cumprimento da legislação trabalhista. Já a reforma do Conselho demorou um pouco mais: as alterações foram feitas apenas em 1934. Ele passou a ter funções de fiscalização, controlando basicamente o sistema previdenciário.²⁹

Com a criação, em 1940, da Justiça do Trabalho, o CNT incorporou ao seu raio de ação o papel de órgão supremo desta instituição. Como tal, cabia-lhe o estudo e julgamento dos dissídios coletivos que excedessem a jurisdição dos Conselhos Regionais, bem como a extensão, aos membros de toda uma categoria profissional, das decisões proferidas nesses dissídios e dos contratos coletivos celebrados por entidades sindicais. No campo previdenciário, competia-lhe, entre outras funções, julgar as propostas orçamentárias, os relatórios, as tomadas de contas e os processos de eleição

²⁷ - *Revista dos Ferroviários*, maio/1930.

²⁸ - *A Esquerda*, 11/11/1930.

²⁹ - Munakata, *op. cit.*, págs. 72-75.

das Juntas e Conselhos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.³⁰

Inicialmente cabia ao DNT a solução dos conflitos surgidos entre patrões e empregados, mas esta função foi posteriormente assumida pela Justiça do Trabalho.³¹ Um dos setores mais ativos do Departamento era o da elaboração de ante-projetos de leis trabalhistas, os quais posteriormente recebiam as sugestões das partes interessadas e as observações do Ministro do Trabalho. Outro traço marcante da atuação deste órgão residia na sua tentativa de controle de vários aspectos das condições de vida e de trabalho do operariado. Pode-se citar como exemplo os vários inquéritos iniciados em 1931 sobre a duração e os fatores de segurança do trabalho; o valor dos salários; os preços dos gêneros alimentícios; a higiene industrial; o número de trabalhadores em cada atividade profissional; e o regime de trabalho de mulheres e menores.³² Segundo o Departamento, os dados obtidos nestes inquéritos seriam utilizados como base das sugestões a serem apresentadas ao Ministério acerca do aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Contudo, este argumento não invalida o fato de que um maior conhecimento sobre a vida dos trabalhadores possibilitaria ao governo um controle mais eficiente sobre a mesma, principalmente no que diz respeito às atividades políticas.

Com o propósito de divulgar os pressupostos do regime e pressionar os trabalhadores a manterem-se dentro dos limites determinados pelo Estado, o DNT realizava freqüentemente visitas a sindicatos, durante as quais muitas vezes seus representantes presidiam as assembléias e faziam palestras sobre a legislação trabalhista. De acordo com um diretor do órgão, devido a esse contato intenso “os

³⁰ - *Cultura Política*, ano II, n° 21, novembro/1942.

³¹ - Apenas nos seus seis primeiros meses de funcionamento o DNT recebeu 965 queixas e reclamações, o que demonstra como não eram nada tranquilas as relações entre patrões e empregados. Relatório do DNT apresentado ao Ministro do Trabalho, 24/08/1931. Arquivo Privado de Lindolfo Collor, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas.

³² - Relatório do DNT apresentado ao Ministro do Trabalho, 24/08/1931. Arquivo Privado de Lindolfo Collor, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

trabalhadores jamais se sentiram constrangidos para nos trazer sua colaboração e sua crítica construtiva, para nos apontar qualquer falha verificada na administração.”³³

Esta política de aproximação das entidades sindicais norteou também a organização, pelo Departamento, de uma série de reuniões entre os sindicatos patronais e os trabalhistas de vários setores da produção. O principal objetivo destes encontros era a discussão dos problemas específicos de cada área. Foram efetuadas cerca de 30 reuniões entre junho de 1937 e julho de 1938, englobando atividades econômicas como confecções, alimentação, metalurgia, construção civil, comércio, imprensa e transportes terrestres e marítimos. Segundo o diretor do DNT, todas as reuniões foram presididas por um espírito de conciliação e harmonia, na medida em que tanto os representantes dos empregadores quanto os dos empregados haviam levado para os debates o propósito da colaboração. Ele afirmou ainda que os encontros “produziram os melhores frutos para o futuro da organização corporativa brasileira.”³⁴

Entretanto, nem mesmo a reestruturação e a valorização do Conselho e do Departamento conseguiram acabar com antigos vícios. Ambos os órgãos continuaram a sofrer críticas às suas atuações, girando as queixas em torno da questão da ineficiência e de denúncias de corrupção. Pode-se citar como exemplo o editorial do jornal *Avante!*, publicado no início do ano de 1935, no qual acusou-se o CNT de ter fraudado a eleição do Conselho da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Central do Brasil, a fim de que fossem eleitos apenas os candidatos simpáticos ao Ministério do Trabalho.³⁵ Alguns meses depois outro jornal, *A Trinchera*, publicou um artigo em que denunciava-se o descaso do Conselho em relação aos trabalhadores, pois este era “incapaz não só de resolver, mas simplesmente dar andamento a qualquer caso quando

³³ - Relatório do DNT apresentado ao Ministro do Trabalho, janeiro/1945. Arquivo Privado de Alexandre Marcondes Filho, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Ainda de acordo com este relatório, durante o ano de 1944 o DNT assistiu, somente no Distrito Federal, a 39 reuniões sindicais e fez 21 visitas a sindicatos.

³⁴ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 48, agosto/1938.

³⁵ - *Avante!*, 06/01/1935.

este diz respeito a qualquer direito espezinhado pelos patrões contra trabalhadores.”³⁶

O Departamento Nacional do Trabalho também era criticado pela morosidade no julgamento de processos relativos a acidentes de trabalho, direito a férias, dentre outros. Segundo o jornal *Avante!*, vários requerimentos, alguns dos quais com caráter de urgência, ficavam parados nas prateleiras do órgão por períodos de até um ano.³⁷ Novas denúncias, desta vez referentes a irregularidades administrativas, surgiriam em 1945, após a deposição de Vargas. O jornal trotskista *Vanguarda Socialista* publicou um artigo no qual afirmava-se que uma devassa no interior do Departamento havia revelado a existência de várias irregularidades, como o desvio de verbas do imposto sindical para as comemorações oficiais do regime e a contratação das amantes de altos funcionários do Ministério do Trabalho.

“Outras belezas viriam a furo se a devassa fosse severa e abrangesse tudo. No entanto, talvez o atual diretor do DNT tema pôr todos os podres na rua. São tantos que a classe operária se sentiria revoltada e expulsaria a pontapés todos os culpados. Para estes felizmente o PTB venceu, pondo Dutra na presidência da República. Tudo será abafado. A roubalheira vai continuar. As ‘protegidas’ voltarão aos cargos. As festanças de primeiro de maio arrebentarão as verbas. Para que valeu a demagogia, se não foi para que os grandes figurões do PTB pudessem continuar a ter boa vida, boas amantes, a freqüentar bons teatros, usar boas roupas, viver a tripa forra afinal?”³⁸

Na sua política de controle das relações de trabalho, o Ministério do Trabalho recebia também a ajuda de entidades privadas, como o Instituto de

³⁶ - *A Trinchira*, setembro/1935.

³⁷ - *Avante!*, 07/10/1933.

³⁸ - *Vanguarda Socialista*, 21/12/1945.

Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado em 1931. Fundado e mantido por grupos técnicos e por uma parcela do empresariado industrial paulista, o principal objetivo deste Instituto era promover a implantação de métodos de organização racional em fábricas, empresas, associações profissionais e órgãos estatais.³⁹ De acordo com Maria Antonieta Antonacci, a preocupação em organizar e administrar cientificamente o processo de trabalho surgiu, no setor industrial paulista, no final da I Guerra Mundial. Métodos como o taylorismo e o fordismo foram adquirindo cada vez mais espaço no meio empresarial como soluções para os problemas de indisciplina e insubordinação dos trabalhadores.⁴⁰ Quanto a esta questão, Adalberto Marson chama a atenção para o fato de que a simples presença de um discurso disciplinador que identificava a existência de um poder nas mãos dos trabalhadores não significa automaticamente a existência deste poder. Muitas vezes o discurso disciplinador representava mais um projeto ou um programa do que uma operação realmente levada a efeito.⁴¹

Contudo, como os trabalhadores reagiram às mudanças postas em prática pelo empresariado,⁴² este foi obrigado a buscar novas alternativas de controle. A racionalização, que havia surgido da adaptação dos postulados de Taylor e Ford à realidade de alguns países, despontou então, para o empresariado, como o melhor caminho a seguir.⁴³ Mas a influência das propostas racionalizadoras não se restringiu apenas ao setor industrial paulista. Elas ganharam adeptos entre outros setores sociais e regiões do país. Isto pode ser demonstrado, por exemplo, pela “exposição de motivos” redigida pelo Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, que acompanhou o projeto da lei

³⁹ - Antonacci, *op. cit.*

⁴⁰ - Antonacci, *op. cit.*

⁴¹ - Adalberto Marson. “O taylorismo e seus artificios”. Angela Maria Carneiro de Araújo (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta, 1997, pág. 156.

⁴² - A resistência dos trabalhadores e dos encarregados da direção do trabalho (como capatazes e engenheiros) também foi um dos principais obstáculos enfrentados pelo taylorismo nos Estados Unidos e na França. Marson, *op. cit.*, pág. 158.

⁴³ - Antonacci, *op. cit.*, pág. 100.

de sindicalização de 1931. Collor, antigo advogado gaúcho, afirmou logo no início de sua exposição

“que este projeto representa, depois de longas e incompreensíveis vacilações, a primeira iniciativa sistemática no sentido da organização racional do trabalho em nosso país. A minha experiência de três meses na nova pasta, que a honrosa confiança de V. Excia. [Vargas] me trouxe a gerir, já me deixou arraigada a convicção de que, sem a organização das classes profissionais, impossível se torna qualquer resultado apreciável na justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários.”⁴⁴

Entretanto, apesar da repercussão significativa que as propostas racionalizadoras haviam obtido entre vários segmentos sociais, os seus principais promotores - grupos técnicos e parte do empresariado paulista - julgaram que a sua implementação só seria realizada de forma completa se existisse um órgão diretor, que definisse as diretrizes essenciais de ação e centralizasse todos os esforços empreendidos. Foi a partir desta necessidade que nasceu a idéia da criação do IDORT, que, a princípio, dedicou-se ao assessoramento técnico a empresas privadas e à elaboração de métodos de seleção e orientação profissionais. Com a nomeação de Armando de Salles Oliveira (um dos principais patrocinadores do órgão) para a Interventoria de São Paulo, o IDORT começou a ampliar o seu raio de ação na direção dos serviços públicos. O Instituto passou a ser responsável pela reforma administrativa do governo estadual, contando para isso com uma verba do orçamento do estado. Além disso, o Interventor decretou, em 1934, a sua transformação em instituição de utilidade

⁴⁴ - Exposição de motivos do Decreto nº 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer. *Movimento sindicalista no Brasil*. Rio de Janeiro, s. e., 1933, pág. 93.

pública.⁴⁵

Para os diretores do IDORT, este convite do governo estadual representou não apenas a possibilidade de organizar a administração dos serviços públicos, mas também a chance de atingir a racionalização da produção e do trabalho através do Estado. Este objetivo tornaria-se ainda mais viável quando, a partir da segunda metade da década de 1930, o governo federal também passou a requisitar os serviços do Instituto. Em dezembro de 1936, por exemplo, este órgão foi encarregado de proceder a estudos sobre a organização e as atividades do Departamento Nacional do Café e dos Ministérios do Trabalho e da Viação.⁴⁶

Na segunda metade da década de 1930 o IDORT conheceu uma grande expansão, convertendo-se em um órgão de consulta permanente por parte de municípios, estados e repartições da União interessados em resolver seus problemas administrativos, além de ser a matriz das demais iniciativas racionalizadoras da administração pública, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938.⁴⁷ Segundo Getúlio Vargas, entre as tarefas deste Departamento estavam “eliminar a rotina burocrática, tornar mais rápido e barato o serviço, padronizar o material, lotando convenientemente as repartições e uniformizando a legislação.”⁴⁸ De fato, pode-se perceber claramente a semelhança entre estes objetivos do DASP e as diretrizes traçadas pelo IDORT no campo da racionalização dos serviços públicos.

Contudo, os diretores do IDORT consideravam que, para atingirem a sua meta de envolver toda a sociedade dentro de uma “mentalidade racional”, não seria suficiente a simples aplicação dos princípios e métodos racionalizadores nas esferas

⁴⁵ - Antonacci, *op. cit.*, págs. 149 e 181-184.

⁴⁶ - Idem, págs. 149 e 203.

⁴⁷ - Antonacci, *op. cit.*, pág. 205.

⁴⁸ - Getúlio Vargas. *O Estado Novo e o momento brasileiro*. Rio de Janeiro, I. Amorim, 1939, pág. 59.

privada e pública. Assim, durante o Estado Novo o Instituto procurou construir essa mentalidade, através da realização de campanhas de propaganda, de contatos com associações e entidades sociais e da promoção de atividades como cursos de organização racional do trabalho - para a formação e treinamento de técnicos - e jornadas educacionais.⁴⁹ Iniciadas em 1938, estas jornadas objetivavam despertar o interesse da opinião pública sobre determinado assunto, tais como o desperdício na indústria, a alimentação e a educação, através de uma intensa programação que se estendia por vários dias, e da qual constavam atividades como conferências, debates e exposições. O êxito das jornadas foi tanto que o IDORT passou a promovê-las também fora do Estado de São Paulo. Em 1941, por exemplo, a Jornada da Habitação Econômica, que teve como meta focalizar o problema das casas populares, foi levada a efeito no Distrito Federal, onde contou com a presidência de honra do Prefeito Municipal e com o apoio de vários Ministros de Estado.⁵⁰

Outro momento importante da trajetória do IDORT durante o primeiro governo Vargas ocorreu no decorrer da II Guerra Mundial. Entre 1941 e 1943 o Instituto recebeu uma verba governamental para implantar a racionalização a nível nacional, tendo em vista a conjuntura excepcional que o país estava atravessando. Entre as medidas propostas pelo órgão estavam a defesa da suspensão de vários direitos dos trabalhadores e o lançamento de uma campanha em prol da preservação dos “padrões morais e éticos” entre o empresariado.⁵¹

Apesar de todos os esforços empreendidos pelo Ministério do Trabalho e seus órgãos auxiliares - através de medidas de coerção e convencimento, como a repressão policial e a vinculação entre usufruto dos benefícios sociais e sindicalização, da implantação de métodos racionalizadores do processo de trabalho e da construção de

⁴⁹ - Antonacci, *op. cit.*, pág. 241.

⁵⁰ - *A Manhã*, 05/09/1941.

⁵¹ - Antonacci, *op. cit.*, págs. 209 e 239.

uma estrutura sindical oficial - ainda não havia sido possível atingir o objetivo da formação de uma nova classe trabalhadora, adequada aos princípios do regime corporativo. Desta forma, uma parcela significativa dos trabalhadores manteve-se fora dos sindicatos oficiais. Mesmo entre os trabalhadores sindicalizados era pequena a participação na vida interna das entidades. Nos locais de trabalho, a negociação direta, as greves e as sabotagens continuavam a ser utilizadas como instrumentos de luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações e de resistência contra a introdução dos métodos racionalizadores, que retiravam das mãos dos operários o limitado controle que ainda possuíam sobre o processo de trabalho.⁵²

No início de 1943 houve um reconhecimento, por parte do Estado, de que a implementação do projeto de sindicalização não era uma tarefa simples e que não vinha obtendo o sucesso esperado. A fim de reverter este quadro, tomou-se a decisão de realizar uma ampla campanha de sindicalização, cujo pontapé inicial foi dado pelo próprio Vargas, durante as comemorações do Primeiro de Maio daquele ano.⁵³ Ao mesmo tempo, neste mesmo ano foram criados dois novos órgãos estatais, ligados ao Ministério do Trabalho, que possuíam como funções principais estimular a sindicalização dos trabalhadores e incutir nestes o comportamento esperado pelo novo regime.

O primeiro órgão a ser criado foi a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS). Segundo o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, à Comissão estavam reservados três objetivos essenciais.⁵⁴ Primeiramente, “promover o desenvolvimento do espírito sindical”, ou seja, procurar angariar para os sindicatos a

⁵² - Para maiores detalhes sobre a resistência dos trabalhadores à implantação do projeto corporativista por parte do Estado, ver os capítulos 6 e 7 desta Tese.

⁵³ - Ver o discurso pronunciado por Vargas nas comemorações do Primeiro de Maio de 1943, realizadas no Estádio do Vasco da Gama. Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1944, vol. X.

⁵⁴ - Palestras de 01/04, 08/04 e 29/04/1943 de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 105, maio/1943.

adesão voluntária dos trabalhadores que ainda não faziam parte dos quadros associativos. Em segundo lugar, “divulgar a orientação do Governo relativamente à vida sindical” - através de palestras radiofônicas, artigos em jornais, exibição de filmes e conferências educativas - para que os trabalhadores, devidamente informados sobre as vantagens da sindicalização, finalmente tomassem a iniciativa de ingressar nas suas associações. Em terceiro lugar, organizar “cursos preparatórios para a administração dos sindicatos e para especialização e orientação dos atuais administradores”, a fim de qualificar os dirigentes sindicais para o exercício “correto” das suas funções administrativas. Isto não era admitido pelo Ministro, mas esses cursos certamente teriam um papel fundamental na formação de uma camada de dirigentes subordinados às diretrizes impostas pelo Estado.

Dada a urgência com que devia ser resolvido o problema da baixa sindicalização, a Comissão procurou levar a efeito, o mais rapidamente possível, as atividades planejadas. Em julho de 1943 foi dado início, no Rio de Janeiro, ao primeiro curso de orientação sindical, na sede do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. O curso compunha-se de palestras semanais proferidas por funcionários do Ministério do Trabalho, sendo que algumas delas foram presididas pelo Ministro em pessoa e transmitidas pela estação de rádio da Prefeitura.⁵⁵ Já no decorrer do ano de 1944 a CTOS promoveu reuniões mensais com os dirigentes dos sindicatos cariocas, durante as quais eram realizadas conferências, palestras e exibições de filmes.⁵⁶

Em pouco tempo, a atuação da Comissão mereceu avaliações positivas por parte de membros do governo e de alguns setores sociais. Pode-se citar como exemplo a afirmação do Ministro do Trabalho de que o público presente a cada palestra do curso

⁵⁵ - Palestra de 22/07/1943 de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 108, agosto/1943; e *A Manhã*, 08/09/1943.

⁵⁶ - *A Manhã*, 22/10/1944.

de orientação sindical girou em torno de trezentas pessoas, entre dirigentes sindicais e trabalhadores, as quais, posteriormente, transmitiam para seus companheiros de trabalho as idéias assimiladas nas palestras. Ainda de acordo com o Ministro, esta divulgação dos “sadios conceitos contidos nas magníficas preleções dos conferencistas” já havia estimulado muitos trabalhadores a ingressarem nos seus sindicatos.⁵⁷ Uma avaliação bem mais otimista foi feita pelo jornal conservador *A Manhã*, em um editorial publicado no mês de outubro de 1943.

“É uma iniciativa que se ajusta magnificamente aos imperativos da hora presente, a atividade que a CTOS vem desenvolvendo no meio operário brasileiro. Despertar o trabalhador para o seu dever, que é cerrar fileiras em torno dos sindicatos, proporcionando, com a sua adesão, a força de que os mesmos necessitam para melhor cumprirem o seu alto trabalho social, é realmente uma bela obra, que merece o irrestrito louvor de quantos se interessam pelas questões proletárias.

E essa atividade educacional, a CTOS vem realizando de modo harmonioso e eficiente, conseguindo interessar na sua mensagem a alma do nosso operariado, tão cheia de virtudes e atributos.

Milhares de operários, atraídos pela palavra serena e humana da CTOS, estão de volta ou ingressam pela primeira vez nos sindicatos, que, dessa maneira, iniciam uma nova fase de vitalidade e progresso, para bem do Brasil e do povo.”⁵⁸

Não há dúvidas de que este balanço superestimou os resultados alcançados pela Comissão após apenas alguns meses de funcionamento. Ele corresponde muito mais às expectativas e esperanças do governo do que a um retrato fiel da realidade. A taxa de sindicalização dos trabalhadores cariocas não registrou neste ano um aumento

⁵⁷ - Palestra de 22/07/1943 de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 108, agosto/1943.

⁵⁸ - *A Manhã*, 23/10/1943.

significativo, mantendo-se, pelo contrário, no mesmo nível dos anos anteriores.⁵⁹ Desta forma, a questão do pequeno interesse dos trabalhadores pelos seus sindicatos permanecerá, até o final do governo Vargas, como um problema sem solução.

O outro órgão estatal criado em 1943 foi o Serviço de Recreação Operária (SRO), cujo objetivo principal era proporcionar o aproveitamento racional das horas de lazer do trabalhador sindicalizado e de sua família.⁶⁰ A idéia da criação deste Serviço certamente ganhou força com as novas necessidades econômicas do país, provocadas pela conjuntura de guerra. Esta foi, inclusive, a explicação usada pelo Ministro do Trabalho para justificar os grandes benefícios que resultariam da atuação do novo órgão. Segundo ele, “o fato, pois, de nos acharmos no período mais grave da conflagração mundial, onde se exige trabalho máximo para a produção de materiais bélicos, longe de afastar o problema recreativo, impõe, ao contrário, o seu desenvolvimento e para ele requer a preocupação do Estado, porque, como consequência dessa atividade, obteremos aumento de eficiência e capacidade maior de resistência.”⁶¹

Contudo, o Estado também deve ter vislumbrado a chance de, através do Serviço, conseguir interferir em um espaço da vida dos trabalhadores que, até aquele momento, havia escapado de um controle mais intenso: as horas de lazer. Para o Estado, o tempo que cada trabalhador passava no seu local de trabalho ou na sua associação de classe diminuía as possibilidades de este apresentar “desvios” de conduta, pois a sua ingerência sobre estes dois espaços de socialização já era suficientemente ampla para garantir a supremacia da ordem, da disciplina e das

⁵⁹ - Desde o ano de 1936 os sindicatos de trabalhadores vinham apresentando uma tendência de redução no número de associados. No início da década de 1940 estes sindicatos perdiam, em média, dez mil associados por ano. Para maiores detalhes, ver o capítulo 6 desta Tese.

⁶⁰ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 257.

⁶¹ - Palestra de 22/06/1944 de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 119, julho/1944.

diretrizes do regime. Por outro lado, quando este mesmo trabalhador ia para a sua casa à noite ou nos finais de semana começava um período de tempo em que as ações, os comportamentos e as idéias indesejáveis poderiam aflorar. Assim, o Estado desejava colocar sob o seu domínio todos os aspectos da vida dos trabalhadores, de maneira semelhante ao que já havia sido feito por alguns industriais nas fábricas que possuíam vilas operárias.⁶²

Esta intenção pode ser percebida claramente no tipo de atividade desenvolvida pelo SRO. Até junho de 1944 já haviam sido inaugurados dois centros permanentes de recreação em bairros de grande concentração operária do Rio de Janeiro. Nestes centros os trabalhadores sindicalizados e suas famílias teriam acesso a cinema, rádio, discoteca, biblioteca, esportes, aulas de educação física e cursos de alfabetização. Além disso, o Serviço produzia um programa de rádio e patrocinava um campeonato inter-sindical de futebol.⁶³ Em 1945, este órgão estendeu a sua ação até um dos espaços de lazer mais tradicionais dos cariocas. No mês de setembro deste ano foi inaugurada uma barraca do SRO na Praia de Ramos, onde os trabalhadores poderiam encontrar quatro cabines para troca de roupa, petecas, livros, revistas, socorro de urgência e um professor de natação.⁶⁴ Portanto, a preocupação fundamental deste órgão era oferecer opções de lazer “sadias” e “disciplinadas” que ocupassem as horas livres dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que indiretamente divulgassem os princípios básicos do regime.

De modo geral, pode-se afirmar que o Ministério do Trabalho não conseguiu atingir plenamente os objetivos que lhe foram designados. Sua estrutura administrativa, apesar de todas as inovações introduzidas, revelou problemas de ineficiência e

⁶² - Para uma análise profunda do modelo fábrica-vila operária, ver José Sergio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB, 1988.

⁶³ - Palestra de 22/06/1944 de Marcondes Filho no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 119, julho/1944.

⁶⁴ - *Tribuna Popular*, 18/09/1945.

corrupção. Os trabalhadores não aderiram da forma esperada aos sindicatos oficiais e o patronato pressionava constantemente pelo atendimento de seus interesses. Desta forma, a atuação do “Ministério da Revolução” acabou sendo limitada por uma série de fatores, tornando-se bem menos abrangente e eficiente do que seus idealizadores haviam planejado.

As principais leis trabalhistas

Um dos princípios que nortearam, desde o início, a ação do Ministério do Trabalho foi a elaboração de uma legislação que regulamentasse as relações entre o capital e o trabalho e estabelecesse o Estado como intermediário entre estes dois elementos. Dada a urgência da matéria, o novo órgão logo começou a concretizar estes objetivos. Menos de um mês após a criação do Ministério, foi promulgada a primeira grande lei trabalhista, a chamada “lei dos 2/3”. Além de estipular a obrigatoriedade de qualquer empresa possuir, no mínimo, 2/3 de trabalhadores nacionais em seus quadros, esta lei também determinou várias limitações à imigração. Na exposição de motivos que acompanhou a lei, o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, argumentou que diversos países já protegiam os seus trabalhadores e que a nova lei serviria também para combater a disseminação de “ideologias exóticas”. Contudo, segundo Rosa Araújo, o objetivo essencial da lei era desorganizar o movimento operário, composto em sua maior parte de trabalhadores estrangeiros.⁶⁵

Ainda de acordo com esta autora, “a grande participação do elemento estrangeiro no mercado de trabalho urbano tornou impossível a aplicação imediata da Lei dos 2/3, contribuiu para a demora de sua regulamentação e para a própria revisão

⁶⁵ - Araújo, *op. cit.*, págs. 98-107.

de suas determinações.”⁶⁶ Entretanto, para os dirigentes sindicais de algumas categorias profissionais esta lei representou uma real medida de proteção do mercado de trabalho. Estas categorias, como a dos chauffeurs e a dos empregados em hotéis e restaurantes, possuíam uma proporção maior de trabalhadores estrangeiros. À medida em que estes fossem despedidos ou impedidos de obterem um emprego, naturalmente que as chances dos trabalhadores nacionais aumentariam bastante. Assim, durante todo o período estudado estes dirigentes sindicais tornaram-se os principais defensores da lei dos 2/3. Em 1939, por exemplo, a Comissão Executiva da União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres enviou um telegrama a Vargas, no qual solicitava que a referida lei não fosse modificada, permanecendo como estava.⁶⁷ Quase um ano depois, o chauffeur Pedro Ribeiro Júnior denunciou, através de uma carta a Vargas, que a maioria dos funcionários da União Beneficente dos Chauffeurs era constituída de estrangeiros. Além disso, a chapa organizada pelo Conselho Deliberativo para as eleições de 1940 também era composta quase que exclusivamente por estrangeiros, sendo os candidatos brasileiros recusados sob a alegação de que eram “jacobinos”. Pedro pediu providências contra esses “abusos”.⁶⁸

No final de março de 1931 surgiu a segunda grande lei na área trabalhista, a lei de sindicalização, elaborada por dois antigos colaboradores do movimento operário, Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta. Uma das novidades desta lei era a inclusão do patronato dentro da regulamentação da sindicalização, ao lado dos trabalhadores. Outrossim, os sindicatos passavam a ser considerados “órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente,

⁶⁶ - Idem, pág. 104.

⁶⁷ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 171. Dois anos antes este mesmo sindicato havia enviado uma carta a Vargas, denunciando que vários estabelecimentos comerciais não estavam respeitando a lei dos 2/3. Pedia providências contra este fato, que estava impedindo o progresso dos brasileiros naquele ramo de atividade. Secretaria da Presidência, Lata 124.

⁶⁸ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 208.

se relacionarem com os interesses de classe.”⁶⁹ Desta forma, ao mesmo tempo em que a sindicalização era reconhecida como um direito de todos os membros economicamente ativos da sociedade, as entidades sindicais eram incorporadas à esfera do Estado, o que significou o estabelecimento de uma série de limitações à sua autonomia e liberdade.

Assim, o regime da unicidade sindical - ou seja, a existência de apenas uma entidade representativa por categoria profissional em cada base territorial - foi implantado. Outra limitação imposta aos sindicatos foi a proibição da propaganda política ou ideológica nas sedes sociais. Ao mesmo tempo, a lei de sindicalização estabeleceu como prerrogativas do Ministério do Trabalho a concessão das cartas de reconhecimento, a nomeação de delegados sindicais, a aprovação dos estatutos e a ratificação dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de empregadores. Cabia também ao Ministério incentivar o conagraçamento entre as várias entidades sindicais, a fim de favorecer a união de todas sob metas comuns, inspiradas no projeto corporativista do governo.⁷⁰

A lei de sindicalização provocou as mais diversas reações. Uma parte dos dirigentes sindicais operários aceitou a nova lei e procurou adaptar, o mais rapidamente possível, as suas associações profissionais aos pressupostos da lei. Por outro lado, outra parcela destes dirigentes recusou-se a admitir a ingerência total do Estado sobre as entidades e buscou mantê-las longe do alcance deste último.⁷¹ Todavia, a lei desagradou também outros setores sociais, como o empresariado e a Igreja. Esta última viu impedida a existência de um movimento sindical de bases católicas, devido ao estabelecimento da unicidade sindical e à proibição de qualquer vinculação religiosa por parte das associações.⁷² Já o empresariado considerava que deveriam ser

⁶⁹ - Decreto n° 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer, *op. cit.*, pág. 109.

⁷⁰ - Decreto n° 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer, *op. cit.*

⁷¹ - Para maiores detalhes sobre a reação dos sindicatos de trabalhadores à lei de sindicalização de 1931, ver o capítulo 6 desta Tese.

⁷² - Gomes, *op. cit.*, pág. 239 e Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 226.

elaboradas normas diferentes para as associações patronais, a fim de que fosse instituído um tratamento “que pudesse reunir os lucros do controle sobre o movimento operário, sem os custos da perda de independência da estrutura associativa patronal.”⁷³

Um exemplo desta argumentação do empresariado pode ser encontrado em um artigo publicado no mês de agosto de 1931 na revista *Hierarquia*, dirigida pelo jornalista e futuro diretor do DIP, Lourival Fontes. O autor do artigo, Moacyr Pompéa, iniciou seu texto com vários elogios ao tratamento dado pelo Governo Provisório à questão social, inclusive através da decretação da lei de sindicalização. Mas esta última, segundo ele, não era perfeita, merecendo alguns reparos.

“Há, porém, restrições a fazer; algumas de particular importância, sobretudo tendo em vista o espírito da lei, essencialmente votada à cooperação das diversas atividades profissionais. Por exemplo, no que concerne à classe patronal, o decreto, em seus 21 artigos, não lhe faz senão uma e outra referência, quase accidental, em que nada se elucida quanto aos meios de sua organização, que só por ilogismo poderia ser enquadrada nos dispositivos que regem a sindicalização proletária. Sente-se que o legislador circunscreveu seu pensamento a esta última; do contrário lhe teria ocorrido a impossibilidade de generalizar às classes patronais a aplicação de seu estatuto.(...).”⁷⁴

O empresariado manteve, após 1930, boa parte de sua postura de oposição a todas as medidas que considerava prejudiciais aos seus interesses. Como vinha ocorrendo desde a República Velha, este fato comprometeu bastante a elaboração e a execução da legislação trabalhista. Pode-se citar como exemplo a jornada de oito horas

⁷³ - Gomes, *op. cit.*, pág. 245.

⁷⁴ - *Hierarquia*, agosto/1931. Neste mesmo mês um editorial do jornal *A Esquerda* chamou a atenção para o fato de que a lei de sindicalização havia estabelecido direitos e deveres para os operários, sendo absurda a possibilidade de serem concedidos a estes últimos apenas direitos, em detrimento dos patrões.

de trabalho que, apesar de teoricamente aceita desde este período, não era cumprida pelo patronato. O debate em torno deste benefício foi reiniciado logo após a criação do Ministério do Trabalho, tendo seus estudos sobre a reforma da lei contado com a participação de representantes patronais e trabalhistas.⁷⁵

Entre o empresariado, o setor industrial era o que colocava as maiores objeções à limitação da jornada, defendendo a necessidade da sua extensão até 10 ou 12 horas diárias.⁷⁶ Esta demanda acabaria sendo atendida pelos decretos de março e maio de 1932, que determinaram a jornada para o comércio e a indústria em oito horas, mas permitiram também a elevação do dia normal de trabalho para 10 horas, desde que houvesse um acréscimo no salário.⁷⁷ De modo geral, os sindicatos de trabalhadores saudaram com entusiasmo os novos decretos, que vinham satisfazer uma antiga reivindicação. A União dos Empregados no Comércio, por exemplo, promoveu no dia 29 de outubro deste ano - dia da assinatura do decreto que regulamentou a lei das oito horas de trabalho - uma “concentração trabalhista” com vários sindicatos, uma sessão solene e um baile no Palácio das Festas e um festival ao ar livre no recinto da Feira de Amostras.⁷⁸

Com as vantagens concedidas pelos novos decretos, o patronato passou a respeitar um pouco mais a limitação da jornada de trabalho. Contudo, os casos de infrações à lei continuaram a ocorrer com frequência. Durante todo o período do governo Vargas as associações de empregados tiveram que efetuar uma fiscalização

⁷⁵ - Um dos sindicatos de trabalhadores que participaram da comissão de elaboração da nova lei foi a União dos Empregados no Comércio. *A Esquerda*, 29/08/1931.

⁷⁶ - Este ponto de vista dos industriais encontrava eco entre outros setores sociais. Em seu editorial do dia 01/05/1932, o jornal *Correio da Manhã* criticou a limitação da jornada de trabalho a oito horas diárias, argumentando que “à luz da razão e da ciência, ninguém poderá de boa fé nivelar todas as atividades - comerciais, agrícolas e industriais.”

⁷⁷ - Gomes, *op. cit.*, pág. 233.

⁷⁸ - Vargas compareceu à sessão solene e ao baile. *Correio da Manhã*, 25 e 30/10/1932. A União posteriormente passou a comemorar todos os anos a data de 29 de outubro como o “Dia do Comerciante”, sendo depois transformada em feriado oficial.

permanente do cumprimento da lei, tarefa bastante dificultada pela resistência dos patrões em permitir a entrada dos delegados sindicais nos locais de trabalho. Para tentar contornar este obstáculo, muitos sindicatos estimulavam seus associados a denunciarem os patrões infratores. Em janeiro de 1933, por exemplo, a Federação do Trabalho do Distrito Federal e a União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres mantiveram por vários dias um plantão na sede desta última entidade, a fim de que os trabalhadores pudessem denunciar os casos de descumprimento da jornada de oito horas.⁷⁹

Outro caminho encontrado pelos sindicatos para tentar superar as dificuldades da fiscalização era o recurso às autoridades. Em 1939, a União dos Empregados no Comércio enviou um telegrama a Vargas, no qual solicitava o retorno, na cidade, do antigo horário de funcionamento do comércio, tendo em vista que o horário livre prejudicava a fiscalização das oito horas de trabalho.⁸⁰

Os decretos de 1932, ao instituírem a jornada de oito horas para o comércio e a indústria, acabaram deixando de fora várias categorias profissionais que não estavam incluídas nestes setores, como os marítimos, os portuários e os trabalhadores em transportes. Assim, estas categorias tiveram que lutar pela extensão do direito às oito horas, de modo que ele passasse a abranger um número maior de trabalhadores. Entretanto, como o Estado já havia regulamentado parcialmente o assunto, ele demonstrou uma resistência e uma inércia bem maiores no processo de ampliação do benefício. Apenas para se ter uma idéia, a Federação Nacional dos Marítimos encaminhou telegramas a Vargas nos anos de 1935, 1937 e 1939 solicitando a aprovação da jornada de oito horas para a categoria, o que foi finalmente concedido em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).⁸¹

⁷⁹ - *A Voz da Classe*, 16/01/1933.

⁸⁰ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 171.

⁸¹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Latas 8, 9 e 171; e a exposição de motivos do

No decorrer do ano de 1932 foram decretadas ainda outras importantes leis trabalhistas, como a que reformou o antigo Código de Menores; a que regulamentou o trabalho feminino; e as duas que criaram as convenções coletivas de trabalho e a carteira profissional.⁸² Estas últimas provocaram bastante polêmica. Apesar da lei ter tornado as convenções coletivas obrigatórias nos casos de divergências entre patrões e empregados, a fim de que fosse evitada a eclosão de dissídios mais graves, a maior parte do empresariado continuou a recusar qualquer tipo de contato com os sindicatos de trabalhadores.⁸³ Isto devia-se basicamente ao fato de que os patrões não reconheciam os sindicatos como interlocutores válidos na negociação das condições de trabalho de seus empregados.

Por outro lado, a instituição da carteira de trabalho mereceu os aplausos do empresariado, na medida em que representava um importante instrumento de controle nas mãos dos patrões e do governo.⁸⁴ A nova carteira registraria não apenas todos os empregos obtidos pelo trabalhador, mas também as razões das demissões e os casos de faltas graves. Desta forma, os patrões poderiam fazer uma seleção dos futuros empregados a partir das anotações das carteiras. Além disso, a ameaça de registro de “fatos desabonadores” nas carteiras tornaria-se mais um meio de coação exercido pelos patrões em relação a seus empregados.

Ao mesmo tempo, a ingerência das associações profissionais sobre o mercado de trabalho diminuiu, pois a nova carteira veio substituir as antigas carteiras sindicais. Os sindicatos de trabalhadores protestaram veementemente contra a criação da nova carteira, acusando-a de ser um instrumento de opressão e perseguição. Em março de 1934, por exemplo, um editorial do jornal *A Voz da Classe* - órgão oficial da

Ministro do Trabalho que acompanhou o projeto da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto nº 5.452, de 01/05/1943), *apud* Edgard Carone. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1982.

⁸² - Munakata, *op. cit.*, págs. 76-79.

⁸³ - Gomes, *op. cit.*, pág. 236.

⁸⁴ - Idem, pág. 234.

União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres - denunciou que a nova carteira beneficiava apenas os cofres do governo.

“Não se concebe que um Sindicato reconhecido pelo governo, não mereça fé, para que a sua carteira social seja válida como identificação única de seu associado - junto aos patrões - e aos poderes públicos. Quem nos negar esta afirmação vive nas nuvens, estranho a todos os direitos sociais. O governo só teve um intuito na criação da carteira profissional - angariar fundos monetários e nada mais. Se há corporação que a carteira profissional prejudique, a nossa é a mais atingida de todas, pois centenas e centenas dos nossos companheiros, emprestam a sua atividade transitoriamente, para se ‘despertarem’ momentaneamente das agruras da miséria. Todos os meses deixam a nossa classe, centenas de companheiros, e outros tantos ingressam. Se todos forem obrigados a tirar a carteira **profissional** para trabalhar, quantos contos de réis não dão ao Governo, sem a mesma carteira lhes ser útil à nova profissão que abraçarem. Depois, não se concebe que um Sindicato, não tenha autoridade para identificar os seus associados. Contra as carteiras profissionais, nos temos batido, no interesse único e exclusivo de defendermos os nossos companheiros, continuando a nos bater junto à Diretoria do nosso Sindicato, pela sua extinção em favor da carteira Social.”⁸⁵

O governo rebatia as críticas com o argumento de que a carteira profissional garantia ao trabalhador direitos como o aumento de salários, as férias e a estabilidade no emprego. Com o objetivo de acelerar a generalização da “prova por excelência do exercício da atividade honesta e produtora”⁸⁶, foi criado em janeiro de 1933 o Serviço de Identificação Profissional, vinculado ao Departamento Nacional do Trabalho. Até o

⁸⁵ - *A Voz da Classe*, 10/03/1934.

⁸⁶ - Affonso Bandeira de Mello. “Identificação profissional”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 7, março/1935.

final de 1935 o Serviço havia expedido cerca de 450 mil carteiras profissionais para todo o país.⁸⁷ Este é um número bastante significativo, principalmente se for levado em consideração o fato de que somente o total de trabalhadores sindicalizados em todo o país foi estimado em cerca de 300 mil.⁸⁸

Outra importante lei trabalhista promulgada no início da década de 1930 foi a lei de férias. A reforma desta lei já vinha sendo posta em prática pelo Ministério do Trabalho há vários anos, mas a resistência dos industriais em aceitar a concessão do benefício havia prejudicado enormemente a tarefa. Foi somente durante a gestão de Salgado Filho no Ministério que a reforma chegou ao fim, depois de acirrados debates e estudos promovidos por uma comissão mista composta por representantes dos patrões e dos empregados.⁸⁹ Primeiramente, em agosto de 1933, foi regulamentada a concessão de férias aos comerciários; depois, em janeiro do ano seguinte, foi a vez dos industriários. Todavia, estes novos decretos não conseguiram alterar de forma substancial a postura do patronato, principalmente o do setor industrial, que continuou a burlar com frequência os seus dispositivos. De igual modo, eles também não lograram garantir aos sindicatos de trabalhadores uma tranquilidade maior no exercício da fiscalização do seu cumprimento.

Como foi visto anteriormente, a lei de sindicalização de 1931 foi alvo de críticas por parte de vários setores sociais. Pressionado, o governo levou então a efeito a reforma da referida lei. A nova lei de sindicalização foi editada poucos dias antes da promulgação da Constituição de 1934. Esta última refletiu as divergências existentes

⁸⁷ - Idem; e Relatório do Ministério do Trabalho referente a 1935, 29/02/1936. Arquivo Privado de Agamenon Magalhães, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁸⁸ - José Albertino Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Símbolo, 1979, pág. 129. Um editorial do jornal trotskista *Vanguarda Socialista*, publicado em 19/10/1945, afirmou que a vitória da carteira profissional só havia sido possível porque o Estado a transformou em um documento indispensável na reivindicação dos benefícios sociais, ao mesmo tempo em que esmagava as “últimas trincheiras independentes do proletariado.”

⁸⁹ - Gomes, *op. cit.*, págs. 233-234. Um dos sindicatos que participaram da comissão foi a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. *União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal*, 07/01/1934.

entre os deputados, apresentando-se com um formato final híbrido que conjugava concepções liberais e corporativas. Principalmente devido à pressão dos grupos católicos, interessados na formação de entidades sindicais próprias e independentes, a pluralidade sindical foi estabelecida.⁹⁰ Para o governo, entretanto, provocava maiores preocupações o artigo da Constituição que garantia a plena autonomia sindical. Para evitar que a situação fugisse ao seu controle, o governo acelerou a elaboração da nova lei sindical, na qual a autonomia dos sindicatos sofria uma série de restrições.

Nesta nova lei, foram mantidas as proibições, já estabelecidas na lei de 1931, da propaganda de ideologias “exóticas” no interior das associações e da ligação destas com organizações internacionais. Ao mesmo tempo, aspectos da organização interna dos sindicatos, que até então eram definidos pelas assembleias, foram fixados em detalhes pela nova lei, como a determinação dos requisitos para que um associado pudesse concorrer a um cargo administrativo. Também ganharam maior espaço as medidas destinadas a compelir a sindicalização dos trabalhadores, dentre elas o direito de preferência dos empregados sindicalizados na admissão nos trabalhos públicos ou em empresas que explorassem serviços públicos. Por outro lado, algumas prerrogativas do Ministério do Trabalho, como a nomeação de delegados sindicais e a ratificação de acordos coletivos, foram suprimidas.⁹¹

À nova lei de sindicalização conseguiu provocar pelo menos um efeito: foi criticada tanto por sindicatos oficiais quanto por autônomos. Poucos dias após a promulgação da lei, a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, um sindicato oficial, iniciou uma campanha de protesto contra a mesma. Posteriormente, a Federação do Trabalho do Distrito Federal reuniu, em sua sede, todos os sindicatos filiados a ela e vários sindicatos não oficiais com o objetivo de discutir a nova lei. Ficou acertada a

⁹⁰ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 226.

⁹¹ - Decreto n° 24.694, de 12/07/1934. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 1, setembro/1934.

participação da Federação e de todos os sindicatos presentes na campanha pela revogação da lei.⁹²

Ainda no mês de julho de 1934 foi decretada outra lei trabalhista, a de acidentes de trabalho, que, por conter muitos dispositivos contrários à Constituição, não pôde entrar em vigor. Foi formada, então, uma comissão encarregada de formular o seu regulamento, o qual deveria adaptá-la à Constituição. Em março de 1935 o regulamento foi finalmente aprovado, tendo permanecido sob a responsabilidade dos empregadores os ônus da prestação de assistência médica e das indenizações decorrentes de acidentes de trabalho.⁹³

A elaboração da legislação trabalhista ganharia um novo impulso após o golpe do Estado Novo, em 1937. A primeira medida importante, no campo da questão social, tomada neste período foi a decretação, em 1939, da terceira lei de sindicalização. Esta lei refletiu intensamente o contexto político e social do país, na medida em que veio reforçar as limitações impostas pelo Estado à livre expressão de idéias por parte de seus cidadãos. Um exemplo destas limitações pode ser encontrado na Constituição de 1937 (outorgada no mesmo dia do golpe de Estado), que proibia a greve e o “lock-out”, considerados recursos anti-sociais e nocivos ao trabalho e ao capital.⁹⁴ Devido a esta proibição, a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, levada a efeito pelos sindicatos ou pelos próprios trabalhadores, deveria agora passar necessariamente pelos canais oficiais, o recurso às autoridades ou à Justiça do Trabalho.

Assim, a nova lei de sindicalização restabeleceu a unicidade sindical, manteve a proibição de qualquer propaganda incompatível com “os interesses da Nação” e definiu detalhadamente os itens obrigatórios que passariam a compor os

⁹² - *Avante!*, 28/07/1934.

⁹³ - Gomes, *op. cit.*, págs. 230-232.

⁹⁴ - Artigo 139 da Constituição Federal de 1937. *Lex*. São Paulo, Lex Editora, ano I, 1937.

estatutos. Ao mesmo tempo, impôs um controle mais acentuado por parte do Ministério do Trabalho. Este órgão era responsável pela concessão das cartas de reconhecimento, pela aprovação das eleições sindicais e pela nomeação de delegados para administrarem interinamente as associações. Além dos relatórios anuais, os sindicatos passaram a ter que enviar também ao Ministério as suas previsões orçamentárias. Os delegados do Ministério poderiam interferir na administração das entidades, mas todas as penalidades previstas eram aplicadas pelo próprio Ministro.⁹⁵

O ano de 1940 foi marcado pela decretação de mais duas importantes leis trabalhistas: a do salário mínimo e a do imposto sindical. A primeira teve um processo de elaboração bastante longo, que se estendeu por vários anos. Segundo Eduardo Stotz, os estudos para a lei do salário mínimo foram iniciados em 1931. A princípio, estipulou-se que o salário deveria atender às necessidades do trabalhador e sua família. Contudo, já na Constituição de 1934 a burguesia conseguiu que ele ficasse limitado às necessidades individuais do trabalhador, o que provocou protestos de várias categorias profissionais.⁹⁶

Os estudos em torno da nova lei mantiveram-se em um ritmo muito lento durante a primeira metade da década de 1930. Foi decretada somente em janeiro de 1936 a lei instituindo o salário mínimo para o comércio, a indústria e os estabelecimentos bancários.⁹⁷ Entretanto, esta lei não entrou em vigor, tendo servido mais como um anteprojeto que deveria ser modificado. Tanto que foi formada pelo Ministério do Trabalho uma comissão mista de empregadores e empregados que teve como funções estudar a nova lei e coordenar as sugestões das associações de classe. Segundo a exposição de motivos entregue ao Ministro pela comissão, a maioria dos

⁹⁵ - Decreto n° 1.402, de 05/07/1939. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 60, agosto/1939.

⁹⁶ - Eduardo Navarro Stotz. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1986, pág. 53.

⁹⁷ - Gomes, *op. cit.*, pág. 305.

sindicatos, uniões e federações não respondeu aos pedidos de colaboração. Mesmo assim, a comissão apontou alguns dispositivos da lei que deveriam ser alterados, principalmente tendo em vista as reclamações do setor industrial.⁹⁸

A fim de construir um suporte “científico” e “técnico” à nova lei, foram nomeadas comissões em cada estado do país, as quais deveriam levantar os dados sobre os gastos dos trabalhadores com alimentação, transporte, habitação, higiene e vestuário - compondo assim o custo de vida de cada região. Posteriormente esses dados seriam utilizados como base do cálculo dos salários mínimos regionais. À medida em que foram sendo divulgados os primeiros resultados destas comissões, o governo buscou, simultaneamente, responder às críticas que vinham sendo feitas ao método de cálculo dos salários. Na edição de abril de 1939 do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, por exemplo, foi transcrita uma conferência realizada pelo representante dos empregados na comissão do salário mínimo do Distrito Federal, Syndulpho de Azevedo Pequeno, na sede do Sindicato Nacional de Câmara, Culinária e Panificadores Marítimos. Na sua conferência, Syndulpho exaltou o Presidente Vargas como o grande responsável pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, além de ter procurado demonstrar que o salário individual significaria grandes benefícios para a camada mais pobre da população.⁹⁹

A lei definitiva sobre o salário mínimo foi finalmente decretada no dia 1º de maio de 1940.¹⁰⁰ Segundo Luiz Werneck Vianna, para o trabalhador industrial o

⁹⁸ - *Correio da Manhã*, 30/04/1936. A comissão era composta de representantes da União Geral dos Sindicatos de Empregadores do Distrito Federal; dos Sindicatos das Indústrias Têxteis do Distrito Federal e de São Paulo; da Associação Comercial; do Sindicato de Exibidores Cinematográficos; do Centro de Comércio de Café; da União Geral dos Sindicatos de Empregados do Distrito Federal; e da União dos Empregados no Comércio. Note-se a desproporção entre o número de representantes patronais e o de representantes dos trabalhadores.

⁹⁹ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 56, abril/1939. Nesta mesma edição foi publicado um artigo do diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Costa Miranda, em que apontou as desvantagens do salário mínimo familiar e do profissional (estabelecido para uma categoria profissional específica) em relação ao salário individual, considerado o “salário justo”.

¹⁰⁰ - Decreto-lei nº 2.162, *apud* Carone, *op. cit.*

estabelecimento do salário mínimo representou uma redução no seu salário, enquanto que outras categorias urbanas tiveram um aumento real.¹⁰¹ Todavia, as poucas vantagens obtidas pelos trabalhadores com os novos salários seriam logo perdidas, pois o crescimento descontrolado dos índices da inflação e do custo de vida reduziram rapidamente o poder de compra dos salários. Diante deste fato, o governo viu-se obrigado a aumentar mais de uma vez, nos anos seguintes, o valor nominal do salário mínimo.

Em julho de 1940 foi decretada a lei do imposto sindical, composto pela contribuição anual do valor correspondente a um dia de salário por todas as pessoas envolvidas em qualquer atividade econômica.¹⁰² O governo objetivava garantir aos sindicatos o capital necessário para que eles mantivessem a assistência social para os seus associados, o que serviria de atrativo para os trabalhadores não sindicalizados. Segundo um estudioso da legislação trabalhista, Helvécio Xavier Lopes, o novo imposto asseguraria aos sindicatos a estabilidade financeira necessária para que pudessem cumprir as suas funções e permitiria uma distribuição mais justa dos custos destas funções entre os seus beneficiários.

“A participação financeira dos componentes dos sindicatos é justificada por motivos que seria supérfluo enumerar. Qualquer indivíduo que faz parte de uma associação, quer cultural, quer esportiva, quer recreativa, concorre com uma contribuição para os gastos comuns. Da mesma forma quem se filia a uma sociedade que lhe garante proteção social, sanitária ou jurídica, tem, naturalmente, que suportar uma parte das despesas, ou, em outras palavras, alimentar o fundo comum destinado aos benefícios.

Como, porém, é próprio dos homens não gostar de pagar, os sindicatos correriam o risco de desenvolver uma atividade no interesse

¹⁰¹ - Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pág. 239.

¹⁰² - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 255.

comum da profissão que representam, enquanto somente uma parte dos beneficiados contribuiria para as despesas gerais, ou sejam os membros inscritos. Seriam estes que contribuiriam para que todos os demais participassem dos melhoramentos e vantagens que os sindicatos conseguissem para a classe toda.

Seria injusto sobrecarregar alguns cidadãos, conscientes da sua responsabilidade para com a sociedade, do ônus econômico decorrente de uma atividade de que se aproveita a comunidade. Seria, até mais do que injusto: seria, também, contraproducente. Com efeito, o pequeno grupo dos raros indivíduos que estivesse pagando não só contas próprias, como, também, contas alheias, cansar-se-ia dos sacrifícios que os outros não-contribuintes lhe proporcionam, e recusar-se-ia, finalmente, a suportar, sozinho, o encargo comum.”¹⁰³

Os meios financeiros fornecidos ao Estado pelo imposto sindical tornaram possível a conformação definitiva da estrutura sindical oficial. Por outro lado, o imposto também provocou uma certa estagnação no meio sindical, pois os dirigentes não precisavam mais se dedicar tanto às campanhas de sindicalização, devido ao fato de que a estabilidade financeira das entidades não dependia mais exclusivamente das mensalidades dos seus associados. Assim, mesmo que o número de associados fosse pequeno a sobrevivência das entidades estaria garantida.

Finalmente, a última grande lei trabalhista do período do Estado Novo foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decretada no dia 1º de maio de 1943. A equipe de juristas responsável pela sua elaboração realizou não apenas a sistematização do conjunto de leis trabalhistas já existentes, como também introduziu algumas modificações, dentre elas a extensão da jornada de oito horas a outras categorias profissionais (como os ferroviários e os marítimos); a instituição da obrigatoriedade da carteira profissional; a ampliação do direito às férias a todos os trabalhadores, inclusive

¹⁰³ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 109, setembro/1943.

os rurais; e a elaboração de um novo código regulamentador do trabalho feminino.¹⁰⁴

Como aconteceu com outras leis trabalhistas, a CLT também recebeu sugestões de alterações por parte de sindicatos, associações e pessoas em geral, fato que demonstrava, segundo o Ministro do Trabalho, “que o Estado se encontra em consonância com o povo, porque, dantes, a opinião seria indiferente a tais problemas, e, como se a realidade andasse por um caminho e o governo por outro, a lei chegaria displicente e silenciosa.”¹⁰⁵ A CLT acabou se tornando uma das heranças mais duradouras do Estado Novo, pois até hoje rege as condições de trabalho de várias categorias profissionais.

Pode-se afirmar que o conjunto de leis promulgadas durante o governo Vargas representou um avanço notável no campo dos benefícios trabalhistas. Várias antigas reivindicações dos trabalhadores - algumas das quais já atendidas precariamente desde a República Velha - foram satisfeitas. Entretanto, existia o outro lado da moeda. A mesma legislação que garantia os benefícios também restringia a autonomia sindical e a luta independente dos trabalhadores. Continuaram a ocorrer com frequência casos de burla da legislação por parte do patronato, que raramente sofria qualquer tipo de punição devido à ineficiência dos órgãos estatais ou à corrupção dos seus funcionários. Em suma, a legislação encontrava-se ainda bem longe da sua forma ideal.

A estrutura previdenciária

Segundo vários autores, uma das primeiras formas de associação de trabalhadores desenvolvida no Brasil foi a das sociedades de auxílios mútuos. As

¹⁰⁴ - Ver as exposições de motivos da comissão elaboradora e do Ministro do Trabalho que acompanharam, respectivamente, o projeto de lei e a versão definitiva da CLT. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 101, janeiro/1943 e Carone, *op. cit.*

¹⁰⁵ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 103, março/1943.

primeiras sociedades surgiram ainda durante o Império, mas o grande impulso de criação ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente devido ao processo de industrialização que se desenvolveu neste período. De modo geral as sociedades seguiam o modelo europeu de organização. O trabalhador que quisesse se associar pagava uma cota e a sociedade fornecia seguro contra doenças, contra acidentes de trabalho e contra desemprego, pensões de aposentadoria e uma ajuda pecuniária às famílias em caso de falecimento do associado. Um número significativo de associações era composta de trabalhadores de uma mesma categoria profissional.

No Rio de Janeiro as sociedades de auxílios mútuos conheceram um grande crescimento entre os anos de 1903 e 1912,¹⁰⁶ entrando em declínio no período entre 1912 e 1920. Esta queda foi provavelmente provocada pelo aumento do custo de vida, fato que impossibilitava o pagamento das cotas por parte dos associados. A maioria das sociedades acabaram depois por alargar suas funções, transformando-se, então, em associações de resistência. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a União Operária do Engenho de Dentro, composta na maior parte por ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, e com o Centro Cosmopolita, representante dos empregados em bares, restaurantes e hotéis. Geralmente as associações de resistência distinguiam-se das sociedades de auxílios mútuos pela inclusão, em seus objetivos, da defesa de reivindicações sobre questões consideradas econômicas, como os salários e as condições de trabalho.

Portanto, as associações de classe tradicionalmente mantinham serviços de beneficência para os seus associados. Os trabalhadores eventualmente podiam contar também com a assistência prestada por sociedades beneficentes, mantidas por empresas ou instituições filantrópicas. Foi ainda no período da República Velha que o Estado

¹⁰⁶ - Claudio Batalha. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*, Tese de Doutorado em História, Université de Paris I, 1986, pág. 83.

começou a manifestar um interesse maior na constituição de uma estrutura oficial de previdência social e assistência. Contudo, as únicas iniciativas práticas neste sentido foram a decretação, em 1923, da já citada lei Eloy Chaves, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) dos ferroviários, e a extensão, em 1926, do regime previdenciário para as empresas de navegação e exploração de portos.¹⁰⁷

Após a Revolução de 1930, os serviços de previdência e de assistência médica foram sendo transferidos paulatinamente das associações e dos sindicatos para as instituições oficiais de previdência. Ficaram sob a responsabilidade das entidades sindicais, dentre outras funções, a prestação de assessoria jurídica; a negociação de contratos coletivos de trabalho; a organização de cooperativas e bolsas de trabalho; e a representação das categorias profissionais perante o Estado.

Pouco mais de um mês após a vitória do movimento armado o Governo Provisório tomou a primeira medida no campo previdenciário: estendeu o regime das CAPs aos trabalhadores dos serviços de força, luz, bondes, telefones, telegrafia e radiotelegrafia.¹⁰⁸ Esta extensão fazia parte do conjunto de promessas de campanha de Vargas, e sua execução já havia sido cobrada por representantes das categorias beneficiadas.¹⁰⁹

A reforma geral do sistema previdenciário foi efetuada apenas em outubro de 1931, através do Decreto nº 20.465. As Caixas passaram a ser responsáveis pela concessão de aposentadorias por invalidez e velhice, de auxílios para funerais e de pensões aos beneficiários em caso de morte e pela prestação de assistência médica,

¹⁰⁷ - Bezerra de Freitas. "A missão nacional das instituições de previdência", *Cultura Política*, ano II, nº 13, março/1942.

¹⁰⁸ - Oscar Saraiva. "Aspectos e evolução da Previdência Social no Brasil", *Estudos Brasileiros*, maio/1942. Este autor foi procurador do Departamento Nacional do Trabalho e consultor jurídico do Ministério do Trabalho.

¹⁰⁹ - Ver a plataforma da Aliança Liberal em Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*, op. cit., volume 1. Poucos dias antes da assinatura do decreto, em dezembro de 1930, o Centro Beneficente dos Ferroviários do Brasil enviou, em nome dos empregados da Light, um memorial ao Ministro do Trabalho cobrando o cumprimento da promessa feita por Vargas. *Revista dos Ferroviários*, dezembro/1930.

cirúrgica e hospitalar.¹¹⁰ Apesar da autonomia desfrutada pelas juntas administrativas - compostas de quatro a seis membros (com um número igual de representantes patronais e trabalhistas) -, o Ministério do Trabalho controlava muitos aspectos das Caixas, podendo fiscalizar suas administrações, dispor sobre a aplicação dos seus fundos, superintender o cumprimento da lei e impor penalidades aos infratores.¹¹¹

Em um manifesto lido durante as comemorações do primeiro ano do Governo Provisório, Vargas afirmou que, com a nova lei, o governo redimia “uma dívida de honra que os poderes públicos tinham com os trabalhadores brasileiros e que nunca preocupou maiormente os governos passados.”¹¹² Contudo, a lei desagradou bastante algumas categorias profissionais, como os ferroviários, que viram alguns de seus benefícios serem suspensos.¹¹³ No início de fevereiro de 1932 uma comissão de empregados das ferrovias Leopoldina Railway, Central do Brasil e Vitória a Minas, além de portuários do Rio de Janeiro e de Santos, entregou a Vargas um memorial onde as duas categorias protestavam contra a reforma da lei previdenciária e o Conselho Nacional do Trabalho.¹¹⁴

Entretanto, apesar de todos os protestos a nova estrutura previdenciária foi sendo progressivamente implantada. Em 1933 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, que trouxe como novidade a organização baseada em toda uma categoria profissional, e não em empresas isoladas como as Caixas. Além disso, a sua administração passou a ser feita por um Presidente, nomeado pelo governo federal, e por um Conselho Administrativo, composto por membros eleitos pelos empregados e

¹¹⁰ - Saraiva, *op. cit.*

¹¹¹ - Araújo, *op. cit.*, págs. 128-136.

¹¹² - Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*, *op. cit.*, volume 1, págs. 237-238.

¹¹³ - Moacyr Manfrim Júnior. *Caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1998, pág. 174.

¹¹⁴ - *Revista dos Ferroviários*, fevereiro/1932. Esta revista, órgão oficial do Centro Beneficente dos Ferroviários do Brasil, publicou também vários artigos que continham críticas à nova lei. Ver, por exemplo, as edições de setembro e novembro/1931 e março/1932.

pelos empregadores.¹¹⁵ A criação do Instituto veio atender uma antiga reivindicação dos marítimos, que, desde o final de 1927, esperavam a regulamentação da lei que estendia à categoria o benefício da previdência.¹¹⁶ Com a vitória do movimento revolucionário, a categoria encheu-se de esperanças,¹¹⁷ mas teve que esperar ainda alguns anos até a concretização da sua demanda.

Nos anos seguintes este benefício foi ampliado para várias categorias, como os funcionários públicos, os comerciários, os estivadores, os bancários, os trabalhadores em trapiches e café e os industriários.¹¹⁸ Ao mesmo tempo, as categorias que ainda não haviam sido beneficiadas continuaram a pleitear a sua inclusão no sistema previdenciário. Em fevereiro de 1938, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres enviou um telegrama a Vargas solicitando a criação de uma Caixa para a sua categoria.¹¹⁹ A reivindicação foi atendida alguns meses depois, através da transformação das Caixas dos Estivadores e dos Trabalhadores em Trapiches em um só organismo, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, que passou a incluir entre os seus beneficiados a categoria dos trabalhadores em transportes.¹²⁰

Com a extensão do sistema previdenciário à maioria das categorias profissionais, o número de associados registrou um crescimento vertiginoso. Em 1930, este número era calculado em cerca de 140.000 pessoas.¹²¹ Sete anos depois, já atingia

¹¹⁵ - Saraiva, *op. cit.*

¹¹⁶ - *Revista dos Ferroviários*, julho/1930.

¹¹⁷ - Cerca de um mês após a criação do Ministério do Trabalho, uma comissão de representantes das associações marítimas foi recebida em audiência pelo Ministro, o qual garantiu que a regulamentação da lei seria assinada o mais rapidamente possível. *A Esquerda*, 23/12/1930.

¹¹⁸ - Saraiva, *op. cit.*

¹¹⁹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 88.

¹²⁰ - Saraiva, *op. cit.* e *Correio da Manhã*, 17/04/1938. Posteriormente, outros grupos de trabalhadores, como os ajudantes de veículos de cargas, solicitaram a sua inclusão no novo Instituto. Carta enviada pelo Sindicatos dos Trabalhadores em Transportes Terrestres ao Ministro do Trabalho, 09/09/1940. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 282.

¹²¹ - Mensagem lida por Vargas na abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte, 15/11/1933. *A nova política do Brasil*, *op. cit.*, volume 3, pág. 150.

a marca de 850.000 e, no final de 1941, havia ultrapassado dois milhões de pessoas.¹²² Assim, grande parte dos trabalhadores optaram pela filiação às Caixas e Institutos, tentando obter desta forma alguns benefícios que pudessem tornar menos árduas as vidas de sacrifícios e dificuldades que levavam.

Com exceção do Instituto dos Marítimos, cujos benefícios eram os mesmos garantidos pelas Caixas, os demais Institutos asseguravam a seus filiados aposentadorias por invalidez e velhice; pensão aos beneficiários em caso de morte; e auxílio para funeral. Alguns deles forneciam ainda empréstimos para a compra de imóveis e assistência médica, além do auxílio-maternidade, destinado a socorrer pecuniariamente os segurados quando do nascimento de filhos. A receita dos Institutos era composta pela contribuição triplíce dos empregados, dos empregadores e do Estado.¹²³

Com o passar do tempo, os órgãos de previdência acabaram por concentrar em suas mãos uma quantidade significativa de poder, seja pela sua importância dentro do regime corporativista, seja pelas vultuosas receitas que movimentavam. Como consequência, os postos mais altos da administração eram objeto de disputas acirradas entre burocratas e dirigentes sindicais. Além disso, a guerra pelo poder gerava muitas vezes sérias divergências internas, que chegavam a comprometer o pleno funcionamento das instituições.

Em sua busca por mais poder, os administradores destas instituições chegavam ao ponto de, em algumas ocasiões, criticar a ação dos órgãos estatais que lhes eram superiores. Pode-se citar como exemplo a carta enviada, em 1940, a Vargas pelo Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários. Nela, o autor apontou como razão principal da crise por que passava o Instituto a necessidade

¹²² - Arnaldo Sussekind. "Getúlio Vargas e o Direito Brasileiro do Trabalho", *Ciência Política*, dezembro/1941.

¹²³ - Saraiva, *op. cit.* e Bezerra de Freitas, *op. cit.*

de se dotar a sua presidência de uma maior autoridade e liberdade de ação, limitadas, dentre outros fatores, pela existência do Conselho Administrativo, pela má vontade do sindicato da categoria e pela interferência nociva do Ministério do Trabalho.

“(…). Em palavras claras e positivas, aquele Ministério vem - de longa data - intervindo direta e intempestivamente na vida administrativa do Instituto: alimentando uma rede de intrigas e mal-entendidos que se estende do Gabinete do Ministro à presidência do Instituto; autorizando ou transigindo com publicações tendenciosas e prejudiciais ao bom nome da instituição; acrescendo o nosso expediente burocrático com dezenas de pedidos de empregos, a ponto de mantermos um serventário só para atender esse serviço de informações; dilatando o andamento de todos os negócios urgentes da instituição que dependam daquele Ministério; suprimindo cargos de chefia de serviços no Instituto com funcionários do Ministério e de outras repartições, o que equivale a deixar sem função os seus antigos ocupantes, com o encargo para o Instituto de cerca de vinte contos mensais de pagamentos de inativos.”¹²⁴

Cerca de dois anos depois, chegou ao conhecimento de Vargas outro caso de “intrigas e mal-entendidos”, desta vez no interior do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Um dos médicos deste Instituto, Ernesto Carneiro, denunciou, através de uma carta enviada ao Chefe da Nação, que estava sendo vítima de uma trama urdida pelo Conselho e pelo Presidente do IAPM, Homero Mesquita. Segundo Carneiro, fora levantada contra ele uma falsa acusação,¹²⁵ utilizada como

¹²⁴ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 204.

¹²⁵ - Infelizmente, em nenhum ponto da documentação apresentada por Carneiro foi esclarecido o teor exato da acusação. Porém, como um telegrama encaminhado pela Federação dos Marítimos solicitou a demissão do médico “pela honra da mulher marítima brasileira”, pode-se apenas conjecturar que ele deveria estar sendo acusado de cometer “atos imorais” contra alguma paciente. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 407.

justificativa para a sua demissão. Apesar do Consultor Jurídico do IAPM ter julgado improcedente a denúncia e de o Conselho Nacional do Trabalho ter suspenso a demissão, o Presidente do Instituto ainda insistia no afastamento do médico. Ainda de acordo com Carneiro, Homero Mesquita manobrava o Conselho através da distribuição de presentes e aumentos de salários, sendo ambos “diariamente acusados de fatos gravíssimos de prevaricações de toda ordem, inclusive fatos análogos aos que me foram atribuídos, para não falar dos excessos alcoólicos de que são também acusados, e nem por isso, jamais lhes ocorreu a idéia de se demitirem dos seus cargos.” Como fora indicado por Vargas para ocupar o cargo no IAPM, Carneiro pediu a ajuda deste para a solução do litígio.¹²⁶

A estrutura previdenciária montada pelo governo contava, como foi visto, com um amplo corpo de funcionários e com abundantes fontes de receita. Entretanto, estas condições favoráveis não foram suficientes para que os órgãos de previdência conseguissem cumprir de forma satisfatória os seus objetivos. Através de cartas enviadas a autoridades ou de denúncias publicadas na imprensa, os trabalhadores freqüentemente queixavam-se da assistência precária prestada pelas instituições de previdência. Mesmo durante a década de 1940, quando houve um aumento das despesas destas instituições com a assistência aos associados, refletindo assim o agravamento das condições de vida dos trabalhadores,¹²⁷ estas queixas não deixaram de surgir.

Uma das reclamações mais comuns referia-se ao cálculo dos descontos nos salários, os quais serviam posteriormente de base para a determinação das aposentadorias e pensões. Em março de 1931, por exemplo, um grupo de ferroviários do estado do Rio de Janeiro endereçou uma carta ao Ministro do Trabalho, solicitando

¹²⁶ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 407. A documentação não fornece qualquer indicação sobre o desfecho do conflito entre Carneiro e Mesquita.

¹²⁷ - Stotz, *op. cit.*, pág. 62.

que as aposentadorias e pensões fossem calculadas a partir do valor integral dos salários, e não de 2/3 destes como queriam os representantes patronais que participavam da comissão reformadora da lei previdenciária.¹²⁸ Em 1940, outro grupo de ferroviários, desta vez empregados da Leopoldina Railway, enviou um telegrama a Vargas, no qual pediu que fosse evitada a majoração do valor da contribuição dos empregados para a Caixa da categoria. O apelo, porém, não foi atendido: o Ministério do Trabalho autorizou o aumento da contribuição, tendo em vista a precária situação financeira da Caixa.¹²⁹

Outra fonte de descontentamentos para os associados era a assistência médica. Esta era uma questão bastante controversa, já que a legislação praticamente deixara a cargo de cada instituição a decisão quanto à prestação deste tipo de benefício. Segundo um editorial do jornal *Correio da Manhã*, muitas Caixas deixaram de oferecer a assistência médica sob a justificativa de que esta era responsável pelos grandes déficits verificados nas suas finanças. Ainda de acordo com o jornal, esta justificativa não poderia mais ser aceita, já que as novas dotações patrimoniais das Caixas permitiam a estas a prestação de todos os serviços médicos e hospitalares.¹³⁰

Todavia, as instituições continuaram a fornecer estes serviços de forma bastante incerta. Em 1939, por exemplo, o ferroviário Bernardino Coelho Júnior enviou uma carta a Vargas, denunciando que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Central do Brasil havia se recusado a internar a sua esposa, que precisava de socorros urgentes. Segundo Bernardino, a Caixa só internava os doentes que estivessem precisando de cirurgias e não dispunha de uma ambulância para atender aos chamados urgentes. Somente seis meses depois da denúncia de Bernardino é que a Procuradoria do Conselho Nacional do Trabalho informou que a Caixa não havia agido ilegalmente,

¹²⁸ - Arquivo Privado de Lindolfo Collor, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

¹²⁹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 278.

¹³⁰ - *Correio da Manhã*, 30/04/1933.

pois os preceitos legais restringiam o atendimento hospitalar aos casos de cirurgia. Ainda de acordo com este órgão, não seria recomendável alterar a lei, pois a principal finalidade desse tipo de instituição era conceder aposentadorias e pensões.¹³¹

Em julho de 1945, um artigo publicado no jornal *Notícias Gráficas* narrou outro caso de mau atendimento. Segundo o artigo, um trabalhador gráfico, Alzir Cardoso, achava-se afastado do emprego há dois meses, devido a uma enfermidade. Logo que se sentiu doente, Alzir entrou com um pedido de auxílio no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) mas, até aquela data, não havia recebido nada. O Instituto explicou que a demora no pagamento do benefício devia-se ao fato de que a empresa em que trabalhava Alzir não estava em dia com as suas contribuições.¹³²

Eram também bastante comuns as reclamações dos trabalhadores quanto ao pequeno número de casas construídas pelos órgãos de previdência. De acordo com Eduardo Stotz, os Institutos investiram pouco na habitação popular, e mesmo os imóveis de menor valor eram inacessíveis à imensa maioria dos trabalhadores.¹³³ Esta realidade foi reconhecida por alguns membros do governo. Em julho de 1938, um dos engenheiros do Serviço de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho foi consultado sobre um pedido feito pelo trabalhador Francisco Gonçalves Martins em uma carta que enviara a Vargas. Francisco havia solicitado que fossem construídas mais casas populares, pois muitos trabalhadores como ele tinham que morar em cortiços por falta de condições financeiras. Na sua informação sobre o assunto, o engenheiro afirmou que aquela solicitação fugia à alçada do órgão.

¹³¹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 205.

¹³² - *Notícias Gráficas* (Boletim do Comitê Democrático dos Trabalhadores Gráficos), 21/07/1945. O autor do artigo é Lourival Coutinho.

¹³³ - Stotz, *op. cit.*, págs. 67-69.

“Contudo não é demais salientar a procedência do apelo encaminhado, uma vez que, neste particular, tudo está por fazer, entre nós; é bem verdade que uma grande parte da classe proletária (a dos associados dos Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões) já vem sendo favorecida, graças à criteriosa orientação emprestada a estas Instituições de Previdência Social, pelo sr. Ministro da pasta do Trabalho. Entretanto, mesmo nestas Instituições pode-se constatar que, com raríssimas exceções, até agora, só têm sido contemplados os associados de classe média, sendo que, o problema da habitação para a classe propriamente proletária, ainda não pode ser encarado, concorrendo para tal, o baixo nível dos salários no Brasil.”¹³⁴

Confirmando as afirmações do engenheiro, pouco mais de um ano depois o comerciário Carlos Santos endereçou uma carta a Vargas, na qual queixou-se que o Instituto dos Comerciários só havia investido uma pequena quantia na construção de casas para os associados. Segundo Carlos, o Instituto não estava cumprindo as suas finalidades em relação a milhares de pessoas, com famílias numerosas, que compunham “a classe humilde e necessitada dos empregados contribuintes.”¹³⁵

Um dos fatores que certamente dificultava a prestação adequada dos serviços por parte das instituições de previdência era a inadimplência de muitas empresas no pagamento das suas cotas obrigatórias. Enquanto que os trabalhadores tinham a sua contribuição descontada diretamente do salário, as empresas repassavam o valor correspondente ao percentual dos seus lucros diretamente para as instituições, o que facilitava o descumprimento dos dispositivos legais. Este era um problema que vinha desde a República Velha. Em fevereiro de 1931, os portuários do Rio de Janeiro entregaram um memorial ao Ministro do Trabalho, no qual denunciaram que desde a

¹³⁴ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 126.

¹³⁵ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 202.

implantação, em 1927, da sua Caixa de Aposentadoria e Pensões a administração do Cais do Porto ainda não havia cumprido a determinação de contribuir com 1,5% da sua renda para a referida Caixa. Os representantes da categoria já haviam recorrido ao Conselho Nacional do Trabalho e ao Congresso Nacional, mas não tinham obtido qualquer sucesso.¹³⁶

Ao que parece, o governo Vargas também não conseguiu resolver o problema, pois as denúncias de sonegação das contribuições continuaram a surgir. Em 1935, a Light deixou de pagar a sua contribuição para a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos empregados da empresa.¹³⁷ Três anos depois, o Instituto dos Marítimos tinha a receber mais de 25 mil contos de réis das empresas de navegação.¹³⁸ Contudo, as empresas particulares não estavam sozinhas no descumprimento à lei. De acordo com uma exposição de motivos apresentada em novembro de 1939 pelo Ministro do Trabalho a Vargas, os diretores dos serviços públicos explorados ou administrados diretamente pela União, pelos estados e pelos municípios - como algumas ferrovias e portos - estavam deixando de repassar as suas contribuições para os órgãos de previdência. Para solucionar o problema, o Ministro sugeriu que fosse adotado como ato obrigatório a consignação, nas propostas orçamentárias dos estados, das verbas correspondentes às importâncias devidas por estes às instituições previdenciárias.¹³⁹

Os defensores do projeto corporativista do governo atribuíram aos órgãos de previdência um importante papel na nova sociedade que deveria ser construída, apesar de todas as dificuldades por que estes órgãos passavam e da sua grande ineficiência na prestação dos serviços aos seus associados. Este papel foi exposto com detalhes por Joaquim de Resende Alvim, Procurador Geral da Previdência Social, em um artigo

¹³⁶ - *Revista dos Ferroviários*, fevereiro/1931.

¹³⁷ - *A Manhã*, 22/06/1935.

¹³⁸ - *Correio da Manhã*, 23/10/1938.

¹³⁹ - Arquivo Privado de Valdemar Falcão, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

“A certeza de que uma instituição de Previdência Social o amparará na velhice, na moléstia e na invalidez, com o direito que ele [o proletariado] criou para si mesmo e pelo seu trabalho fecundo, dá-lhe muito ânimo e apreço à vida e lhe traz perfeita tranquilidade pela proteção aos seus entes queridos, quando a morte o tiver de alcançar.

(...).

Por isso mesmo as instituições de previdência social além de tantos benefícios individuais que, precipuamente concedem aos segurados, também concorrem para a garantia do Estado, diminuindo à mínima proporção, as parcelas dos desamparados.

O homem inválido ou velho, afastado do serviço, não se prende a uma ociosidade perigosa, porque já não é um revoltado; conforma-se com a situação do amparo e assim não se constitui um elemento nocivo à ordem pública.

(...).

A previdência social estreita e fortalece os laços de solidariedade dos homens do trabalho, que anseiam aumentar o prestígio e a segurança das instituições do Estado, como no nosso país, onde as massas trabalhadoras colaboram conscientes nos princípios do Estado Nacional, prestigiando as instituições do Estado, proclamando, em manifestações eloqüentes e espontâneas, o seu completo apoio, jamais cooperando nas tentativas de subversão da ordem pública para gáudio de ideologias incompatíveis com os sentimentos nacionais.

As instituições de previdência social são elementos de paz e concórdia, de fortaleza dos laços de amizade, porque a luta e os conflitos são elementos que atacam diretamente o contrato individual do trabalho, cujo mal vai se refletir, justamente, na garantia de cada um no seguro social.”¹⁴⁰

¹⁴⁰ - *Ciência Política*, dezembro/1942.

A Justiça do Trabalho

Para o governo Vargas, a sua obra legislativa no terreno da política social não ficaria completa sem o estabelecimento de mecanismos legais para a resolução de dissídios trabalhistas entre empregadores e empregados. A primeira medida neste sentido foi a criação, em maio de 1932, das Comissões Mistas de Conciliação e Arbitragem, compostas por dois a seis representantes - chamados vogais - dos empregados e dos empregadores e dirigidas por um Presidente nomeado pelo Ministério do Trabalho. As Comissões deveriam inicialmente tentar encontrar uma solução conciliatória para os casos de dissídios coletivos, mas, quando o acordo não fosse possível, elas poderiam decidir a questão.¹⁴¹ Segundo Angela Gomes, na prática o funcionamento das Comissões foi praticamente nulo, devido principalmente à resistência do patronato em aceitar a arbitragem obrigatória destes órgãos.¹⁴²

Neste mesmo ano foi promulgado outro decreto referente à constituição de uma justiça do trabalho: o que determinou a criação das Juntas de Conciliação e Arbitragem. Como cabia a estas a solução dos litígios individuais entre empregados e empregadores, não houve oposição nos meios patronais, possibilitando assim o funcionamento normal dos novos órgãos.¹⁴³ Estes eram formados por dois vogais, escolhidos entre listas enviadas pelos sindicatos patronais e trabalhistas, e um Presidente, sendo todos nomeados pelo Ministério do Trabalho. Nos casos em que as decisões das Juntas resultassem “de flagrante parcialidade dos julgadores ou violação expressa de direito”, as partes envolvidas poderiam recorrer a este Ministério.¹⁴⁴

Com o objetivo de unificar a atuação dos órgãos encarregados dos conflitos

¹⁴¹ - Munakata, *op. cit.*, págs. 76-77.

¹⁴² - Gomes, *op. cit.*, pág. 235.

¹⁴³ - Idem, pág. 236.

¹⁴⁴ - José Veríssimo Filho. “A Justiça do Trabalho”, *Cultura Política*, ano II, n° 12, fevereiro/1942.

entre o capital e o trabalho, o governo enviou em dezembro de 1936 ao Congresso Nacional um projeto de criação da Justiça do Trabalho. Contudo, a dissolução do Congresso após o golpe de Estado de 1937 interrompeu o andamento dos estudos sobre a matéria, que permaneceu, desta forma, sem solução imediata. A organização final da Justiça do Trabalho só veio a ocorrer em dezembro de 1940.¹⁴⁵ Com a nova organização, as antigas Juntas passaram a fazer parte, junto com os juízes de direito, dos órgãos de primeira instância, responsáveis pela conciliação e julgamento de todos os litígios entre empregadores e empregados concernentes ao contrato individual de trabalho. A segunda instância era composta pelos Conselhos Regionais do Trabalho - que deveriam julgar os inquéritos administrativos e os dissídios coletivos - e pelo Conselho Nacional do Trabalho, que funcionava como o órgão superior de toda a estrutura.¹⁴⁶

De acordo com Kazumi Munakata, a instituição da Justiça do Trabalho só foi possível durante o Estado Novo, “quando os sindicatos já estavam totalmente atrelados e os trabalhadores amordaçados, sem condições de resolver por suas próprias mãos os conflitos de trabalho.”¹⁴⁷ De fato, devido ao controle governamental sobre as entidades sindicais praticamente só haviam restado para estas dois instrumentos legais para tentar solucionar as demandas das suas categorias, o pedido de auxílio às autoridades e a instalação de dissídios na Justiça do Trabalho. O recurso à ação legal foi bastante utilizado pelos sindicatos, e o número de dissídios coletivos teria sido maior se o governo não tivesse estipulado em 1943, como parte do esforço de guerra, a necessidade de autorização prévia do Ministério do Trabalho para a sua instauração.¹⁴⁸

A princípio, a Justiça do Trabalho deveria exercer suas funções de forma

¹⁴⁵ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 251.

¹⁴⁶ - Veríssimo Filho, *op. cit.*

¹⁴⁷ - Munakata, *op. cit.*, pág. 105.

¹⁴⁸ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 252

neutra e independente mas, na prática, nem sempre foi assim. Muitas vezes o patronato conseguiu utilizá-la como um eficiente instrumento de eliminação dos elementos considerados indesejáveis, contra os quais eram estabelecidos processos injustos.¹⁴⁹ Em outras ocasiões, a justiça trabalhista mostrou-se omissa, protelando ao máximo a elaboração das sentenças finais dos processos. Entretanto, os sindicatos de trabalhadores também conseguiram obter algumas vitórias nos dissídios coletivos como, por exemplo, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos em outubro de 1942 e, três anos depois, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo.¹⁵⁰

Porém, ao contrário do que afirma Munakata, os trabalhadores não se encontravam, durante o Estado Novo, completamente “amordaçados”. Como será visto com maiores detalhes no final desta Tese, uma parcela significativa dos trabalhadores cariocas conseguiu manter, mesmo no período mais negro da ditadura, práticas de luta nos locais de trabalho - como sabotagens, furtos, greves e paralisações - bem como batalhas solitárias em busca do respeito aos seus direitos. A sobrevivência destas práticas ganhou uma nova dimensão e um novo significado exatamente devido ao fato de que os sindicatos não tinham mais condições de levar a efeito a conquista autônoma das reivindicações dos trabalhadores.

Os propagandistas e os membros do regime não se cansavam de exaltar a Justiça do Trabalho como uma das maiores “jóias” da sociedade corporativa, construída graças à “magnanimidade” e “clarividência” do Chefe da Nação. Todavia, a atuação deste ramo do Poder Judiciário sofria as mais diversas críticas, oriundas de vários

¹⁴⁹ - Na sua palestra de 13/03/1942 no programa “Hora do Brasil”, o Ministro Marcondes Filho afirmou que várias pessoas enviavam cartas ao Ministério para reclamar do fato de que os vogais das Juntas de Conciliação muitas vezes decidiam contra os interesses da classe a que pertenciam. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 92, abril/1942.

¹⁵⁰ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 407 e *Tribuna Popular*, 30/05/1945. Ambos os dissídios referiam-se a aumentos de salários.

setores sociais e políticos. Uma das críticas mais interessantes pode ser encontrada no primeiro número do jornal trotskista *Vanguarda Socialista*. Os editores do jornal decidiram realizar uma campanha para demonstrar:

“1º - que a Justiça do Trabalho é um poderoso instrumento de defesa dos interesses da burguesia capitalista, que a maioria das concessões feitas ao trabalhador são falsas e aparentes e visam, antes de tudo, proteger o capitalismo;

2º - que os órgãos da Justiça do Trabalho foram criados e organizados com o deliberado propósito de tornar ainda mais falsas ou ineficazes as chamadas concessões ao proletariado contidas nas leis trabalhistas.”¹⁵¹

Como parte integrante da campanha, o jornal iria manter permanentemente uma seção destinada a queixas de qualquer trabalhador que tivesse sofrido “injustiça ou decepção” na Justiça do Trabalho. Além disso, cada edição teria um espaço reservado para a resposta a consultas sobre legislação e processo trabalhistas.¹⁵²

Como foi visto, o projeto corporativista implantado pelo governo Vargas reservou para a legislação trabalhista um papel fundamental no surgimento da nova sociedade: a função de regulamentar as relações de trabalho, evitando a eclosão de conflitos e coagindo as classes sociais a adaptarem-se ao novo regime. Contudo, pode-se afirmar que, de modo geral, todo o esforço empreendido pelo governo no sentido de

¹⁵¹ - *Vanguarda Socialista*, 31/08/1945.

¹⁵² - *Idem*.

estabelecer um conjunto abrangente de leis trabalhistas, e de garantir a sua aplicação efetiva, obteve resultados abaixo do nível esperado.

A legislação trabalhista ampliou bastante o leque dos benefícios sociais, desenvolvendo um campo que havia sido desbravado de forma muito tímida pelos governos da República Velha. Entretanto, a mesma legislação que garantia os benefícios também restringia a autonomia sindical e a luta independente dos trabalhadores. O Ministério do Trabalho e os seus órgãos auxiliares, como o Departamento Nacional do Trabalho, conseguiram montar uma estrutura sindical oficial, mas os trabalhadores não aderiram a ela da forma esperada. Além da baixa sindicalização, estes órgãos estatais também não conseguiram resolver a questão da sobrevivência de antigas práticas de luta dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o patronato procurava interferir no processo de elaboração das leis, a fim de garantir o atendimento de seus interesses. Continuaram a ocorrer com frequência casos de burla da legislação por parte do patronato, que raramente sofria qualquer tipo de punição devido à incompetência dos órgãos estatais ou à corrupção dos seus funcionários. Nem mesmo a Justiça do Trabalho, que deveria representar uma renovação no Poder Judiciário do país, conseguiu manter-se neutra nos julgamentos dos dissídios entre empregados e empregadores.

Foi, em parte, graças ao crônico descumprimento das leis pelo empresariado que os órgãos previdenciários não conseguiram prestar de forma adequada os seus serviços aos trabalhadores. A insuficiência de receita, provocada pela sonegação das contribuições dos patrões, somou-se à ineficiência dos administradores, aos conflitos internos e às disputas pelo poder para compor um quadro que teve como principal resultado o comprometimento do pleno funcionamento dessas instituições.

Assim, a implantação de todos estes pontos do projeto corporativista acabou sendo limitada por uma série de fatores, tornando-se bem menos abrangente e eficiente

do que seus idealizadores haviam planejado. Os longos e minuciosos estudos dos teóricos haviam sido incapazes de prever as diversas nuances apresentadas pela realidade, fato que apenas revelava a sua grande complexidade.

Capítulo 3

O uso da propaganda pelo governo

Em 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder através de um meio constitucionalmente ilegítimo: uma insurreição armada. Assim, uma das questões que o novo governo teve que enfrentar, quase que de imediato, foi justamente a construção de sua legitimidade frente a vários setores da sociedade, dentre eles os trabalhadores. A propaganda apresentou-se como uma forma rápida e abrangente para atingir este objetivo, além de servir, posteriormente, como um dos instrumentos utilizados pelo governo para implantar o seu projeto corporativista.

O objetivo deste capítulo será analisar a criação e a atuação dos principais órgãos estatais de propaganda durante o governo Vargas. Além disso, pretendo tratar mais detidamente de um dos pontos essenciais da propaganda política, a realização de comemorações oficiais.

a) A trajetória dos órgãos de propaganda

A utilização da propaganda política como um dos recursos para a

constituição de uma opinião pública favorável não era uma inovação brasileira; vários Estados liberais europeus haviam descoberto os benefícios da propaganda já no decorrer da I Guerra Mundial. Contudo, foram os Estados fascistas que desenvolveram o uso da propaganda política. Na Itália de Mussolini, os meios de comunicação eram constantemente censurados e a imprensa foi transformada no principal canal de divulgação das mensagens do regime. Como a imprensa havia se tornado um instrumento do Estado a serviço da nação, a notícia e a informação deveriam ser, não um fim em si mesmo, mas elementos de desenvolvimento e modelagem da consciência nacional.¹

Em Portugal, os primeiros decretos limitadores da liberdade de imprensa foram promulgados poucos meses após o levante militar, ocorrido em maio de 1926, que deu início ao regime salazarista. No ano de 1933 foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), cuja função consistia em “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação.” Este órgão estava vinculado diretamente à Presidência do Conselho, ou seja, a Salazar.²

Na Alemanha, as primeiras medidas drásticas de repressão - como a dissolução de sindicatos e partidos, o expurgo de inimigos nas repartições públicas e o cerceamento da liberdade de expressão - também foram implantadas pouco tempo depois da nomeação, em 1933, de Hitler como chanceler.³ Ao mesmo tempo em que eram tomadas estas medidas procurava-se reforçar o sentimento de união entre os alemães e atraí-los para a nova comunidade representada pelo nazismo.

Para Hitler, a propaganda deveria ser sempre popular, dirigida às massas e desenvolvida de modo a levar em conta um baixo nível de compreensão. Além disso,

¹ - Maria Helena R. Capelato. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998 e Heloísa Paulo. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra, Livraria Minerva, 1994.

² - Paulo, *op. cit.*, pág. 73.

³ - Alcir Lenharo. *Nazismo - “O triunfo da vontade”*. São Paulo, Ática, 1986, págs. 17-28.

ela deveria ser restringida a poucos pontos repetidos sem cessar, para que as massas os memorizassem. Os nazistas investiram bastante na pesquisa de novas formas de propaganda e de novos recursos nos meios de comunicação. A arquitetura, o cinema e as comemorações oficiais foram campos bastante explorados pelos nazistas dentro do objetivo mais geral da propaganda política.⁴

Os membros do novo governo brasileiro, iniciado em 1930, também manifestavam um grande interesse pelos benefícios da propaganda. A propaganda fascista serviu de inspiração para os organizadores da propaganda brasileira, que buscaram adaptar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão à nossa realidade. A primeira medida tomada neste sentido foi a criação, em julho de 1931, do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Segundo seu diretor, Francisco Sales Filho, o objetivo do governo ao criar o novo órgão era “dar a maior publicidade aos seus atos, procurando no espírito público o renascimento dos surtos de opinião.” Ainda de acordo com Sales Filho, ao invés de subvencionar órgãos de publicidade, como se fazia antes, o governo estava optando por adotar “um aparelho capaz de coligir e coordenar todas as informações. E essas informações, pela sua natureza, devem contribuir para a reconstrução do país, assegurando a independência nacional nas bases sólidas de uma perfeita independência econômica.”⁵

Seguindo estas diretrizes, o DOP procurava “orientar” a imprensa quanto às notícias que deveriam ser veiculadas, desaconselhando a publicação daquelas que pudessem “prejudicar a ordem pública, o crédito do país, as relações internacionais e as finalidades revolucionárias.”⁶ Ao DOP cabia estipular os limites dentro dos quais a imprensa deveria se manter, enquanto que ficava sob a responsabilidade da Polícia Civil a fiscalização do respeito a esses limites. Nos casos de transgressão a estes limites,

⁴ - Idem, págs. 47-48.

⁵ - *A Esquerda*, 02/07/1931.

⁶ - Comunicado do DOP publicado em *A Esquerda*, 06/08/1931.

os diretores de jornais respondiam diretamente ao Chefe de Polícia. Entretanto, nem mesmo a ameaça de retaliação por parte da Polícia conseguia inibir completamente as manifestações de “desobediência” por parte dos jornais. Em dezembro de 1933, por exemplo, o Diretor Geral de Publicidade da Polícia Civil, Ribas Carneiro, enviou uma carta ao Chefe de Polícia na qual comunicava que o jornal diário *A Nação* havia desrespeitado a censura, ao publicar matéria proibida pelo censor. Ribas Carneiro solicitou a suspensão do jornal por tempo indeterminado, pois qualquer “condescendência” provocaria um efeito desastroso no meio jornalístico.⁷

No ano de 1934 - marcado pela promulgação da nova Constituição brasileira e por um pequeno abrandamento da censura - foi criado um novo órgão, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que possuía funções mais amplas que o seu antecessor. Dentre seus objetivos estavam “estudar a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos, no sentido de empregá-los como instrumento de difusão de idéias, e estimular a produção de filmes educativos por meio de prêmios e favores oficiais.”⁸ A direção deste Departamento foi entregue a Lourival Fontes, jornalista e antigo membro da Aliança Liberal. Sob a sua orientação, a propaganda política no país começou a desenvolver-se com mais intensidade. Alguns aspectos que antes eram negligenciados passaram a merecer maior atenção, como a transmissão das cerimônias oficiais através de microfones instalados em vários pontos do Rio de Janeiro.⁹

Novas mudanças no campo da propaganda seriam levadas a efeito poucos meses após a decretação do Estado Novo. O Departamento de Propaganda e Difusão

⁷ - Carta do Diretor Geral de Publicidade da Polícia Civil ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, 14/12/1933. Arquivo Privado de Filinto Müller, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Em sua carta o Diretor afirmou ainda que os outros jornais, que haviam obedecido às orientações policiais, já estavam protestando contra o fato ocorrido e ameaçando não respeitar mais a censura.

⁸ - Silvana Goulart. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Brasília: CNPq; São Paulo: Marco Zero, 1990, pág. 56.

⁹ - *Correio da Manhã*, 08/09/1935.

Cultural foi substituído, no início de 1938, pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que passou a controlar a maior parte dos meios de comunicação e persuasão, ou seja, a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo. Deste modo, o raio de ação do Departamento foi sensivelmente ampliado, refletindo a importância crescente da propaganda política dentro do regime varguista. Como consequência, os poderes concentrados nas mãos de Lourival Fontes, mantido no cargo de diretor, também aumentaram. Lourival foi se tornando, aos poucos, um dos elementos essenciais da engrenagem política do governo, o que acabou provocando conflitos entre ele e outros membros do regime. Um destes conflitos transparece em uma carta enviada por Lourival ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, denunciando o fato de que os censores policiais estavam censurando o material informativo e de divulgação produzido pelo DNP. Fontes pedia providências quanto ao que vinha acontecendo pois, segundo ele, “a menor consequência de tudo isto é a desmoralização junto dos jornais, onde deveria estar prestigiado, o Departamento, dando assim impressão pública da sua nenhuma valia.”¹⁰

Outra fonte de conflitos encontrava-se na existência, em diversos órgãos estatais, de departamentos autônomos de publicidade. Estes departamentos muitas vezes cuidavam diretamente da divulgação das suas notícias e informações, sem passar pela intermediação do Departamento de Propaganda. Assim, o DNP não conseguia controlar totalmente o fluxo de informações produzido pelos órgãos estatais, o que gerava freqüentemente a divulgação “indevida” de notícias. A existência destes departamentos de publicidade também era criticada por vários grupos sociais. Em 1935, por exemplo, o jornal de esquerda *A Marcha* publicou um editorial em que se afirmava que os “Bureaus de Publicidade” representavam uma ameaça ao mercado de trabalho

¹⁰ - Carta de Lourival Fontes para o Chefe de Polícia, Filinto Müller, s. d. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

dos profissionais da imprensa.¹¹ Dois anos depois, um artigo publicado no jornal literário *Dom Casmurro* defendeu a centralização de poderes nas mãos do diretor do DNP, Lourival Fontes, já que os vários serviços de publicidade tolhiam a ação deste último, que não podia tomar qualquer decisão sem “melindrar, chocar A ou B, que nada entendem do assunto.”¹²

A centralização definitiva dos serviços de propaganda e publicidade ocorreu em dezembro de 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).¹³ O novo órgão passou a ser o único responsável pela divulgação de notícias, pela difusão do ideário do regime e pela censura à imprensa e às diversas atividades artísticas. Através da avaliação da atuação do extinto Departamento Nacional de Propaganda, um artigo publicado em 1940 na revista conservadora *Novas Diretrizes* também expôs de forma clara o que era esperado do DIP:

“O alcance educativo dos métodos adotados pelo Departamento Nacional de Propaganda e que se acham tão caracteristicamente concretizados no seu pavilhão na Feira de Amostras, demonstra a enorme utilidade prática daquele serviço, em boa hora organizado pelo Presidente Getúlio Vargas e cujas finalidades vão sendo plenamente atingidas pela ação infatigável do seu diretor, o sr. Lourival Fontes, e da plêiade de excelentes colaboradores que o cercam. Uma propaganda popular de difusão de conhecimentos relativos à vida econômica e cultural do país tem a sua eficácia dependente da escolha de processos, por meio dos quais se ensine, sem fatigar, o público. É precisamente isto que o Departamento Nacional de Propaganda está conseguindo pela atividade dos seus diferentes órgãos e neste momento, de modo particularmente acentuado, com uma exposição organizada com o mais inteligente e prático critério.

(...). O sr. Lourival Fontes torna-se ainda credor do

¹¹ - *A Marcha*, 16/10/1935.

¹² - *Dom Casmurro*, 15/07/1937. O autor do artigo é Bricio de Abreu.

¹³ - Paulo, *op. cit.*, pág. 139.

reconhecimento público pela inestimável contribuição que o Departamento está trazendo para consolidar na opinião popular a confiança no Estado Novo e na grande obra política e administrativa do Presidente Getúlio Vargas.”¹⁴

O DIP possuía cinco divisões: Divulgação; Radiodifusão; Turismo; Cinema e Teatro; Imprensa. A primeira divisão era responsável pela veiculação e pelo controle do discurso, o que abarcava a realização de comemorações oficiais, conferências e cursos; a publicação de livros, folhetos e cartazes; e a produção de noticiário para a imprensa. Além disso, esta divisão doava as obras publicadas pelo órgão a estabelecimentos de ensino e bibliotecas públicas.¹⁵

Já a Divisão de Radiodifusão controlava o rádio, um dos mais importantes meios de propaganda, devido à velocidade e amplitude com que permitia a difusão das mensagens. Não podemos esquecer, por outro lado, que o rádio também constituía o principal instrumento de comunicação e informação da população, cujo índice de analfabetismo era muito alto.¹⁶ O DIP vigiava de perto a programação das inúmeras emissoras espalhadas pelo país, muitas vezes censurando músicas e programas. O Departamento também reformulou o programa oficial do governo, a *Hora do Brasil*, que era levado ao ar, de forma obrigatória, pelas emissoras todas as noites.¹⁷ Segundo Maria Helena Capelato, o rádio, durante o Estado Novo, não se restringiu ao papel de formação do consenso político e nem seu controle foi tão rígido, pois dentro do próprio

¹⁴ - *Novas Diretrizes*, janeiro/1940.

¹⁵ - Relatório anual do DIP referente a 1941, junho/1942. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510; “A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*, ano II, n° 21, novembro/1942; Heloísa Paulo. “O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, vol. 7, n° 14, mar/ago 1987, pág. 101-102.

¹⁶ - Nelson Jahr Garcia. *Estado Novo: ideologia e propaganda política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo, Loyola, 1982, pág. 102.

¹⁷ - Relatório anual do DIP referente a 1941, junho/1942. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510; “A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*, ano II, n° 21, novembro/1942; e Garcia, *op. cit.*, págs. 102-103.

governo havia divergências quanto aos rumos da sua utilização dentro da propaganda política.¹⁸

Por seu lado, à Divisão de Turismo cabia superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Neste sentido, seu principal objetivo dentro destas atribuições era coordenar as iniciativas e empreendimentos das administrações públicas e das empresas privadas, através, por exemplo, do estímulo à construção de hotéis e da realização de congressos e exposições.¹⁹

A Divisão de Cinema e Teatro exercia essencialmente a função de censura sobre estas duas atividades artísticas. Todos os filmes, inclusive os estrangeiros, e todas as peças teatrais passavam pelo crivo desta divisão. Ao mesmo tempo em que eram censurados os filmes considerados “nocivos”, utilizava-se o cinema como meio de propaganda política através, principalmente, da produção de documentários, de exibição obrigatória, que registravam as comemorações e festividades oficiais, as realizações do governo e os atos das autoridades. Entre 1938 e 1941 foram produzidos pelo DIP cerca de 250 documentários, chamados “Cine Jornal Brasileiro”.²⁰ O Departamento também estimulou a realização de filmes “educativos” de ficção mas, de acordo com Maria Helena Capelato, eles foram, em sua maioria, grandes fracassos de bilheteria.²¹

Finalmente, a Divisão de Imprensa controlava todos os serviços jornalísticos do país. Um dos setores desta divisão, a Agência Nacional, fornecia a imensa maioria das fotografias, notícias, artigos e reportagens veiculados pela imprensa escrita. Além de centralizar a produção de informações referentes ao regime, a Agência estimulou o

¹⁸ - Capelato, *op. cit.*, pág. 78.

¹⁹ - Relatório anual do DIP referente a 1941, junho/1942. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510; “A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*, ano II, n.º 21, novembro/1942.

²⁰ - Idem; Garcia, *op. cit.*, págs. 104-105; e Goulart, *op. cit.*, pág. 70.

²¹ - Capelato, *op. cit.*, pág. 109.

desenvolvimento do uso da fotografia como recurso de reportagem na imprensa.²² Outro órgão importante, também ligado à estrutura da divisão, era o Conselho Nacional de Imprensa, formado por três jornalistas nomeados por Vargas e por três representantes eleitos dos donos de jornais e dos jornalistas. Dentre as funções do Conselho estavam a aprovação, suspensão ou cancelamento dos registros de publicações e a fiscalização da distribuição do papel necessário para impressões.²³

Desde a sua criação, o DIP passou a ser o único responsável pela censura à imprensa, exercida até então pela Polícia Civil do Distrito Federal. Tanto as empresas jornalísticas quanto as editoras eram submetidas a uma rigorosa vigilância, a fim de evitar que desenvolvessem “atividades contrárias ao regime, à ordem ou às instituições” ou, ainda, que desrespeitassem “os dispositivos que regem a ética profissional.”²⁴ Os infratores poderiam sofrer a redução da sua cota de papel para impressão (cuja importação era monopolizada pelo governo) ou a suspensão, temporária ou definitiva, do seu registro de funcionamento.

No decorrer dos anos iniciais de atuação do DIP, um número significativo de publicações foram penalizadas por transgredirem os limites impostos pelo governo. Apenas para se ter uma idéia, somente no ano de 1941 foram cancelados os registros de 13 jornais e 6 revistas em todo o país.²⁵ Dentre as revistas proibidas de circular, encontrava-se a *Revista dos Ferroviários*, publicada no Rio de Janeiro pelo Centro Beneficente dos Ferroviários do Brasil. Esta revista sempre havia procurado manter um bom relacionamento com as mais diversas autoridades governamentais, seguindo assim

²² - Aline Lopes de Lacerda. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n° 14, jul/dez 1994, pág. 244.

²³ - Relatório anual do DIP referente a 1941, junho/1942. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510; “A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*, ano II, n° 21, novembro/1942.

²⁴ - “A imprensa e a propaganda no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*, ano II, n° 21, novembro/1942, pág. 181.

²⁵ - Relatório anual do DIP referente a 1941, junho/1942. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510.

uma linha editorial conservadora e conciliadora. Pode-se citar como exemplo desta postura um editorial publicado em agosto de 1940, no qual um dos diretores da revista, Vicente Tramonte Garcia, elogiou a criação do DIP e a censura imposta à imprensa por este órgão. Garcia afirmou ainda que a *Revista dos Ferroviários* havia sido uma das primeiras publicações a apresentar os seus documentos para o Departamento, tendo logo obtido o seu registro na Divisão de Imprensa.²⁶ Ao que parece, a política cordial da revista não conseguiu protegê-la dos desmandos do poderoso órgão de propaganda pois, menos de um ano após o editorial mencionado, ela achava-se suspensa.²⁷

Neste mesmo ano de 1941 o diretor da revista anti-comunista *Oito Dias*, R. de Lima e Silva, enviou uma carta a Vargas em que comunicava a sua decisão de suspender a publicação da revista. Segundo ele, a censura do DIP vinha sistematicamente vetando matérias da revista, o que acabava por impossibilitar a publicação “de páginas do mais vivo nacionalismo e do mais vivo apoio ao homem providencial que é o Dr. Getúlio Vargas (...)”. Ainda de acordo com Lima e Silva, a censura estava sendo feita desta forma porque o corpo de funcionários do DIP estava dominado por comunistas, derrotistas e inimigos da ordem.²⁸

Através destes dois exemplos, pode-se perceber como o próprio DIP não possuía uma noção muito clara dos critérios a serem seguidos no trabalho de censura à imprensa. As normas que determinavam o cerceamento de “atividades contrárias ao regime, à ordem ou às instituições” ou infratoras dos “dispositivos que regem a ética profissional” eram extremamente vagas, o que permitia certamente o surgimento de interpretações divergentes dentro do quadro funcional do órgão. Deste modo, torna-se

²⁶ - *Revista dos Ferroviários*, agosto/1940.

²⁷ - Carta enviada por um dos diretores da revista, Flávio Bastos, a Salgado Filho, 02/07/1941. Arquivo Nacional, Arquivo Privado de Salgado Filho, Caixa 6. Na carta, Bastos não mencionou qual foi o motivo alegado pelo DIP para efetuar a suspensão da revista.

²⁸ - Carta de R. Lima e Silva a Vargas, 14/01/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

bastante provável que estas divergências estivessem na raiz de várias decisões controversas, como a censura e a punição de publicações que sempre haviam respeitado os limites estabelecidos pelo governo.

A transferência do papel de censor da Polícia Civil para o DIP gerou novos conflitos entre estes dois órgãos. No final de dezembro de 1939, poucos dias após a criação do Departamento, o Chefe de Polícia, Filinto Müller, enviou uma carta ao diretor do DIP, Lourival Fontes, solicitando providências para que não fossem publicados noticiários “referentes a diligências de ordem política e social, bem como referências a órgãos reservados de controle da Polícia.” Müller anexou à mesma carta uma relação de censores “honestos e competentes”, a fim de ser examinada a possibilidade de serem aproveitados no novo Departamento.²⁹

Ao que tudo indica, Filinto Müller não se conformou com a perda da censura para o DIP, pois este órgão passou a ser alvo constante de investigações policiais. Os atritos agravaram-se no segundo semestre de 1940, principalmente por causa de um boato, não confirmado, de que Müller pretendia recuperar para si a censura. Como forma de pressão, Müller aumentou, justamente neste momento, a vigilância sobre os funcionários e as atividades do DIP. Em novembro, por exemplo, um relatório policial sobre a situação interna daquele Departamento afirmou, dentre outras coisas, que o seu corpo dirigente era formado por “má argila” e que todos os bons profissionais da imprensa haviam sido afastados das suas funções. Ainda de acordo com o relatório, devido a esta situação o DIP não conseguia mais atingir os seus objetivos, o que contribuía para a desmoralização do Estado Novo.³⁰ Neste mesmo ano, a Polícia elaborou uma lista de funcionários do DIP que teriam envolvimento com o comunismo,

²⁹ - Carta de Filinto Müller para Lourival Fontes, 29/12/1939. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³⁰ - Relatório policial sobre o DIP, 23/11/1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 13.

o fascismo e o integralismo.³¹

Entretanto, as críticas à atuação do DIP não partiam apenas de outros órgãos e autoridades governamentais, mas também do quadro funcional do próprio Departamento. Poucos meses antes do acirramento do conflito com a Polícia, um funcionário do DIP enviou uma carta anônima a Vargas, na qual denunciava que Lourival Fontes havia insultado o Presidente. De acordo com o funcionário, Fontes teria dito que todos os discursos de Vargas passavam por uma revisão total antes de serem publicados, a fim de serem consertadas “as asneiras daquele burro.” A Secretaria da Presidência pediu explicações ao diretor do DIP, que negou veementemente o acontecimento denunciado, fruto, segundo ele, da “fantasia” e da “intriga”.³²

Lourival Fontes procurou contestar as críticas recebidas através de uma longa carta encaminhada a Vargas no mês de fevereiro de 1941. O seu objetivo principal era responder às observações feitas em um memorial anônimo e em dois documentos elaborados pelo Chefe de Polícia e pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Todavia, ao tentar atingir este objetivo, Fontes também acabou por expor grande parte do funcionamento da máquina da propaganda política.

Na primeira parte de sua carta, Fontes buscou questionar as três falhas fundamentais nas atividades do DIP apontadas pelo autor do memorial: “burocracia estéril, carência de espírito nacional e atividades restritas à vida carioca.” Quanto à primeira falha, Fontes assegurou que se tratava de um grande equívoco pois, graças somente à burocracia do órgão

“(...) foi possível realizar a massa de trabalho e de produção que o memorialista ignora e desconhece, porque 90% dela é anônima e

³¹ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 13.

³² - Carta anônima enviada a Vargas, 06/06/1940. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 510.

inidentificável, em moldes inteiramente fora dos hábitos generalizados do cartaz e da exibição. Colaboram ao DIP, trabalhando diretamente, ou emprestando o seu assíduo concurso intelectual, os melhores valores do jornalismo profissional e das nossas letras e cultura.”³³

Em relação à segunda falha, o diretor do DIP argumentou que recebia aquela crítica como uma injúria e um agravo, pois o memorialista havia dado a entender que ele fazia parte do grupo de ocupantes dos altos postos da administração do país que deveriam ser substituídos devido ao fato de serem “os menos capazes, os tendenciosos e os sabotadores.” Segundo Fontes, ele repelia o epíteto de sabotador, “que só se pode aplicar aos que servem a chefes ou a causas com o ânimo e a vocação da traição.”³⁴

Finalmente, quanto à terceira falha, Fontes respondeu que o autor do memorial desconhecia o fato de que a maior parte do material produzido pelo DIP alcançava todos os pontos do país, através de meios como uma rede própria de estações de rádio, a distribuição de dez milhões de exemplares de publicações diversas, o envio de notícias e fotografias para todos os jornais e a exibição de filmes em todos os cinemas.³⁵

Na segunda parte de sua carta, Fontes dedicou-se a demonstrar que todas as sugestões feitas nos três documentos mencionados já constituíam práticas normais do Departamento, tais como a produção de “shorts” cinematográficos que demonstrassem o trabalho e a atividade do governo; a publicação e divulgação de dados estatísticos comprobatórios do progresso do país; a repressão de qualquer ação de “desrespeito ou solapamento das classes armadas e homens do governo”; a proibição de qualquer

³³ - Carta de Lourival Fontes a Vargas, 26/02/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³⁴ - Carta de Lourival Fontes a Vargas, 26/02/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³⁵ - Idem.

publicação em língua estrangeira; e a organização da juventude brasileira.³⁶

Um dos elementos que mais chamam a atenção na carta é a preocupação demonstrada pelo diretor do DIP em relação ao sucesso do esforço de dissimulação da propaganda política. De acordo com Fontes, esta dissimulação combinava perfeitamente com o regime político então vigente.

“Não tendo o regime brasileiro, como sucede nos Estados totalitários, subjugado a personalidade, dominando-a dentro da profissão, da classe e da família e até mesmo da religião, a sua propaganda também terá que ser conduzida quase sempre de maneira discreta e persuasiva, sem que pareça que se pretende um conformismo de opinião.”³⁷

Lourival Fontes mencionou em vários trechos alguns dos instrumentos utilizados pelo Departamento para atingir este objetivo. Entre eles estava o fornecimento diário aos jornais e estações de rádio do país de “dados, elementos de informação, normas de orientação para que, sobre eles e sem aproveitar o texto original, elaborem comentários e editoriais, sem que o público venha a saber que foi o DIP a sua fonte originária.” Havia também o chamado “serviço recomendado (...) publicado sem indicação de origem, constituído por artigos assinados, entrevistas, tópicos, reportagens, comentários, subsídios para comentários (...).”³⁸

Neste sentido, o diretor do DIP acreditava ser muito mais proveitoso para o governo manter o controle indireto das empresas jornalísticas do que incorporá-las ao

³⁶ - Idem.

³⁷ - Carta de Lourival Fontes a Vargas, 26/02/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³⁸ - Idem.

seu patrimônio. Segundo ele, as aquisições efetuadas, como a do jornal *A Noite*, comprovavam que os possíveis benefícios não compensavam as enormes somas de dinheiro gastas neste tipo de transação.

“(…). Um jornal não é apenas uma folha impressa, dispondo constante e invariavelmente do favor e da estima pública. Um jornal é, muitas vezes, um patrimônio e uma tradição, e as suas lutas, revezes, campanhas ou orientação criam o seu valimento na opinião pública.

Não será mais aconselhável, em vez de transferi-los à propriedade ostensiva do governo com os seus evidentes inconvenientes, utilizá-los e aproveitá-los, conservando em face do público a aparência de que são livres e independentes? O Governo está hoje aparelhado, por meio de medidas econômicas e punitivas, para suprimir-lhes todos os elementos de vida e obrigá-los à perfeita cooperação e colaboração. Nenhum deles tem a mais leve dúvida a esse respeito, tanto que não se recusam a aceitar a inspiração e orientação do DIP.(…).”³⁹

Assim, pode-se perceber claramente que, para Lourival Fontes, era fundamental que a população não tomasse consciência do fato de que estava assimilando as mensagens da propaganda política transmitidas através dos principais meios de comunicação. A fim de que a crença na honestidade e na sinceridade destes últimos não fosse abalada, a ilusão da liberdade de expressão e de pensamento deveria ser mantida a qualquer custo.

Ao que parece, Fontes conseguiu recuperar grande parte do seu prestígio e poder, os quais encontravam-se enfraquecidos pelas críticas à sua atuação. Um dos indícios desta consolidação do seu poder dentro do governo pode ser encontrado na

³⁹ - Carta de Lourival Fontes a Vargas, 26/02/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

diminuição expressiva do número de críticas e de conflitos que o envolviam. A harmonia, pelo menos aparente, de Fontes com os outros membros do governo estendeu-se até Filinto Müller. Em junho de 1941, portanto poucos meses após a carta de Fontes para Vargas, Müller enviou ao primeiro uma carta agradecendo a presença do “prezado amigo” em uma reunião com jornalistas realizada no gabinete do Delegado Especial de Segurança Política e Social, com o objetivo de fornecer os elementos do noticiário sobre as diligências para apuração de crimes imputados a membros do Partido Comunista do Brasil.⁴⁰

Contudo, grandes mudanças ocorreriam no ano seguinte. Com a entrada do país na II Guerra Mundial ao lado dos aliados, vários membros do governo foram afastados dos seus cargos por terem sido acusados de nutrirem simpatias pelo nazi-fascismo. Entre estes membros encontravam-se, justamente, Filinto Müller e Lourival Fontes. Desta forma, os antigos adversários ironicamente perderam ao mesmo tempo os seus cargos no governo.

Devido à nova situação vigente no país, o DIP sofreu reformulações. Tendo sido criticado por sua função de censor, o órgão foi levado a “suavizar” a sua imagem perante o público, relaxando assim o controle da produção discursiva. Ao mesmo tempo, a maior parte da sua propaganda passou a ser concentrada nos assuntos relacionados à guerra, o que se refletiu na nomeação de militares para os cargos mais importantes do Departamento.⁴¹ Pode-se citar como exemplo destes dois novos aspectos da propaganda política a palestra realizada em outubro de 1942 pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa radiofônico *Hora do Brasil*. Nesta palestra, Marcondes dedicou-se a comentar o recente decreto 4.828, que havia

⁴⁰ - Carta de Filinto Müller a Lourival Fontes, junho/1941. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁴¹ - Paulo, “O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal”, *op. cit.*, págs. 103-104. Depois da saída de Lourival Fontes, dois militares ocuparam a direção do DIP: major Coelho dos Reis (1942-43) e capitão Amílcar Dutra de Menezes (1943-45). Goulart, *op. cit.*, pág. 61.

estabelecido as normas a serem seguidas por todos os órgãos de divulgação e publicidade durante o estado de guerra. Segundo ele, o decreto não representava um processo de censura, mas sim uma lei de orientação voltada para os profissionais envolvidos nos meios de comunicação. Sendo assim, o Ministro aproveitou a oportunidade oferecida pela palestra para elucidar algumas daquelas normas, dentre as quais a recomendação de que certos assuntos fossem evitados, como o elogio a regimes políticos diferentes e a divulgação de fatos ocorridos nos países inimigos.⁴²

Outra reformulação importante levada a efeito em 1942 foi a inclusão de palestras semanais de Marcondes Filho na programação da *Hora do Brasil*. De acordo com o Ministro, seu objetivo principal era divulgar e esclarecer as medidas do governo em relação aos trabalhadores, já que, infelizmente, ele não podia andar “de casa em casa, para conhecer as necessidades de cada família, saber como as leis estão sendo cumpridas, pressentir os anseios e levar notícias de todos os lares ao grande prelenitivo para as suas dores, abrigo para as suas dificuldades, amparo para todas as suas iniciativas e entusiasmo pelos seus triunfos.”⁴³ Segundo Angela de Castro Gomes, as palestras de Marcondes Filho não apenas funcionaram como um eficiente instrumento de propaganda das realizações do regime, como também contribuíram significativamente para a construção da imagem de Vargas como o “pai dos pobres”.⁴⁴

Nos anos finais do Estado Novo a censura foi sendo sistemática e progressivamente desconsiderada, ao mesmo tempo em que se acelerava a

⁴² - Palestra de 15/10/1942 de Marcondes Filho no programa *Hora do Brasil*. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 99, novembro/1942. De acordo com um artigo publicado em 08/11/1945 no jornal diário *Diretrizes*, a maioria dos donos de jornais concordava espontaneamente com as regras impostas pelo DIP. Ainda segundo o artigo, esta afirmação era confirmada pelo fato de que, quando o DIP havia suspenso a maior parte das proibições, como o elogio à União Soviética, grande parcela dos jornais continuou a respeitar os limites anteriormente impostos.

⁴³ - Palestra de janeiro/1942 de Marcondes Filho no programa *Hora do Brasil*. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 91, março/1942.

⁴⁴ - Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pág. 239.

desagregação da base social do regime. A prática da burla à censura e do ataque ao regime acabou por tornar inócua a ação do DIP. Alguns membros do governo chegaram mesmo a suspeitar que o próprio Departamento passara a boicotar o regime, através de mensagens dúbias veiculadas pelo material oficial distribuído à imprensa e do relaxamento da censura.⁴⁵

Como parte do esforço para apagar da memória da população a sua imagem de repressor, o governo substituiu, em maio de 1945, o DIP pelo Departamento Nacional de Informações (DNI). Todavia, na verdade quase nada mudou, pois o novo Departamento manteve praticamente os mesmos funcionários e as mesmas funções do antigo órgão. Mas estes fatores não conseguiram garantir a longevidade do DNI: ele foi extinto em 1946.⁴⁶

A avaliação da eficiência da propaganda política varguista constitui uma questão controversa entre os estudiosos. Por um lado, alguns autores, como Nelson Jahr Garcia e Heloísa Paulo, afirmam que a propaganda conseguiu impregnar as idéias oficiais em todas as camadas sociais, tornando assim os cidadãos comuns censores que vigiavam a sociedade como um todo.⁴⁷ Por outro lado, outros autores, como Maria Helena Capelato, defendem que o controle de consciências levado a efeito através dos meios de comunicação não conseguiu atingir o objetivo de formar a “opinião única”.⁴⁸ Acredito ser correto afirmar que uma postura de vigilância e censura dominou boa parte da sociedade brasileira, principalmente durante o Estado Novo, devido a fatores como a assimilação dos valores oficiais transmitidos pela propaganda e a repressão policial. Entretanto, considero também que esta assimilação não foi ampla o suficiente para

⁴⁵ - Goulart, *op. cit.*, págs. 128-133.

⁴⁶ - Idem, pág. 75.

⁴⁷ - Garcia, *op. cit.*, pág. 126 e Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, *op. cit.*, pág. 161.

⁴⁸ - Capelato, *op. cit.*, pág. 97. Esta também era a opinião do norte-americano Karl Loewenstein, professor de ciência política e jurisprudência, que visitou o Brasil no início da década de 1940. Segundo ele, a tentativa de doutrinação da opinião pública não surtiu efeito, pois as pessoas continuavam a expressar, em suas conversas, suas críticas ao regime. Karl Loewenstein. *Brazil under Vargas*. New York, Russell & Russel, 1973, 1ª edição: 1942.

alterar completamente todos os valores e comportamentos manifestados pela população.

b) As comemorações oficiais

A realização de grandes cerimônias oficiais representava um ponto comum entre vários regimes autoritários. De acordo com Stuart Woolf, o uso das cerimônias e dos símbolos tornou-se mais intenso a partir do surgimento da sociedade de massas, no final do século XIX. Mas foi no decorrer da década de 1930 que as cerimônias alcançaram um nível de elaboração cada vez maior. Ainda segundo este autor, as cerimônias não serviam apenas para afirmar ou consolidar o poder político do fascismo italiano ou do nazismo alemão, mas também contribuíam igualmente para definir a representação desses regimes, na medida em que estes últimos, nestas ocasiões, propunham imagens ao mundo exterior e expressavam propostas em relação a eles mesmos e a suas missões históricas.⁴⁹

Na Alemanha nazista, o calendário de comemorações era planejado de modo a cobrir a maior parte do ano de festividades. As principais datas eram: 3 de janeiro, a tomada do poder; 24 de fevereiro, a fundação do partido nazista; em março, o culto dos heróis; em abril, o aniversário de Hitler; em 1º de maio, o dia do trabalho; em junho, o solstício do verão; em setembro, o Congresso do Partido em Nuremberg; em outubro, a festa da colheita; em novembro, o *Putsch* de Munique; e em dezembro o Natal.⁵⁰ O objetivo fundamental dos grandes espetáculos era transformar a multidão em uma peça essencial e ativa. As pessoas deliravam de forma contagiante, idolatravam o *Führer* e sentiam-se unidas sob os símbolos da águia, da cruz gamada e da suástica. Vários templos foram construídos pelo nazismo para esses espetáculos, sendo o maior deles o

⁴⁹ - Stuart Woolf. "Les cérémonies du fascisme". Pierre Milza e Fanette Roche-Pézard (org.). *Art et Fascisme*. Paris, Editions Complexe, 1989, págs. 240-246.

⁵⁰ - Lenharo, *op. cit.*, pág. 38.

Zeppelinfeld, em Nuremberg, planejado para abrigar cem mil pessoas.

“Cada acontecimento era preparado minuciosamente pelo próprio Hitler. Cada entrada em cena, a marcha dos grupos, os lugares dos convidados de honra, a decoração geral, flores, bandeiras, tudo era previsto. Aos poucos, a forma foi sendo definida, e os acontecimentos ganharam o sentido de um ritual religioso - um ofício -, que se manteve imutável em sua forma. Florestas de bandeiras, jogos de archotes, a multidão disposta disciplinadamente, a música envolvente, os canhões de luz. Os espetáculos eram preferencialmente noturnos, e neles é que Speer dispunha os projetores de defesa antiaérea, de modo a obter efeitos expressionistas, fosse aumentando a dimensão física dos monumentos, fosse para dar aos símbolos uma força mais que natural”.⁵¹

O principal objetivo desta parte do capítulo será analisar as formas de comemoração de um conjunto de datas nacionais do varguismo. Na seleção destas datas foram usados dois critérios, a sua relevância política e a sua vinculação com fatos e simbolismos relacionados ao movimento operário e aos trabalhadores. Deste modo, foram selecionadas seis datas: aniversário de Vargas, Primeiro de Maio, Dia da Independência e aniversários da Revolução de 1930, do Estado Novo e do movimento comunista de 1935.

Aniversário de Getúlio Vargas

As comemorações oficiais do dia 19 de abril apresentaram, nos quinze anos em que Vargas esteve à frente do poder, dimensões bem mais modestas do que outras

⁵¹ - Idem, págs. 40-41.

festividades. Para ser mais exato, nos sete anos iniciais do governo as únicas comemorações realizadas restringiram-se a um presente entregue pelo Ministério em 1932 e a um jantar oferecido por Vargas aos Ministros no ano seguinte.⁵² Solenidades de maior envergadura começaram a ser promovidas pelos órgãos de propaganda apenas em 1938.

A principal razão da escassez de festividades oficiais em torno deste dia era justamente o comportamento do homenageado. Vargas possuía o costume de passar os seus aniversários longe do contato com o público e com as outras autoridades do governo, chegando muitas vezes a viajar para fora da Capital em busca de maior tranquilidade e sossego. Acerca deste assunto, ele escreveu em 1934 no seu diário que “o velho hábito que tenho de afastar-me no dia de meu aniversário não é para evitar os cumprimentos dos amigos e conhecidos, e as homenagens usuais nessas ocasiões, mas o desejo de não molestar os outros com essas demonstrações mais ou menos convencionais.”⁵³

Vargas manteve este hábito mesmo depois que o Departamento Nacional de Propaganda resolveu investir mais nas comemorações.⁵⁴ Este fato prejudicou bastante a realização das festividades, já que a ausência do homenageado limitava bastante a grandiosidade das cerimônias. Em 1938 e 1939, por exemplo, a data foi lembrada através de um programa especial da *Hora do Brasil*.⁵⁵ Em 1940, ao lado do programa radiofônico foi levada a efeito também uma conferência do escritor Oswaldo Orico no Palácio Tiradentes.⁵⁶

O número de solenidades aumentou bastante a partir de 1941. Assim, além

⁵² - *Diário de Notícias*, 20/04/1932 e *Correio da Manhã*, 20/04/1933.

⁵³ - Getúlio Vargas. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vol. 1, pág. 288.

⁵⁴ - Idem, vol. 2.

⁵⁵ - *Correio da Manhã*, 19/04/1938 e 20/04/1939.

⁵⁶ - Idem, 18/04/1940.

da *Hora do Brasil* e da conferência no Palácio Tiradentes, neste ano foi decretado feriado escolar e promovida uma cerimônia com sindicalistas no Ministério do Trabalho.⁵⁷ Em 1942 foram realizados bailes em vários clubes esportivos e no hotel Copacabana Palace (que foi transmitido pelo rádio), além de uma solenidade no Ministério do Trabalho.⁵⁸ Já no ano seguinte as comemorações constituíram-se de um comício levado a efeito pela Liga de Defesa Nacional, de palestras nas escolas e de uma sessão solene, com representantes dos empregados e dos empregadores, no Teatro João Caetano.⁵⁹ No ano de 1944 foram promovidas festas na Quinta da Boa Vista e no estádio do Botafogo, uma solenidade no Ministério do Trabalho e uma missa solene por iniciativa de representantes de patrões e empregados.⁶⁰ Finalmente, em 1945 as comemorações restringiram-se a uma sessão solene no Instituto Nacional de Ciência Política, a uma reunião no Ministério do Trabalho, à inauguração de um mercadinho no bairro de Vila Isabel e a solenidades cívicas, esportivas e recreativas na Colônia Penal Cândido Mendes.⁶¹

Pode-se perceber claramente que os eventos relacionados ao aniversário de Vargas apresentaram, em todos os anos mencionados, um caráter mais simples e moderado do que, como será visto, outras comemorações oficiais. Além disso, outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que, apesar da presença constante dos órgãos de propaganda, um número significativo de solenidades foi promovido por outros órgãos e entidades, como o Ministério do Trabalho e a Liga de Defesa Nacional, e até mesmo por grupos sociais, como os empregados e os empregadores. Portanto, se não fosse a iniciativa destes elementos, as comemorações do dia 19 de abril teriam sido ainda mais

⁵⁷ - Idem, 18 e 20/04/1941.

⁵⁸ - *A Manhã*, 17/04/1942.

⁵⁹ - *A Manhã*, 18/04/1943 e relatório da Seção de Segurança Social da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), 31/12/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59.

⁶⁰ - *A Manhã*, 18 e 20/04/1944.

⁶¹ - Idem, 19/04/1945.

modestas.

Ao mesmo tempo em que o DIP procurava transformar o aniversário de Vargas em uma data significativa dentro do calendário oficial, os defensores do regime não mediam esforços para divulgar a “grande relevância” daquele dia para todos os brasileiros. Segundo estes defensores, a população aproveitava as oportunidades oferecidas pelas festividades para agradecer, mais uma vez, todos os benefícios e mudanças implantados no país pelo seu Presidente. Esta idéia está presente, por exemplo, em um editorial da revista *Novas Diretrizes*:

“O movimento que espontaneamente se formou, propagando-se por todo o país como expressão da solidariedade moral do povo com o seu Chefe, não envolve apenas uma celebração nacional do aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Há nessa atitude em que as massas da população do Brasil confraternizam, celebrando como um dos dias festivos da nacionalidade a data do nascimento do Presidente, uma demonstração característica da profunda revolução espiritual operada entre nós, sob a influência de um regime político em que a Nação e o seu Chefe se acham identificados em uma solidariedade indissolúvel.

(...).

As manifestações nacionais em torno do aniversário natalício do Chefe da Nação oferecem portanto um duplo aspecto, que se integra na afirmação de uma única idéia e de um mesmo sentimento. É mais um esplêndido pronunciamento plebiscitário do povo, reiterando a consagração já tantas vezes por ele dada ao caráter definitivo da obra construtora de 10 de Novembro.(...).”⁶²

⁶² - *Novas Diretrizes*, maio/1941. Ver também os editoriais publicados em *Diretrizes* (maio/1940) e *A Manhã* (19/04/1942).

Primeiro de Maio

Um dos primeiros aspectos que chamam a atenção no estudo das comemorações do Dia do Trabalho é a lacuna existente na historiografia acerca do período do governo Vargas. A maioria dos autores limita-se, em seus trabalhos, a defender de forma sucinta a idéia de que, neste período, a data foi repentinamente apropriada pelo Estado, sem qualquer chance de reação por parte do movimento operário ou dos trabalhadores.⁶³ Poucos autores apontam a possibilidade de que a incorporação do Primeiro de Maio ao calendário de comemorações oficiais tenha sido um processo mais complexo do que aparenta à primeira vista.⁶⁴ Neste sentido, uma análise mais profunda do período varguista permitiria, a meu ver, uma melhor compreensão deste processo e de todas as suas nuances.

As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro iniciaram-se em 1891, permanecendo, contudo, pouco constantes durante toda a década. A entrada no século XX marcou a consolidação da data, acompanhando o processo de desenvolvimento da classe operária. Entre 1901 e 1929 não houve um ano sequer em que a cidade não tenha assistido a comemorações do Dia do Trabalho.

Vários eventos eram programados pelas diversas associações e federações, e mesmo por grupos de operários de uma determinada fábrica, para a celebração da data. Salva de tiros na aurora, saudando o grande dia; ida de comissões de operários aos cemitérios para prestar homenagem aos companheiros mortos; celebração de missas; passeios até algum ponto do subúrbio ou até outra cidade; grandes comícios, que reuniam até milhares de pessoas; e festivais comemorativos, dos quais constavam

⁶³ - Entre estes autores encontram-se José Luiz Del Roio. *1º de Maio*. São Paulo, Global, 1986; e Bernardo Kocher. *Luto-luta - O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1987.

⁶⁴ - Dentre estes autores está Adalberto Paranhos. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

geralmente uma conferência, peças teatrais e um baile “familiar”, harmonizando, desta forma, a propaganda associativa e a simples diversão. À noite freqüentemente eram realizadas sessões solenes nas sedes das associações operárias.

Outra forma de comemoração realizada com freqüência era o préstito ou passeata. A massa compacta de operários percorria as principais ruas da cidade, parando para saudar a imprensa e as associações irmãs. Algumas vezes a passeata podia ser interrompida para a realização, geralmente nas principais praças, de pequenos comícios. Geralmente à frente do préstito vinha a comissão encarregada da organização, seguida de forma ordenada pelas representações das associações operárias. Muitas vezes eram utilizados carros decorados com símbolos operários e retratos de operários mortos. Hinos operários eram entoados e estandartes das associações empunhados com orgulho. Cartazes de protesto, sempre relacionados com a conjuntura do momento, completavam a manifestação.

A primeira década do século XX marcou a consolidação do Primeiro de Maio como a data máxima do operariado carioca. A participação das diversas categorias de trabalhadores nas comemorações aumentou a cada ano e a repercussão da data cresceu até mesmo entre as outras classes sociais. Ao mesmo tempo que esta data foi adquirindo um significado cada vez maior para o operariado, pode-se perceber alguns esforços das classes dominantes em criar a sua própria “festa do trabalho”, contando para isso muitas vezes com o apoio do Estado.

Este apoio expressou-se principalmente através da transformação progressiva do Primeiro de Maio em feriado oficial. Alguns passos deste processo podem ser percebidos com clareza. Em 1902, o deputado Sampaio Ferraz apresentou na Câmara um projeto de lei tornando a data uma das “festas nacionais”⁶⁵. Quatro anos

⁶⁵ - O projeto foi apresentado no dia 30 de abril. Na sessão de 7 de maio ele foi enviado à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para que fosse feito um parecer. Contudo, nenhum parecer foi efetuado e o projeto nem chegou a ser votado. *Correio da Manhã*, 30/04/1902 e *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de

depois, foi decretado feriado na cidade de Niterói.⁶⁶ A partir de 1912 o dia passou a ser considerado ponto facultativo nas repartições públicas, a princípio apenas nas municipais e, posteriormente, também nas federais. Finalmente, em 26 de setembro de 1924, o presidente Artur Bernardes decretou que o Primeiro de Maio passaria a ser considerado feriado nacional.⁶⁷

Ao mesmo tempo em que foi acelerada a transformação da data em feriado, através da extensão do ponto facultativo aos operários federais, as comemorações também passaram a ser reprimidas com mais força. Não por acaso, estas medidas foram primeiramente postas em prática em 1917, ano de grandes manifestações operárias no Primeiro de Maio. Durante a década de 1920 a ação policial intensificou-se, tornando-se cada vez mais violenta. Nos últimos anos desta década o operariado não pôde comemorar livremente a sua grande data, sofrendo desta forma uma amostra do que seria a tônica do período pós-30.

O novo governo iniciado em 1930 manteve, nos seus anos iniciais, boa parte da atitude manifestada pelos seus antecessores em relação ao Primeiro de Maio. A repressão policial constituiu um dos elementos que apresentaram uma certa continuidade. Em 1931 e nos anos de 1933 e 1934 a Polícia Civil do Distrito Federal proibiu a realização de comemorações externas, como comícios e passeatas, permitindo apenas sessões solenes nas sedes dos sindicatos.⁶⁸ Em 1932 foram autorizados, excepcionalmente, comícios, mas em locais e horários determinados pela Polícia.⁶⁹ Devido à pequena abertura política, a Aliança Nacional Libertadora conseguiu, no ano de 1935, realizar um comício na Esplanada do Castelo mas, com o fracasso do movimento insurrecional de novembro, nos anos seguintes as comemorações

Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, volumes 3 e 4.

⁶⁶ - *Correio da Manhã*, 28/04/1906.

⁶⁷ - Del Roio, *op. cit.*, pág. 141.

⁶⁸ - *Correio da Manhã*, 01 e 02/05/1931; *O Preso Proletário*, maio/1933; e *Correio da Manhã*, 01 e 02/05/1934.

⁶⁹ - *Correio da Manhã*, 01/05/1932.

praticamente restringiram-se a sessões solenes.⁷⁰

Portanto, no período compreendido entre 1931 e 1937 a ação policial frustrou várias vezes as tentativas do movimento operário de levar a efeito passeatas e comícios, limitando desta forma a sua liberdade de expressão. A Polícia chegou a desarticular algumas destas manifestações ainda em sua fase de organização, ou seja, antes mesmo de serem efetuadas. Contudo, nos outros casos a repressão foi desencadeada sobre o grupo de manifestantes reunidos, o que geralmente resultava em um grande número de pessoas presas ou feridas.⁷¹ Como forma de reação, os militantes operários usavam freqüentemente as páginas dos seus jornais para denunciar as violências praticadas pela Polícia. Pode-se citar como exemplo destas denúncias o artigo publicado em maio de 1933 no jornal comunista *O Preso Proletário*.

No dia 1º de Maio, estando marcado um grande comício do Partido Comunista e demais organizações revolucionárias para a praça da Bandeira, às 5 horas da tarde, a polícia tudo fez para impedir a realização do mesmo. À hora marcada, a praça e seus arredores foram invadidos por um verdadeiro exército de cães policiais da Ordem Social, piquetes de cavalaria, patrulhas reforçadas da Polícia Militar, com metralhadoras nos pontos estratégicos assestadas contra a massa, e

⁷⁰ - *A Manhã*, 01 e 02/05/1935; *Correio da Manhã*, 01/05/1935 e *Diário de Notícias*, 01/05/1937. Segundo um relatório do Secretariado Nacional do PCB sobre o movimento revolucionário no Brasil, escrito em 23/05/1936, o Partido havia conseguido realizar um comício no Primeiro de Maio, apesar de toda a repressão policial. Não é informado o local exato onde teria ocorrido esta manifestação, mas o relatório dá a entender que teria sido no Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-H.

⁷¹ - Um militante comunista, Heitor Ferreira Lima, relatou posteriormente em seu livro de memórias a ação policial sobre as manifestações do Primeiro de Maio de 1931 no Rio de Janeiro: "Numerosos grupos de trabalhadores postaram-se na rua Sacadura Cabral e rua do Acre. Mais ou menos em frente, no início da avenida Rodrigues Alves, estavam os cavaleiros da polícia militar e dezenas, senão uma centena, de agentes policiais, à paisana. Reinava atmosfera pesada e apreensiva. (...) À hora marcada, pequena multidão correu para junto da estátua do Visconde de Mauá, cujos degraus sempre serviram de tribuna nessas ocasiões. A polícia militar, à paisana, então interveio brutalmente, espaldeirando o povo, prendendo e agredindo as pessoas, resultando em correrias e lutas corpo-a-corpo, dentro da praça. Era um espetáculo de violenta brutalidade policial. (...) Algum tempo se passou antes que a praça fosse esvaziada pela cavalaria, espancando todo mundo, indistintamente." Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos. Memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982, págs. 146 e 147.

tintureiros para o transporte de presos.

Milhares de trabalhadores que acorreram ao chamado do Partido Comunista para protestar ali contra a situação de fome, reação e guerras de rapina em que decorre o 1º de Maio de 1933, se encontraram sob a ameaça de um monstruoso massacre. Dezenas de prisões de operários, estudantes e mulheres revolucionárias foram arbitrariamente efetuadas, e a cavalaria foi atirada contra a massa para dispersá-la pelo terror.⁷²

As arbitrariedades cometidas pela Polícia eram tão comuns que até mesmo jornais que apoiavam o governo acabavam noticiando a sua ocorrência. Em 2 de maio de 1934, por exemplo, o jornal *Correio da Manhã* informou que na véspera tinha acontecido um conflito no comício operário realizado na praça Onze de Junho. Segundo o jornal, testemunhas afirmaram que o conflito foi provocado pelos policiais, os quais acabaram prendendo vários operários e ferindo à bala três pessoas.⁷³

Na primeira metade da década de 1930 o governo Vargas comemorou muito esporadicamente o Primeiro de Maio. Apenas para se ter uma idéia, entre 1931 e 1937 foram efetuadas comemorações oficiais em somente três anos: em 1932 foi levada a efeito na Câmara dos Deputados a primeira sessão da 1ª Conferência Regional do Trabalho, patrocinada pelo Ministério do Trabalho; no ano seguinte, o Chefe de Polícia perdoou as multas de trânsito de todos os chauffeurs da cidade; e em 1934, Vargas e o Ministro do Trabalho inauguraram casas operárias nos bairros de Benfica e Marechal Hermes.⁷⁴

⁷² - *O Preso Proletário*, maio/1933. Ainda de acordo com o jornal, para tentar fugir da repressão policial os organizadores do comício decidiram transferi-lo para outro local, a praça 11 de Junho. Contudo, um piquete de cavalaria também dirigiu-se ao mesmo local e tentou evitar o novo comício. Mas, segundo o jornal, desta vez “a ação enérgica da massa permitiu que o mesmo prosseguisse.”

⁷³ - *Correio da Manhã*, 02/05/1934.

⁷⁴ - Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia Especial, 31/12/1932. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59; *Correio da Manhã*, 01/05/1932, 30/04/1933 e 01/05/1934.

De acordo com Bernardo Kocher, em 1932 a presença do Estado nas comemorações fez-se de forma articulada, já com um esboço de projeto político pronto.⁷⁵ Não concordo com esta afirmação, pois neste ano, como foi visto acima, a única iniciativa governamental constituiu-se do início das reuniões da Conferência Regional do Trabalho. Somente esta iniciativa não fornece, a meu ver, base suficiente para a conclusão do autor, ou seja, que a presença do Estado já se fizesse sentir “de forma articulada”.

Até 1937 o governo varguista manifestou pouco interesse pela data do Primeiro de Maio, o que pode ser percebido através do pequeno número de comemorações oficiais realizadas. Outro elemento que comprova esta idéia reside no fato de que Vargas não tenha registrado em seu diário, no período compreendido entre 1931 e 1937, qualquer comentário especial sobre o Dia do Trabalho. Com exceção de 1934, ano em que inaugurou as casas operárias, Vargas encarava o Primeiro de Maio como um feriado igual aos outros, sem qualquer significado particular.⁷⁶ Assim, inicialmente o governo estava mais empenhado em controlar, através da repressão policial, as manifestações promovidas pelo movimento operário e pelos trabalhadores do que em transformar o Primeiro de Maio em uma data significativa dentro do calendário oficial.

O ano de 1938 marcou o momento de inflexão e de mudança na postura do governo. A partir deste ano o Primeiro de Maio passaria a receber uma maior atenção por parte dos órgãos estatais. No Dia do Trabalho deste ano o Departamento Nacional de Propaganda organizou uma cerimônia no Palácio Guanabara, com a presença de representantes dos sindicatos, na qual Vargas assinou dois decretos: um instituindo o salário mínimo e o outro concedendo isenção de impostos para a construção e aquisição

⁷⁵ - Kocher, *op. cit.*, pág. 147.

⁷⁶ - Getúlio Vargas. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vols. 1e 2.

de casas operárias. Ao mesmo tempo em que se procurou conferir um maior impacto à comemoração oficial, através principalmente da assinatura dos dois decretos, a ação repressiva também não foi deixada de lado. A Polícia proibiu as passeatas e os comícios, permitindo apenas a realização de sessões solenes nas sedes dos sindicatos.⁷⁷

Portanto, foi somente após a entrada em cena do Estado Novo que o Primeiro de Maio tornou-se uma data relevante para os objetivos da propaganda política. Deve ser lembrado ainda que, como já foi visto, também foi a partir de 1938 que os órgãos de propaganda passaram a investir mais nas comemorações do aniversário de Vargas. Segundo Adalberto Paranhos, isto ocorreu devido ao fato de que, até 1937, “enquanto o Governo Vargas, no *front* operário, empregava as suas energias no combate ao sindicalismo autônomo e independente, as medidas de ‘proteção’ ao trabalho não se faziam acompanhar de nenhum ensaio de mobilização.” À medida em que o governo conseguiu aparar, já no Estado Novo, as arestas existentes - como a irrupção periódica de resistências e as dificuldades dos grupos dominantes na definição de um projeto político mais acabado - ele passou a dedicar-se mais ao aspecto da mobilização popular.⁷⁸

Seguindo este argumento, pode-se afirmar que, entre a vitória da Revolução de 1930 e a decretação do Estado Novo, o governo buscou principalmente legitimar-se frente aos diversos setores sociais e construir a sua estabilidade política. O sucesso nestes dois objetivos representava um dos requisitos fundamentais para a implantação do projeto corporativista. No decorrer do Estado Novo a questão da legitimidade continuou na ordem do dia, mas a transformação do apoio popular em uma força política utilizável pelo regime tornou-se também uma meta premente.

Na cerimônia oficial de 1938 já podem ser encontrados dois elementos que

⁷⁷ - *Correio da Manhã*, 01 e 03/05/1938.

⁷⁸ - Paranhos, *op. cit.*, pág. 96.

estarão presentes em todas as comemorações do Primeiro de Maio até o final do Estado Novo, o discurso de Vargas e a divulgação de medidas beneficiadoras dos trabalhadores. Vargas sempre aproveitava os festejos do Dia do Trabalho para anunciar um novo “presente”, em geral uma nova lei social, para a classe trabalhadora e, desta forma, estabelecer uma relação de familiaridade e simpatia com os “bons trabalhadores”. Estes últimos aguardavam geralmente com expectativa os “presentes” concedidos pelo “pai dos pobres”.

A partir de 1939 as cerimônias oficiais passaram a ter uma dimensão cada vez mais grandiosa. Acompanhando a complexidade crescente dos espetáculos, o número de pessoas envolvidas em sua preparação e realização também aumentava a cada ano. Em geral eram escolhidos locais bastante amplos - como o Estádio de São Januário, a Esplanada do Castelo ou o Estádio do Pacaembu, em São Paulo - para as solenidades, a fim de permitir a presença do maior número possível de participantes.

Os programas das cerimônias apresentavam alguns pontos comuns. Além de Vargas, as outras autoridades presentes, como o Ministro do Trabalho, também discursavam. Eventualmente eram incluídos na programação os discursos de representantes dos patrões e dos operários. A grande maioria dos pronunciamentos procurava ressaltar o significado de harmonia e conciliação presente nas comemorações da data.⁷⁹

A música estava presente de forma expressiva nas cerimônias. Hinos, músicas populares e músicas exaltadoras do regime e de Vargas eram executadas por bandas e orquestras, com a colaboração de corais e cantos orfeônicos formados, na maior parte das vezes, por trabalhadores. Um número significativo das músicas

⁷⁹ - *Correio da Manhã*, 30/04 e 03/05/1939, 30/04/1940 e 30/04/1941; *A Manhã*, 01/05/1942, 30/04/1943, 30/04/1944 e 29/04/1945; Relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS, 02/05/1940, 31/12/1941, 31/12/1942 e 31/12/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pastas 1-H e 1-I e Fundo DESPS, Caixa 59.

exaltadoras do regime eram compostas pelo maestro Heitor Villa Lobos, mas ele raramente participava diretamente das cerimônias do Primeiro de Maio.⁸⁰

Também faziam parte dos programas jogos de futebol entre times de operários; exhibições de esquadrilhas de aviões; e demonstrações de exercícios de educação física por parte de trabalhadores e militares. Um dos pontos altos das cerimônias, junto com o discurso de Vargas, era o desfile de militares e operários. Estes últimos geralmente portavam estandartes dos sindicatos, faixas de apoio ao regime, retratos de Vargas e diversas bandeiras.⁸¹

Pode-se perceber que a programação das comemorações do Primeiro de Maio, elaborada pelos órgãos de propaganda, procurava enfatizar a suposta situação de “conciliação de classes” estabelecida pelo Estado entre o capital e o trabalho. Além disso, estas comemorações também eram apresentadas como oportunidades oferecidas aos patrões e, principalmente, aos trabalhadores para agradecerem ao “homem providencial”, Vargas, todas as suas iniciativas em prol do progresso e do bem-estar da Nação. Em contraste com as antigas comemorações promovidas pelo operariado, os maiores homenageados das cerimônias oficiais não eram os trabalhadores ou os mártires do movimento operário, mas sim Vargas e seus aliados.

Em geral, o momento de maior aclamação ocorria quando Vargas chegava, em carro aberto, ao local da cerimônia. Neste momento, milhares de pessoas gritavam “vivas”, agitavam bandeirinhas, jogavam flores e o aplaudiam de pé.⁸² Segundo o

⁸⁰ - Idem e Arnaldo D. Contier. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. Bauru, EDUSC, 1998.

⁸¹ - *Correio da Manhã*, 30/04 e 03/05/1939, 30/04/1940 e 30/04/1941; *A Manhã*, 01/05/1942, 30/04/1943, 30/04/1944 e 29/04/1945; Relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS, 02/05/1940, 31/12/1941, 31/12/1942 e 31/12/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pastas 1-H e 1-I e Fundo DESPS, Caixa 59; e Garcia, *op. cit.*, pág. 114.

⁸² - *Correio da Manhã*, 30/04 e 03/05/1939, 30/04/1940 e 30/04/1941; *A Manhã*, 01/05/1942, 30/04/1943, 30/04/1944 e 29/04/1945; Relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS, 02/05/1940, 31/12/1941, 31/12/1942 e 31/12/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pastas 1-H e 1-I e Fundo DESPS, Caixa 59; Garcia, *op. cit.*, pág. 114.

militante trotskista Hilcar Leite, a participação popular nas cerimônias do Primeiro de Maio era, em grande parte, espontânea.

“As comemorações do 1º de maio, como as da Semana da Pátria, eram uma imitação dos grandes comícios hitleristas e das grandes concentrações italianas. Toda a máquina era posta a serviço. Eu assisti a várias, queria saber como eram. Os grandes industriais, como o da Bangu, por exemplo, faziam questão de apresentar o maior contingente possível de trabalhadores. A Central punha trem de graça, o governo punha ônibus de graça, todo mundo ia para o estádio do Vasco. Vinte e cinco, trinta mil pessoas, e ainda ficava gente de fora. E o rádio transmitindo. Tinha muita gente que ficava nas praças, ouvindo os discursos com o famoso ‘Trabalhadores do Brasil’.

(...).

[Os trabalhadores reagiam à figura de Getúlio] com palmas. E eram palmas espontâneas, não eram puxadas por claque, não. A desgraça era essa. Não havendo consciência...(...)”⁸³

Era bastante alta a probabilidade de que a aclamação a Vargas fosse uma reação espontânea, já que uma parcela significativa dos trabalhadores apoiava o Presidente e o projeto corporativista do governo. Contudo, não deve ser esquecido que o Estado lançava mão de diversas formas de “estímulo” e “persuasão” para garantir a presença maciça dos trabalhadores nas cerimônias. Duas destas formas foram mencionadas pelo próprio Hilcar Leite: a arregimentação efetuada pelos industriais e a gratuidade dos meios de transporte. Outro recurso utilizado era o acionamento, pelo Ministério do Trabalho, dos seus líderes sindicais, para que estes reunissem trabalhadores em um determinado local e hora. No dia 1º de Maio de 1940, por

⁸³ - Entrevista de Hilcar Leite em Angela de Castro Gomes (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, págs. 188-189.

exemplo, um panfleto assinado por vários sindicatos convidava os trabalhadores a participarem das cerimônias oficiais daquele dia, pois “o proletariado brasileiro, sempre atento às ordens de convocação do Ministério do Trabalho, não podia deixar de dar, na data de hoje, uma das mais belas e impressionantes demonstrações do seu civismo.”⁸⁴

A Polícia também colaborava na organização das comemorações. A ela cabia fechar lojas, bares e cafés no horário da cerimônia, a fim de tornar certa a presença de grandes multidões nas ruas. Além disso, ela desenvolvia um trabalho de “convencimento” entre os trabalhadores que preferissem não comparecer à cerimônia. Se não fosse possível reunir um número satisfatório de pessoas, arregimentava-se a população das localidades vizinhas.⁸⁵

Deste modo, durante o Estado Novo o regime varguista conseguiu transformar o Primeiro de Maio em uma das datas mais importantes do seu calendário de comemorações. O movimento operário independente procurou, através da realização de suas próprias manifestações, resistir ao máximo a esta apropriação. Todavia, esta resistência foi seriamente abalada pela onda repressiva desencadeada em todo o país após a derrota da insurreição comunista de novembro de 1935. Com a prisão das suas principais lideranças e a desarticulação das suas correntes de esquerda, o movimento operário viu eliminada boa parte de sua capacidade de ação e mobilização. Devido principalmente a este fato, ao lado da eficiência da propaganda política do regime, ele não conseguiu evitar a apropriação da data pelo varguismo. A partir deste momento, começou a ocorrer a substituição do antigo significado do Primeiro de Maio - um dia de luta do proletariado - por um novo significado.

No decorrer da República Velha, o Dia do Trabalho foi objeto de diferentes interpretações, efetuadas por vários setores sociais. Para o movimento operário, a data

⁸⁴ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

⁸⁵ - Elizabeth Cancelli. *O mundo da violência: a Polícia da era Vargas*. Brasília, Editora da UNB, 1993, pág. 111.

possuía vários significados: o ponto de partida da conquista da jornada de oito horas de trabalho; o dia da grande revolução social e do despertar da consciência de classe; e um dia de lembrança e de luto pelos mártires do operariado.⁸⁶ Nos anos iniciais da década de 1930, as correntes de esquerda do movimento operário continuaram a atribuir ao Primeiro de Maio grande parte destes significados. Em um editorial do jornal trotskista *A Luta de Classes*, por exemplo, a interpretação da data como um dia de lutas e reivindicações foi apresentada como a mais correta.

“A burguesia, impotente diante das contínuas manifestações de consciência de classe dos trabalhadores, tem procurado transformar o 1º de Maio num dia de festa. Na Itália fascista e no Brasil, a fim de evitar a greve geral, os governos de Mussolini e Arthur Bernardes se viram obrigados a decretar feriado. Os calendários burgueses registram a data como sendo uma ‘festa do trabalho’.

(...).

Mas, o 1º de Maio continua a ser um dia de luta e não pode perder o seu verdadeiro significado. No dia de hoje, os trabalhadores se reúnem em praça pública, não só para protestar, com toda a energia contra as arremetidas da reação, mas, principalmente, para reivindicar os seus direitos dentro dos quadros da atual sociedade e agitar as palavras de ordem revolucionárias que conduzirão o proletariado à conquista do poder.”⁸⁷

Como indica o trecho citado, o Primeiro de Maio também era visto como um dia de celebração entre todos os trabalhadores. Esta interpretação foi defendida, durante a República Velha, de forma mais veemente e constante pelos grupos

⁸⁶ - Luciana Barbosa Arêas. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996, capítulo 3.

⁸⁷ - *A Luta de Classes*, 01/05/1931. Ver também *A Voz da Classe*, 05/05/1934; *Âncora*, abril/1935; *A Manhã*, 01/05/1935 e *A Classe Operária*, 01/05/1935.

conservadores da sociedade. De acordo com os defensores da “festa do trabalho”, as boas condições de vida e a ausência de um capitalismo feroz em nosso país davam ao nosso operariado tranqüilidade para reivindicar de forma pacífica as possíveis mudanças que julgasse necessárias. Não existia, portanto, razão para a utilização de métodos violentos de luta, e nem para a realização de protestos no Dia do Trabalho.⁸⁸

A representação do Primeiro de Maio como “festa do trabalho” manteve-se bastante viva ao longo dos quinze anos do governo Vargas. Ela pode ser encontrada, principalmente, nos editoriais dos grandes jornais diários. Apesar destes jornais não formarem um bloco absolutamente homogêneo, em termos de tendência política e da linha adotada em relação a várias questões sociais, pode-se dizer que possuíam algumas posições em comum, como o próprio conceito de “festa do trabalho”. Segundo, por exemplo, um editorial publicado em 1934 no *Correio da Manhã*, “o 1º de Maio, da data de reivindicação e de revolta, passou a ser a data simbólica da justiça social, do reconhecimento da importância capital do trabalho na sociedade humana, do simples, obscuro e fatigante trabalho braçal ao trabalho de direção, de organização, até o trabalho do espírito criador na ciência, na arte ou na técnica.”⁸⁹

Esta representação ganhou novos adeptos no decorrer do governo varguista. Dentre eles estavam os sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho, os quais passaram, a partir de 1936, a defender a visão do Primeiro de Maio como um dia de harmonia e conciliação entre todas as classes sociais. Sem dúvida, é significativo o fato destes sindicalistas terem começado a expressar de um modo mais veemente sua crença nesta visão justamente no ano em que a repressão política foi violentamente desencadeada. Torna-se, assim, bastante provável que estes sindicalistas tenham procurado enfatizar suas convicções a fim de demonstrar claramente o seu apoio

⁸⁸ - Arêas, *op. cit.*, capítulo 3.

⁸⁹ - *Correio da Manhã*, 01/05/1934. Ver também as edições de 30/04/1933 e 01/05/1940 deste jornal, além de *A Esquerda*, 01/05/1931 e o *Diário de Notícias*, 01/05/1937.

incondicional ao governo. Pode-se citar como exemplo desta posição dos sindicalistas um editorial publicado em 1936 no jornal *Unitivo Ferroviário*, órgão oficial do Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil.

“A data que hoje se comemora, salpicada do sangue dos que, por um ideal, redimiram toda uma enorme classe - a dos trabalhadores - não podia passar a nós, órgão proletário, sem um registro cheio de saudades e no qual se consubstancia todo o nosso júbilo, porque remarca o início da era libertadora dos trabalhadores, essa digna e formidanda avalanche dos mais lídimos propulcionadores (sic!) do progresso de todos os povos.

(...).

Hoje, de mãos dadas, o capital e o trabalho, na mesma harmonia de vistas, coesos, sem as prevenções que os apartavam, seguem a mesma trilha, convencidos que estão, um e outro, de que são ambos partes integrantes deste Brasil!

Trabalhadores do Brasil.

Lutai para vencer, mas não vos curveis à prepotência dos que vos pretenderem humilhar e, atentai bem, que, todas as conquistas que vindes obtendo se esboroarão se vos deixardes dominar pelas idéias daqueles que, à soldo dos grandes núcleos extremistas do estrangeiro, hipocritamente encravados em vosso honrado e laborioso peito, vos inculcaram os ideais que o mundo todo repugna por serem contrários ao progresso, à paz e à vossa própria tranqüilidade íntima.”⁹⁰

A forma como eram levadas a efeito as comemorações oficiais do Primeiro de Maio refletiam a interpretação da data realizada pelo governo. Vários órgãos e membros deste último procuravam apresentar a data como a “festa do trabalho”, ou seja, como uma celebração da harmonia existente entre as diversas classes sociais. Esta

⁹⁰ - *Unitivo Ferroviário*, 01/05/1936. Ver também a mensagem da União dos Empregados no Comércio publicada, neste mesmo dia, no *Correio da Manhã*.

visão conciliadora era complementada pela exaltação das mudanças ocorridas no país desde 1930, principalmente em relação à chamada questão social. Vargas ganhava lugar de destaque nas comemorações, por ser considerado o grande artífice destas mudanças. Estes elementos podem ser encontrados, por exemplo, na palestra realizada em 27 de abril de 1944 pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa radiofônico *Hora do Brasil*.

“Em outros povos, a efeméride recorda sangrentas lutas e até mesmo sacrifícios de vidas. O clamor das multidões, para arrancar do Estado o reconhecimento de indeclináveis direitos. No Brasil, é a data da harmonia e da ordem, porque a admirável legislação social que nos rege é fruto de clarividência de um estadista e do sentido de cooperação e de equilíbrio entre o capital e o trabalho. O clamor das reivindicações se transubstanciou em aplausos de louvor e de reconhecimento. Na forma resolutória que adotou para o transcendente problema contemporâneo, o Brasil não fez mártires nem exigiu holocaustos. Brilharam a antevisão e a sabedoria do governante e a capacidade plástica da nossa gente. Nenhum chefe de Estado, portanto, mais do que o Presidente Getúlio Vargas tem o direito de comungar com os trabalhadores neste faustoso dia universal.”⁹¹

O próprio Vargas contribuiu bastante para a alteração do significado do Primeiro de Maio. Em seus discursos, pronunciados nas comemorações desta data, podem ser percebidos alguns pontos comuns, como o anúncio de novas leis sociais, o apelo à manutenção da ordem por parte da população e a defesa da idéia de que todas as necessidades dos trabalhadores já haviam sido atendidas.⁹² Portanto, Vargas

⁹¹ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 117, maio/1944. Ver também o comunicado do DIP publicado em 01/05/1940 no *Correio da Manhã*.

⁹² - Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, vols. 5 a 11.

buscava atribuir à data um caráter conciliador entre as diversas classes sociais e o Estado. De acordo com Maria Emília Lima, ao invés dos discursos de Vargas reforçarem as fronteiras entre os operários e o Estado, hábito muito comum entre os políticos da República Velha, eles recuperaram as práticas intrínsecas ao movimento operário, em particular o próprio Primeiro de Maio.⁹³ Além disso, Vargas também utilizou esses pronunciamentos para construir discursivamente a noção de “povo”, através do emprego deste termo no sentido de uma noção geral e, com frequência, para neutralizar as designações de posições de classe.⁹⁴

Deste modo, o processo de incorporação, pelo Estado, do Primeiro de Maio ao conjunto das comemorações oficiais somente foi concluído durante o período do Estado Novo. As condições específicas destes anos permitiram ao Estado neutralizar de maneira eficiente o movimento operário independente, seu principal adversário na batalha pelo monopólio das comemorações e das interpretações da data. Como resultado, a data maior do calendário festivo do movimento operário e dos trabalhadores foi transformada em um evento exaltador das ações e do modo de pensar do regime varguista.

Dia da Independência

As comemorações da data de sete de setembro já encontravam-se, no início da década de 1930, tradicionalmente associadas à participação significativa dos militares. No decorrer do governo Vargas, esta participação foi mantida, mas as novas festividades criadas pelos órgãos de propaganda apresentaram desde o início um alto

⁹³ - Maria Emília A. T. Lima. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, pág. 23.

⁹⁴ - Maria Emília A. T. Lima. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, pág. 123.

grau de elaboração.

Nos três primeiros anos de governo as comemorações restringiram-se a salvas de tiros efetuadas por navios da Marinha e a desfiles militares.⁹⁵ Em 1932, devido à conturbação política provocada pela Revolução Constitucionalista, as salvas de tiros foram suspensas “para não alarmar a inquietação da capital.”⁹⁶ No ano de 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural realizou pela primeira vez uma solenidade de maior envergadura. Esta cerimônia - que passaria, nos anos seguintes, a ser conhecida como a “Hora da Independência” - foi levada a efeito à tarde na Esplanada do Castelo e contou, em sua programação, com salvas de tiros, repiques de sinos, execução de hinos e desfile de sociedades esportivas.⁹⁷

Com a criação da “Hora da Independência” a distribuição das solenidades ao longo do dia sofreu uma reformulação. A parte da manhã ficou reservada à parada militar, enquanto que a “Hora” era sempre efetuada à tarde. Com o passar dos anos esta última cerimônia foi se tornando cada vez mais elaborada. Ela inicialmente era realizada na Esplanada do Castelo, mas a partir de 1938 foi transferida para o Estádio do Vasco da Gama. Além das salvas de tiros, também eram frequentemente programados para a “Hora da Independência” demonstrações de esquadrilhas de aviões e desfiles de estudantes, trabalhadores e associações esportivas e patrióticas.⁹⁸

De modo semelhante às comemorações do Primeiro de Maio, a música também estava presente de forma significativa nesta cerimônia. Entretanto, duas grandes diferenças podem ser percebidas. Em primeiro lugar, as músicas populares, os hinos e as músicas exaltadoras do regime eram executados principalmente por corais e cantos orfeônicos formados por estudantes, e não por trabalhadores. Em segundo lugar,

⁹⁵ - *Correio da Manhã*, 06/09/1931, 07/09/1932 e 07/09/1933.

⁹⁶ - Vargas, *Diário*, *op. cit.*, vol.1, pág. 130.

⁹⁷ - *Correio da Manhã*, 06/09/1934.

⁹⁸ - *Correio da Manhã*, 06/09/1935; 06/09/1936; 05 e 07/09/1937; 06 e 08/09/1938; 06 e 07/09/1939; 06 e 08/09/1940; *A Manhã*, 07 e 09/09/1941; 06 e 08/09/1942; 05 e 08/09/1943; 06 e 08/09/1944; 07/09/1945.

estes corais eram regidos, na maior parte das vezes, pessoalmente por Villa Lobos. Assim, a participação deste último nas comemorações do Dia da Independência era muito maior do que nas festividades do Primeiro de Maio.⁹⁹

A vinculação do Sete de Setembro com a infância e a juventude não se restringia à presença de escolares na cerimônia da “Hora da Independência”. A partir de 1935 os órgãos de propaganda acrescentaram à programação comemorativa da Semana da Pátria a chamada “Parada da Juventude”, constituída de um desfile escolar pelas principais ruas da cidade.¹⁰⁰ Segundo Heloísa Paulo, esta vinculação refletia o fato de o “jovem” e o “novo” serem componentes importantes na ideologia de um regime que se pretendia pragmático e inovador. Além disso, o jovem era considerado, pela propaganda política, o responsável pela continuidade do regime.¹⁰¹

Para o regime, portanto, as comemorações do Dia da Independência representavam oportunidades únicas para a população inteira demonstrar todo o seu amor ao país, à Nação e, por consequência, ao Estado. O ardor patriótico deveria nortear as festividades e unir os cidadãos em torno de um sentimento comum. Esta ênfase na exaltação dos valores e símbolos patrióticos pode ser percebida, por exemplo, em uma circular enviada em 1939 pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho aos presidentes de todos os sindicatos. Nesta circular, o diretor “recomendou” que os sindicatos promovessem comemorações no dia Sete de Setembro, mas seguindo as indicações presentes na mesma circular:

“1º - Deve ser realizada, na sede do sindicato, uma palestra referente à data histórica e ao seu permanente significado de

⁹⁹ - Idem.

¹⁰⁰ - *Correio da Manhã*, 06/09/1935; 06/09/1936; 05 e 07/09/1937; 06 e 08/09/1938; 06 e 07/09/1939; 06 e 08/09/1940; *A Manhã*, 07 e 09/09/1941; 06 e 08/09/1942; 05 e 08/09/1943; 06 e 08/09/1944; 07/09/1945.

¹⁰¹ - Paulo, “O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal”, *op. cit.*, págs. 105-113.

Independência do Brasil; a reunião, que será exclusivamente convocada para tal fim, encerrar-se-á com o canto do Hino Nacional. 2º - deve ser hasteada a Bandeira Nacional no mastro principal na sede do sindicato profissional, sendo o pavilhão do sindicato colocado à sua esquerda; 3º - deve ser festivamente iluminada a sede do sindicato durante a noite do dia 7.”¹⁰²

Aniversário da Revolução de 1930

De acordo com o discurso do regime varguista, a Revolução de 1930 representaria um marco divisor na história da sociedade brasileira. Durante a República Velha, teria prevalecido o caos, a anarquia e o desinteresse do Estado em relação ao bem-estar da população. Com a vitória da Revolução e a ascensão de Vargas ao poder, uma nova era de prosperidade, ordem e satisfação teria começado.

Levando em consideração estes argumentos, poderia-se esperar que um de seus desdobramentos fosse a transformação do dia 3 de outubro em uma das datas mais importantes do calendário de comemorações oficiais. Entretanto, não foi isto que ocorreu. O regime demonstrou, desde cedo, um grande desinteresse em relação à data. Para se ter uma idéia, foram realizadas comemorações somente em sete dos quinze anos do governo Vargas. Além disso, como será visto mais adiante, uma parcela significativa destas comemorações não foi organizada pelos órgãos de propaganda, mas sim por outras instituições.

Um número expressivo de comemorações foram levadas a efeito nos dois primeiros anos de governo. Em 1931, no dia 3 de outubro, data do início da revolta, Vargas esteve presente a uma sessão solene no Teatro Municipal.¹⁰³ No dia 23 do

¹⁰² - A circular foi publicada na edição de 06/09/1939 do *Correio da Manhã*.

¹⁰³ - *A Esquerda*, 03/10/1931.

mesmo mês, aniversário da deposição de Washington Luís, houve um desfile militar, uma solenidade promovida pela União dos Empregados no Comércio e a recepção oficial, por Vargas, do corpo diplomático estrangeiro.¹⁰⁴ No ano seguinte, ocorreram um desfile militar e um espetáculo cívico-orfeônico, regido por Villa Lobos, no Estádio do Fluminense.¹⁰⁵

Em contraste, a partir de 1933 já pode ser percebida uma redução no número e na dimensão das comemorações. Neste ano as solenidades restringiram-se a uma sessão solene no Clube 3 de Outubro e à inauguração do mausoléu de Mena Barreto, ex-interventor do Estado do Rio de Janeiro.¹⁰⁶ Em 1934, o único evento relacionado à data foi a chegada, no dia 23 de outubro, de um novo navio-escola para a Marinha.¹⁰⁷ Vinte dias antes, Vargas havia registrado em seu diário que “o dia 3 do corrente, aniversário da Revolução, não teve qualquer festividade. Parece até que passou esquecido. Observei-o com amargura.”¹⁰⁸

O Chefe da Nação ainda queixaria-se outras vezes da ausência de comemorações oficiais. Em 1936, por exemplo, ele lamentou que a festa promovida pelo Congresso Feminista Nacional havia sido a única em que se tinha celebrado “o 3 de Outubro, este melancólico sexto aniversário da Revolução.” Contudo, no dia 24 deste mesmo mês uma encenação da ópera *Colombo*, de Carlos Gomes, também comemorou a data.¹⁰⁹

Ao longo do Estado Novo manteve-se o desinteresse do regime pelo aniversário da Revolução. No ano de 1938, o único evento levado a efeito foi o lançamento da pedra fundamental do futuro prédio do Ministério da Fazenda.¹¹⁰ Em

¹⁰⁴ - *Correio da Manhã*, 23/10/1931.

¹⁰⁵ - *Correio da Manhã*, 23/10/1932.

¹⁰⁶ - *Correio da Manhã*, 24/10/1933.

¹⁰⁷ - Vargas, *Diário, op. cit.*, vol. 1, pág. 335.

¹⁰⁸ - Idem, vol. 1, pág. 331.

¹⁰⁹ - Idem, vol. 1, págs. 549 e 555.

¹¹⁰ - Idem, vol. 2, pág. 162.

1940, o decênio da Revolução foi comemorado juntamente com o aniversário do Estado Novo.¹¹¹ No ano seguinte, as comemorações resumiram-se à inauguração do Entrepasto de Pesca e a uma cerimônia, com a presença de todos os Ministros de Estado, no recinto de conferências do DIP.¹¹²

Como pode ser percebido, era bastante claro o contraste entre as festividades do aniversário da Revolução e as comemorações das outras datas do calendário oficial. Datas como o Primeiro de Maio, o Dia da Independência e, como será visto adiante, o aniversário do Estado Novo eram objeto, por parte dos órgãos de propaganda, de um cuidadoso trabalho de organização de grandes cerimônias, enquanto que o aniversário da Revolução era visivelmente relegado a um segundo plano. A postura dos órgãos de propaganda torna-se ainda mais intrigante quando se recorda o investimento que eles fizeram nas comemorações do aniversário de Vargas, apesar da resistência do homenageado. Ao mesmo tempo, Vargas demonstrava claramente sua insatisfação com a ausência de comemorações em torno da Revolução, cuja importância, a seu ver, era bem maior que a do seu aniversário natalício.

Se este desinteresse por parte dos órgãos de propaganda, e do regime em geral, tivesse começado apenas após o ano de 1937, poderia-se argumentar que o aniversário da Revolução havia sofrido a concorrência de outro aniversário, o do Estado Novo. Dentro da hierarquia dos fatos históricos construída pelo discurso do regime, a decretação do Estado Novo possuía uma relevância maior que a Revolução de 1930. Segundo este discurso, a Revolução representava somente o início do grande processo de transformação do país, concluído definitivamente com o advento do Estado Novo. Assim, seria natural que as comemorações deste último fossem bem mais grandiosas, como efetivamente o foram.

¹¹¹ - Idem, vol. 2, pág. 351.

¹¹² - Idem, vol. 2, pág. 426 e *Correio da Manhã*, 23/10/1941.

Todavia, como foi visto anteriormente, o desinteresse surgiu no início da década de 1930, bem antes da entrada em cena do Estado Novo. Uma provável explicação para a postura do regime reside no fato de que vários grupos participantes da Revolução, como os tenentes e as oligarquias regionais dissidentes, divergiam entre si quanto à interpretação da mesma e quanto ao rumo a ser dado à obra “revolucionária”.¹¹³ Tornava-se, portanto, bastante difícil para os órgãos de propaganda a tarefa de promover as comemorações de uma data em torno da qual não havia um consenso absoluto dentro do próprio regime. Deste modo, as divergências internas representaram um dos fatores inibidores da realização de grandes festividades comemorativas do marco inicial do regime varguista.

Aniversário do Estado Novo

A celebração do dia 10 de novembro tornou-se um dos eventos mais importantes do calendário festivo do governo Vargas. Vários defensores do regime não se cansavam de exaltar o “reconhecimento” demonstrado pela Nação, nas comemorações da data, em relação ao “empreendimento renovador” de Vargas. Segundo um destes defensores, o jornalista Azevedo Amaral, um dos aspectos mais relevantes das comemorações do decênio do governo havia sido justamente “o caráter impressionante por elas apresentado de definitiva consagração do Estado Nacional pelas forças inconfundivelmente representativas da vontade da Nação. (...). Aos que se acham fora da grande caudal de vida, em que estuam as forças ativas da nacionalidade, resta apenas submeter-se ao veredicto irrevogável e procurar regenerar-se, incorporando-se ao Brasil Novo.”¹¹⁴

¹¹³ - Angela Maria Carneiro Araújo. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1994, pág. 98.

¹¹⁴ - *Novas Diretrizes*, dezembro/1940.

Entretanto, ao contrário de datas como o Primeiro de Maio e o Dia da Independência, as festividades do aniversário do Estado Novo não contavam com grandes cerimônias reunindo milhares de pessoas em um estádio esportivo. As comemorações compunham-se de diversos eventos espalhados pelo dia, ou por vários dias, tais como paradas militares, desfiles operários, sessões solenes e banquetes oferecidos pelas Forças Armadas e pelas “classes produtoras”. Mas o papel de destaque das festividades cabia às inaugurações, como a do novo prédio do Ministério da Guerra, de novos trechos da Avenida Presidente Vargas ou de um novo restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).¹¹⁵

Deste modo, o sentido geral atribuído às comemorações do aniversário do Estado Novo consistia na exaltação das realizações do regime. A programação preparada pelos órgãos de propaganda buscava atingir este objetivo através, principalmente, das inaugurações, pois estas forneciam à população provas concretas e indiscutíveis do grande esforço empreendido pelo regime em prol do progresso do país e do bem-estar de todos os cidadãos. Pode ser feita uma correlação entre esta forma de exaltação e os aspectos presentes no projeto de um livro comemorativo do decênio do governo, a *Obra Getuliana*. De acordo com Aline Lopes de Lacerda, neste livro “o sofisticado inter-relacionamento de elementos visuais constrói um discurso onde nação, unidade, trabalho, educação e progresso deixam de ser conceitos abstratos e passam a ter uma representação imediatamente apreensível. A ‘evidência’ fotográfica faz com que a demonstração do que ‘é’ construa a própria idéia do que ‘deve ser’, levando a imagem do referencial ao performativo.”¹¹⁶ Assim, da mesma maneira que as fotos permitiam ao regime transformar elementos abstratos do seu discurso em

¹¹⁵ - Vargas, *Diário*, *op. cit.*, vol.2, pág. 269; *Correio da Manhã*, 09/11/1938 e 09/11/1940; *A Manhã*, 09/11/1941, 08/11/1942, 09/11/1943 e 10/11/1944; Relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS, 31/12/1940 e 31/12/1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-I e Fundo DESPS, Caixa 59.

¹¹⁶ - Lacerda, *op. cit.*, pág. 261.

representações apreensíveis por todos os indivíduos, as inaugurações tornavam os atos e as realizações do regime mais “reais” para a maior parte da população.

Aniversário do movimento comunista de 1935

O aniversário da derrota da revolta comunista de 27 de novembro de 1935 foi incorporado, já no ano seguinte, ao calendário oficial de comemorações. O governo justificava este fato com o argumento de que a data servia, antes de mais nada, para homenagear os militares mortos no combate contra as “forças extremistas”. Contudo, na verdade a principal função desta comemoração era lembrar uma das vitórias mais importantes do regime sobre o movimento operário independente.

As comemorações da data consistiam, fundamentalmente, em várias missas solenes - encomendadas por militares ou por familiares dos mortos - e em uma romaria aos túmulos dos militares enterrados no Cemitério de São João Batista. Durante a cerimônia, que contava com a presença de Ministros de Estado e de outras autoridades, Vargas depositava uma coroa de flores sobre os túmulos. A partir de 1942 foi incluído no programa um número de canto orfeônico por parte das alunas do Instituto de Educação.¹¹⁷

A presença de Vargas e de outras autoridades constitui um dos elementos que demonstram a relevância atribuída pelo regime à celebração do dia 27 de novembro. Esta relevância pode ser percebida ainda através de outros dois elementos. Um deles é a decisão do governo de construir um mausoléu para reunir, no São João Batista, os restos mortais de todos os militares mortos durante a insurreição, incluindo os que estavam enterrados em outras cidades. A construção foi determinada através de

¹¹⁷ - *Correio da Manhã*, 27/11/1936, 26/11/1937, 26/11/1938, 26/11/1939, 26/11/1940; *A Manhã*, 26/11/1941, 27/11/1942, 26/11/1943, 26/11/1944, 27/11/1945; Relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, 31/12/1941. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-H.

um decreto de novembro de 1938, tendo sido aberto posteriormente um concurso nacional para a escolha do melhor projeto. Dois anos depois, em 1940, o mausoléu foi inaugurado durante as comemorações da data.¹¹⁸

O outro elemento é a participação de trabalhadores e de líderes sindicais nas romarias. A partir de 1938 - no início, portanto, do Estado Novo - os sindicatos passaram a ser oficialmente “convidados” a comparecerem às romarias. Assim, é bastante provável que o regime fizesse questão da presença dos sindicatos para reforçar a idéia de que fatos como a insurreição comunista nunca mais iriam acontecer, já que tanto os trabalhadores quanto as suas organizações encontravam-se controlados por ele através da legislação sindical e da repressão policial. Ao que parece, a maioria dos sindicatos comparecia a contragosto às cerimônias pois, significativamente, a primeira romaria realizada após a deposição de Vargas, no final de outubro de 1945, não contou com a participação de trabalhadores ou de líderes sindicais. Entretanto, os defensores do regime procuravam, a todo instante, apontar o suposto caráter voluntário da presença destes grupos nas romarias. Esta opinião pode ser encontrada, por exemplo, em um editorial publicado em novembro de 1940 pelo jornal *Correio da Manhã*.

“Nas homenagens cívicas de ontem aos mortos gloriosos da rebelião comunista de 1935, no cemitério de São João Batista, merece uma nota de destaque a maneira por que ali compareceram as classes trabalhadoras.

Cabe salientar, como o aspecto primordial das homenagens trabalhistas, a espontaneidade com que acorreram à tocante cerimônia não só os *leaders* da indústria e do comércio como os operários e empregados de todos os mistérios e categorias. Quiseram todos testemunhar aos mortos daquela sinistra aventura de há cinco anos o seu apreço patriótico e a solidariedade póstuma que lhes merece o

¹¹⁸ - *Correio da Manhã*, 26/11/1938, 26/11/1939 e 26/11/1940.

sacrifício dos que deram a vida pela ordem e pela pátria.”¹¹⁹

As programações das comemorações oficiais elaboradas pelos órgãos de propaganda caracterizaram-se, em todo o período do governo Vargas, pela diversidade. Deste modo, incluíam desde salvas de tiros, repiques de sinos, paradas militares, desfiles operários, sessões solenes e banquetes até inaugurações de obras públicas. As grandes cerimônias realizadas em estádios, como as do Primeiro de Maio e a “Hora da Independência”, apresentavam vários pontos comuns. Além de Vargas, também discursavam autoridades do governo, militares e representantes do clero, do patronato e dos operários. Hinos, músicas populares e músicas exaltadoras do regime e de Vargas eram executadas por bandas e orquestras, com a colaboração de corais e cantos orfeônicos. Faziam ainda parte dos programas jogos de futebol, exhibições de esquadrilhas de aviões, demonstrações de exercícios de educação física e desfiles de militares, estudantes e operários.

Uma presença constante nestas cerimônias era a do maestro Heitor Villa Lobos. Além de ser o autor de um número significativo de músicas exaltadoras do regime, muitas vezes ele regia pessoalmente os corais e cantos orfeônicos. Desde o início da década de 1930 Villa Lobos vinha implantando, com o apoio do governo, o canto orfeônico nas escolas de várias regiões do país, pois ele acreditava “na força disciplinadora do canto orfeônico como veículo capaz de unir todos os brasileiros em torno de um único ideal de nação.”¹²⁰ Neste sentido, os espetáculos cívico-artísticos organizados por Villa Lobos visavam despertar no homem brasileiro o espírito de

¹¹⁹ - *Correio da Manhã*, 28/11/1940.

¹²⁰ - Contier, *op. cit.*, págs. 23-31.

renúncia às coisas materiais, mediante a exaltação do trabalho, da fé, da disciplina e do amor pelo Brasil.¹²¹

Portanto, podem ser percebidas várias semelhanças entre as comemorações varguistas e as cerimônias nazi-fascistas. Em ambos os casos, o objetivo fundamental dos grandes espetáculos era transformar a multidão em uma peça essencial e ativa, através de recursos como o uso de bandeiras, o desfile disciplinado de centenas de pessoas, a chegada triunfal do Chefe de Estado e a execução de hinos e canções nacionalistas. Ao mesmo tempo, estes espetáculos constituíam também ocasiões em que aqueles regimes expressavam a representação que haviam construído sobre si mesmos.

As comemorações oficiais do regime varguista podem, a meu ver, ser consideradas “tradições inventadas”, ou seja, segundo a definição de Eric Hobsbawm, “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”¹²²

Além de incorporar o Primeiro de Maio - uma tradição originada do movimento operário -, o regime varguista também criou suas próprias tradições. As comemorações oficiais constituíam ocasiões importantes para a comunicação entre Vargas e os trabalhadores, onde o primeiro procurava transmitir para estes uma série de valores e normas de comportamento. A regularidade das comemorações e a repetição dos rituais que as compunham reforçavam este esforço de transmissão de valores. Todavia, as novas “tradições” criadas pelo regime tiveram que contar, na busca de adesão popular, com uma identificação cultural anterior. No caso do Primeiro de Maio, esta ligação com o passado já existia, na medida em que ele representava a data mais

¹²¹ - Idem, pág. 38.

¹²² - Eric Hobsbawm e Terence Ranger (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, pág. 09.

importante do calendário festivo do movimento operário da República Velha. Para as outras “tradições”, os órgãos de propaganda tiveram que incorporar sentimentos latentes na sociedade - como autoridade, hierarquia, ordem, conservadorismo e militarização dos festejos públicos -, os quais, por serem freqüentes desde a proclamação da República, tiveram ressonância na propaganda oficial.¹²³

¹²³ - Hercídia Coelho, Maria Aparecida Gaeta e Dulce Maria Guimarães. “Estado Novo, festa e memória.” *História*. São Paulo, vol. 14, 1995, pág. 102.

Capítulo 4

A repressão policial

a) Antecedentes: a Polícia durante a República Velha

A República Velha constituiu um período da história brasileira marcado por inúmeras transformações. Dentre estas, uma das mais importantes fez-se sentir no mercado de trabalho. Ex-escravos, homens pobres e, principalmente, estrangeiros foram aos poucos formando nas grandes cidades uma classe operária significativa. Devido a esta nova situação, as classes dominantes precisaram atualizar as suas formas repressivas em relação aos segmentos dominados da sociedade, o que implicou numa redefinição das instituições policiais, militares e para-militares.¹

Logo no início do novo regime foram lançadas as bases da dominação das classes dominantes, através do Código Penal (1890) e da Constituição (1891). Esta dominação teve como matriz o pensamento liberal, expresso através do Código Penal, por exemplo, por meio de uma visão de ordenamento social a partir da valorização do

¹ - Berenice Cavalcante Brandão, Ilmar Rohloff de Mattos e Maria Alice Resende de Carvalho. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/ RJ, Série Estudos número 4, 1981, págs. 180 e 190.

trabalho e da preocupação com o estabelecimento de condições legais que permitissem a criação e a regulamentação da força de trabalho. Por cidadão, passou-se a entender os homens livres, juridicamente iguais, e dotados dos requisitos para sua inserção no corpo social. O nexo entre o Estado e a sociedade passou a ser a noção de trabalho. O Código protegia os locais de trabalho, considerava como crimes as greves e previa que os indivíduos maiores de 14 anos que fossem pegos vadiando seriam levados a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderiam ficar até os 21 anos de idade. Ou seja, neste último caso ao mesmo tempo em que se punia a infração, conseguia-se força de trabalho para as indústrias. A ação policial tinha seu espaço privilegiado nas questões referentes ao trabalho e ao não-trabalho. Algumas autoridades chegavam mesmo a sugerir a criação de uma Força Pública independente dos interesses locais, nos municípios e nos estados, para defender melhor a liberdade, no ato de trabalhar, dos trabalhadores.²

Além da repressão dos movimentos grevistas e da proteção aos estabelecimentos fabris, também faziam parte do trabalho cotidiano da Polícia a ação contra o jogo e o controle das multidões em eventos como festas religiosas, competições esportivas e espetáculos teatrais. Um dos maiores desafios enfrentados pela Polícia, durante a República Velha, foi conseguir concentrar em suas mãos as atribuições repressivas que eram exercidas por diversas corporações armadas. “Transitavam pelas ruas do Rio de Janeiro, usando e freqüentemente abusando do poder armado, policiais civis e militares, militares do Exército e da Armada, guardas nacionais e noturnos, todos eles dotados de autoridade, (...)”.³ A disputa de atribuições entre essas corporações muitas vezes gerava conflitos entre seus membros. Em ocasiões como festas religiosas eram extremamente comuns as brigas envolvendo policiais e

² - Idem, págs. 193-200 e 213-252.

³ - Marcos Luiz Bretas. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997, pág. 53.

militares, por exemplo.

O Chefe de Polícia, que comandava a Polícia Civil, era nomeado pelo Presidente da República, por proposta do Ministro da Justiça. Como era uma decisão influenciada pela política federal, geralmente os escolhidos para o cargo não eram sequer cariocas. Para se ter uma idéia, dos quatorze Chefes de Polícia do período de 1889 a 1907, apenas dois eram cariocas.⁴ Os outros cargos policiais também eram objeto de favores políticos. Em 1900 ocorreram as primeiras modificações de maior vulto na organização policial, como, por exemplo, a exigência de que os Chefes de Polícia fossem bacharéis em Direito e a melhor diferenciação entre as funções do Chefe e as dos delegados. Contudo, as grandes reformas foram efetuadas em 1907, quando foi criado, dentre outras medidas, o Gabinete de Identificação.

As funções que poderiam ser qualificadas como polícia política, isto é, a modalidade de polícia que deveria entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que ameaçassem a ordem e a segurança pública, ficaram a cargo, a partir de 1920, da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, que possuía, dentre suas seções, a de Ordem Social e Segurança Pública. Boa parte das atribuições da Inspetoria foi herdada pela 4ª Delegacia Auxiliar, criada em 1922. Ela inclusive contava com as mesmas seções de sua antecessora, com exceção da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, que passou a chamar-se Seção de Ordem Política e Social.⁵

Além da Polícia Civil, havia também a polícia militar, chamada de Brigada Policial. Esta era subordinada diretamente ao Ministro da Justiça, sendo dessa forma totalmente independente do Chefe de Polícia, o que causava muitas vezes desentendimentos, quanto à questão da autoridade, entre aquele último e o Comandante da Brigada.

⁴ - Bretas, *op. cit.*, pág. 39.

⁵ - Marília Xavier. "Antecedentes institucionais da polícia política". *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996, pág. 33.

Segundo Bretas, foi no período da República Velha que se produziu o “policial” enquanto ator social específico. “Este é o momento do aprendizado institucional, realizado em torno da ciência policial em formação e, principalmente, do aprendizado individual dos agentes policiais no exercício cotidiano de suas funções”.⁶ Em sua ação cotidiana a Polícia muitas vezes utilizava-se de procedimentos ilegais, como, por exemplo, encaminhar aos presídios presos que não haviam respondido a processo (prática que, como será visto, continuará constante após 1930). Também era comum que a própria Polícia aplicasse, sem qualquer julgamento judicial, condenações aos presos, utilizando-se inclusive de penas não previstas em lei. O poder judiciário esforçava-se em legalizar os procedimentos da Polícia, devido ao fato de que muitos processos chegavam à Justiça repletos de irregularidades, sendo por isso libertados os criminosos.

b) A organização interna da Polícia durante o governo Vargas

Como foi visto acima, o uso da força policial como instrumento de coerção e controle sobre grupos considerados “perigosos” tornou-se mais comum a partir das últimas décadas do século XIX. Contudo, ocorreu uma intensificação deste uso, juntamente com uma maior profissionalização da atividade policial, em vários países nos anos que se seguiram ao término da I Guerra Mundial, em um contexto marcado pelo declínio do modelo liberal e pela vitória da Revolução Russa. Até mesmo a Polícia britânica, conhecida pelo seu hábito de resolver pacificamente a grande maioria dos conflitos, passou a usar com mais frequência meios violentos para sufocar manifestações de diversos grupos, como greves de trabalhadores e passeatas de

⁶ - Bretas, *op. cit.*, pág. 71.

desempregados.⁷

A repressão policial contra indivíduos ou grupos de oposição ocupava um espaço importante dentro do projeto corporativista defendido pelos grupos que ascenderam ao poder em 1930. Neste sentido, o novo regime alterou profundamente vários aspectos da organização da Polícia. Por todo o país os Chefes de Polícia foram substituídos e logo foram tomadas as primeiras providências para transformar a força policial em um dos principais sustentáculos do regime.

Em 1933 Vargas decretou que o serviço policial do Distrito Federal ficasse sob a inspeção suprema do Presidente da República e, ao mesmo tempo, sob a superintendência do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, situação que criou confusões quanto à devida subordinação do órgão.⁸ Na realidade, o controle sobre a Polícia era exercido totalmente por Vargas, e de uma forma autônoma e paralela à lei. Contudo, parece que nem todos os aspectos desse controle eram expostos à população. De acordo com Cancelli, a imagem de Vargas sempre foi poupada de qualquer responsabilidade em relação à ação repressiva da Polícia, que caminhava como se fosse um poder independente e despersonificado.⁹ Parece que a autora tem razão em sua afirmativa, pois vários sindicatos, e também trabalhadores, do Rio de Janeiro escreviam a Vargas queixando-se da ação violenta da Polícia. Em 12 de outubro de 1934, por exemplo, o Sindicato dos Operários em Calçados enviou o seguinte telegrama a Vargas:

“Diante repetidas violências Polícia, depredando sedes

⁷ - Francis Snyder & Douglas Hay. “Comparisons in the social history of law: labour and crime.” e Barbara Weinberger “Police perceptions of labour in the inter-war period: the case of the unemployed and of miners on strike.” Francis Snyder & Douglas Hay (ed.). *Labour, law and crime: an historical perspective*. London; New York, Tavistok Publications, 1987.

⁸ - Elizabeth Cancelli. *O mundo da violência: a Polícia da era Vargas*. Brasília, Editora da UNB, 1993, págs. 49-50.

⁹ - Idem, pág. 194.

Sindicatos, prendendo, espancando indefesos trabalhadores, flagrante atentado Constituição, sentindo falta garantias autoridades, virtude ocorrências 10 corrente, prenderam e espancaram nosso advogado Dr. Benigno Rodrigues, enviamos V. Ex. nosso protesto, a fim vossas providências venham aquietar e garantir família proletária começa descrever justiça nossa terra.”¹⁰

Paulatinamente as Polícias dos estados foram sendo subordinadas à do Distrito Federal. Esta última chegou mesmo a suplantar a estrutura administrativa do Ministério da Justiça, exercendo poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais. Em julho de 1934 - não por acaso um ano marcado por agitações políticas e por uma grande atividade do movimento operário - o governo implementou, através do Decreto 24.531, uma reestruturação gigantesca da Polícia do Distrito Federal. O Decreto detalhava desde as atribuições dos funcionários até a maneira pela qual deveria ser feito o esquadrinhamento da cidade, para a distribuição de seus distritos policiais.¹¹ A Polícia do Distrito Federal passou a ter, à sua disposição, os meios legais que lhe permitiam agir de acordo com seus padrões e critérios, estendendo suas normas de ação por todo o país.

Cabe lembrar que esta foi a primeira grande reforma na Polícia do Distrito Federal desde as mudanças implementadas em 1907. No seu pedido de demissão do cargo de Chefe de Polícia, redigido em 20 de abril de 1933, João Alberto criticou justamente a defasagem do antigo regulamento em relação às necessidades imediatas do órgão.

¹⁰ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 7. Ver também, na mesma lata, os telegramas de 31/01/1934 da União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal e de 06/07/1934 do Sindicato dos Bancários e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

¹¹ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 60.

“A Chefatura de Polícia era, e ainda é em boa parte, uma velha organização burocrática, sujeita no momento em que assumi, a um regulamento de 1907, acrescido ou modificado cada ano, confuso e desconexo, centralizando todos os serviços na pessoa do Chefe, inteiramente prestigiado pela natureza excepcional do cargo, em detrimento da iniciativa de responsabilidade dos seus auxiliares imediatos. Em consequência, deu-se um congestionamento da Polícia Central, que passou a atender diretamente todos os serviços da Cidade com a criação absurda da 4ª Auxiliar, sobrecarregada de atribuições, e a atrofia das delegacias distritais, que devem ser os verdadeiros órgãos da Polícia Civil.”¹²

Unificar o trabalho policial de todo o país, incluindo aqui a transformação legal da Polícia do Distrito Federal em central de informações e ações policiais, constituiu um dos objetivos principais do Congresso Nacional de Autoridades Policiais, realizado em 1936, no contexto, portanto, da grande onda repressiva desencadeada após o fracasso do levante comunista de 1935. Ele reuniu, no Rio de Janeiro, Secretários de Segurança e Chefes de Polícia de vários estados do país. As conclusões do Congresso serviram de base para o convênio policial, assinado entre os estados participantes e quatro Ministérios.¹³ Uma destas conclusões, acerca da “propaganda extremista e sua repressão”, estipulava que as Polícias dos estados deveriam informar ao Ministério do Trabalho os nomes dos empregados, em empresas públicas ou privadas, suspeitos ou perigosos à ordem pública. Além disso, a Polícia do Distrito Federal ficaria responsável pela divulgação de um boletim com a relação dos livros e

¹² - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 527. João Alberto foi Chefe de Polícia durante um ano. Seu substituto no cargo foi Filinto Müller, que permaneceu até 1942.

¹³ - Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, território do Acre e os Ministérios da Guerra, Marinha, Relações Exteriores e Trabalho, Indústria e Comércio. Cancelli, *op. cit.*, pág. 65.

publicações diversas proibidos de circular.¹⁴

Através do Decreto nº 6.378, de 28 de março de 1944, a Polícia do Distrito Federal foi transformada no Departamento Federal de Segurança Pública. De acordo com Luiz Henrique Sombra, esta mudança fez parte de uma reforma mais geral do Poder Judiciário durante o Estado Novo, com a reformulação do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Contravenções, a fim de adaptá-los à Constituição de 1937. Ao Departamento cabiam “a guarda das fronteiras do país, a manutenção da ordem pública e a garantia do regime político e social vigente, além de orientar as polícias estaduais e dos territórios nestas atividades”.¹⁵

Um dos setores mais importantes da Polícia do Distrito Federal era a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Ela foi criada em 1933 para substituir a 4ª Delegacia Auxiliar, sendo, portanto, a herdeira direta de suas atribuições. A DESPS contava com um delegado, um secretário, dois auxiliares e quatro chefes de seção (Seção de Segurança Política, Seção de Segurança Social, Seção de Explosivos, Armas e Munições e Seção de Arquivo Geral). A Polícia Especial, uma tropa de elite, funcionava como uma espécie de tropa de prontidão da Delegacia. Com as mudanças ocorridas na estrutura policial em 1944, a DESPS foi substituída pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS).

Com a criação da DESPS, houve uma centralização maior das ações e a especialização dos serviços da antiga 4ª Delegacia Auxiliar. Além disso, outras delegacias estaduais foram criadas a seu molde, para atender às suas necessidades, respondendo assim à centralização policial e às diretrizes básicas de controle social que vinham do Rio de Janeiro.¹⁶ As seções mais importantes da DESPS eram, sem dúvida,

¹⁴ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-S.

¹⁵ - Luiz Henrique Sombra. “Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?”. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996, pág. 37.

¹⁶ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 57.

a de Segurança Política e a de Segurança Social. O objetivo da primeira consistia na garantia da “Ordem Política”, isto é, do poder constituído e seus órgãos competentes. A vigilância do integralismo estava sob sua responsabilidade. Eram suas funções:

- “a) fiscalizar e manter sob observação os elementos políticos destacados da oposição;
- b) auscultar o seio da população, por meio de observadores, nos pontos de reunião da cidade;
- c) dar garantia pessoal ao Presidente da República e a outras autoridades de destaque;
- d) exercer vigilância e garantia preventiva em reuniões a que compareçam altas autoridades;
- e) garantir edifícios públicos, no que inclui embaixadas, consulados, etc., principalmente em casos de ameaças à ordem;
- f) extraordinariamente colaborar em diligências esporádicas em repressão a contraventores comuns.”¹⁷

Já a Seção de Ordem Social possuía entre suas funções principais o combate ao comunismo e a vigilância em eventos que reunissem um número muito grande de pessoas, como as comemorações oficiais do 1º de Maio. Além disso, cabia a ela também a fiscalização das associações em geral, tais como as de classe, recreativas, religiosas, beneficentes, filosóficas e esportivas. Todas as associações do Distrito Federal eram divididas em onze zonas geográficas, possuindo cada uma diversos investigadores que informavam, por meio de relatórios, a Chefia da Seção sobre a situação das associações.¹⁸

¹⁷ - Relatório Anual da Seção de Segurança Política, 1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-F.

¹⁸ - Relatório sobre a organização interna da DESPS, 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-cont.

Pode-se afirmar, e isto vai ser detalhado mais adiante, que a Seção de Ordem Social complementava, desde o início do governo Vargas, o controle exercido pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Serafim Braga, chefe da Seção, no relatório de 1940 elogiou o bom relacionamento existente entre os dois órgãos. “No que concerne às Associações Trabalhistas - empregados e empregadores, a harmonia existente entre o órgão técnico - Ministério do Trabalho, e a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, um visando a obediência à legislação vigente, outra controlando os imperativos da ordem, estabelece o indispensável equilíbrio à observação do transcendente problema social instituído, com tão grande êxito pelo Estado Novo, extinguindo os constantes dissídios que tanto perturbavam, a tranqüilidade pública, degenerando, por vezes, em atentados contra a segurança do regime.”¹⁹

A Seção de Ordem Social contava com vários instrumentos para realizar a fiscalização das associações. Nenhuma destas, mesmo as recreativas ou esportivas, podia promover reuniões ou assembléias sem a licença prévia da Seção. Em alguns casos, a concessão da licença dependia da aprovação do Ministério do Trabalho.²⁰ “O direito de reunião (livre) o Governo generosamente o concede aos trabalhadores, colocando-os ao abrigo de convulsões que poderiam sobrevir, na sua ausência de autoridade policial, porque, conquanto reconheçamos na grande maioria dos operários, elementos ordeiros e, de natural, pacíficos, não haveria negar influência maléfica dos

¹⁹ - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59. Serafim Braga assumiu o cargo em 1931, ainda na antiga Seção de Ordem Política e Social da 4ª Delegacia Auxiliar. Há indícios de que Braga nutria simpatias pelo nazi-fascismo. Ao que tudo indica, ele permaneceu na Seção de Ordem Social até 1942, quando a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos aliados obrigou vários “germanófilos”, dentre eles Filinto Müller, a deixarem seus cargos. Posteriormente, Braga foi nomeado para a Delegacia de Ordem Política e Social no início de novembro de 1945 - após, portanto, a deposição de Vargas -, fato que provocou o protesto de uma parte da imprensa e de vários sindicatos de trabalhadores. *Tribuna Popular*, 06/11/1945; e *Diretrizes*, 07 e 08/11/1945.

²⁰ - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1941. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-H.

exploradores assalariados pelos demagogos a soldo de Moscou que, por intermédio de alguns transviados, procuram infiltrar-se na massa operária, a fim de obter o almejado.”²¹

Outro instrumento importante eram os informantes e agentes secretos que compunham o Serviço Secreto da Seção. Através destes indivíduos, a Seção podia estender sua vigilância a um sem número de núcleos trabalhistas e locais de trabalho, tarefa que seria impossível realizar se ela contasse apenas com os seus investigadores. Além disso, a existência dos informantes ajudava a coibir os comportamentos tidos como indesejáveis, pois muitas vezes as pessoas ficavam receosas de que estivessem sendo observadas no seu sindicato, no seu trabalho ou mesmo nas ruas da cidade. A disseminação, por toda a sociedade, do medo das denúncias propiciou o desenvolvimento nos indivíduos da vigilância sobre aqueles que os cercavam e até mesmo sobre si próprios. Por outro lado, os informantes contavam, para realizar bem o seu trabalho, com a sua facilidade de assimilação nos meios onde atuavam, já que, geralmente, eram provenientes destes mesmos lugares.

A Seção mantinha agentes fixos nos principais estabelecimentos fabris da cidade, tais como América Fabril, Bangu, Moinho Inglês, Brahma e Cruzeiro, onde trabalhavam um número muito grande de operários. Fábricas menores recebiam garantia quando ocorrências extraordinárias, como uma greve, por exemplo, assim o exigiam. Também podia ser estabelecida a garantia pessoal, “quando solicitada com fundamento, por pessoa idônea e quando circunstâncias o aconselham”, pois “tal fato geralmente ocorre com industriais ou pessoas que lidam com grande massa de trabalhadores, em face da animosidade resultante dos dissídios que podem envolver greves, o que, por certo, traria perturbações da ordem e alteração no ritmo de

²¹ - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-I.

trabalho.”²²

Em 1939 foi criado o Gabinete Técnico da DESPS, que só seria implementado definitivamente no ano de 1941. Ele centralizava as informações do serviço de repressão. Entre suas funções estavam:

“I - Estudo sistemático da técnica conspiratória dos partidos da Direita e da Esquerda;

II - Controle dos serviços políticos realizados pela Delegacia Especial;

III - Pareceres sobre publicações consideradas suspeitas ou nocivas;

IV - Biblioteca de publicações apreendidas;

(...).”²³

No dossiê que analisou a organização de um Gabinete Técnico na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro, recomendou-se a elaboração de um cadastro de todos os elementos suspeitos ou nocivos à ordem pública. Este cadastro contaria com os seguintes fichários: comunistas, integralistas, quinta-colunas, súditos estrangeiros, políticos, municípios e militares. As fontes das informações seriam questionários enviados a prefeitos e delegados, acerca, dentre outros assuntos, da situação dos operários, núcleos fabris, elementos suspeitos e antigos militantes comunistas e integralistas. As informações deveriam ser fornecidas “em caráter estritamente confidencial, sob pena de punições baseadas na Lei de Guerra.”²⁴

²² - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59.

²³ - Relatório Anual da DESPS, 1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-G.

²⁴ - Dossiê sobre a organização do Gabinete Técnico da D.O.P.S., cerca de 1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1.

Pode-se perceber que, durante o período abrangido pela pesquisa, houve uma progressiva especialização das funções dos diversos setores da DESPS e, de forma mais ampla, da própria Polícia Civil. Em 1933, por exemplo, a Diretoria Geral de Publicidade da Polícia inaugurou um serviço de “Press Policial”, que consistia na transmissão diária, às 20 horas, de notícias, de caráter oficial ou policial, cujo conhecimento interessasse às autoridades estaduais e federais.²⁵ Este serviço viabilizava a centralização das informações por parte da Polícia e facilitava o contato desta com as outras regiões do país. Além disso, aproveitava-se as transmissões para fazer propaganda das realizações do governo.

As funções de publicidade e propaganda ficaram ainda mais especializadas com a criação, no mesmo dia da decretação do Estado Novo, do Serviço de Divulgação. Através dele, foi mantida a distribuição diária de artigos e comunicados para cerca de 1.300 jornais espalhados por todo o país, como parte de um projeto de propaganda a favor da consolidação do novo regime e contra as ideologias consideradas subversivas. Além disso, cabia a um dos setores deste órgão, o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS), a atualização constante do arquivo de informações sobre os municípios através do envio de questionários para as autoridades municipais.²⁶

c) A ação policial no governo Vargas

Podem ser encontradas algumas semelhanças entre a ação policial desenvolvida na República Velha e, posteriormente, no governo Vargas. Militantes do

²⁵ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 527.

²⁶ - Polícia Civil do Distrito Federal. *Polícia política preventiva. Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais*. Rio de Janeiro, 10/11/1939. Alguns destes comunicados encontram-se entre a documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Em dois deles, ambos de 1939, é desenvolvida a idéia de que a fraqueza, e conseqüente fracasso, dos partidos políticos no período anterior a 1937 levou a uma situação de anarquia e insegurança, fermento ideal para o desenvolvimento dos extremismos de esquerda e de direita. Fundo Administração, Pasta 1.

movimento operário, principalmente os comunistas, foram alvo de intensa vigilância nos dois períodos. Manifestações dos trabalhadores, como greves e passeatas, foram igualmente reprimidas. Em vários momentos da República Velha, principalmente naqueles em que a sociedade viveu sob regimes de exceção, como o estado de sítio durante o governo de Artur Bernardes, a Polícia estendeu ferozmente sua ação repressora sobre os mais diversos grupos sociais. Nos últimos anos da década de 1920, por exemplo, as comemorações externas do 1º de Maio, como comícios e passeatas, foram terminantemente proibidas pela Polícia.²⁷

Outro ponto de semelhança pode ser notado nos órgãos responsáveis pela polícia política. Segundo Marília Xavier, desde o início da República houve um fio condutor, na legislação, quanto à origem de uma polícia política no interior da organização policial que, apesar de não ser especializada, conduzia a tramitação policial das matérias ligadas ao tema.²⁸ Este fio pode ser percebido claramente na continuidade de funções existente entre os vários órgãos de polícia política, desde a Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (1920) até a Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública (1944).

Assim, vários elementos de continuidade podem ser percebidos entre a República Velha e o período do governo de Vargas. Mas, por outro lado, as mudanças ocorridas mostram-se extremamente significativas e relevantes. Não demorou muito tempo para que a Polícia se tornasse um dos principais pilares de sustentação do projeto corporativista defendido pelo novo regime. Este projeto exigia cada vez mais, para seu sucesso, um Estado autoritário baseado na idolatria de seu chefe e no cerceamento de todo o tipo de liberdade, tanto de idéias e de comportamentos, quanto de crenças e de

²⁷ - Luciana Barbosa Arêas. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996.

²⁸ - Marília Xavier, *op. cit.*, pág. 33.

discursos.

Dessa forma, a Polícia transformou-se em um instrumento de poder muito importante do regime. Seguindo essa lógica, as modificações implementadas na organização policial, detalhadas no item anterior, objetivavam tornar cada vez mais eficiente o controle realizado sobre a sociedade como um todo. Nesta sua nova fase, a Polícia “impôs novos castigos, encarou o crime de forma diferenciada do que fora até então e exerceu variadas formas de vigilância social.”²⁹

Pode-se mencionar ainda dois elementos novos que vieram facilitar sobremaneira o trabalho policial. Trata-se, por um lado, das verbas secretas constantes dos orçamentos da Polícia. Estas verbas poderiam ser aumentadas de forma extraordinária quando a ação repressiva assim o exigisse, como, por exemplo, durante a revolta paulista de 1932.³⁰ O outro elemento foi o novo Código Penal. O antigo Código, de 1890, colocava uma série de dificuldades para o novo tipo de ação exigido da Polícia. No regime de força e persuasão que fora estabelecido, o Código tornou-se cada vez menos importante para a defesa dos direitos dos cidadãos. Neste sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo Vargas foi reformulá-lo. Já em 1932 foi realizada a Consolidação das Leis Penais e, em 1940, o novo Código Penal foi aprovado. Nele foram incorporados os princípios da Escola Positiva e da Antropologia Criminal, que, dentre outras coisas, determinavam que o objeto de estudo e de interferência deveria passar a ser o agente do delito, e não mais o delito em si.³¹

A ação repressiva da Polícia incidia sobre vários grupos sociais e políticos.

²⁹ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 26.

³⁰ - Parece que estas verbas eram usadas com alguma regularidade. Em outubro de 1934, por exemplo, Filinto Müller enviou uma carta ao Ministro da Justiça, Vicente Raó, solicitando a liberação de uma verba complementar de 300 contos de réis para cobrir gastos extraordinários da Polícia Civil com a realização das eleições. Na mesma carta, Müller comunicou que pretendia usar o saldo restante daquela quantia para adquirir bombas de gás e munições, “devido a estarem, já, esgotadas as nossas reservas desse material e não possuímos, presentemente, verba orçamentária para esse fim.” Arquivo Privado de Filinto Müller, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas.

³¹ - Cancelli, *op. cit.*, págs. 77-78.

Os integralistas, por exemplo, de aliados políticos do governo passaram, depois da tentativa frustrada de golpe no ano de 1938, a suspeitos de atividades subversivas. Seus passos eram observados atentamente pelos agentes policiais, sendo instaurados inúmeros inquéritos para investigar suas atividades.³²

Os estrangeiros, aqui incluindo também os judeus - que geralmente eram associados aos comunistas -, constituíam outro grupo bastante perseguido. De acordo com Cancelli, a Polícia conseguiu apresentar o elemento estrangeiro como um grande inimigo social e, ao mesmo tempo, utilizou-se dele para promover a centralização e a modernização do aparato policial.³³ Medidas foram adotadas para dificultar a entrada de estrangeiros no país e, por outro lado, agilizar os casos de expulsão.

A partir de 1938 iniciou-se uma intensa campanha de nacionalização das minorias estrangeiras residentes no país. Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra, cresceram ainda mais as restrições aos alemães, italianos, japoneses e seus descendentes. Os indivíduos pertencentes a estas nacionalidades passaram a ter sobre si a sombra permanente da suspeita de envolvimento em espionagem e traição. A campanha de naturalização dos estrangeiros e de desenvolvimento da brasilidade estimulou muito na população do país a delação de pessoas supostamente envolvidas com agentes ou simpatizantes do Eixo. Para garantir que as pessoas suspeitas não praticassem qualquer ato de traição, o governo chegou a lançar mão de um recurso extremo, mas muito em voga à época: campos de concentração.³⁴

Muitas vezes a Polícia auxiliava diretamente as empresas na vigilância sobre os seus empregados. Em 1940, por exemplo, a Seção de Segurança Social da DESPS

³² - Vários destes inquéritos encontram-se entre a documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³³ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 124.

³⁴ - Em 20/07/1945 o Comandante da 8ª Região Militar, Alexandre Zacarias de Assumpção, enviou uma carta ao Interventor do Pará, solicitando que o Departamento Estadual de Segurança Pública soltasse um grupo de prisioneiros do Campo de Concentração de Tomé-Assu. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 5.

fiscalizou secretamente os condutores da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, tendo sido alguns deles flagrados em pleno furto, que consistia em não registrar certo número de passagens no marcador. Os condutores foram presos e demitidos sumariamente da empresa, o que provocou uma profunda revolta entre os outros funcionários. Estes chegaram a denunciar que alguns fiscais da empresa, por vingança pessoal, haviam acusado injustamente alguns condutores. Como forma de protesto, os empregados da empresa enviaram um memorial ao Ministro do Trabalho, no qual relatavam a situação e pediam providências contra os fiscais. Além disso, programaram uma greve, mesmo contrariando a opinião do sindicato da categoria.³⁵

Outra área de atuação da Polícia era a censura de todas as publicações do país. No caso de jornais e revistas, os editores que desrespeitassem as orientações policiais estavam sujeitos a penas que iam desde a redução da sua cota de papel para impressão (cuja importação era monopolizada pelo governo) até a suspensão, temporária ou definitiva, do seu registro de funcionamento. Já a destruição de livros processava-se através de várias etapas: primeiro proibia-se a sua circulação junto à sociedade; depois, seguia-se a ordem e o ato de apreensão; finalmente, uma parte, ou a totalidade, dos exemplares eram destruídos. A apreensão dos livros implicava também na prisão do autor. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, a ação repressiva influenciou a gestação de uma literatura e de uma imprensa alternativas que se viram obrigadas a circular nos subterrâneos da sociedade. Neste sentido, procurava-se difundir os livros teóricos “subversivos” através de leituras coletivas e programas de rádio. Contudo, a partir da década de 1930 tornou-se mais difícil camuflar a circulação de material proibido e o funcionamento de tipografias clandestinas.³⁶

³⁵ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5. Ao que parece, não foi tomada nenhuma providência quanto ao caso, pois em 1942 os condutores voltaram a protestar, desta vez em uma carta enviada a Vargas, contra a perseguição movida pela empresa e pela Polícia. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 527.

³⁶ - Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo:

A ação repressiva da Polícia englobava também o interior das prisões. Para estas era enviado um número imenso de pessoas que não haviam passado por um processo judicial, ou seja, que não haviam recebido qualquer tipo de condenação formal. Acresce ainda o fato de que os presos políticos só eram libertados com a concordância da DESPS, e os outros órgãos do governo, como o Ministério da Justiça, não contestavam as suas decisões. Nas poucas vezes em que este Ministério tentou interferir neste assunto, o resultado mais comum foi a eclosão de conflitos entre ele e a Polícia Civil do Distrito Federal. Em junho de 1937, por exemplo, o recém-empossado Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, decidiu libertar os presos políticos que ainda não haviam sido processados, pois acreditava que esta medida lhe criaria um ambiente de simpatia popular. O Chefe de Polícia, Filinto Müller, concordou com a decisão, mas argumentou que o número de presos naquela situação não chegava a vinte. Achando este número muito reduzido, Macedo sugeriu então que fossem libertados também presos da “classe dos malfeitores contumazes”, ou seja, criminosos comuns já condenados. Apesar da resistência de Müller, esta última medida foi tomada. Tanto a imprensa quanto os grupos conservadores criticaram a decisão mas, como Macedo não assumiu a sua responsabilidade, Müller permaneceu, perante a opinião pública, como o único responsável pela medida.³⁷

A Polícia controlava praticamente todos os aspectos das penitenciárias. A superlotação, as péssimas condições de higiene e a prática de tortura tornavam as prisões verdadeiros infernos.³⁸ O terror em relação a estes lugares disseminava-se por

Estação Liberdade: Arquivo do Estado/ SEC, 1997, págs. 17-35.

³⁷ - Carta de Filinto Müller para Vargas, 18/06/1937. Arquivo Privado de Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³⁸ - Em 27/06/1936 um grupo de presos políticos da Casa de Detenção - entre os quais Roberto Sisson, Agildo Barata, Hercolino Cascardo e Aparício Torelli - enviaram uma carta a Vargas, na qual denunciavam as péssimas condições das prisões e os crimes ocorridos no interior destas e da Polícia Central. Segundo os presos, Vargas tinha sua parcela de responsabilidade por aquela situação, na medida em que aprovava o “procedimento extra-legal de certas autoridades.” Arquivo Privado de Valdemar Falcão, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

toda a população. Um poema anônimo apreendido pela Polícia, no Estado Novo, abordou justamente a utilização, pelo governo, das prisões arbitrárias como forma de repressão.

“Preso estou sem motivo, à toa, à toa,
Como se houvera feito horrendo crime.
Esta prisão, porém, não me deprime,
Porque a voz da injustiça forte ecoa!

Preso estou - que me importa! - a vida é boa,
E esta prisão é cômica e sublime,
Pois que eu andava distraído e vi-me
Nas garras da ‘injustiça’ fera leoa!

Não matei, não roubei e assim reprovoo
A atitude cruel do Estado Novo
Que precisa possuir uma Gestapo

Se eu fui preso por greve ou por folia,
Porque defendo a Democracia,
De outras prisões, ao certo não me escapo.”³⁹

Contudo, de todos os inimigos ideológicos do Estado, os que sofreram uma perseguição mais constante foram os comunistas. Segundo Cancelli, uma das razões desta priorização devia-se ao fato de que, ao pregarem a existência de uma ordem alternativa, os comunistas prestarem-se muito bem ao papel de inimigos evidentes. A outra razão era que os totalitários aproveitavam-se da imagem desgastada da República

³⁹ - Não há qualquer referência sobre a procedência do poema ou sobre o ano em que foi escrito. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pasta 8. Nesta mesma pasta encontram-se outros poemas anônimos, e sem quaisquer referências, com críticas ao governo e a Vargas.

Velha para relacionar de forma direta a existência do liberalismo com o comunismo.⁴⁰

Os jornais comunistas constituíam, desde os primeiros anos da década de 1930, um dos poucos espaços de denúncia da ação repressiva da Polícia. Protestava-se não apenas contra o fechamento de sindicatos e a proibição de manifestações, mas também contra o desaparecimento e o assassinato de vários militantes, dentre eles Ayres e Alencar, no ano de 1931, e Tobias Warschavsky e Deicola dos Santos, em 1934.⁴¹ Neste último ano - no qual, cabe lembrar, a Polícia do Distrito Federal foi reformada, passando a ter muito mais poderes - a progressiva profissionalização do aparato policial também foi objeto de críticas por parte dos comunistas.

“A polícia especial e a ordem social aumentam seus efetivos seu poder ofensivo como novas e aperfeiçoadas armas e ‘especializam-se’ para os combates de rua, a fim de afogar em sangue as manifestações, as greves e demonstrações de massas. Novos métodos de provocação e espionagem são ‘descobertos’ e postos em prática pela polícia política, instrumento de opressão dos fazendeiros e capitalistas. (...) Os assaltos aos sindicatos, às organizações populares e à liberdade individual se repetem de forma contínua e violenta.

Os grevistas são presos, espancados, deportados e fuzilados covardemente em praça pública, apesar da Constituição ‘reconhecer’ e ‘garantir’ livre manifestação do pensamento, etc.”⁴²

⁴⁰ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 80.

⁴¹ - *A Classe Operária*, 16/01/1932; *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 08/03/1932 e *O Jovem Proletário*, novembro/1934. Neste último jornal denunciou-se também o fato de que a Polícia sempre procurava culpar os próprios militantes do Partido Comunista pelos assassinatos. De fato, vários inquéritos policiais eram conduzidos no sentido de atribuir os crimes a brigas internas do Partido. No inquérito que apurou, em 1941, vários assassinatos ocorridos na cidade, a Polícia, além de chegar à conclusão de que todos foram cometidos por militantes comunistas, chegou mesmo a afirmar a existência de um “Tribunal Vermelho”, dentro do Partido, ao qual caberia determinar as penas, aqui incluindo logicamente o assassinato, que deveriam ser impostas a qualquer pessoa que ameaçasse a causa. Relatório Estatístico do Serviço Reservado, 1941. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-F.

⁴² - *O Jovem Proletário*, novembro/1934.

Após a insurreição de novembro de 1935 a ação repressiva sobre os comunistas, logicamente, intensificou-se. Várias medidas foram tomadas a fim de garantir a prisão dos insurretos e a destruição definitiva do movimento comunista. A Polícia brasileira e a Gestapo alemã passaram a trabalhar juntas, através da troca de informações e de materiais.⁴³ O governo brasileiro, por seu lado, incentivava a população a delatar os elementos suspeitos. As cartas e telegramas geralmente eram enviados diretamente a Vargas, sendo, posteriormente, remetidos para o Ministério da Justiça e, enfim, à Chefia de Polícia do Distrito Federal, que investigava as denúncias. Muitas pessoas delatavam movidas por uma atitude de apoio ao governo, mas outras buscavam apenas vingar-se de seus inimigos pessoais. Um exemplo destas denúncias pode ser encontrado na carta enviada, em dezembro de 1935, por Euclides Santos ao Chefe de Polícia, Filinto Müller. De acordo com Euclides, um de seus companheiros de trabalho no Lloyd era um “extremista terrível”, que esperava o final do turno de trabalho para pregar o “credo vermelho”. Ao final da sua carta, Euclides fez questão de deixar claro que ele estava fazendo aquela denúncia a fim de libertar a sociedade e o Brasil da presença de malfeitores. Deste modo, ele não estaria sendo movido por qualquer espírito de vingança, já que não conhecia aquele companheiro, chamado Edgard Seggas, “a não ser de vista, portanto não podia devotar-lhe ódio.”⁴⁴ Segundo Cancelli, “as manifestações individuais de cidadãos que se colocavam no papel de atentos delegados ideológicos do Estado eram fortalecidas porque, além de tudo, a sociedade como um todo estava tratando de punir os comunistas, seja na forma de prisão, perseguição, medo ou na de alijamento dos círculos sociais e de trabalho.”⁴⁵

⁴³ - Ao que parece, a existência deste acordo só foi revelada ao público brasileiro em setembro de 1945, quando as autoridades aliadas que controlavam Berlim abriram os arquivos pertencentes à Gestapo. *Tribuna Popular*, 12/09/1945.

⁴⁴ - Carta de Euclides Santos para Filinto Müller, 16/12/1935. Arquivo Privado de Valdemar Falcão, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁴⁵ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 95.

Além destas medidas, também foram criadas comissões que tinham por objetivo atacar os comunistas, tais como a Comissão Especial de Combate ao Extremismo, que agiria no âmbito militar, e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, no plano civil. O poder desta última era tão grande que, antes mesmo do golpe de 1937, ela requisitava ao Ministério da Justiça o afastamento de juízes federais de vários estados simplesmente pelo fato de terem libertado comunistas.⁴⁶

Entretanto, a principal providência tomada pelo governo foi a criação do Tribunal de Segurança Nacional. O governo temia que a morosidade da Justiça ou a interferência do grupo de parlamentares da oposição atrapalhassem o julgamento dos implicados no movimento de 1935.⁴⁷ Assim, enviou para o Legislativo um projeto de lei “para o processo e julgamento de crimes com finalidades subversivas das instituições Políticas e Sociais, sempre que ocorresse o estado de guerra (...)”⁴⁸ A oposição parlamentar denunciou a inconstitucionalidade do projeto, mas não adiantou nada. Em 12 de setembro de 1936 era publicada a lei que criava o Tribunal. Ele julgaria casos do país inteiro, mas funcionaria apenas no Distrito Federal. As suas decisões seriam tomadas por maioria de votos mas, como órgão da Justiça Militar, caberiam recursos ao Supremo Tribunal Militar.

O Tribunal complementava a ação repressiva da Polícia, preenchendo, desta forma, uma brecha na estrutura autoritária de poder. Os julgamentos eram estruturados

⁴⁶ - Idem, pág. 97. Em carta de 2 de abril de 1936, dirigida a Vargas, o ex-presidente da Comissão, Adalberto Correia, criticou a decisão do governo de apenas demitir, sem levar à prisão, funcionários públicos suspeitos de envolvimento com o comunismo. Arquivo Privado de Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Quatro dias depois, a Comissão também enviou uma carta a Vargas, comunicando que havia decidido pela imediata prisão, em todo o país, de todos os comunistas fichados ou “suspeitados”. Para que tal providência pudesse ser posta em prática a Comissão estava enviando para Vargas listas com os nomes dos comunistas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 14. Contudo, a Comissão não teve uma vida muito longa, pois em dezembro de 1937 ela já se encontrava extinta.

⁴⁷ - Filinto Müller. “Golpe de vista retrospectivo”, dezembro/1935. Arquivo Privado de Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁴⁸ - Reynaldo Pompeu de Campos. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982, pág. 43.

de forma a diminuir ao máximo as possibilidades de defesa dos acusados. Além disso, os juízes muitas vezes elaboravam suas sentenças sem qualquer apoio nas provas, tanto que, nos recursos que julgou, o Supremo Tribunal Militar diminuiu várias penas e absolveu vários condenados. Logo após a decretação do Estado Novo, o governo transformou o Tribunal de Segurança em um órgão autônomo de justiça especial, desvinculado da Justiça Militar. As apelações das sentenças eram agora julgadas pelo próprio Tribunal. Outras modificações foram ainda introduzidas para agilizar os julgamentos e reduzir ainda mais as chances de defesa⁴⁹

Devido à tentativa de golpe, em maio de 1938, vários integralistas e simpatizantes foram condenados pelo Tribunal. No final deste mesmo ano, praticamente já haviam sido encerrados os julgamentos dos envolvidos na insurreição comunista de 1935. Para que o Tribunal não fosse extinto, ele passou então a julgar os casos de espionagem e de crimes contra a economia popular. Ele foi abolido apenas em 1945, pouco depois da deposição de Vargas.

Para finalizar, resta apenas abordar a ação da Polícia sobre os sindicatos de trabalhadores. Meu argumento, que procurarei demonstrar nas próximas páginas, é de que a relação existente entre a Polícia e os sindicatos era complexa, apresentando nuances que precisam ser levadas em consideração.

Não há dúvidas de que, e isto já foi afirmado anteriormente, a Polícia constituía uma peça fundamental, juntamente com o Ministério do Trabalho, no controle exercido pelo governo sobre os sindicatos. A colaboração entre estes dois órgãos foi posta em prática desde o início do governo Vargas. Este fato pode ser percebido, por exemplo, no relatório anual de 1932 da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da 4ª Delegacia Auxiliar. Neste relatório, o Chefe da Seção, Serafim Braga, expôs que esta havia encaminhado, no decorrer daquele ano, vários casos de

⁴⁹ - Campos, *op. cit.*, págs. 74-75.

conflitos entre patrões e empregados ao Ministério do Trabalho, único órgão com direito de “decidir assuntos dessa natureza.”⁵⁰

A Polícia contava com uma série de meios para conseguir atingir seus objetivos. Como também já foi visto, todo sindicato, ou mesmo qualquer tipo de associação, só poderia realizar reuniões ou assembléias com a devida autorização da Seção de Segurança Social da DESPS.⁵¹ A maioria absoluta das assembléias autorizadas era observada por um investigador da Seção.⁵² Mas esta prática não foi uma criação do governo Vargas. Pelo menos desde o final da década de 1920 a 4ª Delegacia Auxiliar costumava acompanhar de perto as assembléias. Para a Polícia, essa vigilância sistemática era necessária para prevenir a “infiltração” de “elementos subversivos” nas entidades de classe. Um caso exemplar foi a assembléia dos trabalhadores da Light, realizada em março de 1932, na qual ia ser decidida a greve contra a empresa. Os trabalhadores, insuflados por militantes comunistas, começaram a vaiar o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, que tentava um acordo. Diante deste fato, o Chefe de Polícia, Batista Luzardo, também presente à assembléia, ameaçou mandar entrar seu corpo de agentes no recinto.⁵³

Muitas vezes os policiais interferiam para acabar com pequenos conflitos. Na assembléia realizada pelo Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos, em dezembro de 1931, dois associados começaram a insultar

⁵⁰ - Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da 4ª Delegacia Auxiliar, 1932. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59.

⁵¹ - O número de licenças concedidas era tão grande que, a partir do início da década de 1930, estas passaram a ser fornecidas em um formulário impresso, no qual bastavam ser preenchidos o nome do sindicato, a data e a hora da assembléia e o nome do investigador que deveria acompanhá-la. Inúmeras licenças encontram-se entre a documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

⁵² - Em 1932, por exemplo, foram concedidas pela Seção 1.934 licenças, sendo que 1.622 assembléias foram observadas. Já em 1940 foram 3.848 licenças e 3.190 assembléias. Durante os anos de 1941, 1942 e 1943 os números mantiveram-se nesta mesma faixa. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59 e Fundo Administração, Pastas 1-H e 1-I. Se estes números estiverem corretos, indicam não apenas a grande atividade dos sindicatos do Distrito Federal, mas também a infra-estrutura imensa, principalmente em termos de pessoal, de que necessitava a Seção de Segurança Social para realizar seu trabalho de controle.

⁵³ - *A Classe Operária*, 10/03/1932. O jornal não informa como terminou a assembléia.

o presidente do Sindicato e os outros associados. Instalado o tumulto, o representante da 4ª Delegacia Auxiliar tomou então da palavra e, procurando acalmar os ânimos, afirmou que os associados não poderiam desrespeitar a mesa porque ela representava a força moral da assembléia. Como um dos associados insistisse em suas ofensas, o presidente não teve outra alternativa que não encerrar a assembléia.⁵⁴

Outra forma de controle muito utilizada pela Polícia era a interferência nas eleições para as diretorias dos sindicatos. Geralmente eram apresentados para compor uma das chapas indivíduos da confiança do governo e, segundo Serafim Braga, Chefe da Seção de Segurança Social, “sempre se tem consignado a vitória da facção cujo apoio e orientação tiveram sua gênese nesta Seção.”⁵⁵ No mesmo relatório, Braga sugere que fossem proporcionadas algumas vantagens e facilidades aos sindicatos, a fim de que o relacionamento destes com a Polícia permanecesse o mais harmônico possível, ou seja, para que eles continuassem dóceis e obedientes. Dentre as vantagens sugeridas estão o fornecimento de passagens para o interior, o porte de arma para presidentes de Sindicatos, o serviço de garantia, a interferência junto aos Distritos Policiais em casos de pequena monta e o recolhimento de filhos de operários a asilos e instituições de ensino. Assim,

“A adoção de uma política inspirada nos princípios ligeiramente esboçados acima, oferece, vantagens recíprocas e incontestáveis. É assim que, os elementos agraciados com o beneplácito da Polícia nos moldes atrás delineados, não raro,

⁵⁴ - Em outra assembléia realizada no mesmo Sindicato, em 12/08/1932, novamente um investigador da 4ª Delegacia Auxiliar teve que interferir em uma briga. Atas das assembléias do Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Fundo das Entidades Sindicais, Pasta 43.

⁵⁵ - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-1. Parece que esta prática da interferência nas eleições também não foi criada pelo governo Vargas, pois uma notícia publicada no jornal *A Confederação* em abril de 1930 - antes, portanto, do movimento revolucionário - denunciava a eleição, em diversos sindicatos, de diretorias aliadas da Polícia.

denunciando às autoridades os elementos que no seio dos respectivos núcleos são, ou poderão se tornar nocivos ao bom andamento de sua vida político-social, tornam-se fiéis, corretos, serviçais e solícitos, transformando-se em outros tantos elementos cooperadores e colaboradores no programa a que esta Seção se impôs, e de cujo bom desempenho depende, em grande parte, o perfeito equilíbrio da ordem nacional.”⁵⁶

Esta proposta de Braga demonstra claramente a importância dos sindicatos para a implantação do projeto corporativista, tentada pelo governo. Era fundamental para o projeto que os sindicatos estivessem sob total controle, seja através da ação repressiva da Polícia ou das normas estabelecidas pela legislação trabalhista. Para alcançar este objetivo qualquer expediente era válido, até mesmo oferecer vantagens, ou seja, na verdade subornar, os associados dos sindicatos para que eles ajudassem a eliminar das entidades os elementos subversivos e, ao mesmo tempo, se tornassem aliados do governo.

A Polícia também reprimia todas as manifestações e greves, principalmente as promovidas por comunistas. Um procedimento policial muito comum, utilizado desde o início da década de 1930, consistia em inserir fatos perturbadores que transformassem a manifestação em algum tipo de distúrbio público. Existia, então, a possibilidade imediata de realizar a prisão de várias lideranças e de manifestantes. “A sistemática proibição das manifestações públicas dos comunistas era uma estratégia utilizada tanto para demonstrar que as manifestações realmente existentes eram as marchas e paradas em homenagem ao Estado, como para salientar que qualquer descontentamento era fruto de mentes comunistas perturbadas, como ainda de uma

⁵⁶ - Relatório Anual da Seção de Segurança Social, 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-I.

força minúscula frente aos verdadeiros anseios populares.”⁵⁷

A realização de comemorações oficiais por parte do Estado, como o Primeiro de Maio e os aniversários da Revolução de 1930 e do Estado Novo, constituíam um dos pontos fundamentais de sua estratégia de propaganda. Geralmente havia a participação de trabalhadores e representantes sindicais nestas cerimônias, e muitas vezes em grande número. Procurava-se, assim, demonstrar que toda a sociedade apoiava o projeto político do governo e, ao mesmo tempo, aplicava inteiramente os seus esforços para que este obtivesse sucesso. Para garantir o êxito das manifestações, o Ministério do Trabalho acionava os seus líderes sindicais, para que estes arregimentassem trabalhadores para um determinado local e hora. À Polícia cabia fechar lojas, bares e cafés no horário da manifestação, a fim de garantir a presença de grandes multidões nas ruas. Além disso, ela desenvolvia um trabalho de “persuasão” entre os trabalhadores que preferissem não comparecer à manifestação. Se não fosse possível reunir um número satisfatório de pessoas, arregimentava-se a população das localidades vizinhas. Esta técnica de organização de manifestações também começou a ser utilizada no início do governo Vargas.⁵⁸

Muitas vezes os sindicatos não aceitavam a ação violenta da Polícia, denunciando seus excessos através dos jornais operários ou, como já foi visto, de cartas e telegramas enviados a várias autoridades. Em 1934, ano em que o país conheceu uma ligeira abertura política e social, um número muito grande de sindicatos registrou seu protesto junto a Vargas, ao Chefe de Polícia e a alguns Ministros, provavelmente

⁵⁷ - Cancelli, *op. cit.*, pág. 112.

⁵⁸ - Idem, pág. 111. Em 18/10/1939, um investigador da Seção de Segurança Social comunicou que o Ministério do Trabalho havia endereçado um ofício ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, solicitando seu comparecimento na parada trabalhista a ser realizada no dia 19 de novembro. Ele informou ainda que notava-se entre as classes trabalhistas uma “má vontade” em relação à parada, provavelmente provocada pelo fato de os marítimos não terem sido contemplados nas remunerações de riscos de guerra. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5. Para maiores detalhes sobre o uso da propaganda pelo regime, ver o capítulo 5 desta Tese.

estimulados pela conjuntura favorável.⁵⁹

A falta de coordenação entre a Polícia e outros órgãos da administração também estava na raiz de algumas reclamações dos sindicatos. Em 1934, por exemplo, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares queixou-se ao Ministro do Trabalho, Salgado Filho, do fechamento de sua sede pela Polícia. Esta justificou-se afirmando que a medida fora tomada em virtude de um ofício daquele Ministério, no qual era ordenado o fechamento de todas as entidades não reconhecidas por ele que ainda usassem o nome de “sindicato”. Procurado pelos diretores do Sindicato, o diretor do Gabinete do Ministério garantiu que seria enviado à Chefia de Polícia um ofício declarando que não havia sido ordenado o fechamento daquela associação. Como o caso ainda não havia tido uma solução, os diretores resolveram recorrer diretamente ao Ministro. Segundo eles, o fechamento do Sindicato era incompreensível, pois o processo de modificação do nome e de reconhecimento já estava tendo andamento no Ministério.⁶⁰

Vários sindicatos, por outro lado, buscavam manter um bom relacionamento com a Polícia, não apenas através da obediência às rígidas normas de conduta estabelecidas pela legislação, como também de certos recursos para uma aproximação. Ocorria com certa freqüência a solicitação, por parte de algum sindicato, da interferência da Polícia, no papel de mediadora ou intermediária, em conflitos internos, dissídios com empregadores ou reivindicações ao governo. Pode-se citar como exemplo a entrega, em 1931, de um memorial ao 4º Delegado Auxiliar, Salgado Filho, pela União Geral dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários do Brasil. Os trabalhadores queriam que Salgado pleiteasse junto ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, a adoção da jornada de oito horas para a categoria.⁶¹

⁵⁹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República.

⁶⁰ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 47.

⁶¹ - Arquivo Nacional, Arquivo Salgado Filho, Caixa 12.

Entretanto, a forma de aproximação mais comum era, sem dúvida, as homenagens prestadas às autoridades policiais. Provavelmente algumas destas homenagens eram “incentivadas” pelo Ministério do Trabalho ou mesmo pela própria Polícia, mas os dados levantados mostram-se insuficientes para apontá-las com exatidão. Por outro lado, é quase certo que uma parcela significativa fosse realmente espontânea, principalmente quando a iniciativa partia de sindicatos aliados ao governo. Esta aproximação não passou despercebida a outros setores da sociedade. Já em 1931, dois editoriais, um do *Jornal do Brasil* e o outro de *O Jornal* - ambos jornais conservadores -, elogiaram as homenagens prestadas por vários sindicatos a Salgado Filho, Chefe de Polícia interino.⁶² Para estes jornais, as homenagens constituíam um exemplo claro da nova relação estabelecida entre a Polícia e as entidades de classe, cuja característica principal seria o respeito mútuo, sendo, por isso, tão diferente da existente nos governos anteriores.⁶³

Desta forma, não existia apenas o aspecto da ação repressiva exercida pela Polícia na relação que esta mantinha com os sindicatos. Estes últimos, por um lado, protestavam junto a outras autoridades contra os excessos policiais. Por outro lado, buscavam estabelecer um relacionamento amistoso com aquele órgão. Pode-se mesmo afirmar que alguns sindicatos realizavam uma espécie de negociação com a Polícia: ofereciam-lhe apoio, mas, em troca, solicitavam sua ajuda para alcançar seus objetivos. O caso da União Geral dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários do Brasil, citado acima, exemplifica perfeitamente este argumento. Em março de 1931 a União participou das homenagens prestadas, por diversos sindicatos, a Salgado Filho. Cerca de um mês depois, ela requereu a este último sua interferência, junto ao Ministro

⁶² - Dentre os sindicatos estavam: União dos Operários Estivadores, Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, Centro Beneficente dos Motoristas e União dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários. *A Pátria*, 06/03/1931.

⁶³ - *O Jornal*, 28/03/1931 e *Jornal do Brasil*, 18/04/1931.

do Trabalho, em favor da jornada de oito horas de trabalho para a categoria. O vínculo estabelecido entre a demonstração de apoio, de um lado, e a solicitação de ajuda, de outro, mostra-se aqui bastante claro. Foi, portanto, neste sentido que afirmei a existência de vários aspectos na relação entre a Polícia e os sindicatos que precisavam ser levados em consideração na análise.

Assim, durante o governo Vargas, a Polícia procurou estender o seu controle a toda sociedade e, para atingir tal fim, contava com inúmeros instrumentos e com a especialização e a profissionalização cada vez maiores de seus agentes. A intenção era vigiar atentamente o comportamento, as idéias e as crenças de cada indivíduo. Na prática, esta observação nunca pôde ser tão abrangente assim, pois a Polícia, apesar de seus esforços, não poderia estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Esta deficiência era largamente compensada pela vigilância que cada indivíduo fazia sobre as outras pessoas e sobre si mesmo, provocada, em grande parte, pela nuvem do terror policial que cobriu a sociedade. Contudo, mesmo com esta vigilância a ação policial não conseguiu eliminar totalmente as manifestações de descontentamento e de oposição ao regime levadas a efeito por diversos grupos sociais e políticos. Em setembro de 1940, por exemplo, a Polícia apreendeu um folheto anônimo que continha duras críticas a Vargas e ao regime.

“O tirano, ditador do Brasil, satélite do judeu Roosevelt, que envia seus emissários à Conferência de Lima vociferar contra os Estados Totalitários, como se em seu País existisse uma Democracia! Será que se entende por Democracia um país onde não existe liberdade de consciência? Onde existe um governante com prazo indeterminado para governar? Onde não existem eleições? Onde o povo vive oprimido e asfixiado pelos impostos? Onde não existe justiça? Onde os juízes julgam pela cabeça do ditador? Onde os presos políticos são massacrados em suas celas? Onde só existe a vontade de um homem?

Só mesmo este demônio podia ter transformado um dos povos de consciência mais livre em uma senzala de escravos! Em um amontoado de seres humanos sem dignidade e sem vontade para uma enérgica reação!”⁶⁴

A Polícia do Distrito Federal era temida por sua violência, sua arbitrariedade e pelo imenso poder que detinha em suas mãos, principalmente durante a gestão do implacável Filinto Müller. Um relatório escrito em 1943 por um investigador da Polícia e dirigido a seu Chefe, Etchegoyen, ilustra bem o que significou, para a população do Rio de Janeiro, o período em que Müller esteve à frente da organização policial. Apesar do objetivo principal do relatório consistir em exaltar a atuação de Etchegoyen e, devido a isso, a narrativa muitas vezes apresentar-se um pouco exagerada, os fatos descritos aproximam-se bastante da realidade.

“O afastamento definitivo do sr. FILINTO MULLER, da Chefia de Polícia, há anos ansiosa e demoradamente desejada por grande parte da população ordeira desta Capital, não trouxe, como era de esperar, ao espírito público maior interesse ou quaisquer expectativa menos feliz.

(...)

Entre o povo, nas autarquias e nos meios sociais, dizia-se, quase a uma voce: ‘Graças a Deus que o Getúlio demitiu esse bárbaro charqueador de homens, esse terrível matador, horroroso protetor dos DULCIDIOS GONÇALVES, FROTAS AGUIAR, EMILIOS ROMANOS, SERAFINS BRAGAS, COLAÇOS VERAS, cuja única preocupação era prender, espancar, matar e extorquir dinheiro das vítimas torturadas, num país em que a índole tolerante do seu povo foi uma barreira psicológica aos seus governos que impediu o fuzilamento dos cabeças de revoluções ou chefes de governo deposto, tais como

⁶⁴ - O folheto era ilustrado por uma figura de Vargas transformado em demônio. Cerca de um mês depois a Polícia apreendeu outro folheto anônimo. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pastas 8 e 13.

WASHINGTON LUIZ, PEDRO TOLEDO, LUIZ CARLOS PRESTES, PLÍNIO SALGADO.

(...)

Verificada a ação inalterável de S. Excia., atuando sem individualismos, dentro da lei, constatada a terminação das prisões ilegais, a cessação de espancamentos bárbaros e inúteis, suspensa as provocações da Polícia contra pessoas e coletividades pacíficas, debelada a incentivação dos crimes e contravenções, extintas as extorsões, demitidos e presos quase diariamente muitos funcionários desonestos, tudo isso fez com que a maioria da população, confiante, começasse a exaltar a louvável gestão do atual titular da Polícia, desejando-lhe demorada e feliz permanência no cargo que enobrece com sua dignidade incorruptível.”⁶⁵

⁶⁵ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pasta 12. A atuação de Etchegoyen na Chefia de Polícia já havia sido elogiada pelo jornal *Diretrizes* em um editorial publicado na edição de 20/08/1942. Nos anos que se seguiram à sua saída da Chefia de Polícia, Filinto Müller foi agraciado pelo governo com novos cargos, dentre eles o de Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, onde permaneceu por dois anos, desde 1943 até a deposição de Vargas. *Tribuna Popular*, 15/11/1945.

Capítulo 5

As correntes do movimento operário e a organização dos trabalhadores

Um tema como o das correntes ideológicas do movimento operário do Rio de Janeiro é extremamente amplo, comportando múltiplos aspectos. Desta forma, neste capítulo concentrarei o enfoque no aspecto mais relacionado diretamente com o núcleo central da pesquisa, ou seja, abordarei as tentativas destas correntes de manterem, durante o governo Vargas, um movimento operário e sindical independente, em contraposição à estrutura governista que foi montada.

a) Uma fase instável: 1930-1935

A cidade do Rio de Janeiro testemunhou, no decorrer da República Velha, o desenvolvimento de sociedades de auxílio mútuo e de sindicatos que paulatinamente iam congregando em torno de si uma parcela da classe operária. Ao mesmo tempo, ganhavam corpo, e novos adeptos, diferentes correntes ideológicas, cada uma propondo suas soluções para os desafios da organização dos trabalhadores. As principais correntes que disputavam a direção do movimento operário eram o anarquismo, o anarco-sindicalismo, o socialismo, o reformismo e o comunismo.

No começo da década de 1930 a maior parte destas correntes já tinha perdido muito de sua força e representatividade. Os comunistas, que encontravam-se aglutinados em um partido desde 1922, passaram então a constituir a principal corrente do movimento operário na cidade. Foi também neste período que surgiu uma outra corrente, a dos trotskistas. Estes, em sua maioria, tinham sido expulsos do PCB devido a acusações de “traição” e chegaram a publicar, entre 1930 e 1931, o jornal *A Luta de Classe*. Em janeiro de 1931 o grupo trotskista de São Paulo fundou a Oposição Leninista do Partido Comunista do Brasil. Apesar de suas atividades manterem-se relativamente constantes até 1945, os trotskistas não conseguiram obter uma grande penetração no movimento operário e sindical.¹

Através das páginas de seu jornal pode-se apreender os principais pontos das críticas dos trotskistas aos comunistas. Um destes consistia justamente na questão da organização sindical. Em um artigo publicado em maio de 1930 os trotskistas acusaram os comunistas de terem sido omissos durante uma onda de repressão policial que havia assolado os sindicatos.

“Por que conseguiu o poder coercitivo dispersar com tanta facilidade os milhares de operários que se achavam sob a orientação política da mencionada vanguarda? Primeiramente porque já lavrava o descontentamento contra a orientação que se lhes imprimia; e em segundo lugar porque quando irrompeu a reação - esperada aliás por todos aqueles que militavam nos sindicatos - não apareceram os orientadores senão quando nada mais se podia fazer.

Disso foram testemunhas todos aqueles que ocupavam cargos na direção dos sindicatos, muitos dos quais foram dar com os costados nos

¹ - John Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, págs. 342 e 371. Para maiores detalhes da cisão interna do Partido Comunista da União Soviética que levou à expulsão de Trotsky, ver, dentre outros, Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991 e E. H. Carr. *A History of Soviet Russia*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

xadrezes (...).”²

E as críticas não pararam aí. No mesmo número do jornal, outro artigo apontava os erros da direção do PCB na organização de uma manifestação frustrada em homenagem ao Primeiro de Maio. Para seu autor as atividades dos comunistas não haviam tido nenhum resultado prático, e o proletariado continuava “inorganizado, a ser chamado inutilmente, por meios inadequados, à luta para a qual não foi preparado.”³

Para melhor compreender a atuação do PCB no movimento operário deve-se levar em consideração uma gama de fatores, tanto de ordem interna quanto externa, já que, durante todo o período estudado, a concepção de revolução e a proposta de organização dos trabalhadores formuladas pelo partido sofreram uma profunda influência das diretrizes defendidas pela Internacional Comunista (IC) e pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O primeiro contato entre os comunistas brasileiros e a IC ocorreu em 1922, no IV Congresso desta organização. O PCB participou do Congresso apenas como partido simpatizante, pois sua adesão à IC somente seria aceita em 1924.⁴

Vários autores afirmam que durante algum tempo o PCB conseguiu manter uma boa parte de sua autonomia em relação à IC, e que a ascendência desta só passou a ser sentida de forma mais forte e direta a partir de 1929.⁵ Contudo, várias decisões e medidas adotadas pela IC nos anos anteriores tiveram igualmente um impacto profundo e prolongado sobre o PCB. Em 1924 foi criado em Buenos Aires o Secretariado Sul-Americano (SSA) da Internacional, que contou desde o início com a representação

² - *A Luta de Classe*, 08/05/1930.

³ - *Idem*.

⁴ - Pinheiro, *op. cit.*, págs. 52-59.

⁵ - Pinheiro, *op. cit.*, pág. 49 e Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pág. 50.

direta de delegados dos partidos da Argentina, Uruguai, Chile e Brasil. Além de ter contribuído para a intensificação do contato destes partidos com Moscou, a criação do Secretariado favoreceu também o envio de representantes da IC para as seções desta região. De modo geral, estes representantes eram revestidos de poderes plenipotenciários, cabendo às seções que os recebiam admiti-los em suas reuniões e acatar as instruções por eles ditadas.⁶ Assim, a IC utilizava estes representantes para informar-se melhor sobre a situação de cada país e, ao mesmo tempo, controlar de maneira mais incisiva o comportamento dos partidos.

Ainda neste ano de 1924 decidiu-se, no V Congresso da IC, pela bolchevização de todos os partidos comunistas, ou seja, torná-los partidos verdadeiramente revolucionários e proletários. Isto acarretou

“um processo burocrático, com o objetivo de suprimir toda dissensão relativa à linha majoritária, conduzindo ao enfraquecimento do regime de democracia interna do partido e ao empobrecimento do debate teórico tanto no CEIC [Comitê Central da IC] como nas seções nacionais. Afinal, uma fórmula exterior e superficial, antepondo-se ao conhecimento e valorização das condições concretas dos próprios países, conjugada com a polêmica com os partidos reformistas, levou os comunistas ao sectarismo e ao isolamento em relação aos trabalhadores.”⁷

O esforço de “bolchevizar” suas seções levou a IC a demitir, em 1928, toda uma geração de antigos líderes e a recomendar a mesma tática a todos os partidos comunistas. No Brasil, a proletarianização, como também é conhecida esta política, tomou

⁶ - Pinheiro, *op. cit.*, págs. 147-151.

⁷ - Idem, pág. 60.

a forma de um movimento extremamente radical de antagonismo a todos os membros considerados intelectuais ou pequeno-burgueses. Passou-se a valorizar a presença, dentro do partido, de verdadeiros operários, cujos hábitos, formas de falar e maneiras de se vestir deveriam ser copiados por todos. Como consequência, vários militantes - dentre eles alguns fundadores do partido, como Astrogildo Pereira - foram afastados e até expulsos da organização. Em 1931 os intelectuais perderam o direito de voto nas reuniões do Comitê Central e do Bureau Político. Muitos dos intelectuais afastados refugiaram-se posteriormente na Liga Comunista dos trotskistas.⁸ A proletarização marcou profundamente a trajetória do PCB em todo o período analisado, tendo provocado pelo menos dois efeitos. Primeiramente, ela foi a causa, ou uma das causas, de vários conflitos internos, contribuindo desta maneira para a formação de um ambiente instável no partido. Em segundo lugar, a ausência de militantes mais experientes e com uma maior bagagem cultural muitas vezes prejudicou a análise da situação social e política do país e a tomada de decisões quanto à prática política do partido.

Assim, no decorrer da década de 1920 a IC ampliou seus pontos de contato com os partidos comunistas sul-americanos, ocorrendo, paralelamente, o crescimento da sua influência junto aos mesmos. O VI Congresso da IC ocorreu em 1928, sendo uma de suas principais conclusões a rejeição da tática de colaboração com a burguesia nos países coloniais e semi-coloniais, entre os quais encontrava-se, de acordo com a Internacional, o Brasil. A nova tática adotada seria o confronto, ou a “classe contra classe”, o que representava uma virada à esquerda da IC.⁹

Sintonizando-se com a nova diretiva, em meados de 1930 o PCB também alterou sua política, passando a recusar a formação de alianças com as outras correntes

⁸ - Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, pág. 75 e Dulles, *op. cit.*, págs. 366 e 389 a 405.

⁹ - Pinheiro, *op. cit.*, pág. 165.

do movimento operário e com vários setores sociais, dentre eles a pequena burguesia. Quando, alguns meses mais tarde, a articulação do movimento armado contra Washington Luiz tornou-se mais intensa, foi justamente esta política que levou o partido a negar o seu apoio e a sua participação no movimento. Seus dirigentes acreditavam que o “único partido verdadeiramente revolucionário” do país não poderia participar de um movimento controlado por pequeno-burgueses.

Durante todo o período estudado, predominou no PCB o tema e a estratégia política da revolução agrária e antiimperialista. Basicamente esta estratégia consistia em acreditar que a revolução brasileira seria democrático-burguesa e que deveria superar, sobretudo, a dependência imperialista e a estrutura latifundiária da terra. Até 1934 o partido enfatizou a necessidade da hegemonia proletária na revolução, pois somente deste modo esta seria vitoriosa e cumpriria as tarefas democráticas essenciais, dentre elas a instauração da república operária e camponesa baseada nos soviets. Nesta fase o partido só admitia alianças com o operariado e o campesinato.¹⁰

Nos textos e documentos do PCB que tratam da questão operária, o principal argumento utilizado era o de que a burguesia estava transferindo para os trabalhadores todos os efeitos negativos da crise capitalista. Como consequência, a exploração e a opressão das classes trabalhadoras estavam sendo aprofundadas através de medidas como o aumento das horas de trabalho, o rebaixamento dos salários, a utilização de um maior número de mulheres e jovens operários, a repressão policial sobre as associações de classe e a suspensão de alguns direitos trabalhistas. A solução para este problema residia, então, na radicalização da luta dos trabalhadores e na união destes em uma frente única com o outro grande grupo explorado, os camponeses.

“A C. E. da C.G.T.B. [Confederação Geral do Trabalho do Brasil], resolveu dirigir por ocasião de sua última reunião plenária, um

¹⁰ - Marcus Ianoni. *O PCB e a revolução brasileira*. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1991, págs. 36-45.

importantíssimo documento, a todas Federações regionais, a todos sindicatos, a todas oposições e a toda massa trabalhadora, em geral, sem distinção de tendências políticas e religiosas, cor, raça e nacionalidade. Nesse documento, após analisar a situação política e econômica do país, da classe trabalhadora, dos camponeses, convida-os a formar uma ampla frente única, para a organização comum e imediata da luta contra a fome e a reação, e seus preparadores a ditadura de Getúlio, os imperialistas e todos os seus agentes diretos e indiretos.”¹¹

Segundo Marly Vianna, a palavra de ordem de luta pela revolução operário-camponesa não encontrou eco em nenhum setor social. Além disso, a política de frente única não saiu dos apelos da retórica e nem sensibilizou a classe operária.¹² De acordo com outro autor, a especificidade do comportamento ideológico e da ação do PCB residiu na sua incapacidade, ou impossibilidade, de optar definitivamente entre uma via revolucionária e uma via reformista. Ao mesmo tempo, esta concepção revolucionária sempre percebeu a sua tarefa histórica como, substancialmente, a defesa do pólo dirigente da revolução mundial e, só em seguida, a realização da sua própria revolução.¹³ Esta questão voltará a ser tratada mais demoradamente mas, por ora, pode-se assinalar que a pouca repercussão das propostas do PCB em relação à revolução e à frente única provavelmente tinha suas raízes, entre outros fatores, no fato de que, naquele momento, os trabalhadores estavam mais concentrados na luta por reivindicações imediatas, como o cumprimento das recentes leis sociais.

O PCB buscou manter, desde o início, uma postura de oposição ao novo governo. Assim, ao mesmo tempo em que lançavam suas propostas, os comunistas também procuravam participar da luta dos trabalhadores, promovendo uma série de

¹¹ - *O Trabalhador do Brasil*, 01/08/1933. A Confederação foi fundada em 1929 pelos comunistas.

¹² - Vianna, *op. cit.*, págs. 57-58.

¹³ - Gildo Marçal Brandão. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, HUCITEC, 1997, págs. 49-52.

manifestações e greves. Em janeiro de 1931 o PCB decidiu efetuar uma “Marcha da Fome”, a fim de atrair a atenção de todos para os problemas mais prementes da sociedade. A primeira tentativa de realizá-la, no dia 17, foi reprimida pela Polícia. Foram distribuídos então boletins convocando para uma nova manifestação no dia 19. Contudo, vários militantes que estavam distribuindo os boletins foram presos e a Polícia ocupou toda a Praça da Bandeira, local escolhido para a Marcha. Em resposta aos comunistas, diversas associações operárias resolveram, alguns dias depois, fazer um desfile em homenagem a Vargas e ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor. O número de participantes foi calculado em quinze mil.¹⁴

Neste mesmo ano o partido chegou a planejar um comício em homenagem ao Primeiro de Maio, mas a Polícia proibiu qualquer tipo de manifestação pública.¹⁵ Alguns meses mais tarde, em setembro, através das páginas de *A Classe Operária*, o partido e a Confederação Geral do Trabalho do Brasil convocaram os trabalhadores a participarem dos desfiles de protesto contra o desemprego, a miséria e a fome, marcados para os dias 3 e 24 de outubro, datas das comemorações do primeiro aniversário da vitória do movimento da Aliança Liberal.¹⁶

A CGTB esteve igualmente envolvida em uma tentativa de greve dos gráficos, em 1932. Cinco operários haviam ficado feridos no ataque ao jornal *Correio da Manhã* e, como protesto, inúmeros gráficos declararam-se em greve. Contudo, o movimento não foi adiante, devido, segundo *A Classe Operária*, à traição dos trotskistas da União dos Trabalhadores Gráficos e dos reformistas da União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. Ainda de acordo com o jornal, os feridos e seus

¹⁴ - Dulles, *op. cit.*, págs. 368-370. O jornal *A Esquerda*, que apoiava o recém instalado Governo Provisório, afirmou, em sua edição do dia 19/01, que nos boletins distribuídos pelos comunistas “era solicitado o comparecimento dos manifestantes devidamente armados.”

¹⁵ - Idem, pág. 384.

¹⁶ - *A Classe Operária*, 30/09/1931. Não encontrei posteriormente qualquer referência que indique se os desfiles foram de fato realizados.

familiares não haviam recebido, até aquele momento, qualquer indenização.¹⁷

Pode-se perceber que a maior parte das tentativas citadas dos comunistas de levar a efeito manifestações e greves fracassou e, basicamente, pelo mesmo motivo: a interferência da Polícia. Desde a República Velha este órgão possuía entre suas funções servir como instrumento do governo no controle das camadas mais baixas da população e na repressão das correntes políticas de oposição e do movimento operário. Os principais métodos utilizados pelos governos republicanos foram a prisão sumária, o desterro para a colônia de Clevelândia e a decretação de leis de exceção. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, a legislação de exceção da República Velha precedeu e preparou a instalação do estado de exceção, após 1930.¹⁸

O governo Vargas intensificou e especializou a ação repressiva, tornando-se a Polícia, em pouco tempo, um dos pilares de sustentação do novo regime. De modo geral, os alvos desta ação continuaram os mesmos. Contudo, de todas as correntes ideológicas do movimento operário, a que sofreu uma perseguição mais constante foi o comunismo.

No dia 29 de outubro de 1930, poucos dias, portanto, depois da vitória do movimento da Aliança Liberal, as autoridades policiais já debatiam entre si as primeiras providências que deveriam ser tomadas no sentido de abafar o “surto” comunista. Cogitava-se a criação de uma seção especial de investigadores que disporiam de caminhões blindados, “a fim de acorrer com segurança e rapidez aos lugares em que esteja sendo necessária a sua atuação.”¹⁹

Além da proibição de manifestações, a Polícia também fazia uso de outros

¹⁷ - *A Classe Operária*, 10/03/1932. Este jornal era o órgão oficial do PCB.

¹⁸ - Pinheiro, *op. cit.*, pág. 87. Para maiores detalhes da prática policial durante a República Velha, ver, de Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997 e *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997; e Berenice Cavalcante Brandão, Ilmar Rohloff de Mattos e Maria Alice Resende de Carvalho. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/ RJ, Série Estudos número 4, 1981.

¹⁹ - *A Esquerda*, 29/10/1930.

meios para coibir a ação dos comunistas. Um deles era o fechamento de estabelecimentos gráficos acusados de imprimirem material “subversivo”. Somente no ano de 1931 três estabelecimentos deste tipo foram fechados na cidade. Como a distribuição de parte deste material, principalmente os livros, dependia da colaboração de editores e livreiros, o Departamento de Imprensa e Publicidade planejou entrar em entendimento com estes últimos para que, à semelhança do que já era feito na Itália, fossem definidas quais as obras comunistas que poderiam ser postas à venda. Assim, a Polícia passaria a dar buscas somente quando houvesse publicação clandestina.²⁰

Os jornais comunistas constituíam, desde os primeiros anos da década de 1930, um dos poucos espaços de denúncia da ação repressiva da Polícia. Através de suas páginas descortinam-se repetidamente os inúmeros casos de violência contra os comunistas, entre os quais os desaparecimentos e os assassinatos de vários militantes, como, por exemplo, os de Ayres e Alencar, no ano de 1931, e de Tobias Warschavsky e Deicola dos Santos, em 1934.²¹

Nestes jornais surgiam também denúncias de que a Polícia freqüentemente procurava culpar os próprios militantes do Partido Comunista pelos assassinatos. De fato, vários inquéritos policiais foram conduzidos no sentido de atribuir os crimes a brigas internas do Partido. Em setembro de 1940, um inquérito foi instalado para apurar a tentativa de homicídio sofrida pelo ex-militante comunista Bernardino Pinto no mês de agosto de 1935. Em seu depoimento, Pinto acusou dois antigos companheiros de militância, Manoel Rodrigues Bonfim e Luiz Cupello Calônio, como os responsáveis pelo crime. Presos pela Polícia, ambos acabaram admitindo a culpa, mas alegaram em sua defesa que estavam apenas cumprindo as ordens de Honório de Freitas Guimarães,

²⁰ - *A Esquerda*, 23/01/1931 e *Diário da Noite*, 22/05/1931.

²¹ - *A Classe Operária*, 16/01/1932; *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 08/03/1932 e *O Jovem Proletário*, novembro/1934. No primeiro jornal afirmou-se que mais de 3.000 chauffeurs acompanharam o enterro de seu colega Ayres e que cerca de 30 haviam entrado no PCB.

na época membro da direção do diretório regional do Rio de Janeiro. Como já se encontrava preso, à disposição do Tribunal de Segurança Nacional, Honório foi levado então à presença do delegado que conduzia o inquérito. Segundo este militante, os dirigentes do partido decidiram assassinar Bernardino porque haviam obtido várias provas de sua falta de “sinceridade comunista” e de sua colaboração com a Polícia.²²

Já no inquérito que averiguou, no ano seguinte, vários assassinatos ocorridos na cidade, a Polícia, além de chegar à conclusão de que todos foram cometidos por militantes comunistas, chegou mesmo a afirmar a existência de um “Tribunal Vermelho”, dentro do Partido, ao qual caberia determinar as penas, aqui incluindo logicamente o assassinato, que deveriam ser impostas a qualquer pessoa que ameaçasse a causa.²³

Outra ação repressiva bastante comum consistia na prisão sumária de militantes, que eram enviados freqüentemente sem julgamento - e, às vezes, até sem formalização de culpa - para os terríveis presídios. Nestes, eles sofriam toda a sorte de privações, como a falta de higiene, a péssima alimentação, a superlotação e as torturas. Sem o menor constrangimento ou pudor, o governo não hesitava em mandar também mulheres para estes verdadeiros infernos.²⁴

No caso dos militantes estrangeiros, o governo possuía em mãos mais outra arma: a lei de expulsão. Em geral, nos primeiros anos da década de 1930, após a investigação das atividades do militante e a sua prisão o Chefe de Polícia requeria ao Ministro da Justiça a expulsão do “perigoso elemento”, conforme previa a Constituição Federal. A maior parte dos pedidos era aceita.²⁵

²² - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Inquéritos, Pasta 4. Não há nos documentos qualquer indicação sobre o tempo de permanência dos acusados na prisão.

²³ - Relatório Estatístico do Serviço Reservado, 1941. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-F.

²⁴ - *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 08/03/1932.

²⁵ - Encontram-se no Arquivo Nacional dezenas de processos de expulsão de “subversivos” estrangeiros, entre os quais, por exemplo, o espanhol Benigno Costal e o polonês Mauricio Berman, ambos expulsos em 1932. Ver

A conjuntura social e política do país sofreu grandes inflexões nos anos de 1934 e 1935. As eleições para a Assembléia Constituinte, em 1933, representaram o início de uma fase de abrandamento do regime ditatorial de Vargas. A campanha da Constituinte acabou contagiando o meio sindical e a cláusula da Lei de Sindicalização que proibia a propaganda, nas sedes sindicais, de candidaturas estranhas aos sindicatos foi muitas vezes ignorada.²⁶ Houve um relaxamento na censura aos jornais, que passaram a emitir com frequência críticas ao governo. Aliás, a insatisfação com os rumos tomados por este último grassava entre amplos setores sociais, tanto civis quanto militares, abalando o equilíbrio das forças que apoiavam Vargas.

O número de greves operárias cresceu significativamente nestes anos, contribuindo, desta forma, para o quadro de agitação que predominava na cidade e em todo o país. Inúmeras categorias profissionais, entre elas os gráficos, marítimos, ferroviários, padeiros, marceneiros e bancários, reivindicaram através das greves a satisfação de suas necessidades básicas e a ampliação de seus direitos. Segundo Anita Prestes, o crescimento do movimento grevista assustou tanto o governo quanto as oposições.²⁷ De acordo com outra autora, este crescimento desencadeou uma forte repressão governamental, que visava criar o clima propício à aprovação de uma lei de segurança nacional, o que ocorreu efetivamente no início de 1935.²⁸

Providências mais enérgicas para o controle das correntes “subversivas” e, por tabela, das manifestações dos trabalhadores vinham sendo requeridas, com insistência, pela opinião pública conservadora desde o início da década.²⁹ Era extremamente comum a identificação daquelas correntes como as provocadoras da

código II6 401.

²⁶ - Dulles, *op. cit.*, pág. 407.

²⁷ - Anita Leocádia Prestes. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Vozes, 1997, pág. 31.

²⁸ - Vianna, *op. cit.*, pág. 99.

²⁹ - Ver a esse respeito, por exemplo, o editorial do jornal *A Esquerda* de 20/07/1931.

agitação entre os trabalhadores que, em geral, possuíam uma natureza ordeira e pacífica. Esta agitação seria apenas uma fase do processo de instalação, no país, de um regime comunista. Com a intensificação das greves, o alarmismo em torno da “ameaça vermelha” tornou-se ainda mais veemente, com freqüentes denúncias da ação de agitadores estrangeiros pagos por agências internacionais - o que, na realidade, constituía mais uma referência ao mito dos agentes internacionais que, subsidiados pelo “ouro de Moscou”, espalhavam as sementes da desordem e do caos.

“Os fatos que se desenrolaram ontem, na Central, em cujas oficinas se verificou uma tentativa de greve, confirmam as suspeitas sobre a existência de uma fermentação sediciosa nos meios operários, promovida por elementos exploradores das classes laboriosas, os quais atuam, incontestavelmente, como agentes de associações secretas, internacionais. Cumpre que a polícia multiplique a sua atividade preventiva e desse modo de agir resultarão, sem dúvida, os fundamentos legais para executar a lei de expulsão.

O que se fizer, nesse sentido, está nos moldes constitucionais, pois a lei básica manda pôr fora das fronteiras os indivíduos indesejáveis, como perturbadores da ordem pública e da estabilidade social. A greve pode ser um recurso tolerado de protesto e reivindicação, como na maioria dos casos apenas serve de pretexto para veicular doutrinas terroristas. Na distinção rápida e sumária entre a honestidade do primeiro e a mistificação do segundo, caso é que deve constituir a habilidade policial.”³⁰

O desenvolvimento do movimento antifascista, que paulatinamente reuniu em torno de si vários setores sociais descontentes com o governo Vargas, revelou-se um

³⁰ - *Correio da Manhã*, 06/09/1934. Desde a República Velha a opinião pública conservadora vinha defendendo a idéia da boa índole da classe trabalhadora brasileira e criticando a influência negativa das várias correntes do movimento operário. Luciana Barbosa Arêas. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996.

elemento de grande impacto no quadro político e social. Um dos marcos iniciais deste desenvolvimento foi a criação em 1933, pelos comunistas, do Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo. No dia 23 de agosto de 1934 foi realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, antecedido por uma passeata de dez mil pessoas. Contudo, ele foi encerrado prematuramente pela Polícia, que chegou a atirar contra os manifestantes. A violência policial provocou os protestos até de pessoas não envolvidas com os comunistas, como foi o caso do editor do jornal *O Homem Livre*, Hamilton Barata.³¹ Segundo Anita Prestes, mesmo com a intensa repressão policial houve uma mobilização impressionante e inédita em torno das bandeiras do Comitê.³²

As ações violentas da Polícia acabaram chamando a atenção também dos membros do Poder Legislativo. Vários parlamentares enviaram requerimentos à Chefia de Polícia e ao Ministério da Justiça, solicitando esclarecimentos e informações sobre medidas tomadas por aquele órgão. Em geral os requerimentos eram respondidos pelo próprio Chefe de Polícia, Filinto Müller, o qual não escondia a sua irritação com aquelas tentativas de interferência e controle sobre o seu trabalho.³³

Devido ao crescimento, no final de 1934, da violência policial e do número de choques entre os antifascistas e os integralistas, foi criada a Comissão Jurídica e Popular de Inquérito, cujo objetivo era apurar os casos de desaparecimento de militantes antifascistas e de atos violentos praticados pelos integralistas e pela Polícia. A Comissão recebeu a adesão de advogados, políticos, estudantes, militares, jornalistas

³¹ - *O Homem Livre*, 01/09/1934.

³² - Prestes, *op. cit.*, págs. 52-56.

³³ - Em 26/12/1934 a Secretaria da Câmara dos Deputados enviou ao Ministro da Justiça um requerimento, assinado pelo deputado Acyr Medeiros, solicitando informações sobre a razão da prisão do diretor e do subgerente do jornal *Avante*. Filinto Müller respondeu que ambos foram detidos quando colavam, nas paredes do Ministério da Marinha, números do jornal “em que se estampavam notícias de caráter subversivo.” Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, Caixas 75 e 76.

e trabalhadores, além de várias organizações antifascistas de todo o país.³⁴ A Polícia agiu com rigor sobre a entidade, proibindo suas reuniões, prendendo seus membros e dissolvendo à bala seus comícios.³⁵

A Comissão constituiu o núcleo central da Aliança Nacional Libertadora (ANL), formada no início de 1935. De acordo com Anita Prestes, o nome e o prestígio de Prestes foram os fatores de unidade dos diversos setores sociais em torno da Aliança. Também foi devido ao aval concedido por Prestes que o programa da ANL alcançou grande repercussão na opinião pública.³⁶ Um ponto destacado por praticamente todos os autores lidos é o de que a ANL alcançou um êxito considerável no seu curto período de vida, conseguindo realmente realizar um amplo recrutamento entre as camadas mais baixas da população.³⁷ Em pouco tempo a Aliança transformou-se na maior frente antifascista do país, com núcleos fundados por todo o território. O seu crescimento - e, principalmente, a adesão dos militares - assustou o governo, que passou a utilizar a Lei de Segurança Nacional (promulgada em abril de 1935) contra o movimento popular.³⁸

Trotskistas e anarquistas apoiaram a ANL, mas os comunistas eram a corrente do movimento operário de maior peso dentro da organização. Os comunistas e os antigos tenentes representavam as duas principais forças da ANL. Os primeiros haviam decidido tomar parte da frente única antifascista apenas no início de 1935, quando os fatores conjunturais os levaram a perceber a necessidade da frente.³⁹ Além disso, a política seguida pelo PCB, de apenas admitir alianças com o operariado e o campesinato, vinha sendo revista. Isto devia-se principalmente ao fato de que, com a

³⁴ - Prestes, *op. cit.*, págs. 59-60.

³⁵ - *O Preso Proletário*, fevereiro/1935.

³⁶ - Prestes, *op. cit.*, págs. 42 e 72.

³⁷ - Esta é a opinião, dentre outros, de Paulo Sérgio Pinheiro, Marly Vianna, Marcus Ianoni, John Dulles e Anita Prestes.

³⁸ - Vianna, *op. cit.*, pág. 128 e Pinheiro, *op. cit.*, pág. 272.

³⁹ - Prestes, *op. cit.*, pág. 62.

ascensão do fascismo a partir de 1934, a IC alterou a tática defendida, da “classe contra classe” para a das frentes populares contra o fascismo. A adoção desta tática ampliou o leque de alianças do PCB, ao mesmo tempo em que modificava a sua concepção da revolução agrária e antiimperialista, que passou a ser definida como uma revolução nacional libertadora.⁴⁰

Os reflexos da nova política do PCB podem ser percebidos em sua atuação no meio sindical. A direção do partido decidiu intensificar a cooperação com os sindicatos reconhecidos, a fim de afastá-los da influência do governo e garantir paralelamente o controle sobre os mesmos. Em 1934 o partido efetuou uma série de convenções de sindicatos locais com o objetivo de preparar um congresso de unidade sindical, realizado em maio de 1935 no Rio de Janeiro, durante o qual foi formada a Confederação Sindical Unitária do Brasil.⁴¹

A atividade da Confederação teve um papel importante na ampliação do entusiasmo pela ANL entre os sindicatos e os trabalhadores. Unidos nos sindicatos ou em grupos isolados, como a Coligação dos Ferroviários da Central do Brasil⁴², os trabalhadores aderiram em grande número à Aliança, tornando-se um ponto fundamental de apoio da organização. A adesão de uma parcela significativa dos sindicatos e dos trabalhadores cariocas à ANL pode ser comprovada por, pelo menos, dois dados. Um é o fato de que, na véspera do comício monstro da Aliança - marcado para o dia 5 de julho de 1935 - o governo, pretendendo criar um clima de insegurança e medo, ordenou que a polícia política invadisse vários sindicatos, dentre eles o dos Bancários, o dos Marceneiros, o dos Trabalhadores em Transportes Mecânicos e a

⁴⁰ - Ianoni, *op. cit.*, págs. 57 e 65; e Pinheiro, *op. cit.*, pág. 291.

⁴¹ - Dulles, *op. cit.*, pág. 417 e Ronald Chilcote. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, pág. 77. Em abril de 1934, o grupo classista e a oposição, formados principalmente por comunistas, da União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres lançaram um manifesto no qual propunham a constituição de um sindicato único para a categoria, mas fora da influência do Ministério do Trabalho. *A Voz da Classe*, 07/04/1934.

⁴² - *A Pátria*, 21/04/1935.

União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, e prendesse os trabalhadores que lá estivessem.⁴³ Acredito que o governo pretendia, com essa decisão, atingir um ponto importante da ANL e, assim, instabilizá-la.

O outro dado é fornecido por um relatório da Seção de Segurança Social da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), escrito no dia 22 de novembro de 1935, véspera, portanto, da eclosão do levante em Natal. A maior parte do relatório aborda os meios utilizados pelos aliancistas e pelos comunistas para continuar a propaganda do programa da ANL após o fechamento desta.

“Outra propaganda nociva ao regime é a que se faz na imprensa, representada pela ‘A MARCHA’, ‘O HOMEM LIVRE’ e ‘A MANHÃ’ jornais que são verdadeiros órgãos do extremismo, tal a doutrina subversiva que ocupa as suas colunas.

Esse sistema de propaganda, refletindo os princípios da ‘ANL’ lança no meio operário verdadeira confusão, predispondo-lhe o ânimo para a dissolução.

Dai a influência que já se faz sentir nos Sindicatos, onde a ordem e o respeito à lei se vêm relegando para um plano secundário.

Referimo-nos, às Sociedades de Classe que seguem a orientação governamental; porque outras há integradas nos princípios ‘aliancistas’ que, de há muito, se converteram em parcelas do Partido Comunista, tendo à frente a CONFEDERAÇÃO SINDICAL UNITÁRIA DO BRASIL, órgão supremo da doutrina soviética nas classes trabalhistas.”⁴⁴

⁴³ - *A Manhã*, 05/07 e 06/07/1935. O comício estava planejado para o recinto da Feira de Amostras. Contudo, à última hora, e sob pressão policial, o prefeito Pedro Ernesto negou a cessão do local. O comício acabou sendo realizado na sede da ANL.

⁴⁴ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-F. O delegado cita sete entidades que estariam sob a influência dos comunistas: União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal; Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes Anexas; União dos Trabalhadores em Padarias; Sindicato dos Caixeiros de Padarias do Distrito Federal; Sindicato Brasileiro dos Bancários; Federação Nacional dos Bancários; e Aliança dos Trabalhadores em Transportes Mecânicos. Destas, apenas as duas últimas não eram entidades oficiais, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Note-se ainda que pelo menos quatro destas entidades foram invadidas pela Polícia na véspera do comício da ANL.

Em 11 de julho de 1935 o governo fechou a ANL, usando como justificativa um manifesto escrito por Luiz Carlos Prestes, presidente honorário da entidade, no qual ele defendia abertamente a insurreição armada como forma de derrubada do regime. Ao contrário do que era esperado, a população da cidade assistiu passiva à concretização da medida arbitrária. A pequena reação esboçada resumiu-se a uma tentativa de comício, que não foi permitido pela Polícia,⁴⁵ e a uma greve dos gráficos, que também fracassou.⁴⁶ Os aliancistas acreditavam que os trabalhadores reagiriam ao fechamento da organização com uma greve geral, o que não aconteceu. Mas, como explicar esta inércia por parte de uma população que havia demonstrado tanto entusiasmo em relação à Aliança? Segundo Anita Prestes, a ANL falhou justamente na mobilização dos setores populares.⁴⁷ Já Marly Vianna acredita que esta entidade conseguira mobilizar o povo e colocar muita gente nas ruas, mas eram protestos imediatistas, sem qualquer atitude consciente. Além disso, ela teria entusiasmado principalmente as camadas médias urbanas, que apresentavam um comportamento de fácil radicalização e freqüente inconseqüência.⁴⁸

O fato é que os comunistas realmente conseguiram assumir o controle de alguns sindicatos, como foi demonstrado acima, e atrair para a ANL um número significativo de trabalhadores. Contudo, eles não fizeram, paralelamente, um esforço de arregimentação e preparação destes trabalhadores para as situações adversas que poderiam surgir. Quando a reação governamental fez-se sentir de forma inclemente, os trabalhadores ficaram perdidos, sem saber o que deveriam fazer. Assim, todas as conquistas obtidas neste campo praticamente desapareceram devido à ausência de uma orientação mais adequada à realidade daquele momento.

⁴⁵ - Dulles, *op. cit.*, pág. 420.

⁴⁶ - *A Luta de Classe*, agosto/1935.

⁴⁷ - Prestes, *op. cit.*, pág. 122.

⁴⁸ - Vianna, *op. cit.*, pág. 147.

Após o seu fechamento, a ANL enfraqueceu-se bastante. Os comunistas, então, assumiram a direção dos poucos núcleos que ainda restavam, passando a ser mais constantes os apelos à insurreição armada. O uso da via militar como solução para as crises sociais e políticas fazia parte da tradição política do país, como haviam demonstrado as revoltas tenentistas de 1922, 1924 e 1930. Ao mesmo tempo, tanto a IC quanto o PCB acreditavam que a insurreição armada, inspirada no modelo da revolução bolchevique, constituía a melhor saída para o caso brasileiro. Estas duas concepções, a do golpe de Estado, de intervenção saneadora de grupos militares, e a da insurreição armada, baseada na revolução soviética, fundiram-se na rebelião que então planejava-se.⁴⁹

Os comunistas interpretaram inúmeros acontecimentos e movimentos ocorridos naqueles anos como indícios de que as “massas” estavam passando por um processo de crescente radicalização, caminhando, portanto, a passos firmes em direção à revolução. Assim, o aumento no número de greves operárias⁵⁰, o desenvolvimento de lutas no campo, como o cangaço, e a presença de uma forte insatisfação nos meios militares foram alguns dos fatores que compuseram, a seus olhos, o quadro pré-revolucionário. Estas opiniões eram transmitidas à IC, que, geralmente, baseava suas decisões em relação às diversas seções nos informes que estas prestavam. Deste modo, a IC resolveu apoiar o levante no Brasil porque acreditava que a situação aqui era favorável e, por outro lado, era importante para a política externa da União Soviética, em face do seu antagonismo com os EUA, garantir um ponto de apoio na América Latina.⁵¹ Marly Vianna atribui as análises ilusórias elaboradas pelo PCB ao isolamento

⁴⁹ - Pinheiro, *op. cit.*, pág. 279. Segundo Gildo Brandão, os aliancistas e os comunistas tinham diante de si outra possibilidade além da opção insurrecional. Contudo, eles não a aproveitaram porque interpretaram erroneamente o seu caráter. Assim, a ANL trocou a ação política possível - um pequeno avanço - por uma solução redentorista. Brandão, *op. cit.*, págs. 135-136.

⁵⁰ - Ver, por exemplo, os artigos publicados na *Revista Proletária* de agosto-setembro/1934 e em *A Classe Operária* de 23/08/1934.

⁵¹ - Pinheiro, *op. cit.*, págs. 203 e 291.

em que viveu o partido durante muitos anos.

“Apesar de sua pouca expressão social, o PCB foi sempre a vítima prioritária do terrorismo legal - da polícia, dos tribunais, da truculência patronal e dos preconceitos da imprensa, - o que o forçava a permanecer quase sempre na clandestinidade. O Partido era levado a viver em torno de problemas internos que ele mesmo criava, e a realidade política do país, interpretada por parâmetros que pouco tinham a ver com ela, refletia-se de forma fantasiosa no pensamento comunista.”⁵²

Ao mesmo tempo em que superestimaram a maturidade da população em relação a um possível movimento revolucionário, os comunistas subestimaram o poder de reação do governo e das classes dominantes. Eles conseguiram convencer os tenentes aliancistas de que o momento havia chegado, obtendo, assim, aliados para seus planos insurrecionais. A despeito de alguns fatos que demonstravam que a situação não era tão favorável quanto imaginavam - como, por exemplo, a ausência de significativas manifestações de protesto quando do fechamento da ANL e os informes dos comitês regionais do partido que indicavam que a militância e a organização partidária estavam em péssima situação⁵³ - os comunistas marcaram o levante.

Não me deterei aqui no relato dos levantes, pois estes já foram detalhadamente descritos por diversos autores.⁵⁴ Concentrarei o enfoque na questão da participação popular, principalmente dos trabalhadores, nos levantes. Os insurretos

⁵² - Vianna, *op. cit.*, pág. 55.

⁵³ - Idem, pág. 169.

⁵⁴ - Entre eles Marly Vianna, Paulo Sérgio Pinheiro, John Dulles e Marcus Ianoni, já citados, além de Robert Levine. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; e William Waack. *Camaradas: os arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

esperavam que, assim que eclodisse a revolta, a população do país inteiro saísse às ruas para participar da luta, através da formação de grupos de guerrilha no campo e da organização de greves gerais e manifestações nas cidades. Contudo, de modo geral a insurreição obteve uma baixa repercussão entre a população. Dos três levantes, o do Rio Grande do Norte foi o que contou com o maior envolvimento da população, o que garantiu, em grande parte, as vitórias dos rebeldes, principalmente no interior. Em Recife esse envolvimento foi bem mais restrito. A população, em sua maioria, parecia simpática aos rebeldes, mas mesmo aquelas pessoas que chegaram a receber armas não tomaram parte nas lutas.⁵⁵

Já no Rio de Janeiro a participação popular foi mínima. O PCB não conseguiu articular o envolvimento dos operários e nem fazer irromper a esperada greve geral.⁵⁶ Posteriormente o próprio partido reconheceria que a ligação entre a luta armada e o “movimento de massas” foi parcial.⁵⁷ Um artigo do jornal *O Libertador* afirmou que no dia 27 de novembro - dia da eclosão do levante no Rio - os operários de três fábricas (Confiança, São Luiz Durão e Deodoro), além das tripulações de três navios ancorados no porto paralisaram o trabalho.⁵⁸ Pode-se perceber, portanto, que o resultado obtido ficou muito aquém das expectativas dos insurretos. A mobilização dos trabalhadores apresentou os mesmos problemas de desorganização e de falta de iniciativa que caracterizaram todos os preparativos e as deflagrações dos levantes.

⁵⁵ - Vianna, *op. cit.*, págs. 205 e 229.

⁵⁶ - Idem, pág. 263.

⁵⁷ - Em um relatório sobre o movimento revolucionário, escrito no final de maio de 1936, o Secretariado Nacional do PCB afirmou que, antes do levante, o partido possuía uma grande influência sobre as massas e os sindicatos, mas que o fato de a maioria das direções destes últimos serem governistas prejudicou a articulação do apoio popular. Além disso, reconheceu que as greves ocorridas em 1935 não tinham atingido ainda uma “potencialidade decisiva” e que a participação dos operários no levante havia sido “insignificante”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-H.

⁵⁸ - *O Libertador*, 05/02/1936. Poucos dias após o levante, a diretoria da Companhia Têxtil Brasileira (conhecida também como São Luiz Durão) enviou uma carta ao Chefe de Polícia, elogiando a “enérgica e serena atuação” do Chefe da Seção de Segurança Social da DESPS, Serafim Braga, na repressão da greve que eclodira na fábrica no dia 27 de novembro. Arquivo Privado de Filinto Müller, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas.

Mesmo após o fracasso dos levantes e o início da violenta reação governamental os comunistas mantiveram ainda por algum tempo a esperança de que o movimento revolucionário ganhasse novo impulso. Nas avaliações feitas por vários comunistas, dentre eles o próprio Prestes, foram enfatizados apenas os pontos positivos da revolta, como, por exemplo, ter sido a primeira vez que o PCB havia participado de uma luta armada ao lado de outras forças sociais.⁵⁹ Para os comunistas a revolta não obteve êxito devido à precipitação dos rebeldes do Nordeste - já que o restante do país ainda não estava preparado para acompanhar o movimento⁶⁰ - mas, de qualquer modo, ela representava a primeira batalha da grande luta revolucionária que, depois de refazer-se da derrota momentânea, continuaria em seu caminho rumo à vitória.

“Feriram-se os primeiros combates pela emancipação do Brasil e de seu povo. A Revolução Nacional Libertadora está em marcha, e, corrigindo as primeiras debilidades, sua torrente impetuosa rola contra as últimas escoras da dominação dos seculares escravizadores e saqueadores do povo brasileiro.

Avolumada pelas lutas de massas - as greves do proletariado, as lutas camponesas e populares por melhores condições de vida - a Revolução não será detida pelo sítio, pelos estados de guerra, penas de morte e todos os arreganhos dos imperialistas e seu governo de traição nacional.

Está em mãos do povo a arma que decidirá, no mais curto prazo, dos próximos e decisivos combates: - a preparação e o desencadeamento em cada empresa, bairro, quartel, navio, porto, escola, vilas e cidades do interior, nas lavouras nas fazendas e em todo

⁵⁹ - Vianna, *op. cit.*, págs. 277-280 e Pinheiro, *op. cit.*, pág. 317. Em um panfleto distribuído pouco depois do levante, Prestes afirmou que os libertadores de todo o país haviam passado pela etapa dos movimentos espontâneos e desorganizados na marcha “para a frente no caminho árduo da Revolução.” Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 130.

⁶⁰ - O delegado que conduziu o inquérito policial sobre o levante, Eurico Bellens Porto, também acreditava que as proporções e conseqüências da revolta teriam sido bem maiores se não tivesse ocorrido “a precipitação dos acontecimentos do Nordeste”. Eurico Bellens Porto. *A insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.

o campo, de numerosas lutas parciais pelas reivindicações imediatas das massas proletárias e populares. Da ampliação dessas lutas, de sua ligação com o movimento nacional-revolucionário, da fraternização das forças armadas com os grevistas e lutadores populares, é de que está dependendo a vitória da causa libertadora.”⁶¹

Uma vez mais o tempo provou como os comunistas estavam equivocados. A população não se organizou e nem manifestou seu apoio à revolução. Além disso, o governo foi extremamente eficiente no desmantelamento de qualquer movimento de oposição. A “grande luta revolucionária” permaneceu então resumida às três tentativas de 1935.

b) Os anos da reação: 1936-1945

A violenta reação governamental que se seguiu aos levantes atingiu em cheio comunistas e aliancistas. Protegido pelas prerrogativas garantidas pelo estado de sítio, aprovado no dia 25 de novembro de 1935, o regime fez um intenso uso dos vários instrumentos repressivos que possuía em mãos. Centenas de pessoas - incluindo militantes e simpatizantes comunistas e aliancistas, além de seus parentes e amigos - foram presas. Bastava uma leve suspeita sobre a pessoa, ou uma denúncia, para que ela perdesse sua liberdade. O Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, aproveitou o pretexto da repressão política para “limpar” a cidade dos criminosos comuns, apresentando como justificativa o argumento de que estes poderiam ser usados em novas insurreições ou aproveitarem a confusão provocada por estas para praticarem seus crimes.⁶²

⁶¹ - *O Libertador*, janeiro/1936.

⁶² - Carta de Filinto Müller a Vargas, 18/06/1937. Arquivo Privado de Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

Os casos de desaparecimento e assassinato, antes praticamente restritos aos militantes de esquerda, passaram a abarcar também políticos e militares. As medidas propriamente policiais eram acompanhadas por uma ampla campanha ideológica anti-comunista. Atribuía-se aos seguidores do “credo vermelho” a responsabilidade por vários crimes e explosões, pelo planejamento de novas insurreições e pela ocorrência de atos de violência durante os levantes de 1935.⁶³

Desta forma, a grande onda repressiva encobriu diversos segmentos sociais, criando em todo o país um clima de tensão e insegurança. Destes segmentos, um dos que mais mereceu atenção do governo foi o dos trabalhadores e suas associações. A reação dos sindicatos à ampliação do controle governamental variou bastante. Existiram alguns que protestaram e resistiram às novas medidas tomadas, como, por exemplo, a União dos Empregados no Comércio. Em telegrama enviado a Vargas no início de dezembro de 1935, esta associação solicitou providências contra as modificações que seriam introduzidas na Lei de Segurança Nacional. Argumentava que os empregadores poderiam passar a despedir seus empregados sob acusações falsas de serem comunistas apenas para não pagarem as indenizações previstas nas leis trabalhistas.⁶⁴

Já outros sindicatos tornaram-se rapidamente aliados do governo no seu trabalho de desarticulação do movimento comunista. As diretorias destes sindicatos começaram a vigiar atentamente as atividades dos seus associados, excluindo espontaneamente dos seus quadros aqueles que apresentavam atitudes suspeitas. Em maio de 1936, por exemplo, a União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro

⁶³ - Entre os documentos da DESPS encontra-se uma tradução, feita pela Polícia, de um artigo de Paulo de Lacerda publicado na *La Correspondance Internationale* (uma publicação da IC), no qual denunciou a campanha anti-comunista do governo. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 130. A propaganda já vinha sendo usada pela Polícia como meio de combate ao comunismo desde o início da década de 1930. Em junho de 1933, por exemplo, o Secretário do Chefe de Polícia enviou uma carta ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, agradecendo a cessão de uma das salas da Associação para a realização de uma série de conferências anti-comunistas. Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁶⁴ - Arquivo Nacional, Fundo da Secretaria da Presidência da República, Lata 8.

expulsou oito sócios, “já conhecidos como elementos perturbadores da ordem e propagandistas de idéias extremistas pelas autoridades competentes.” No final da carta em que comunicava ao Ministro da Justiça a decisão, a União afirmou que sempre havia respeitado as autoridades constituídas e que, portanto, “não podia no momento presente, em face da gravidade da situação, deixar de reiterar o seu apoio tanto mais quando se trata do interesse vital da Nação.”⁶⁵

A campanha contra a presença do comunismo entre os trabalhadores contou também com o apoio dos empresários. No final de outubro de 1937 foi realizada uma reunião entre o Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, e os presidentes dos sindicatos patronais do Rio de Janeiro com o objetivo de intensificar, nos estabelecimentos industriais e comerciais, a propaganda contra o comunismo. Os empregadores comprometeram-se a adotar as seguintes medidas:

“Preleções diárias de cinco a dez minutos, na primeira hora do trabalho, feitas alternadamente pelos gerentes, chefes de seção e operários, preleções de propaganda contra o comunismo e de exaltação dos deveres cívicos do cidadão;

afixação de cartazes nas principais dependências das fábricas e dos estabelecimentos comerciais;

distribuição de livros, brochuras, boletins, revistas e publicações outras de propaganda contra o comunismo, e

entendimento entre os patrões e os operários para a organização das horas livres e das férias, proporcionando-se aos trabalhadores nesse tempo, palestras de caráter educativo e patriótico.”⁶⁶

Pode-se perceber que as medidas propostas procuravam envolver ao máximo

⁶⁵ - Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, Caixa 76.

⁶⁶ - *Correio da Manhã*, 26/10/1937.

os próprios trabalhadores na campanha, a fim de que esta se tornasse mais simpática e menos agressiva aos olhos do público alvo.

Na mesma reunião foi decidida a organização de uma comissão de propaganda contra o comunismo, formada por funcionários do Ministério do Trabalho e membros do Departamento Nacional do Trabalho.⁶⁷ Pouco tempo depois - e, provavelmente, sob o patrocínio da nova comissão - o Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil realizou uma viagem de propaganda anti-comunista a Minas Gerais. Nos comícios levados a efeito em várias cidades procurou-se também defender o Estado Novo, recém criado por Vargas.⁶⁸

Também foram criadas outras comissões que tinham por objetivo atacar os comunistas, tais como a Comissão Especial de Combate ao Extremismo, que agiria no âmbito militar, e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, no plano civil. Entre as funções desta última estavam a apreensão e a destruição de edições ou publicações da imprensa que propagandassem “idéias subversivas” e a confecção de listagens com os nomes dos comunistas que deveriam ser presos.⁶⁹ Apesar de seu grande poder, a Comissão não teve uma vida muito longa, pois em dezembro de 1937 ela já se encontrava extinta.

A repressão governamental desmantelou totalmente o PCB. Seus quadros foram bastante reduzidos, pois a maioria dos militantes, principalmente os que faziam parte da direção, estavam presos. Entre 1939 e 1943 o partido chegou a ficar sem uma direção nacional.⁷⁰ Apesar de todas as dificuldades, entre elas a rigorosa vigilância da Polícia, os poucos militantes que restaram conseguiram manter várias atividades. Em

⁶⁷ - *Correio da Manhã*, 26/10/1937.

⁶⁸ - Telegrama enviado pelo Sindicato Unitivo Ferroviário a Vargas, 11/12/1937. Arquivo Nacional, Fundo da Secretaria da Presidência da República, Lata 9.

⁶⁹ - Instruções do Ministro da Justiça para o funcionamento da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, 18/01/1936. Arquivo Privado de Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁷⁰ - Chilcote, *op. cit.*, págs 87-88; Ianoni, *op. cit.*, pág. 78 e Eduardo Dias. *Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário, 1934, 1951*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pág. 42.

maio de 1939 a Polícia investigou as “ações subversivas” de três marceneiros, Ildefonso Byron, Izaías Reis de Carvalho e Manoel dos Santos. Em seu depoimento, Ildefonso afirmou que fora procurado na oficina onde trabalhava por um militante comunista chamado Fuão Correa. Este lhe propôs a missão de correr entre seus companheiros uma lista de auxílio às famílias dos presos comunistas, e Ildefonso aceitou. Fuão posteriormente encarregou Ildefonso da distribuição de boletins e da subscrição de outras listas. Entre os companheiros para os quais Ildefonso entregou os boletins estavam Izaías e Manoel.⁷¹

Ao que tudo indica, o “material subversivo” continuou a ser espalhado pela cidade com uma certa regularidade, pois alguns meses depois deste inquérito a Polícia estava às voltas com boletins, panfletos e revistas que haviam surgido em vários bairros. Segundo o Delegado da DESPS, a investigação levou à apreensão, em uma casa do subúrbio, de grande quantidade de material de propaganda, um mimeógrafo, uma máquina de escrever, armas automáticas e munição. Provavelmente esta menção às armas representou um exagero do Delegado, pois alguns antigos militantes, como Leôncio Basbaum, relataram que sempre houve dificuldades para o partido adquirir este tipo de material.⁷²

De acordo com a Seção de Segurança Social da DESPS, somente no ano de 1940 foram apreendidos 13.510 boletins subversivos. Nos anos seguintes, o número de apreensões sofreu um declínio acentuado: 500 em 1941 e 6 em 1942.⁷³ Se estes números estiverem corretos, eles demonstram que os militantes das correntes de esquerda do movimento operário mantiveram, pelo menos até 1941, uma parcela

⁷¹ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 6. Não há nos documentos qualquer indicação sobre o tempo de permanência dos acusados na prisão.

⁷² - Basbaum, *op. cit.*, e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 6. Novamente não há indicação sobre o que aconteceu com os acusados.

⁷³ - Relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS, 1940 a 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59 e Fundo Administração, Pastas 1-I e 1-H.

significativa da resistência aos rumos políticos impostos pelo Estado. Assim, estes militantes ajudaram a conservar a presença do espírito de crítica e de oposição no seio da sociedade, apesar de todas as condições adversas vigentes - como a repressão policial, a desarticulação dos grupos dirigentes e o risco de denúncias.

Nos documentos policiais existem ainda referências a outro problema que preocupava sobremaneira o órgão. De acordo com estes documentos, devido à intensa vigilância, os comunistas não podiam utilizar livremente suas formas tradicionais de propaganda. Eles passaram então a empregar novos métodos, mais discretos do que os anteriores, e quase imperceptíveis para a sociedade em geral, que chegou a acreditar que a ameaça comunista havia desaparecido totalmente. Em consequência, o trabalho da Polícia tornou-se redobrado, pois era muito mais difícil controlar essa propaganda insidiosa e sub-reptícia. Alguns dos novos métodos identificados consistiam, por exemplo, em evitar a menção do nome do PCB e da palavra comunismo. Além disso, os militantes procuravam convencer as autoridades da inatividade do partido.⁷⁴

Ainda segundo a Polícia, com a entrada da União Soviética na II Guerra, os comunistas passaram a camuflar-se sob a capa de democratas e antifascistas, disfarçando sua propaganda nas entrelinhas de seu discurso de apoio aos aliados. Eles igualmente teriam se infiltrado em organizações aparentemente neutras, como a Sociedade de Amigos da América e a União Nacional dos Estudantes, com o objetivo de ludibriar a vigilância policial.⁷⁵

Estas concepções acerca dos novos métodos da propaganda comunista também eram expressadas com frequência pela opinião pública conservadora. Procurava-se alertar a sociedade de que o perigo comunista não havia cessado

⁷⁴ - Dossiê sobre a organização do Gabinete Técnico do DOPS do Estado do Rio de Janeiro, 1940. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1.

⁷⁵ - Relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, 31/12/1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-I.

completamente, já que ele apenas revestira-se com uma aparência diferente. Todas as classes conservadoras deveriam auxiliar o governo no controle desses elementos desestabilizadores da ordem e da civilização.

“Não basta prender os agentes de propaganda direta e os organizadores de atentados e golpes subversivos. De importância não muito menor é a repressão da propaganda comunista que se faz insidiosamente, por meio de publicações aparentemente inócuas ou pelos múltiplos processos ao alcance de marxistas, que exercem funções incompatíveis com as suas idéias e com a sua atitude íntima em relação ao Estado Nacional.

(...).

A propósito da repressão do comunismo e das suas atividades anti-sociais, é oportuno focalizar também certos truques que os bolchevistas estão empregando na sua campanha anti-nacionalista. Entre tais truques deve ser particularmente assinalado o emprego do pacifismo, como disfarce para uma propaganda sub-reptícia de anti-militarismo. Explorando o sentimentalismo dos que se embalam com utopias, os agentes comunistas estão insidiosamente aproveitando os episódios da guerra atual, a fim de fazerem disfarçadamente uma propaganda, cuja finalidade transparente é tornar antipáticos a carreira militar e o cumprimento dos deveres do soldado. Assim, todas as manifestações pacifistas precisam ser observadas e cuidadosamente vigiadas. (...)”⁷⁶

Portanto, mesmo totalmente desmantelado o PCB ainda preocupava bastante o governo e as classes dominantes. O processo de reorganização do partido possuiu como marco principal a Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943 em uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Berenice Cavalcante, as dificuldades

⁷⁶ - *Novas Diretrizes*, maio/1940. Outras edições da revista, como as da 1ª quinzena de dezembro de 1941 e da 1ª quinzena de março de 1942, contêm artigos do mesmo teor.

na recomposição da máquina partidária continuaram presentes mesmo após a Conferência, devido, principalmente, às divergências internas.⁷⁷

Com a sua reorganização, o partido foi retomando aos poucos suas atividades normais, entre elas a atuação no meio sindical. De acordo com o relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, neste mesmo ano de 1943 o PCB já havia obtido algumas conquistas neste setor. Através da Liga da Defesa Nacional (LDN) o partido conseguiu colocar alguns de seus membros em vários quadros de administrações sindicais. No Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, por exemplo, foi eleito para presidente João Francisco da Rocha, fichado como extremista na Polícia e com ligações com a LDN.⁷⁸

Junto com o PCB, todas as forças de oposição recuperaram, entre 1943 e 1945, grande parte de seu fôlego e encorajaram-se a voltar a fazer críticas ao regime imposto por Vargas. Este não sofria somente pressões internas, mas também externas, já que a entrada do país na guerra, ao lado dos aliados, dificultava bastante a manutenção do seu regime autoritário e favorável ao fascismo. Em consequência, Vargas foi obrigado a efetuar uma significativa abertura política no regime, o qual, no ano de 1945, já encontrava-se em seus momentos finais. A censura à imprensa foi, de modo geral, relaxada. Em abril, foi concedida anistia total a todos os presos e exilados políticos, dentre eles Prestes.

Tendo em vista as eleições marcadas para o início de dezembro, vários partidos foram fundados ou rearticulados. No mês de maio o PCB finalmente conseguiu

⁷⁷ - Berenice Cavalcante. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF, 1986, pág. 99. Basbaum, *op. cit.*, faz um relato detalhado dos preparativos da Conferência.

⁷⁸ - Relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, 31/12/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59. Até esta data o presidente ainda não havia sido empossado no cargo. O Delegado da Seção acreditava que isto não iria acontecer, pois a posse dependia da aprovação do Departamento Nacional do Trabalho, que sempre consultava a Seção acerca dos antecedentes dos candidatos à administração de sindicatos.

seu registro oficial, passando, assim, para a legalidade. Este fato foi considerado por Pedro Motta Lima - editor de um dos jornais publicados pelos comunistas, o *Tribuna Popular* - “um acontecimento político da maior transcendência, que, sem dúvida, constitui motivo de júbilo para os democratas brasileiros de diferentes setores.”⁷⁹ A legalidade facilitou sobremaneira o trabalho partidário, além de ter servido de incentivo para a filiação de dezenas de pessoas. Logicamente que este crescimento do PCB não agradou aos grupos conservadores da sociedade, que continuavam a ver com muita desconfiança as atividades daqueles “subversivos”. Tanto assim que, dois meses depois da legalização do partido, o jornalista de esquerda Hermes Lima publicou um artigo no qual denunciava a articulação de uma campanha ideológica contra os comunistas, que tinha por objetivo atirar novamente a sua organização na ilegalidade.⁸⁰

Um dos aspectos da atuação política do PCB no seu período de legalidade merece uma atenção mais demorada, devido às repercussões que ele provocou em outros setores do partido. Trata-se do apoio dado em 1945 a Vargas. Para um historiador é, no mínimo, intrigante observar pessoas que passaram por todo o tipo de dificuldades - como prisão, tortura, vida clandestina, pobreza - nas mãos de um governo começarem a manifestar opiniões de defesa deste mesmo governo. Creio que para uma melhor compreensão desta questão complexa faz-se necessário um recuo no tempo, até o início do Estado Novo.

Mesmo com o fracasso dos levantes de 1935, o PCB continuou a sustentar a idéia da constituição de uma frente nacional antifascista. Em 1937 o partido iniciou

⁷⁹ - *Tribuna Popular*, 07/06/1945.

⁸⁰ - *Diretrizes*, 26/07/1945. A Polícia também manteve boa parte da sua ação repressiva em relação aos comunistas. Em 23/11/1945 o Comitê Metropolitano do PCB enviou uma carta ao Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, protestando contra a proibição de um comício por funcionários deste Departamento. Segundo o Comitê, o próprio Departamento havia autorizado o comício. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pasta 3. Os grupos conservadores conseguiram seu intento em 1947, quando o governo - utilizando como pretexto uma entrevista de Prestes na qual ele afirmava que, no caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, ele ficaria ao lado desta última - cassou o registro do PCB. Ver, para maiores detalhes, Chilcote, *op. cit.* e Ianoni, *op. cit.*

uma mudança em sua política, passando a defender que a burguesia nacional poderia ser uma aliada contra o imperialismo e que, através do trabalho de massas, deveria-se lutar por um governo republicano-democrático que cumprisse a Constituição de 1934. Após a desarticulação, pelo governo, de uma tentativa de golpe integralista em maio de 1938, os comunistas chegaram a identificar a existência de uma “ala democrática” no interior do governo e dispuseram-se a se aliar a Vargas se este decidisse lutar contra o fascismo e o integralismo.⁸¹

Como já foi mencionado, o PCB sempre sofreu a influência da União Soviética, principalmente através da IC. Não foram poucas as vezes em que o partido modificou a sua política no esforço de adaptá-la às diretrizes enviadas de Moscou. No período da II Guerra esta subordinação tornou-se ainda mais patente. Com a assinatura, em 1939, do Pacto Germânico-Soviético o PCB interrompeu suas críticas à Alemanha e, por outro lado, retomou aquelas referidas a Vargas e ao Estado Novo, agora identificados como aliados dos EUA e da Inglaterra. Esta posição durou dois anos, tempo de vigência do pacto.⁸²

Com a entrada da União Soviética na guerra, ao lado dos aliados, os partidos comunistas foram orientados a colaborar com os governos nacionais no esforço de guerra, a fim de ser garantida a vitória contra o nazi-fascismo. Assim, uma das decisões da Conferência da Mantiqueira estabeleceu que a perspectiva da “união nacional” permaneceria central, mas passando a ser entendida como o apoio total ao esforço de guerra do governo brasileiro, que, a esta altura, também tinha entrado no conflito mundial. Em consequência, nenhuma crítica a Vargas ou ao regime deveria ser feita pelo partido, a fim de não desviar as atenções da luta contra o nazi-fascismo.⁸³

⁸¹ - Ianoni, *op. cit.*, págs. 73-74. Um artigo publicado em julho de 1938 em *A Classe Operária*, por exemplo, propunha a unificação dos sindicatos em uma confederação para que esta servisse de ponto de apoio do governo em sua luta contra o fascismo.

⁸² - Ianoni, *op. cit.*, pág. 77 e Chilcote, *op. cit.*, pág. 87.

⁸³ - Ianoni, *op. cit.*, págs. 80-81.

Realizando uma análise semelhante, Leôncio Basbaum afirmou que o discurso de conciliação que o partido assumiu em 1945 tinha por objetivo não atemorizar a burguesia, além de convencê-la de que os comunistas queriam ajudar na manutenção da democracia e do progresso.⁸⁴

Em suma, pode-se apontar as alterações na política externa soviética como o principal fator responsável pela adoção, pelo PCB, de uma postura de apoio ao governo, a qual passou a ser explicitada de forma mais intensa em 1945. Por outro lado, garantir a simpatia do governo e das classes dominantes tornou-se uma questão fundamental para a sobrevivência do partido, principalmente após a sua legalização. Ele tinha pela frente a tarefa de quebrar a resistência profundamente arraigada destes setores e que, como denunciou Hermes Lima, ainda manifestava-se com força.

Inúmeros militantes do PCB discordaram da decisão tomada pela direção, o que provocou novas divergências. Mas, como era seu hábito, a direção não levou em consideração as opiniões contrárias e passou a orientar as bases segundo a nova política abraçada. Na imprensa e nos documentos do partido, o principal argumento apresentado era o de que o governo deveria ser apoiado porque manifestara claramente seu empenho na luta contra o fascismo e no restabelecimento da democracia. Contudo, o processo de retorno do país à normalidade só poderia ser conduzido de forma satisfatória pelo povo e, para que isto acontecesse, apresentava-se como condição central a convocação de uma Assembléia Constituinte.

“Por todo o país, no clamor da praça pública, nas resoluções de entidades econômicas, políticas e culturais, no pronunciamento de personalidades ilustres, juristas, professores, congregações universitárias, no apoio entusiástico da imprensa mais identificada com a opinião, a idéia da Constituinte ganha força, assume o caráter de

⁸⁴ - Basbaum, *op. cit.*, pág. 190.

urgente aspiração nacional. Sobre as resistências de corrilhos, a incompreensão de pequenos grupos ainda não esclarecidos ou os propósitos de sabotagem anti-democrática, prevalecerá a vontade do povo.”⁸⁵

O partido usou todos os recursos a seu alcance na campanha em prol da Constituinte. Pedro Motta Lima escreveu uma série de editoriais sobre o tema para a *Tribuna Popular*. Vários comícios foram realizados, tendo reunido um deles cerca de 60 mil pessoas no Largo da Carioca, segundo estimativa dos próprios comunistas.⁸⁶ Diversos sindicatos também colaboraram, através do envio de telegramas a Vargas solicitando a convocação da Constituinte⁸⁷ e da organização de comissões de trabalhadores encarregadas de recolher as assinaturas de seus companheiros em documentos que requeriam a mesma medida.⁸⁸

A política de apoio a Vargas adotada pelo PCB provocou igualmente alterações nas suas concepções acerca da organização dos trabalhadores e da atuação dos sindicatos. O partido passou a sustentar a idéia de que o país atravessava uma fase de reconstrução econômica, social e política extremamente complexa e delicada. Assim, da mesma forma que os trabalhadores haviam demonstrado, através de sua ajuda no esforço de guerra, sua perfeita compreensão do papel fundamental que possuíam na luta contra o nazismo, eles também não se recusariam a participar, juntamente com o governo e os patrões, da recomposição do país. De acordo com Berenice Cavalcante, o novo grupo dirigente do PCB que ascendeu a partir da Conferência da Mantiqueira

⁸⁵ - *Tribuna Popular*, 08/09/1945. O trecho faz parte de um editorial de Pedro Motta Lima.

⁸⁶ - *Tribuna Popular*, 23/09 e 21/10/1945 e *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*, 09 e 23/10/1945.

⁸⁷ - *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*, 16/10/1945.

⁸⁸ - *Tribuna Popular*, 12/09/1945. Segundo um editorial publicado em 09/11/1945 no jornal trotskista *Vanguarda Socialista*, os burocratas ministerialistas e os dirigentes sindicais comunistas haviam degradado ainda mais a consciência proletária, já pervertida por anos de totalitarismo estadonovista, ao arrastarem os sindicatos à “aventura gorada” do queremismo e da Constituinte.

divulgou conceitos que enfocavam o social sob o primado de ordenações econômicas, como a bandeira do progresso. Foi em nome deste progresso econômico que o partido chegou a defender a cooperação entre patrões e empregados.⁸⁹

“A nós trabalhadores de todos os setores: da indústria, do comércio, da lavoura, da pecuária é que compete maior compreensão da política de cooperação dos trabalhadores e dos patrões, para resolvermos unitária e pacificamente os nossos problemas de reivindicações mais imediatos, porque neste momento histórico que o Brasil atravessa só é possível a solução destes problemas por meios unitários e pacíficos; para podermos de fato marchar para a democratização do Brasil.”⁹⁰

Resolver de modo pacífico os problemas dos trabalhadores significava, para os comunistas, que estes deveriam esgotar todas as possibilidades de entendimento com os patrões, como, por exemplo, a negociação direta e os tribunais de conciliação, antes de decidirem pela decretação de uma greve. Esta continuava a ser um instrumento de defesa dos trabalhadores, mas só era aconselhado utilizá-la em último caso. Usar com muita frequência o recurso das greves criava um clima de desunião e de caos no seio do operariado, situação que interessava apenas aos traidores e aos fascistas. Através dos sindicatos os trabalhadores poderiam cooperar mais intensamente com o governo e os patrões, além de fiscalizarem de forma eficiente as atividades destes elementos desagregadores.

⁸⁹ - Cavalcante, *op. cit.*, págs. 162-167.

⁹⁰ - *MUT*, 09/08/1945. Sobre o mesmo tema, ver também o livro de João Amazonas, *Pelo fortalecimento e unidade sindical*. Rio de Janeiro, Ed. Horizonte, 1946.

“Evidentemente o atual surto grevista resulta, de um modo geral, das más condições de vida, trabalho e salário do proletariado, que sofre todas as conseqüências da inflação e vê os seus salários diminuir cada vez mais diante do aumento astronômico dos artigos de primeira necessidade. Também não podemos esquecer que elementos da quinta-coluna e aventureiros a serviço de interesses escusos, se utilizam de tal situação para explorar a boa fé dos trabalhadores, com o fim exclusivo de criar um ambiente de desordem contrário à solução pacífica das questões mais sentidas do operariado e do povo.”⁹¹

Segundo um dos dirigentes do partido, João Amazonas, as semanas que antecederam o golpe militar de outubro de 1945 constituíram um dos momentos em que estes “interesses escusos” manifestaram-se de forma explícita. De acordo com Amazonas, os “reacionários e fascistas” haviam tentado “levar o proletariado ao desespero” - através de meios como o agravamento das condições de vida, o incitamento às greves e o adiamento do julgamento de vários dissídios coletivos na Justiça do Trabalho - a fim de, “na confusão premeditada e a pretexto do ‘perigo comunista’, desencadear o golpe militar para manter a ‘ordem’.” Amazonas afirmou ainda que esta conspiração não conseguiu atingir os seus objetivos graças à intervenção dos comunistas e de outros “elementos ponderados”.⁹²

Restava agora, para o PCB, a árdua tarefa de colocar em prática as idéias presentes em seus documentos e na sua imprensa. Entretanto, existiam várias limitações que deveriam ser superadas. Na questão específica da organização dos trabalhadores, os comunistas tinham pleno conhecimento de que a estrutura sindical montada pelo governo já atingira seu ponto máximo de desenvolvimento, ocupando todos os espaços

⁹¹ - *Tribuna Popular*, 22/05/1945. Seguindo a linha do partido, Prestes também defendeu mais de uma vez estas idéias. Ver, por exemplo, a sua entrevista ao jornal *O Globo* (26/04/1945) e a transcrição do seu discurso no comício do Estádio do Vasco da Gama na edição de 24/05/1945 da *Tribuna Popular*.

⁹² - *Tribuna Popular*, 11/11/1945.

disponíveis no meio sindical. Deste modo, a formação de sindicatos paralelos e independentes estaria fadada ao fracasso, pois os trabalhadores não se interessariam em trocar os sindicatos oficiais - que garantiam a eles todos os direitos trabalhistas - pelas incertezas das novas associações. Além disso, a criação destes sindicatos entraria em contradição com o próprio discurso do partido, na medida em que este defendia a unificação dos trabalhadores em torno do governo e dos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho.

A solução encontrada pelos comunistas foi a constituição de organizações e movimentos que não entrassem diretamente em choque com a estrutura oficial e que, por esse motivo, não corressem o risco de serem proibidos pelo governo. Ao mesmo tempo, estas iniciativas funcionaram como pontos de contato do partido com os trabalhadores, o que, certamente, auxiliou no crescimento do número de filiações. Serão abordadas aqui três frentes de atuação dos comunistas: os Comitês Populares, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a organização de grupos de oposição nos sindicatos.

A palavra de ordem dos Comitês Populares foi lançada por Prestes no comício realizado no dia 23 de maio de 1945 no Estádio do Vasco da Gama. De acordo com o secretário geral do PCB, estes Comitês deveriam ser amplos, de nenhuma cor partidária e receber todos os democratas, patriotas e progressistas que realmente lutassem pela união nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas.⁹³ Nos meses seguintes foram fundados Comitês em diversas cidades do país. Na capital da República, inúmeros bairros e categorias de trabalhadores, como os contabilistas e os gráficos, passaram a contar com essas novas organizações. A principal função desses organismos consistia na preparação de seus associados para as eleições, através de tarefas como a

⁹³ - *Tribuna Popular*, 24/05/1945.

realização de cursos de alfabetização, o alistamento de mulheres e o esclarecimento da natureza secreta do voto.⁹⁴ A maior parte dos Comitês de bairros acabou assumindo também um papel semelhante ao das associações de moradores, pois eles defendiam os interesses das pessoas que residiam nos respectivos bairros.

Contudo, com o passar do tempo o controle e a influência do PCB sobre os Comitês tornaram-se ainda mais intensos. Como consequência, estes últimos perderam uma parcela significativa de sua autonomia e de seu caráter apartidário. Ao mesmo tempo, o ingresso de novos associados nestes organismos foi praticamente restringido a simpatizantes ou militantes do partido. Estes fatos não passaram despercebidos pela Polícia, que identificou nos Comitês o mesmo modo de agir das células do PCB.⁹⁵ Esta conclusão foi confirmada por Eduardo Dias, que fez, em seu livro de memórias, uma avaliação bastante crítica das atividades dos Comitês:

“Recebíamos a palavra de ordem de formar Comitês Populares. A tática era levar o povo para este tipo de organização. Discutir aqui os problemas gerais e passar para a luta prática. A realidade, porém, fora bem outra. O povo não tomou conhecimento desse tipo de organização. O que acontecia era que saíamos da reunião da célula e depois nos encontrávamos nos Comitês Populares, discutindo os mesmos problemas da célula. Nessa coisa dita popular, nós, os comunistas, nos portávamos como policiais. Vigiávamos as pessoas estranhas ao nosso meio. Procurávamos controlar as eleições da organização, elegendo, melhor dizendo, tirando do bolsinho do colete, as pessoas comunistas que desejávamos na direção. Um absurdo, afinal. Na prática, este tipo de organização fora uma idéia infeliz, entre outras tantas idéias infelizes vindas da alta direção. Era uma coisa artificial vinda de cima. Era uma espécie de soviète. Na verdade, era uma cópia fiel desse tipo

⁹⁴ - *Tribuna Popular*, 03/07/1945.

⁹⁵ - Retrospecto das principais atividades comunistas desde a fundação do PCB, 1948. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pasta 3-E.

de organização. (...).”⁹⁶

Já outra organização, o MUT, teve como marco de fundação o lançamento de seu manifesto-programa no dia 30 de abril de 1945, antes, portanto, da legalização do PCB. O manifesto, assinado por dezenas de militantes operários em todo o país, defendeu basicamente as mesmas idéias que então prevaleciam no PCB. Assim, apelava-se primordialmente para a união da classe trabalhadora com outras classes ou setores progressistas com o objetivo de serem garantidas a vitória contra o nazi-fascismo e a manutenção de um regime democrático e pacífico após o final da guerra. Além disso, os trabalhadores eram aconselhados a entrarem em seus sindicatos e a utilizarem todos os recursos de negociação com os patrões antes de decretarem uma greve. Entre as reivindicações da nova organização estavam a liberdade sindical, a melhoria das leis sindicais e previdenciárias, a sindicalização dos trabalhadores do campo, a liberdade de opinião e de organização política e a realização de eleições livres.⁹⁷

Portanto, o MUT sofreu desde o início uma grande influência da linha política do PCB, maior, inclusive, do que a sentida nos Comitês Populares. Em consequência, as atividades de propaganda das concepções do partido mereceram, por parte do movimento, uma cuidadosa atenção. Pode-se citar como exemplos destas atividades a publicação de um jornal, o *MUT*; a organização de uma série de palestras e conferências sobre legislação trabalhista, comissões mistas de cooperação, economia política, literatura e artes⁹⁸; e a realização de festas de confraternização com militantes

⁹⁶ - Dias, *op. cit.*, pág. 59. O autor refere-se a São Paulo, onde militava. Contudo, acredito que o mesmo processo que ele descreve ocorreu também no Rio de Janeiro.

⁹⁷ - Manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores, 30/04/1945. Centro de Documentação e Memória da UNESP, Caixa 65-174, 04.

⁹⁸ - *Tribuna Popular*, 25/05/1945.

operários de vários estados.⁹⁹

Seguindo ainda as orientações do PCB, o MUT procurou manter uma relação amistosa com o governo. No final de julho, participou de uma homenagem ao chanceler Leão Veloso, representante brasileiro na Conferência de São Francisco - reunião de diversos países levada a efeito nos EUA -, durante a qual teria se destacado como defensor dos direitos dos operários.¹⁰⁰ Também por iniciativa do MUT, centenas de trabalhadores participaram da comemoração oficial do Dia da Independência efetuada no Estádio do Vasco da Gama. A presença dos trabalhadores na comemoração foi considerada pela imprensa comunista como um fato da máxima importância, já que era a primeira vez que eles demonstravam *espontaneamente* seu civismo e seu entusiasmo pela nova fase democrática do país.¹⁰¹

A atuação do MUT no meio sindical era complementada pela formação de grupos de oposição nos sindicatos oficiais. De acordo com Ronald Chilcote, a criação do PTB - que consistia, fundamentalmente, numa tentativa de Vargas de dar organização política à sua principal base de apoio, ou seja, os trabalhadores - representou uma ameaça ao PCB e este, para tentar reagir, optou por intensificar suas atividades dentro dos sindicatos oficiais.¹⁰² Os grupos de oposição mantinham um comportamento semelhante ao das diretorias dos sindicatos: faziam declarações em nome das categorias representadas, tomavam parte em manifestações de apoio ao governo, entregavam memoriais com reivindicações a diversas autoridades, como Vargas e alguns ministros, e procuravam participar das negociações com os patrões.¹⁰³ Assim, estes grupos chegaram bem perto de constituírem-se, na prática, em entidades sindicais paralelas, na medida em que procuraram assumir algumas das funções

⁹⁹ - *MUT*, 09/08/1945.

¹⁰⁰ - *Diretrizes*, 27/07/1945.

¹⁰¹ - *Tribuna Popular*, 05 e 07/09/1945 e *MUT*, 24/09/1945.

¹⁰² - Chilcote, *op. cit.*, pág. 222.

¹⁰³ - *Tribuna Popular*, 20/09/1945 e *Vanguarda Socialista*, 21/09/1945.

pertinentes aos sindicatos oficiais. Este fato ia, logicamente, de encontro ao discurso de conciliação e unificação sustentado pelo PCB. Além disso, provavelmente os trabalhadores tinham grande dificuldade em perceber as diferenças entre todos aqueles grupos que disputavam o direito de representá-los, o que provocava uma certa confusão.

Contudo, apesar de todos os seus esforços, os comunistas não conseguiram, no ano de 1945, ampliar de modo significativo a sua penetração junto aos trabalhadores. O crescimento no número de filiados não foi acompanhado por uma associação em massa dos trabalhadores às organizações formadas pelo partido, como os Comitês Populares e o MUT. O reconhecimento desta deficiência pela direção partidária ocorreu nos últimos meses do ano. Em uma reunião com um grupo de secretários políticos de células do Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro, Prestes expôs suas opiniões acerca do assunto. Segundo o secretário geral, os comunistas tinham dificuldade em ligarem-se com as massas, isto é, a maior parte dos quadros e organismos não sabia mobilizar, organizar e dirigir os grandes setores da sociedade. Prestes identificou como causa desta situação as próprias características da classe operária brasileira, que era ainda pouco desenvolvida, em sua maioria trabalhando na pequena indústria e, por esta razão, apresentando uma mentalidade artesã e pouca experiência de organização. Como o PCB era o partido da classe operária, tornava-se absolutamente natural que ele refletisse todos os defeitos e debilidades do proletariado.

O dirigente apontou duas soluções para o problema. A primeira era corrigir as falhas do trabalho prático de cada dia. A segunda era o levantamento, por cada célula, das reivindicações da empresa, bairro ou rua a que estivesse ligada, as quais serviriam como ponto de partida para a mobilização da massa. Além disso, os indivíduos que gozassem de prestígio entre a massa deveriam ser admitidos no

partido.¹⁰⁴

Outros textos e documentos produzidos pelo PCB naqueles meses também procuraram justificar as deficiências existentes. Pode-se citar como exemplo um artigo publicado no *Boletim Interno* sobre o desempenho do partido nas eleições de 2 de dezembro - influenciadas, aliás, pela deposição de Vargas em 29 de outubro. O artigo exaltava as grandes votações obtidas pelos candidatos comunistas nas cidades em que predominava o proletariado organizado. Por outro lado, as eleições haviam demonstrado igualmente que amplos setores sociais, assim como regiões do país, permaneciam sem ter um contato expressivo com o partido. Ainda de acordo com o artigo, isto ocorria em virtude do sectarismo que predominava em muitos quadros e organismos, resquício dos métodos de trabalho adotados no período da ilegalidade. Este sectarismo provocava o afastamento das massas e prejudicava a atuação do partido.¹⁰⁵

Seguindo as orientações de Prestes, o Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro iniciou no final de dezembro um trabalho de avaliação do nível político de suas células, principalmente das localizadas em empresas. Assim, cada célula deveria enviar para a Secretaria de Divulgação do Comitê um relato, em forma de artigo, que contivesse obrigatoriamente os seguintes itens:

“1) Como a célula encara a situação política da empresa e qual a atitude dos operários que nela atuam.

2) Quais as condições econômicas dos trabalhadores e como o Partido reage frente às mesmas.

3) Até que ponto a célula tem sabido se colocar à frente das reivindicações dos trabalhadores da empresa.

¹⁰⁴ - *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*, 15/11/1945. Os trotskistas também consideravam que os vínculos entre os militantes e a “massa” só seriam completamente restabelecidos quando os interesses reais da classe trabalhadora fossem utilizados como base de uma nova plataforma política. *Vanguarda Socialista*, 26/10/1945.

¹⁰⁵ - *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*, 13/12/1945.

- 4) Qual o crescimento das células na empresa e, se não houve, qual a dificuldade.
- 5) Qual a influência de outras forças políticas (PTB) sobretudo e como a célula age nesse caso.
- 6) Qual a reivindicação mais sentida, dos trabalhadores da empresa.
- 7) Qual o espírito da massa em relação à nossa participação nas últimas eleições?
- 8) Qual a melhor forma de propagar a linha política do Partido no meio da massa?
- 9) Como a massa encara o problema da autonomia do Distrito Federal, isto é, a eleição livre e honesta do Prefeito.”¹⁰⁶

O mesmo órgão de direção recomendava ainda a organização de comitês em todas as fábricas e locais de trabalho, a fim de reforçar o movimento sindical. Tendo prosseguimento as atividades de organização dos trabalhadores, em pouco tempo estes estariam em condições de fundar sua central sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.¹⁰⁷

Até 1935 as diversas correntes de esquerda do movimento operário conseguiram manter um certo grau de autonomia no meio sindical carioca. Apesar de algumas delas possuírem um número reduzido de militantes, como os anarquistas e os trotskistas, elas obtiveram êxito na conquista de cargos de direção em vários sindicatos. No caso específico dos comunistas, seus esforços na luta pela sobrevivência de uma organização independente dos trabalhadores foram enormemente prejudicados por uma

¹⁰⁶ - Circular do Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro a todos os comitês distritais e células, 21/12/1945. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Político, Pasta 3-D.

¹⁰⁷ - *Boletim Interno do Comitê Metropolitano do PCB*, 27/12/1945.

série de fatores, tais como o desvio da atenção dos militantes para os problemas internos do partido; a defesa de palavras de ordem e de propostas que não tinham proximidade com a realidade dos trabalhadores; e a identificação das reivindicações mais imediatas destes últimos como questões secundárias. Em alguns momentos, como nos anos de 1934 e 1935, os comunistas realmente conseguiram obter uma maior penetração entre os trabalhadores, chegando a controlar as direções de diversos sindicatos. Contudo, como foi visto, esta conquista não foi acompanhada por um esforço sério de mobilização em torno das demandas dos trabalhadores.

As correntes possuíam ainda diante de si dois grandes obstáculos. Um era a intensa repressão policial mantida sobre os sindicatos e as manifestações dos trabalhadores, como as greves. O outro era a construção de uma nova estrutura sindical por parte do governo. Como este garantia o usufruto dos direitos sociais apenas aos associados dos sindicatos oficiais, os trabalhadores passaram a pressionar as diretorias dos seus sindicatos para que estas providenciassem o registro no Ministério do Trabalho. Assim, a manutenção de um movimento sindical independente tornou-se extremamente difícil. Os trotskistas logo conscientizaram-se deste fato, optando então por atuar dentro dos sindicatos oficiais. Já os comunistas resistiram ainda por algum tempo a adotar esta tática.

Com o fracasso dos levantes de 1935 e a decretação do Estado Novo a situação piorou. Jornais operários foram fechados, centenas de pessoas presas e militantes expulsos dos sindicatos. Alguns militantes tentaram manter, apesar das condições extremamente adversas, a atuação entre os trabalhadores. Contudo, restava cada vez menos espaço para as suas atividades.

Foi apenas com o início da desagregação do regime de Vargas, em 1943, que o movimento operário independente pôde voltar a respirar. A imprensa operária ressurgiu e vários militantes conseguiram retornar para seus antigos sindicatos. Tendo

adotado, em nome do esforço de guerra, a linha política de apoio ao governo Vargas, o PCB alterou sua tática em relação aos trabalhadores. Passou a atuar dentro dos sindicatos oficiais, através da formação de grupos de oposição, e criou organismos que serviam como pontos de contato com os trabalhadores, como os Comitês Populares e o MUT. Entretanto, estas medidas não conseguiram ampliar a penetração do partido entre algumas parcelas da classe trabalhadora, já que vários trabalhadores não demonstraram muito interesse em associar-se àquelas organizações. As soluções apontadas pela direção do PCB para este problema enfatizaram justamente a mobilização dos trabalhadores em torno das suas reivindicações mais imediatas. Desta forma, o partido procurava corrigir uma deficiência que estava presente desde, pelo menos, o início da década de 1930. Ele buscava, de certo modo, recuperar o tempo perdido e tornar-se, de fato, um representante dos interesses dos trabalhadores.

As correntes de esquerda do movimento operário não conseguiram impedir a montagem da estrutura sindical do governo, mas este fato não significou o seu desaparecimento total da cena política. Muitas vezes elas representaram, e estimularam, os poucos vestígios de autonomia e resistência que manifestaram-se durante o regime autoritário de Vargas.

Capítulo 6

Os trabalhadores organizados - os sindicatos frente ao projeto corporativista

Um dos pontos cruciais do projeto corporativista implantado pelo governo Vargas consistia na construção de uma estrutura sindical vinculada ao Estado. Segundo seus defensores, as associações profissionais - de empregados, empregadores e profissionais liberais - representariam um nível intermediário entre os indivíduos e o Estado. Sua principal função residiria na canalização dos interesses, necessidades e reivindicações de cada membro da sociedade. Além disso, deveriam contribuir para a manutenção da harmonia social, através da eliminação dos conflitos entre capital e trabalho.

Por outro lado, as várias correntes do movimento operário também possuíam as suas próprias concepções acerca do papel dos sindicatos. Para os comunistas, por exemplo, as associações constituíam o principal instrumento de defesa do proletariado contra as investidas do capital. Assim, a existência destas diferentes noções provocava muitas vezes conflitos no interior do movimento operário e sindical. A entrada em cena de uma nova interpretação, defendida pelo governo, gerou ainda mais divergências.

O objetivo deste capítulo é analisar a reação dos sindicatos de trabalhadores

do Rio de Janeiro à implantação do projeto corporativista do governo. Deste modo, procurarei enfocar o processo de organização da estrutura sindical oficial e seu impacto sobre as entidades autônomas e as lutas reivindicatórias dos trabalhadores.

a) 1930-1935: o início do processo

A primeira metade da década de 1930 representou, sem dúvida, um período bastante complexo da história recente do Brasil. O país achava-se mergulhado na crise econômica provocada pela quebra da Bolsa de Nova York; o Governo Provisório ainda não havia conseguido montar uma base política suficientemente estável; e as camadas populares demonstravam claramente que esperavam mudanças profundas da sociedade. Foi justamente neste período que o governo iniciou a construção da nova estrutura sindical.

Os aspectos relacionados à reorganização do trabalho mereceram, desde o início, a atenção especial do novo governo. O assunto foi freqüentemente colocado em destaque desde a campanha eleitoral da Aliança Liberal. Na plataforma do partido, lida por Vargas na Esplanada do Castelo (Rio de Janeiro) em 2 de janeiro de 1930, é reconhecida a existência da questão social, cuja solução estaria nas mãos dos poderes públicos.¹

Para atingir o objetivo de constituição de uma estrutura sindical oficial, o governo utilizou principalmente dois instrumentos, já analisados anteriormente: a legislação trabalhista e a repressão policial. A propaganda varguista, assim como vários autores corporativistas, sempre proclamaram que a legislação trabalhista constituía um “presente” do governo para os trabalhadores, antecipando, desta forma, suas necessidades e reivindicações. Graças também a esta “doação”, a questão social no

¹ - Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, volume 1, pág. 26.

Brasil não se apresentava tão grave quanto em outros países. Posteriormente, alguns estudiosos acabaram por incorporar, em suas análises, o discurso do governo Vargas. Contudo, ao contrário do que afirma a “ideologia da outorga” (como ficou conhecida esta idéia) a legislação promulgada no novo governo veio atender a reivindicações formuladas pelos trabalhadores desde a República Velha.² Além disso, esta luta não foi encerrada pois, como veremos posteriormente, os trabalhadores continuaram a lutar por novos direitos e pelo efetivo cumprimento dos já existentes.

Quanto à ação policial, existiu uma certa continuidade entre a República Velha e o governo Vargas. Em ambos, por exemplo, as lideranças operárias, principalmente das correntes de esquerda, eram vigiadas intensamente e manifestações como greves e comícios reprimidas com violência. Entretanto, no segundo período a Polícia conheceu uma progressiva centralização e especialização, tornando-se cada vez mais eficiente. Como um dos pilares de sustentação do novo regime, cabia à Polícia, em conjunto com o Ministério do Trabalho, disciplinar as ações dos sindicatos e dos trabalhadores. Para cumprir esta função, a Polícia dispunha de diversos mecanismos, como a concessão de licenças para assembléias de sindicatos, a presença de policiais nas mesmas e a manutenção de uma rede de informantes nas principais fábricas.

Pouco mais de um mês após a vitória do movimento armado, o Governo Provisório tomou a primeira grande medida na área trabalhista: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto 19.443 de 26/11/1930).³ Previsto para atuar como um órgão mediador dos conflitos entre patrões e empregados, além de

² - Vários autores já questionaram a “ideologia da outorga”, dentre eles Antônio Carlos Bernardo. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982; Leticia Bicalho Canêdo. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986; Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; e John D. French. “The origin of corporatist State intervention in brazilian industrial relations, 1930-1934: A critique of the literature”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, n° 2, winter 1991.

³ - Evaristo de Moraes Filho. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pág. 217.

fiscalizador do cumprimento da legislação trabalhista, o Ministério acabou por ter sua área de atuação cada vez mais ampliada no decorrer dos anos. Sua interferência na vida interna dos sindicatos também foi se tornando, progressivamente, maior.

Com a criação do Ministério, foram intensificados os estudos do governo acerca da organização da vida sindical. Como resultado, no final de março de 1931 surgiu a primeira lei de sindicalização do período, elaborada por dois antigos colaboradores do movimento operário, Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta. Uma das novidades desta lei era a inclusão do patronato dentro da regulamentação da sindicalização, ao lado dos trabalhadores. Além disso, os sindicatos passavam a ser considerados “órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os interesses de classe.”⁴ Assim, ao mesmo tempo em que a sindicalização era reconhecida como um direito de todos os membros economicamente ativos da sociedade, as entidades sindicais eram incorporadas à esfera do Estado, o que significou o estabelecimento de uma série de limitações à sua autonomia e liberdade.

A lei provocou as mais diversas reações. O patronato recusou-se a aceitar as novas regras de sindicalização, encaradas como uma interferência desnecessária, visto que a classe já possuía suas próprias associações civis. Estas, aliás, continuarão a existir por muitos anos paralelamente aos novos sindicatos oficiais, contando para isso com a complacência do governo.

Uma parcela dos trabalhadores, principalmente aqueles que faziam parte das correntes de esquerda do movimento operário, também rejeitaram em bloco a nova legislação sindical. Julgavam que esta objetivava apenas acabar com os sindicatos autônomos, ao mesmo tempo em que sufocaria as manifestações dos trabalhadores.

⁴ - Decreto n° 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer. *Movimento sindicalista no Brasil*. Rio de Janeiro, s. e., 1933, pág. 109.

Porém, no interior deste grupo existiram algumas divergências. Os comunistas e os anarquistas negavam-se terminantemente a oficializar os sindicatos sob sua direção, defendendo a política de manutenção, e mesmo de criação, de entidades autônomas. Já os trotskistas eram de opinião de que, simultaneamente a esta política de não-oficialização dos sindicatos, deveria ser adotada a tática de formar oposições no interior das associações oficiais, a fim de posteriormente trazê-las para a influência da corrente independente. De qualquer modo, estes trabalhadores conseguiram manter, até 1935, um número significativo de sindicatos autônomos e uma postura bastante crítica em relação a várias medidas do governo. Em 1933, por exemplo, a União dos Trabalhadores Gráficos, um sindicato não oficial, iniciou uma campanha de protesto contra a criação das carteiras profissionais, consideradas um instrumento de controle do Ministério do Trabalho sobre os trabalhadores.⁵ Segundo Angela Gomes, em algumas categorias, como os bancários, o governo travou uma luta árdua com os comunistas pela direção das entidades sindicais.⁶

Já outra parcela dos trabalhadores aderiu de imediato à estrutura sindical construída pelo governo, procurando oficializar rapidamente suas associações. Algumas das categorias que logo oficializaram-se, como os marítimos, os portuários e os ferroviários, haviam adotado, no decorrer da República Velha, uma linha mais reformista de ação, ou seja, pertenciam ao chamado sindicalismo “amarelo”.⁷ Os marítimos e portuários, por exemplo, desde a década de 1910 caracterizavam-se por uma ação sindical voltada para a satisfação das suas reivindicações imediatas, ao

⁵ - *A Luta Operária*, agosto/1933.

⁶ - Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pág. 180.

⁷ - “Amarelo” era a denominação dada na época para o reformismo operário, que pode ser entendido como um conjunto de correntes ideológicas que sustentavam práticas sindicais semelhantes, dentre as quais, por exemplo, a busca de consolidação das conquistas trabalhistas através de leis, a eleição de candidatos operários, a procura de apoio de políticos e autoridades nas campanhas por melhorias e a defesa de sindicatos ricos e fortes. Claudio Batalha. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República.” *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990, pág. 120.

mesmo tempo em que se mantinham isolados das outras categorias.⁸ Dentro da sua política de manter boas relações com as autoridades, em junho de 1930 a União Marítima Brasileira organizou uma homenagem a Júlio Prestes, Presidente eleito do país.⁹ De acordo com Michael Conniff, vários sindicatos operários apoiaram a candidatura de Júlio Prestes por acreditarem que sua lealdade eleitoral seria recompensada e por não confiarem muito na sinceridade da plataforma trabalhista de Vargas.¹⁰

Alguns sindicatos procuravam adaptar-se à nova lei com uma rapidez impressionante. Em janeiro de 1931, portanto três meses antes da promulgação da lei, a diretoria do Centro Cosmopolita - sindicato que representava a categoria dos empregados em hotéis e restaurantes - enviou uma carta ao Chefe de Polícia, Batista Luzardo, informando que aquela associação havia procedido à remodelação da sua diretoria e do seu conselho fiscal, a fim de adequar-se à lei que iria ser promulgada.¹¹ Segundo a estatística do Ministério do Trabalho, cerca de 29 sindicatos de empregados do Rio de Janeiro obtiveram sua oficialização no primeiro ano de vigência da lei. Além dos marítimos, portuários e ferroviários, outras categorias importantes, como os trabalhadores na construção civil, os empregados da Light e os mestres e contra-mestres da indústria têxtil também providenciaram neste período sua carta de reconhecimento.¹²

Deve ser levado em consideração que este número, sem dúvida significativo, de sindicatos reconhecidos engloba tanto os sindicatos já existentes que solicitaram sua

⁸ - Claudio Batalha. *Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris, Université de Paris I, Tese de Doutorado, 1986, págs. 178-179.

⁹ - Carta enviada pela União Marítima Brasileira para diversos sindicatos marítimos, portuários e de estivadores, 30/06/1930. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 129.

¹⁰ - Michael L. Conniff. *Rio de Janeiro during the great depression, 1928-1937: social reform and the emergence of populism in Brazil*. Stanford, Stanford University, Tese de PhD, 1976, pág. 84.

¹¹ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 1.

¹² - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 14, outubro/1935.

oficialização, quanto as entidades formadas sob os auspícios da nova lei. A criação de sindicatos constituiu uma das principais táticas adotadas pelo Ministério do Trabalho para garantir o sucesso da implantação da nova estrutura sindical. A frequência com que o Ministério recorreu a essa tática pode ser percebida através da expressão, surgida na época, “sindicatos de carimbo”, ou seja, sindicatos criados por este órgão que possuíam um número muito pequeno de associados, existindo praticamente apenas no papel. Além de permitirem a sindicalização formal de várias categorias, os “sindicatos de carimbo” asseguravam ao governo uma base sólida de apoio, principalmente em ocasiões como a eleição dos deputados classistas para a Assembléia Constituinte de 1933.

Em alguns casos, os sindicatos criados representavam categorias que não possuíam associações formadas, como os telegráficos.¹³ Em outros, os sindicatos ministerialistas competiam diretamente com sindicatos já existentes, mas não oficializados, pela representação das categorias. Como apenas os trabalhadores sindicalizados em entidades oficiais podiam gozar de uma série de benefícios sociais, o Ministério acreditava que, desta forma, conseguiria atingir o objetivo de atrair os associados dos antigos sindicatos para os novos. Pode-se citar como exemplo o Sindicato dos Operários em Artefatos de Metal, criado em abril de 1931 e reconhecido em agosto do mesmo ano. Ele dividia a representação dos metalúrgicos com a União dos Trabalhadores Metalúrgicos, que se encontrava na ilegalidade desde o início de 1931. A União resolveu então requerer sua oficialização, o que foi obtido em novembro de 1932. Poucos meses depois, o Sindicato dos Operários em Artefatos de Metal acabou sendo dissolvido.¹⁴ Neste caso o Ministério obteve uma vitória indireta, pois se não conseguiu transferir os associados da União para o novo sindicato, alcançou a meta

¹³ - *Revista dos Ferroviários*, junho/1931.

¹⁴ - *A Esquerda*, 14/08/1931 e Eduardo Navarro Stotz. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1986, págs. 219-223.

de garantir a existência de um único sindicato oficial representando a categoria.

Em outros pontos do país, como em São Paulo, em Porto Alegre e no Nordeste, também verificou-se a resistência de uma boa parte dos trabalhadores organizados à nova estrutura sindical.¹⁵ Contudo, como ressalta José Sergio Leite Lopes, esta estrutura representou um real incentivo à constituição de sindicatos de trabalhadores em categorias e localidades onde tais associações nunca haviam existido. Além disso, o fato de que os novos sindicatos contavam com o apoio do governo servia como escudo de defesa contra a rejeição manifestada pelo patronato em relação à organização dos trabalhadores. Assim, a estrutura sindical oficial representou um fator positivo para várias categorias que não se encontravam organizadas.¹⁶

Pode-se perceber, entre as categorias que oficializaram suas entidades, diferentes nuances de postura e comportamento nas suas relações com seus associados e com o Estado.

Vários sindicatos oficiais procuravam manter um vínculo amistoso com as autoridades, através da participação em comícios, passeatas e homenagens, além do envio de telegramas e cartas de apoio. Pode-se argumentar que uma parcela destas homenagens era “estimulada” por órgãos do próprio governo, como o Ministério do Trabalho, a Polícia e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Entretanto, é possível que a outra parcela fosse realmente espontânea. O aspecto relevante a ser observado reside no fato de que muitos sindicatos que declaravam seu apoio aos

¹⁵ - Ver, dentre outros, Angela Maria Carneiro Araújo. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1994; Aziz Simão. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, Ática, 1981; Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1979; Alexandre Fortes. “Buscando os nossos direitos...” *Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994; e Brasília Carlos Ferreira. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania*. São Paulo: Ed. Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

¹⁶ - José Sergio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB, 1988. Este aspecto também é apontado por Armando Boito Júnior. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991 e Brasília Ferreira, *op. cit.*

membros do governo posteriormente requeriam a interferência destes para a solução de seus problemas ou a satisfação de suas reivindicações. Desta forma, os sindicatos exigiam do governo a contrapartida do apoio concedido.

Para uma melhor compreensão desta relação entre os sindicatos oficiais e o governo torna-se imprescindível o recurso à noção de “pacto” elaborada por Angela Gomes. Segundo esta autora¹⁷, a adesão dos trabalhadores ao governo não pode ser explicada apenas pelos cálculos utilitários de benefícios provindos do Estado, numa troca simples da obediência política pela legislação social. Esta lógica material existia, mas combinada com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, re-significando o discurso operário da República Velha, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. Para Gomes,

“o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chaves da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só ‘obedecia’ se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.”¹⁸

Apesar de Angela Gomes colocar que os resultados visíveis deste pacto

¹⁷ - Gomes, *op. cit.*

¹⁸ - Idem, pág. 195.

social só começaram a surgir após 1940, acredito que esta noção pode ser usada para analisar também a década de 1930, na medida em que seus elementos fundamentais já encontravam-se presentes naquele momento.¹⁹ Assim, os sindicatos oficiais também fizeram parte deste pacto, envolvendo-se numa relação de reciprocidade com o governo. Além disso, a solicitação de apoio de autoridades nas campanhas por melhorias constituía uma prática já existente no movimento operário carioca, sendo uma das características do sindicalismo “amarelo”. Ao que parece, esta tendência disseminou-se entre o meio sindical pois, de acordo com Armando Boito Júnior, a expectativa de que o Estado sempre intervisse para solucionar os problemas dos trabalhadores representava um dos traços estruturais do sindicalismo de Estado em todo o país.²⁰

Encontram-se, na documentação, inúmeros exemplos desta relação de pacto estabelecida entre os sindicatos oficiais e o governo. Em 1933, a União dos Operários Estivadores, um dos sindicatos que mais apoiavam o governo, enviou um memorial a Vargas no qual, ao lado de uma série de elogios à atenção dispensada por este aos problemas do operariado, afirmou que a lei sindical era incompleta, pois não estipulou o salário mínimo para todos os trabalhadores.²¹ Neste mesmo ano, o Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos encaminhou também um memorial, mas ao Ministro do Trabalho, no qual pedia providências contra diversas irregularidades ocorridas nas empresas Lloyd Brasileiro e Companhia Costeira.²² Um ano depois, vários sindicatos e federações - dentre eles a União dos Trabalhadores em Livro e Jornal, a Federação dos Marítimos, a União dos Trabalhadores em Padarias, o

¹⁹ - De acordo com Adalberto Paranhos, o projeto trabalhista foi se auto-construindo desde o início da década de 1930. Assim, apesar deste projeto ter alcançado uma configuração mais definida a partir de 1942, as linhas básicas de sua estrutura ideológica já eram perceptíveis antes do Estado Novo. Adalberto Paranhos. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999, págs. 93-94.

²⁰ - Boito Júnior, *op. cit.*, pág. 93.

²¹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 46.

²² - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Fundo Entidades Sindicais, Pasta 43.

Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante e o Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil - remeteram telegramas a Vargas e ao Ministro da Justiça protestando contra as violências policiais praticadas contra os sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo.²³

Também pode ser percebida nos sindicatos oficiais a existência, entre os seus associados, de diferentes interpretações do projeto corporativista do governo. Estes trabalhadores revestiam o projeto de significados que, muitas vezes, iam de encontro ao que era defendido pelo governo. Vários autores apontam a existência desta incorporação ativa do projeto varguista. Brasília Ferreira, por exemplo, afirma que a reação dos trabalhadores à legislação sindical deu-se num espaço de ambigüidades, em que a proposta foi reapropriada pelos destinatários e utilizada de diversas maneiras. De modo geral, defende a autora, as relações sociais, ao se entrecruzarem no plano concreto, produzem resultados que podem anular ou minimizar intenções ou projetos gestados no âmbito do Estado.²⁴ Já Eduardo Stotz aponta a presença, entre os sindicatos oficiais, de um corporativismo diferenciado do estatal. Este corporativismo “societário”, como o denomina, propunha uma relação com o poder político na qual os interesses de classe e a autonomia indispensável à sua defesa fossem preservados. Além da questão da autonomia, os outros pontos de divergência entre o corporativismo “societário” e o estatal eram a defesa do direito dos sindicatos de fiscalizarem as leis trabalhistas e de designarem delegados sindicais para as empresas.²⁵ Desta forma, para uma parcela dos trabalhadores o processo de aceitação do projeto corporativista do governo não se caracterizou por um caráter passivo, ao contrário, revelou-se repleto de uma dinâmica própria e, muitas vezes, criativa.

²³ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 7 e Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Caixa 75.

²⁴ - Brasília Ferreira, *op. cit.*, pág. 253.

²⁵ - Stotz, *op. cit.*, pág. 130.

Por outro lado, uma parte dos sindicatos oficiais conseguiu manter até 1935, apesar das limitações impostas pela legislação e da repressão policial, um certo grau de autonomia e de liberdade de ação. De acordo com Angela Gomes, o sindicalismo oficial neste período abrigou tendências políticas diversas e insubmissas ao Ministério do Trabalho.²⁶ Esta autonomia pode ser percebida principalmente através de um elemento: a participação em fatos e movimentos considerados “subversivos”, como greves, manifestações e a Aliança Nacional Libertadora. Em vários momentos o comportamento destas entidades desviava-se bastante do que o governo esperava, deixando-no apreensivo e alerta. Deve ser levado ainda em consideração o fato de que o Código Penal de 1890 estabelecia medidas de proteção dos locais de trabalho e definia como crimes as greves.²⁷ Assim, os sindicatos agiam não somente de uma forma desviante, mas também ilegal.

Em 1932, por exemplo, o Centro dos Operários e Empregados da Light e Companhias Associadas representou uma grande dor de cabeça para o Ministério do Trabalho e a Quarta Delegacia Auxiliar, responsável pela vigilância no meio sindical. No mês de janeiro deste ano o Centro iniciou uma campanha em prol de várias medidas de amparo aos seus associados, incluindo a readmissão de empregados dispensados da Light. O Centro enviou em fevereiro um memorial a Vargas, no qual expôs as reivindicações da categoria. Vargas encaminhou o memorial ao Ministro do Trabalho, que nomeou uma comissão para ouvir as partes em litígio.²⁸

Como o Ministério demorasse a chegar a uma conclusão sobre o caso, no dia

²⁶ - Gomes, *op. cit.*, pág. 180. Outros autores, como Fortes, *op. cit.*; Araújo, *op. cit.*; e Bernardo, *op. cit.*, também mencionam a existência desta autonomia entre os sindicatos oficiais.

²⁷ - Berenice Cavalcante Brandão, Ilmar Rohloff de Mattos e Maria Alice Resende de Carvalho. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/ RJ, Série Estudos número 4, 1981, págs. 222-225.

²⁸ - Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia Auxiliar, 31/12/1932. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59. Segundo o jornal comunista *A Classe Operária*, em março o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e o Chefe de Polícia, Batista Luzardo, compareceram a uma assembléia do Centro para discutirem as reivindicações, mas foram vaiados. Ver edição de 10/03/1932.

23 de abril estourou uma greve nas oficinas da empresa. De acordo com a Polícia, a greve durou apenas algumas horas. Mesmo assim, o novo Chefe de Polícia, João Alberto, nomeou uma comissão para estudar o dissídio, sendo elaborado um acordo que previa, entre outros pontos, o reconhecimento pela empresa do Centro como representante legal da categoria e a não aplicação de sanções contra os participantes da greve.²⁹

Entretanto, o clima continuou agitado no sindicato. No dia 7 de maio uma nova greve foi decretada, exigindo desta vez aumento de salários e diminuição da jornada. Tendo conhecimento da preparação da greve, não foi difícil para a Polícia sufocá-la. Como consequência, o movimento afetou o trabalho das oficinas e o tráfego de bondes e ônibus somente por algumas horas. Alguns diretores do Centro foram presos, e a sede fechada por vários dias. Ao que parece, a ação policial atingiu seus objetivos neste caso, pois após a repressão sofrida nesta última greve o Centro não se envolveu em mais nenhum movimento deste tipo por um bom espaço de tempo.³⁰

A participação dos sindicatos oficiais em eventos do movimento operário como greves, manifestações, comícios e passeatas pode ser melhor avaliada através dos dados levantados, no decorrer da pesquisa, sobre estes eventos.³¹ Uma parcela dos dados obtidos pode ser apreciada no Quadro 1.

²⁹ - Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia Auxiliar, 31/12/1932. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59 e *Correio da Manhã*, 01/05/1932. O acordo foi concluído em 28 de abril.

³⁰ - Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia Auxiliar, 31/12/1932. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 59.

³¹ - Cabe ressaltar aqui que este levantamento não é completo, representando apenas as informações obtidas nas fontes pesquisadas, essencialmente os relatórios policiais e os periódicos diários e operários. Ao mesmo tempo, o levantamento foi parcialmente prejudicado pelas lacunas existentes na documentação, principalmente no período do Estado Novo.

QUADRO 1

Demonstrativo das greves do movimento operário

Greves	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Reprimidas (1)	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Derrotadas	6	2	1	3	3	4	0	0	0	0	1	3	0	2	0	0
Vitoriosas	2	2	5	8	15	8	0	0	0	0	0	0	1	2	0	6
Indefinidas(2)	1	17	3	3	3	10	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Total	11	22	10	14	21	22	0	0	0	0	1	3	2	5	0	10

Fontes: Estes dados foram extraídos do livro de Eulália Lobo (org.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro, Access Editora, 1992; e da pesquisa efetuada nos jornais diários e operários, listados na bibliografia, e nos relatórios da DESPS dos anos de 1930 a 1937 e 1940 a 1943.

(1) Esta classificação refere-se às greves que foram reprimidas pela Polícia. Em 1931 o número referente a este item relaciona-se a um comício.

(2) Nos anos de 1934, 1935 e 1945, estão incluídos, respectivamente, no total de eventos de resultados indefinidos 1 passeata, 2 manifestações e 1 comício.

Pode-se perceber que o número de eventos do movimento operário manteve-se bastante alto em toda a primeira metade da década de 1930, refletindo a grande agitação e mobilização dos trabalhadores. A participação dos sindicatos nos eventos foi se tornando, paulatinamente, mais intensa. Em 1930, das 11 greves registradas, 10 não contaram com a participação das entidades e sobre a outra não há dados disponíveis. Já em 1931, 22 eventos, sendo que em 7 não houve participação, em 3 sim (todos estes sindicatos não eram oficiais) e o restante permaneceu indefinido. No ano seguinte, 10 greves, das quais 6 (3 sindicatos oficiais) não contaram com sindicatos, 2 sim (2 sindicatos oficiais) e 2 não há dados. Em 1933, 14 greves, sendo que em 5 (1 sindicato oficial) não houve participação, em 3 sim (1 sindicato oficial) e 6 indefinidas. Em 1934, 21 eventos, dos quais 9 (8 sindicatos oficiais) não contaram com sindicatos, 10 (9 sindicatos oficiais) sim, e 2 indefinidos. Finalmente, em 1935 registraram-se 22 eventos, sendo que em 6 (5 sindicatos oficiais) não houve participação, em 7 (todos sindicatos oficiais) sim, e 9 permaneceram indefinidos.³²

Nota-se, portanto, a ampliação significativa da participação das entidades oficiais nos eventos considerados pelas autoridades como “subversivos” e “perturbadores da ordem”. O entusiasmo por movimentos de maior envergadura, como a Aliança Nacional Libertadora, também espalhava-se rapidamente por entre estas entidades.

Com o passar do tempo, a sobrevivência dos sindicatos independentes tornou-se cada vez mais difícil. Eles eram corroídos internamente pelas divergências entre a corrente que defendia a manutenção da autonomia e a que postulava a oficialização. O número de partidários desta última só fazia aumentar, graças à vinculação estabelecida, na legislação, entre o gozo dos benefícios sociais e a

³² - Os dados citados aqui foram obtidos nas mesmas fontes do Quadro 1 e também na estatística do Ministério do Trabalho publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 14, outubro/1935.

sindicalização em uma entidade oficial. Desta forma, os próprios associados muitas vezes pressionavam as diretorias sindicais para que estas providenciassem a oficialização dos sindicatos.

Ao mesmo tempo, as entidades independentes sofriam a concorrência direta dos sindicatos oficiais, criados paralelamente pelo Ministério do Trabalho em várias categorias. Além disso, tendo em vista a intensa repressão desencadeada pelo governo, os sindicalistas independentes temiam que suas associações fossem fechadas pela Polícia, passando então a considerar a possibilidade da oficialização. Contudo, esta solução certamente mostrava-se um pouco falha pois, como foi visto anteriormente, o fato de um sindicato ser oficial não o livrava da ação policial.

A série de obstáculos presentes no caminho dos sindicatos independentes provocou uma reavaliação, por parte das correntes de esquerda, de suas táticas em relação ao meio sindical. O PCB, dentro de sua nova política de formação de uma frente popular contra o fascismo, passou a defender a criação de grupos de oposição no interior dos sindicatos oficiais, a fim de afastá-los da influência governamental e paralelamente garantir o controle sobre os mesmos. Nos anos de 1934 e 1935 o partido conseguiu alcançar alguns sucessos com esta tática, chegando a obter a direção de várias entidades. Este foi o caso, por exemplo, da vitória da chapa de oposição na eleição realizada em janeiro de 1935 na União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.³³ Os trotskistas, por seu lado, intensificaram sua ação no interior dos sindicatos oficiais, com o mesmo objetivo de torná-los independentes.

Outro fator que contribuiu para a implantação da estrutura sindical oficial foi a formação de novos quadros de dirigentes. De acordo com Angela Araújo,

³³ - *Avante!*, 08/01/1935.

“A constituição de uma nova camada de dirigentes sindicais ‘ministerialistas’ demonstrou de certa forma o sucesso da estratégia do Ministério do Trabalho de isolar e afastar lideranças combativas e independentes, cooptar novos elementos ‘confiáveis’ e sua capacidade de arregimentação, principalmente junto às categorias até então inorganizadas.”³⁴

A organização desta nova camada de dirigentes reforçou um processo que pode ser percebido desde o início da década de 1930: a existência de sindicalistas que procuravam seguir fielmente as diretrizes do governo. Esta obediência refletia-se não apenas na adoção do projeto corporativista do governo como o principal modelo inspirador da estrutura e da ação sindicais, mas também na tentativa de controle do comportamento dos associados. Em 1932, por exemplo, a diretoria do Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos enfrentou dois problemas com associados “rebeldes”. No mês de maio, o associado Lalinho Amaro da Silva rasgou a sua carteira social na presença da diretoria. Aparentemente, Lalinho não explicou a razão do seu ato, tendo sido suspenso por decisão da assembléia geral do sindicato. O segundo problema ocorreu em agosto, quando vários associados enviaram, sem autorização do sindicato, um memorial ao Ministro do Trabalho e outro ao Capitão do Porto. Também por decisão de uma assembléia geral, os acusados foram suspensos de embarques em navios por 90 dias e dos direitos sociais por seis meses.³⁵

O envolvimento dos associados com grupos e movimentos considerados “subversivos” constituía uma outra fonte de preocupações para as entidades sindicais. Nos anos de 1934 e 1935, quando estes movimentos ganharam maior força, pode-se notar uma intensificação deste envolvimento. Em setembro de 1934, um investigador

³⁴ - Araújo, *op. cit.*, pág. 199.

³⁵ - Atas das Assembléias de 16/05 e 12/08/1932. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Fundo Entidades Sindicais, Pasta 43.

da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) foi assistir a uma assembléia do Centro Cosmopolita. Logo ao entrar no salão da sede, notou vários boletins “extremistas” - publicados pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, uma central sindical criada pelos comunistas - espalhados pelo chão e por diversas cadeiras. No final da assembléia, o investigador foi procurado pelo presidente do Centro, o qual afirmou ser contrário à distribuição de quaisquer boletins e que aquilo somente poderia ter sido feito por algum associado. Solicitou ainda que o investigador não levasse exemplares para a Delegacia, tendo recebido uma promessa neste sentido. Contudo, o investigador revelou-se um grande mentiroso: não só levou exemplares dos boletins, como relatou o ocorrido aos seus superiores.³⁶

Neste mesmo ano, a diretoria da União Beneficente dos Chauffeurs foi destituída pelos seus associados, acusada de promover “o descrédito da sociedade por meio de publicações subversivas, telegramas insultuosos às autoridades máximas do país, protestando contra atos que não se relacionavam com a classe.” Uma junta governativa foi nomeada para gerir interinamente a associação.³⁷

Assim, qualquer método parecia válido, para estes sindicalistas, na luta contra as divergências internas e o comportamento independente de seus associados. Contudo, alguns métodos provocavam muitas vezes repúdio dentro do próprio meio sindical. Em maio de 1935, por exemplo, a Federação Nacional dos Sindicatos Ferroviários enviou uma carta aberta à comissão executiva do Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil, na qual protestava contra a intervenção policial, solicitada pelo próprio sindicato, em questões internas da associação. A comissão executiva havia requerido a ajuda policial para punir “insubordinações” de alguns associados, sendo que a ação repressiva culminou com o fechamento de duas sucursais

³⁶ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 1.

³⁷ - Telegrama enviado pela União Beneficente dos Chauffeurs para Vargas, 10/10/1934. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 7.

do sindicato. De acordo com a Federação, o ato da comissão “só se pode atribuir a proletários desclassificados, inimigos de sua própria classe, traidores de seus companheiros.”³⁸

A preocupação com a manutenção da aparência de ordem e de disciplina no interior das categorias profissionais levava, em diversos momentos, muitos sindicatos a não apoiarem as greves surgidas espontaneamente entre os trabalhadores. Como pode ser percebido no levantamento sobre o movimento operário apresentado anteriormente, ao mesmo tempo em que houve um aumento significativo da participação de sindicatos oficiais em eventos como greves e manifestações, continuaram a ocorrer casos em que a luta dos trabalhadores não contou com o auxílio, mesmo sob a forma de mediação com o patronato, dos sindicatos. Uma atitude comum das associações, nestes casos, era o cuidado em declarar de forma veemente e pública seu repúdio à agitação presente entre os trabalhadores, procurando, deste modo, conservar sua imagem de colaboradores incansáveis na construção da harmonia social. Pode-se citar como exemplo o telegrama enviado por vários sindicatos, em abril de 1932, ao Chefe de Polícia:

“Chegando ao nosso conhecimento que espíritos intrigantes andam propalando que as classes trabalhadoras pretendem fazer uma greve geral nesta Capital vimos mais uma vez desfazer esse boato e hipotecar a V. Excia. o nosso incondicional apoio. Nenhum movimento que possa causar alteração da ordem pública poderá ter a nossa aprovação. Antes pelo contrário terá nossa mais completa repulsa. Estaremos sempre com V. Excia. na linha de frente para combater inimigos da ordem e os extremistas de todas as categorias. Conte pois Exmo. Dr. Chefe de Polícia com nossa solidariedade e mande suas ordens.”³⁹

³⁸ - *Sindicato da Leopoldina*, maio/1935.

³⁹ - Arquivo Nacional, Arquivo Salgado Filho, Caixa 67, Pasta 1. Assinaram o telegrama a União dos Operários Estivadores; a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café; a União Geral dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Portuários; a Associação de Trabalhadores em Carvão Mineral; o Sindicato dos

A formação de novos quadros de dirigentes, a colaboração intensa com a Polícia, a criação de entidades sindicais paralelas e o controle das eleições sindicais constituíam alguns dos instrumentos extra-oficiais que se encontravam à disposição do Ministério do Trabalho em sua tarefa de implementar a estrutura sindical oficial. Assim, tanto os sindicatos oficiais quanto os independentes sofriam os efeitos de formas de intervenção que não estavam previstas nos estreitos limites da lei e, por essa razão, eram aplicadas muitas vezes de maneira violenta. Além disso, quando ocorriam arbitrariedades os sindicatos praticamente só podiam recorrer a autoridades do próprio governo, pois não existia uma instância imparcial que pudesse avaliar as ações dos órgãos estatais.

A lei de sindicalização de 1931 estabelecia como prerrogativas do Ministério a concessão das cartas de reconhecimento, a nomeação de delegados sindicais, a aprovação dos estatutos e a ratificação dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de empregadores.⁴⁰ Cabia também ao Ministério incentivar o conagraamento entre as várias entidades sindicais, a fim de favorecer a união de todas sob metas comuns, inspiradas no projeto corporativista do governo. Com este objetivo, foi realizado no Rio de Janeiro, entre 4 e 17 de abril de 1933, o Congresso Sindicalista Nacional Proletário.⁴¹ Segundo Eduardo Stotz, a autonomia sindical e o anteprojeto da nova lei de sindicalização constituíram os principais pontos debatidos pelos representantes de 31 entidades sindicais oficiais de todo o país. Ainda de acordo com

Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos; a Associação dos Carpinteiros Navais; a União dos Foguistas; o Sindicato dos Vigias Marítimos; a União Beneficente dos Chauffeurs; o Centro Beneficente dos Motoristas; a Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas; e o Centro dos Carregadores.

⁴⁰ - Decreto nº 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer, *op. cit.* Os delegados sindicais possuíam o direito de assistir às assembleias gerais e, em caso de dissolução das diretorias, de serem nomeados diretores dos sindicatos até a realização de novas eleições. A designação de delegados ministeriais para gerir os sindicatos foi uma prática bastante comum no período. Ver, por exemplo, a assembleia geral do Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos realizada em 03/02/1934, na qual o delegado sindical deu posse à nova diretoria. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Fundo Entidades Sindicais, Pasta 43.

⁴¹ - *Correio da Manhã*, 19/04/1933.

este autor, apesar de a iniciativa do Congresso ter partido inteiramente do Ministério, os sindicalistas presentes propuseram, nos debates e nas conclusões das teses, modificações importantes na legislação sindical, de modo a garantir a sobrevivência da autonomia das associações.⁴²

Neste mesmo ano, o governo realizou eleições para a futura Assembléia Constituinte. A grande novidade do pleito consistia na existência, ao lado dos deputados eleitos diretamente pela população, de um grupo de deputados classistas, eleitos de forma indireta por um colegiado composto de representantes sindicais escolhidos pelas associações de empregados, de empregadores e de profissionais liberais. A convocação das eleições provocou um aumento significativo no número de sindicatos oficiais. Para se ter uma idéia, o total de sindicatos de empregados reconhecidos em todo o país pulou de 83 em 1932, para 141 em 1933. O crescimento do número de sindicatos de empregadores foi ainda mais impressionante: de 4 em 1932 para 59 no ano seguinte. Contudo, no Distrito Federal o total de reconhecimentos de associações de empregados não aumentou, mas sim diminuiu de 23 para 15. Já as associações de empregadores seguiram a tendência de crescimento verificada em todo o país.⁴³

Boa parte deste aumento no número de sindicatos oficiais deveu-se à campanha de incentivo à sindicalização promovida pelo governo. Este último pretendia, através da ampliação da sindicalização, garantir para si uma base de apoio dentro da Constituinte. Para atingir este objetivo geral, o Ministério do Trabalho chegou a descumprir a lei de sindicalização, ao permitir a existência de mais de uma entidade oficial representando uma mesma categoria profissional. Em 1934, por exemplo, a categoria dos empregados em hotéis e restaurantes estava dividida entre dois sindicatos

⁴² - Stotz, *op. cit.*, págs. 130-132.

⁴³ - Estatística do Ministério do Trabalho publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 49, setembro/1938.

oficiais, a União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres e o Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares. Entretanto, a União - a entidade mais antiga, tendo sido reconhecida em dezembro de 1931 - nunca aceitou a criação do seu concorrente. Em consequência, utilizou vários meios de pressão, dentre eles a solicitação de providências às autoridades, até conseguir o fechamento do Sindicato, pela Polícia, em junho de 1934.⁴⁴

Por seu lado, o patronato também percebeu a importância de ter seus interesses representados na Constituinte. Assim, suas entidades - que desde 1931 já vinham arregimentando quadros e reorganizando-se para poderem solicitar a oficialização - realizaram uma sindicalização “de emergência”, a fim de estarem qualificadas para as eleições. Porém, a oficialização dos sindicatos patronais não eliminou a existência paralela das suas associações civis, cujas formas de organização e de funcionamento encontravam-se estruturadas desde a década de 1920.⁴⁵

O governo procurou intervir diretamente na eleição dos deputados da bancada dos empregados, a fim de assegurar a escolha dos candidatos mais afinados com o seu projeto.⁴⁶ Isto pode ser percebido, por exemplo, na assembléia geral do Sindicato dos Operários e Empregados nas Indústrias Frigoríficas realizada em abril de 1933. Um dos assuntos tratados durante a assembléia, que foi presidida por um representante do Ministério do Trabalho, foi a indicação do nome do dr. Jones Rocha como candidato da categoria. Os associados presentes aceitaram a candidatura, a qual, certamente, contava também com o respaldo do Ministério.⁴⁷

Segundo Angela Araújo, a maioria dos deputados da bancada dos

⁴⁴ - *A Voz da Classe*, 16/06 e 30/06/1934 e estatística do Ministério do Trabalho publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, nº 14, outubro/1935.

⁴⁵ - Araújo, *op. cit.*, págs. 134-139.

⁴⁶ - Michael L. Conniff, “Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 17, nº 1, february 1975, pág. 76 e Araújo, *op. cit.*, pág. 244.

⁴⁷ - *Correio da Manhã*, 20/04/1933.

empregados assumiu uma postura governista durante os trabalhos da Constituinte. Sua atuação deu-se, em geral, no sentido de garantir os interesses dos trabalhadores e ampliar seus direitos sociais, o que gerou críticas por parte de uma parcela do movimento operário, constituída principalmente pelas correntes de esquerda e pelos sindicatos independentes.⁴⁸

A nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, refletiu as divergências existentes entre os deputados, apresentando-se com um formato final híbrido que conjugava concepções liberais e corporativas. Principalmente devido à pressão dos grupos católicos, interessados na formação de entidades sindicais próprias e independentes, a pluralidade sindical foi estabelecida.⁴⁹ Para o governo, entretanto, provocava maiores preocupações o artigo da Constituição que garantia a plena autonomia sindical. Para evitar que a situação fugisse ao seu controle, poucos dias antes da promulgação da Constituição o governo editou a nova lei de sindicalização, na qual a autonomia dos sindicatos sofria uma série de restrições.

Nesta nova lei, foram mantidas as proibições, já estabelecidas na lei de 1931, da propaganda de ideologias “exóticas” no interior das associações e da ligação destas com organizações internacionais. Ao mesmo tempo, aspectos da organização interna dos sindicatos, que até então eram definidos pelas assembleias, foram fixados em detalhes pela nova lei, como a determinação dos requisitos para que um associado pudesse concorrer a um cargo administrativo. Também ganharam maior espaço as medidas destinadas a compelir a sindicalização dos trabalhadores, dentre elas o direito de preferência dos empregados sindicalizados na admissão nos trabalhos públicos ou

⁴⁸ - Araújo, *op. cit.*, págs. 246-250. No início de março de 1934, a Federação do Trabalho do Distrito Federal - uma organização oficial - enviou dois telegramas a Vargas, nos quais solicitava que a Polícia não impedisse a realização, por parte da Federação e da bancada dos empregados, de um protesto contra a decisão do comitê revisor da Constituinte de abolir os direitos sociais dos trabalhadores. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 88.

⁴⁹ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 226.

em empresas que explorassem serviços públicos. Por outro lado, algumas prerrogativas do Ministério do Trabalho, como a nomeação de delegados sindicais e a ratificação de acordos coletivos, foram suprimidas.⁵⁰

A nova lei de sindicalização conseguiu provocar pelo menos um efeito: foi criticada tanto por sindicatos oficiais quanto por autônomos. Poucos dias após a promulgação da lei, a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, um sindicato oficial, iniciou uma campanha de protesto contra a mesma. Posteriormente, a Federação do Trabalho do Distrito Federal reuniu, em sua sede, todos os sindicatos filiados a ela e vários sindicatos não oficiais com o objetivo de discutir a nova lei. Ficou acertada a participação da Federação e de todos os sindicatos presentes na campanha pela revogação da lei.⁵¹ Os principais argumentos dos sindicalistas foram expostos de forma clara em um editorial do jornal oficial da União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal.

“A nova lei de sindicalização, foi uma burla sem precedentes para o proletariado nacional. Em vez de se procurar melhorar a que existia, escoimando-a das tendências fascistas que a caracterizavam, deu-se 50 passos para trás aniquilando, de uma só cajadada, todas as conquistas proletárias obtidas pelos trabalhadores. Senão podiam os operários, com a lei antiga, lutar com desenvoltura pelas suas reivindicações, hoje, com a nova, torna-se impossível levantar a cabeça. Além do seu reacionarismo gritante, a nova lei de sindicalização é inconstitucional, pois que a autonomia sindical foi negada por todas as formas. (...)”⁵²

As entidades sindicais, tanto as oficiais quanto as independentes, tinham

⁵⁰ - Decreto n° 24.694, de 12/07/1934. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 1, setembro/1934.

⁵¹ - *Avante!*, 28/07/1934. Dentre as providências planejadas, encontrava-se a impetração de um mandado de segurança contra a lei, por parte da Federação, sob a alegação de sua inconstitucionalidade.

⁵² - *União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal*, 01/08/1934.

ainda diante de si dois grandes problemas, cujas soluções definitivas certamente não residiam, pelo menos de forma completa, na legislação sindical e na interferência do Ministério do Trabalho. Um destes problemas era a baixa sindicalização dos trabalhadores, ao lado da pequena participação dos associados nas atividades dos sindicatos. Mas esta não era uma dificuldade recente. Desde a República Velha os trabalhadores cariocas já demonstravam desinteresse pela associação nas entidades existentes. Na verdade, esta é uma questão difícil de ser analisada, principalmente devido à escassez de fontes disponíveis. Para o período da República Velha, por exemplo, algumas informações podem ser obtidas de forma esporádica na imprensa operária, mas praticamente não existe um tipo de fonte específica sobre esses dados que compreenda um período relativamente longo de anos e um grande número de associações. Além disso, a maioria dos sindicatos não fazia um controle rigoroso das inscrições, provocando assim erros na contagem do número de associados. Apenas a partir de 1910 é que os sindicatos passaram a realizar uma revisão anual das inscrições.

No governo Vargas a disponibilidade de informações tornou-se maior. Isto ocorreu essencialmente devido ao fato de que as entidades sindicais eram obrigadas por lei a encaminhar, no momento em que requeriam a oficialização e nos relatórios anuais, ao Ministério do Trabalho os dados sobre o número de associados. Contudo, as lacunas nas informações continuaram a existir, pois muitos sindicatos não enviavam regularmente seus relatórios. Outra fonte importante são os questionários sobre a vida sindical enviados pela Polícia para as entidades.

De acordo com Claudio Batalha⁵³, o nível de sindicalização durante a República Velha era extremamente variável, mudando de acordo com os ramos de atividade, o nível de qualificação dos trabalhadores, as características da mão-de-obra, etc. Os trabalhadores da indústria, por exemplo, estavam entre os de sindicalização

⁵³ - Claudio Batalha. *Le syndicalisme "amarelo"...*, op. cit., pág. 128.

mais baixa. Possivelmente esta situação devia-se à introdução do sistema de fábrica, que, ao retirar de maneira rígida do operário o controle sobre o resultado da sua produção, dificultava a união dos trabalhadores. A União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, por exemplo, provavelmente nunca conseguiu sindicalizar mais do que 20% dos operários da categoria.⁵⁴ Por outro lado, os trabalhadores do setor de transportes apresentavam uma taxa bastante desenvolvida, como os trabalhadores do porto e dos transportes marítimos, que em 1920 reuniram 70% de sua categoria nos seus sindicatos.⁵⁵ A maior parte das categorias somente conseguia atingir uma taxa de sindicalização alta nos momentos de grande mobilização. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os gráficos. Em outubro de 1915 a Associação Gráfica do Rio de Janeiro contava com 600 associados, 10% do total da categoria. Dois anos depois, em plena agitação operária, o número pulara para 4.000 associados, 66,6% do total.⁵⁶

Na década de 1930, a ausência de um censo populacional prejudica bastante a avaliação do nível de sindicalização dos trabalhadores, já que, após o censo de 1920, somente foi realizado outro em 1940. Assim, escolhi utilizar na análise o censo de 1920, pois considero que ele encontra-se mais próximo à realidade do início da década de 1930 do que o censo de 1940. Além disso, cabe ressaltar que os dados sobre o número de associados referem-se, em sua imensa maioria, aos sindicatos oficiais, tendo em vista o tipo de fonte utilizada, ou seja, as estatísticas do Ministério do Trabalho. Desta forma, nas categorias em que ainda existiam sindicatos independentes os resultados encontrados são parciais, na medida em que não englobam estes sindicatos.

Várias categorias apresentaram, nos anos iniciais da década de 1930, taxas de sindicalização muito próximas às da República Velha. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos possuía, em 1933, 990 associados, menos de 10% da categoria,

⁵⁴ - Claudio Batalha. *Le syndicalisme "amarelo"...*, op. cit., pág. 134.

⁵⁵ - Idem, pág. 130.

⁵⁶ - Idem, pág. 135.

estimada em 15.000 trabalhadores. Neste mesmo ano, 560 metalúrgicos, cerca de 12% da categoria, faziam parte da União dos Trabalhadores Metalúrgicos. Entre os gráficos, a taxa de sindicalização girava, em 1932, em torno de 25%, pois a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal registrava neste ano 1.417 associados. Por outro lado, a sindicalização entre os portuários e os marítimos continuou bastante alta. Somando-se os associados de todos os sindicatos oficiais destas duas categorias chegasse ao número de 11.000 associados, o que representa cerca de 65% do conjunto total das categorias, estimado em 17.000 trabalhadores.⁵⁷

Deste modo, a maioria das categorias possuía níveis de sindicalização bastante baixos, permanecendo muitas vezes abaixo de 50% do total de trabalhadores. Contudo, não bastava apenas garantir a associação dos trabalhadores. Também constituía um objetivo importante dos sindicalistas estimular a participação dos associados na vida dos sindicatos. Um dos indicadores do desinteresse dos associados pode ser encontrado na média de frequência nas assembléias gerais das entidades. Em setembro de 1930, o Centro Cosmopolita informou à Quarta Delegacia Auxiliar que dos seus 3.147 associados somente 50 costumavam assistir às assembléias. Três anos depois, os quadros da mesma entidade haviam se reduzido para 2.880 associados, mas a média de presenças subira para entre 100 e 300. Na União Marítima Brasileira, organização que reunia várias categorias, dos 1.787 associados registrados em 1931, apenas 20 tinham o hábito de freqüentar as assembléias.⁵⁸

No decorrer da primeira metade da década de 1930 pode-se perceber uma mudança nos meios utilizados pelos sindicalistas para atingir a meta de ampliar a sindicalização e a participação entre os trabalhadores. Inicialmente, através dos artigos

⁵⁷ - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1921, vol. II; estatística do Ministério do Trabalho publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 14, outubro/1935; Claudio Batalha. *Le syndicalisme "amarelo"...*, *op. cit.*, págs. 130-135; e Stotz, *op. cit.*, pág. 146.

⁵⁸ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixas 1 e 129.

e manifestos publicados na imprensa, os sindicalistas recorriam ao argumento da necessidade de união de todos os membros das categorias em torno de suas associações, a fim de lutarem em prol da conquista de seus direitos.⁵⁹ Com a promulgação dos primeiros decretos referentes à matéria sindical, o apelo à sindicalização sofreu uma alteração, passando a centrar-se na vinculação entre a associação e o direito aos benefícios sociais. Um manifesto da União dos Empregados no Comércio afirmava claramente que “(...) todo e qualquer empregado no comércio, para que tenha perfeitamente garantidos os seus direitos, deverá pertencer ao sindicato da sua classe, nesta capital e nos Estados.”⁶⁰

Ao que parece, a simples argumentação não surtiu os efeitos desejados pelos sindicalistas. Tornava-se necessária a adoção de meios mais eficientes, que realmente conseguissem arregimentar os trabalhadores. Em 1933, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres criou a Comissão Especial de Propaganda e Atuação Social (CEPAS), cujos componentes deveriam, nos locais de trabalho, fazer propaganda da entidade e convencer os trabalhadores a sindicalizarem-se. Segundo o presidente do sindicato, “os membros atuantes da ‘CEPAS’, antes de tudo, deverão tomar, como ponto de partida da sua catequese sindicalista, os recursos orais da persuasão, do conselho, das comparações, dos confrontos, das vantagens que oferecem a união e a solidariedade dos trabalhadores.”⁶¹ Em outra associação, a União dos Trabalhadores Metalúrgicos, os conselhos sindicais - responsáveis pela ligação entre a diretoria e os associados nas empresas - ganharam um peso maior no interior da organização sindical.⁶²

Por seu lado, o governo também procurou induzir os trabalhadores à

⁵⁹ - Ver, por exemplo, o manifesto da União dos Trabalhadores Gráficos publicado em *A Voz do Gráfico*, agosto/1930 e o apelo de alguns operários lustradores na edição de 24/07/1931 do jornal *A Manhã*.

⁶⁰ - *A Esquerda*, 20/10/1931.

⁶¹ - *S.T.T.T.*, 15/08/1933.

⁶² - Stotz, *op. cit.*, págs. 278-281.

associação, através de novas medidas que ofereciam um número ainda maior de benefícios aos sindicalizados. Porém, como será visto mais tarde, mesmo a ação conjunta dos sindicatos e do governo não conseguiu atrair a maior parte dos trabalhadores cariocas para o interior das entidades sindicais.

O outro problema com que se defrontavam os sindicatos era a fiscalização do cumprimento, por parte dos empregadores, das leis sociais. O patronato considerava estas últimas interferências externas, e indevidas, nos locais de trabalho, vistos como pequenos domínios particulares, onde as regras eram ditadas exclusivamente pelos seus donos. As leis decretadas pelo governo apenas quebravam a harmonia existente nestes locais, pois estimulavam os trabalhadores a lutarem pelos seus direitos. Além disso, representavam uma séria limitação à autoridade patronal exercida no interior das fábricas.⁶³ Ainda de acordo com o patronato, a concessão de benefícios sociais encareceria demais a produção, tornando pouco competitivos os produtos brasileiros. O desenvolvimento econômico do país estaria, desta forma, imensamente prejudicado.

A lei de sindicalização de 1931 estabelecia como prerrogativas dos sindicatos trabalhistas a participação em “conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regularem os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados” e a faculdade de estabelecerem convenções ou contratos de trabalho com outros sindicatos profissionais, com empresas e com patrões.⁶⁴ Contudo, em sua aplicação prática a lei esbarrava na realidade do “mundo do trabalho”. Para a maioria dos patrões, temas como salário, jornada de trabalho e concessão de benefícios constituíam questões privadas, que

⁶³ - A resistência do patronato à concessão de direitos aos trabalhadores não constituiu um fenômeno exclusivo do Brasil. Maurice Dobb mostra que na Inglaterra e, principalmente, nos Estados Unidos os patrões usaram dos mais diversos instrumentos, dentre eles a coerção e a violência, para evitar a organização dos trabalhadores e a aplicação das leis sociais. Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, págs. 352-357.

⁶⁴ - Artigos 6º e 7º do Decreto nº 19.770, de 19/03/1931, *apud* Waldir Niemeyer, *op. cit.*

deveriam ser resolvidas diretamente entre eles e os seus empregados. Assim, eles não reconheciam os sindicatos como representantes dos trabalhadores e, em consequência, impediam qualquer tentativa de negociação. Ao mesmo tempo, não permitiam a entrada de comissões fiscalizadoras dos sindicatos nos locais de trabalho e nem a formação de comitês de fábrica.⁶⁵ Outra prática bastante comum, mas ilegal, consistia na demissão, das empresas, dos membros das diretorias sindicais.⁶⁶

Desta forma, as associações trabalhistas viam-se envolvidas em uma luta inglória, onde conheciam mais derrotas do que vitórias. Seu possível aliado, o governo, ainda não havia montado uma estrutura ampla e eficiente de fiscalização, sem contar o fato de que muitos funcionários e membros do alto escalão fechavam os olhos para as transgressões do patronato. A solicitação de providências às autoridades, como ministros e o próprio Presidente, apresentava-se, então, praticamente como a única alternativa viável para os sindicatos.

Pelo menos um dos conflitos registrados, no período, entre patrões e sindicatos acabou em vitória para os trabalhadores. Em junho de 1931, a União dos Trabalhadores Gráficos conseguiu a autuação da Gráfica Real Grandeza, que estava desrespeitando a lei do descanso dominical. O sindicato havia recebido uma denúncia contra o estabelecimento.⁶⁷

Entretanto, a maior parte dos conflitos resultou em derrota para os sindicatos. No mês de maio de 1932, por exemplo, o Centro dos Empregados do Cais

⁶⁵ - A própria legislação estabelecia limites bastante estreitos para a fiscalização por parte dos sindicatos. Segundo um parecer de Oliveira Vianna, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, aos delegados sindicais era permitida apenas a atuação como colaboradores dos funcionários fiscais do Departamento Nacional do Trabalho. Esta atuação era entendida como o direito de denunciar os infratores às autoridades competentes e de instalar processos perante os tribunais. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 4, dezembro/1934.

⁶⁶ - Em 28/05/1934, por exemplo, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos enviou um telegrama a Vargas, no qual protestava contra a demissão do seu vice-presidente e do seu primeiro secretário das empresas onde trabalhavam. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 7. O Decreto n° 19.770 proibia expressamente este tipo de perseguição contra trabalhadores sindicalizados e membros de diretorias.

⁶⁷ - *A Esquerda*, 29/06/1931.

do Porto enviou um ofício ao Ministro do Trabalho, ao Chefe de Polícia e à Federação do Trabalho relatando suas divergências com o superintendente da Companhia Brasileira de Portos. O Centro havia recebido várias denúncias da existência de um desconto indevido, efetuado pela empresa nos ordenados dos empregados mensalistas. Resolveu, então, encaminhar um ofício ao superintendente, solicitando a suspensão do desconto. Mas o superintendente negou-se a discutir o assunto, chegando a afirmar que o sindicato não deveria amolá-lo, porque eles eram empregados e ele patrão. Instalado o impasse, o Centro resolveu pedir a interferência das autoridades.⁶⁸

Outro conflito ocorreu dois anos depois, quando o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres entrou em contato com o sindicato patronal a fim de negociarem a aplicação da lei que regulava a duração da jornada de trabalho dos empregados em transportes. Contudo, o sindicato patronal recusou-se a iniciar as negociações, deixando os trabalhadores bastante surpresos, pois os patrões haviam participado da elaboração da referida lei.⁶⁹ Assim, nem mesmo a legislação sindical conseguiu provocar mudanças significativas na postura do patronato em relação à organização dos trabalhadores e à concessão de benefícios sociais.

b) 1936-1945: a implantação definitiva da estrutura oficial

Após o fracasso dos levantes da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, o governo promoveu uma grande ação repressiva, que atingiu os mais variados grupos sociais em praticamente todo o território nacional. Protegido pelas prerrogativas garantidas pelo estado de sítio, aprovado no dia 25 de novembro de 1935, o regime fez um amplo uso dos vários instrumentos que possuía em mãos. A censura

⁶⁸ - *Revista dos Ferroviários*, maio/1932.

⁶⁹ - *Diário Português*, 30/01/1934.

aos meios de comunicação foi intensificada. Centenas de pessoas foram presas - incluindo militantes e simpatizantes comunistas e aliancistas, além de seus parentes e amigos -, lotando as infectas prisões. A vigilância sobre indivíduos e grupos considerados perigosos foi reforçada. Bastava uma leve suspeita sobre a pessoa, ou uma denúncia, para que ela perdesse sua liberdade.

A onda de repressão alcançou também os sindicatos. Até entidades oficiais foram fechadas, e seus diretores presos. Novas medidas restritivas da liberdade sindical foram implantadas. Um dos indicadores mais marcantes da imobilização quase total em que mergulharam os sindicatos reside na redução drástica no número de manifestações do movimento operário, nos anos seguintes a 1935 (ver Quadro 1). Entre 1936 e 1939 não houve o registro de qualquer ocorrência. Foi somente a partir de 1940 que se reiniciou a movimentação no meio operário, mas de forma ainda muito tímida. Os mesmos sindicatos que, antes de 1935, haviam conseguido manter uma certa margem de autonomia e apoiar várias reivindicações dos trabalhadores sofriam agora toda a sorte de limitações à sua ação.

Entretanto, cabe ressaltar que este levantamento do número de eventos do movimento operário foi restringido pela dificuldade de obtenção de informações. Como a censura à imprensa tornou-se mais rigorosa após 1935, mesmo que eventos deste tipo chegassem a acontecer eles não seriam noticiados. Assim, a principal fonte de dados para o levantamento passou a ser representada pelos relatórios da Seção de Segurança Social da DESPS. Contudo, infelizmente só consegui encontrar os relatórios dos anos de 1930 a 1937 e 1940 a 1943. Desta forma, não obtive, para alguns anos, nenhuma fonte de onde tirar informações. Acredito que possam ter ocorrido algumas greves ou manifestações nestes anos, mas seus registros, se existirem, não se encontram nas fontes pesquisadas para a realização deste trabalho.

Como foi visto acima, a situação do movimento sindical não era nada

animadora. Os sindicatos independentes desapareceram, enquanto que os oficiais perderam a sua pouca autonomia. A luta pelas reivindicações dos trabalhadores deveria agora passar necessariamente pelos canais oficiais - o recurso às autoridades ou à Justiça do Trabalho -, pois a Constituição de 1937, outorgada no mesmo dia do golpe de Estado, proibía a greve e o “lock-out”, considerados recursos anti-sociais e nocivos ao trabalho e ao capital.⁷⁰ O cerceamento da liberdade de ação dos sindicatos teve como consequência a intensificação de uma antiga prática dos trabalhadores cariocas: a sua organização e mobilização fora das entidades sindicais. A maioria absoluta das greves levadas a efeito entre os anos de 1930 e 1935 abrangeram apenas os empregados de uma determinada fábrica ou empresa. Foram poucos os casos em que ocorreram mobilizações de categorias inteiras.⁷¹ Deste modo, geralmente eram os próprios trabalhadores que tomavam a iniciativa da paralisação, que podia contar ou não com o apoio do sindicato. Muitas vezes os trabalhadores precisavam apenas anunciar a sua intenção de cruzar os braços para atingir os seus objetivos, pois a simples possibilidade de paralisação fazia muitos patrões recuarem e aceitarem negociar as reivindicações de seus empregados. Estas ameaças de greves encontram-se fartamente registradas na documentação, constituindo, portanto, uma prática bastante comum.

Portanto, uma parcela importante da luta cotidiana dos trabalhadores em defesa dos seus direitos tinha como cenário principal os próprios locais de trabalho. A diferença fundamental, durante o Estado Novo, residia no fato de que, com o controle exercido pelo governo sobre os sindicatos, os trabalhadores já não podiam contar com a possibilidade de auxílio por parte destes. Tanto que, das 20 greves ocorridas entre 1940 e 1945 apenas cinco receberam apoio dos sindicatos; quatro foram realizadas contra a vontade das associações; e nas restantes, onze, não houve participação dos sindicatos.⁷²

⁷⁰ - Artigo 139 da Constituição Federal de 1937. *Lex*. São Paulo, Lex Editora, ano I, 1937.

⁷¹ - Estas conclusões baseiam-se nas mesmas fontes do Quadro 1.

⁷² - Os dados citados aqui foram obtidos nas mesmas fontes do Quadro 1.

Assim, pode-se perceber claramente que os sindicatos preferiam não se envolver em qualquer tipo de ação que não tivesse a aprovação expressa do governo. Eles certamente não queriam correr riscos. Desta forma, a luta cotidiana nos locais de trabalho - expressa não apenas através de greves, mas também de outros meios como sabotagens e “operações tartaruga” - transformou-se num dos raros espaços de manifestação da organização espontânea, e muitas vezes independente, dos trabalhadores. Segundo Maria Célia Paoli,

“Embora a forma ditatorial de governo tenha sugerido para a história apenas os equívocos e o silêncio da luta e do protesto, estas não se congelaram, mesmo que sua forma tenha mudado pelas poucas chances de se manifestar abertamente. Houve, em primeiro lugar, a continuidade das resistências operárias nas fábricas contestando a exploração corrente e os abusos empresariais aos direitos fundamentais dos trabalhadores. (...)”⁷³

Neste período, os conselhos de fábrica ganharam maior importância na luta cotidiana dos trabalhadores. Até 1935, as categorias que possuíam os conselhos mais atuantes eram os metalúrgicos e os têxteis. Além disso, em vários momentos os conselhos converteram-se em agentes relativamente autônomos do movimento operário.⁷⁴ Com a desarticulação das correntes de esquerda, após os levantes de 1935, uma boa parte dos conselhos obteve uma autonomia ainda maior. Estas correntes, principalmente os comunistas, sempre haviam incentivado a formação dos conselhos, mas procuravam mantê-los sob controle e fiéis às diretrizes formuladas pelas lideranças.

⁷³ - Maria Célia Paoli. “Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. *Estudos Avançados*, n° 7, vol. 3, 1989, pág. 58.

⁷⁴ - Eulália Maria Lahmeyer Lobo (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro, Access Editora, 1992, págs. 57 e 70.

Usufruindo de uma maior liberdade de ação, os conselhos puderam aproximar-se mais dos trabalhadores e lutar de forma mais enfática pelas suas necessidades mais prementes. Para a Polícia, a existência dos conselhos representava um perigo que deveria ser totalmente eliminado, devido à influência que possuíam junto aos trabalhadores. No relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, referente ao ano de 1942, o chefe da Seção mencionou a desarticulação de dois comitês de fábrica, um na Hanseática e outro na Brahma. O policial apresentou as seguintes justificativas para a ação efetuada:

“A prisão de tais indivíduos se impunha, consoante instruções do Sr. Major Delegado Especial, no sentido de se procederem diligências que pusessem termo à perturbação da ordem; pois as atitudes desses pretensos ‘Leaders’ trabalhistas vinham contagiando maior número de operários desavisados, os quais, senão coesos com os agitadores, emprestavam-lhes imediato apoio moral. E esse incentivo tanto mais pernicioso se tornava que os aludidos agitadores se permitiram a audácia de pretender sobrepor-se à Administração das Companhias, alardeando que nenhuma substituição de técnicos poderia ser feita, sem seu prévio assentimento.”⁷⁵

Contudo, apesar dos esforços da Polícia muitos conselhos de fábrica conseguiram sobreviver aos anos mais negros do Estado Novo, mantendo sua atuação junto aos trabalhadores. Com o declínio do regime ditatorial, esta atuação assumiu contornos mais agressivos, refletindo-se na busca de aliados para as suas reivindicações. Em junho de 1945, por exemplo, integrantes do conselho 58 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material

⁷⁵ - Relatório da Seção de Segurança Social da DESPS, 31/12/1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Administração, Pasta 1-I.

Elétrico - todos empregados da Companhia Federal de Fundição - foram à redação do jornal *Tribuna Popular* solicitar o apoio daquele órgão para a sua campanha em prol de aumento de salários. De acordo com os trabalhadores, devido ao estado de guerra as grandes empresas metalúrgicas, que encontravam-se sob controle militar, não haviam concedido quaisquer aumentos para seus empregados nos últimos anos. A situação dos trabalhadores era crítica e, por isso, eles decidiram reivindicar um aumento de salários.⁷⁶

Como já foi mencionado acima, após 1935 os sindicatos passaram a tentar solucionar as demandas das suas categorias através principalmente de dois instrumentos, o recurso às autoridades e a instalação de dissídios na Justiça do Trabalho. Note-se que, em ambas as formas, a busca do atendimento das demandas passava necessariamente pela intermediação do Estado, seja por meio da interferência dos membros do Poder Executivo, seja pelas sentenças do Judiciário. Duas razões explicam, basicamente, a preferência dos sindicatos por este tipo de ação. Uma consiste no fato de que estas formas de reivindicação eram as únicas consideradas legais pelo governo e, por isso, não representavam riscos para os sindicatos nelas envolvidos. Não haveria motivo para os sindicatos serem fechados ou seus dirigentes presos, já que eles procuravam manter-se dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Seguindo ainda este princípio, vários sindicatos tornaram-se aliados do governo no seu trabalho de desarticulação das correntes de esquerda do movimento operário. As diretorias destes sindicatos começaram a vigiar atentamente as atividades dos seus associados, excluindo espontaneamente dos seus quadros aqueles que apresentavam atitudes suspeitas ou possuíam antecedentes na Polícia. Este foi o caso, por exemplo, da União dos Operários Estivadores, da União dos Trabalhadores

⁷⁶ - *Tribuna Popular*, 22/06/1945.

Metalúrgicos e da União Beneficente dos Chauffeurs.⁷⁷ Posteriormente, a própria Polícia, através da DESPS, passou a investigar os antecedentes dos membros dos sindicatos e a solicitar que as diretorias afastassem os que registrassem envolvimento anterior com o extremismo.⁷⁸

Alguns sindicatos mostraram uma dedicação ímpar à campanha contra o extremismo, seguindo fielmente as diretrizes impostas pelo governo. Entre estes, encontrava-se o Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil. Em fevereiro de 1936, esta entidade divulgou uma moção de apoio aos poderes constituídos, na qual comunicava que já havia desligado dos seus quadros os associados suspeitos de “subversão”. Na mesma época, seu jornal oficial, o *Unitivo Ferroviário*, passou a publicar artigos que continham críticas ao extremismo. Um ano depois, o Sindicato realizou uma viagem de propaganda anti-comunista e de defesa do Estado Novo, tendo percorrido várias cidades de Minas Gerais.⁷⁹

A outra razão reside no pacto existente entre o Estado e os sindicatos, cuja definição já foi exposta anteriormente. Durante o Estado Novo, este pacto manifestou-se com toda a intensidade. Se, por um lado, as declarações de apoio ao governo, por parte das associações, tornaram-se mais freqüentes⁸⁰, as exigências de contrapartida cresceram na mesma proporção. Pode-se citar como exemplo deste fato a atuação da

⁷⁷ - Stotz, *op. cit.*, pág. 266; “Discurso proferido na Câmara dos Deputados pelo Dr. Agamemnon Magalhães, Ministro do Trabalho, (...) em 18 de janeiro de 1937”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 30, fevereiro/1937; e carta da União Beneficente dos Chauffeurs ao Ministro da Justiça, 09/05/1936. Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, Caixa 76.

⁷⁸ - Em dezembro de 1939, o delegado da DESPS enviou uma carta ao presidente da União Beneficente dos Chauffeurs, na qual solicitava que alguns membros do conselho deliberativo da União, que apresentavam antecedentes, fossem substituídos. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 129.

⁷⁹ - Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, Caixa 76 e Secretaria da Presidência da República, Lata 9; e *Unitivo Ferroviário*, 15/04/1936.

⁸⁰ - Estas declarações eram feitas através do envio de telegramas, da realização de homenagens a autoridades, da participação em comemorações oficiais e da elaboração de moções de apoio. Alguns exemplos podem ser encontrados no *Diário de Notícias*, 22/05/1936; no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 29, janeiro/1937; no *Correio da Manhã*, 28/11/1937; e no Arquivo Privado de Filinto Müller localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

União dos Operários Estivadores. Em setembro de 1938, esta associação inaugurou - com a presença de representantes do Ministro do Trabalho, do Prefeito e do Chefe do Governo - o hospital da categoria. Como homenagem a Vargas, foi colocado, na frente do edifício, um busto do Presidente da República. Quatro anos depois, este mesmo sindicato enviou um memorial ao Ministro do Trabalho, no qual protestava contra a eliminação, através de um recente decreto, da remuneração superior para o trabalho noturno e para o realizado aos domingos e feriados. Pleiteava, além do restabelecimento do adicional, o aumento das taxas de remuneração.⁸¹

Assim, a exigência de que o governo cumprisse o seu papel no pacto levava muitas vezes os sindicatos a contestarem atos do próprio governo, gerando uma situação de tensão entre as duas partes. No mês de setembro de 1939, o Chefe da Seção de Segurança Social da DESPS convidou a diretoria da Federação Nacional dos Marítimos a comparecer na Delegacia. Ele repreendeu os sindicalistas por terem permitido a elaboração e apresentação, ao Ministro do Trabalho, de um memorial que requeria o estabelecimento de adicionais referentes a riscos de guerra para toda a categoria dos marítimos. Além disso, classificou o memorial de absurdo e inoportuno pois, ao solicitar um acréscimo total de 250%, não consultava os interesses econômicos do país. O policial ordenou então que um novo memorial fosse redigido, e que o antigo fosse retirado do Ministério do Trabalho.⁸²

Entretanto, o governo não concedeu o aumento pleiteado, causando uma onda de insatisfação que extrapolou os limites da categoria envolvida. Um mês após a reunião na DESPS, uma informação policial relatou que o Ministério do Trabalho havia

⁸¹ - *Correio da Manhã*, 08/09/1938 e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5. Parece que a construção do hospital não foi das mais tranquilas pois, dois dias antes da inauguração, o presidente do conselho fiscal da União enviou um telegrama a Vargas, no qual denunciava que a Junta Governativa havia imposto à coletividade a construção, feita sem autorização da assembleia. O presidente pedia o cancelamento da inauguração. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 88.

⁸² - Informação da Seção de Segurança Social sobre a Federação Nacional dos Marítimos, 20/09/1939. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

endereçado ofícios a vários sindicatos, pedindo o seu comparecimento na parada trabalhista que faria parte das comemorações do Dia da Bandeira, em 19 de novembro, mas que notava-se “uma pronunciada má vontade” das classes trabalhistas em relação à parada. O autor da informação afirmou que esta “má vontade” provavelmente era causada pelo fato de os marítimos não terem sido contemplados pelas remunerações de riscos de guerra. O conflito com o governo provocou também uma crise interna na Federação, que culminou com o pedido de renúncia de seu presidente, o qual não foi aceito pela assembléia geral.⁸³

O recurso à ação legal - através primeiramente das Juntas de Conciliação e Julgamento e, depois de 1940, da Justiça do Trabalho - foi bastante utilizado pelos sindicatos.⁸⁴ E o número de dissídios coletivos teria sido maior se o governo não tivesse estipulado em 1943, como parte do esforço de guerra, a necessidade de autorização prévia do Ministério do Trabalho para a sua instauração.⁸⁵ A criação de um ramo do Judiciário que cuidasse exclusivamente dos conflitos surgidos entre o capital e o trabalho constituía um dos pontos principais, no campo da questão social, do programa do governo varguista. A princípio, a Justiça do Trabalho deveria exercer suas funções de forma neutra e independente mas, na prática, nem sempre foi assim. Muitas vezes o patronato conseguiu utilizá-la como um eficiente instrumento de eliminação dos elementos considerados indesejáveis, contra os quais eram estabelecidos processos injustos. Em outras ocasiões, a justiça trabalhista mostrou-se omissa, protelando ao máximo a elaboração das sentenças finais dos processos.

Contudo, os sindicatos de trabalhadores também conseguiram obter algumas vitórias nos dissídios coletivos. Em outubro de 1942, por exemplo, o Sindicato dos

⁸³ - Informações policiais de 18/10 e 04/11/1939. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

⁸⁴ - Stotz, *op. cit.*, págs. 182-183.

⁸⁵ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 252.

Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos ganhou o dissídio suscitado contra o sindicato patronal, referente a aumento de salários.⁸⁶ Três anos depois, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo conseguiu uma decisão favorável ao seu dissídio, também relacionado a aumento de salários.⁸⁷

Deste modo, o caminho da negociação direta com as empresas não era seguido com frequência pelos sindicatos. Segundo Luiz Werneck Vianna, as associações que escolhiam esta alternativa esbarravam na recusa da classe patronal de contratar com elas as condições de trabalho. Em consequência, toda e qualquer reivindicação coletiva acabava assumindo a forma do dissídio.⁸⁸ Em 1945, a campanha de aumento de salários empreendida pelo Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira seguiu o padrão estabelecido pelo autor. Após várias tentativas, todas infrutíferas, de estabelecimento de um acordo com os empregadores, o Sindicato recorreu à Justiça do Trabalho.⁸⁹

A questão da fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista manteve-se, no período, como outro ponto de conflito entre o patronato e os sindicatos. O número de infrações à lei conheceu uma redução, fato que deveu-se muito mais à aceitação, por uma parcela significativa do patronato, das leis sociais como instrumentos de controle dos trabalhadores do que a uma ação fiscalizadora mais eficaz por parte do governo. Entretanto, vários empregadores conservaram-se irredutíveis em sua postura de desrespeito às leis e de não reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores como representantes das categorias. Em maio de 1936, o diretor da

⁸⁶ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 407.

⁸⁷ - *Tribuna Popular*, 30/05/1945.

⁸⁸ - Vianna, *op. cit.*, pág. 226.

⁸⁹ - Comunicado interno do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, setembro/1945. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, Bobina 12. Três anos antes, o Sindicato dos Mestres e Contra-mestres na Indústria de Fiação e Tecelagem enviou um ofício para os diretores da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no qual solicitava a realização de negociações para a criação de um salário mínimo para os seus associados. Não há nos documentos qualquer indicação sobre a resposta da Companhia. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

Leopoldina Railway enviou uma carta ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, na qual pedia providências contra a Junta Governativa do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina Railway, que queria “não só acabar com a hierarquia, como também com a disciplina existente nesta estrada.” De acordo com o diretor, a “tática extremista” da Junta havia sido posta em prática através da distribuição, entre os agentes das estações, de uma circular que pedia a estes algumas informações, a fim de que pudesse ser garantida a aplicação do regime de oito horas de trabalho nas estações do interior. Além disso, a Junta havia encaminhado ao diretor da empresa um ofício que solicitava o fornecimento, ao delegado geral do Sindicato, de um passe, de uma carta de apresentação e da remuneração correspondente aos dias que ele faltou ao serviço por motivos sindicais.⁹⁰

É interessante notar que o argumento apresentado em um memorial enviado pela União dos Empregados do Comércio a Vargas é inverso ao defendido pelo diretor da Leopoldina Railway. Segundo a União, a fiscalização, por parte dos sindicatos, da aplicação das leis sociais não representava um risco para a estabilidade do regime. Este risco residia justamente no descumprimento das leis pelo patronato.

“A classe comerciária sempre foi, no Brasil, uma classe ordeira e pacífica, e os movimentos políticos de natureza subversiva isso atestam, pelo pouco ou nenhum eco que sempre encontraram no seio dos comerciários.

(...).

O Sindicato, com a organização moderna do Estado Novo, é, acima de tudo, órgão de colaboração com o Governo.

(...).

A falta de cumprimento, obstinada, de certos empregadores, das leis sociais, e a ausência ou deficiência de fiscalização por parte dos

⁹⁰ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 1. O diretor anexou à sua carta cópias da circular e do ofício.

órgãos administrativos, podem oferecer aos aproveitadores políticos de situações, ensejo a infiltrações dissolventes no seio da classe.

Os meios de que se podem valer não são de difícil conhecimento.

O Sindicato colabora com o Governo, e se não consegue dele o cumprimento das leis, aproveitam eles essa circunstância para promover o descrédito do Sindicato.

Atrás desse descrédito a um órgão de colaboração, provocam a descrença no regime, e a classe, ordeira por índole e conservadora por princípio, pode ser lançada a um desespero de causa, titubeando entre duas atitudes, diante das insinuações malévolas dos agentes provocadores de descontentamentos.”⁹¹

Portanto, além de cobrar ao governo que ele desempenhasse a sua parte no pacto - o que incluía a fiscalização da aplicação das leis sociais - a União ainda o responsabilizava pelo eventual surgimento de movimentos “subversivos” entre os trabalhadores. Outro aspecto relevante da argumentação reside na constatação de que a insatisfação dos trabalhadores poderia levá-los a optar por outros métodos de luta, divergentes dos preconizados pela associação e defendidos principalmente pelas correntes de esquerda do movimento operário. Assim, os sindicalistas da União reconheciam a existência, entre os trabalhadores, de um potencial para a luta autônoma que poderia começar a se desenvolver.

Outro problema que permaneceu constante após 1935 foi a baixa sindicalização dos trabalhadores. De acordo com Luiz Werneck Vianna, entre 1936 e 1941 muitos assalariados abandonaram em massa os seus sindicatos, chegando alguns destes a fecharem as portas.⁹² Eduardo Stotz confirma este dado, afirmando que os anos compreendidos entre 1938 e 1941 caracterizaram-se, na União dos Trabalhadores Metalúrgicos, por uma menor participação dos trabalhadores, uma maior burocratização

⁹¹ - Memorial enviado pela União dos Empregados do Comércio a Vargas, 30/01/1940. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 179.

⁹² - Vianna, *op. cit.*, pág. 227.

do sindicato e um retrocesso nas conquistas materiais obtidas anteriormente. A perda da representatividade do sindicato atingiu um nível crítico, e os dirigentes assistiram passivamente à destruição da sua base.⁹³

Para se ter uma idéia melhor da dimensão deste movimento de evasão, segundo as informações do Ministério do Trabalho, dos 95 sindicatos de empregados existentes no Distrito Federal até junho de 1938, 49 (cerca de 52%) haviam apresentado redução dos seus quadros entre os anos de 1936 e 1938.⁹⁴

O governo também preocupava-se com esta questão, e procurava buscar soluções definitivas para o problema. Em março de 1937, o Ministro do Trabalho, Agamenom Magalhães, alertou que os sindicatos deveriam manter jornais ou revistas de propaganda e educação, a fim de esclarecer os trabalhadores sobre a legislação social e as garantias que o Estado lhes assegurava.⁹⁵ A principal medida do governo nesta área foi a criação, em julho de 1940, do imposto sindical, composto pela contribuição anual do valor correspondente a um dia de salário por todas as pessoas envolvidas em qualquer atividade econômica.⁹⁶ O governo objetivava garantir aos sindicatos o capital necessário para que eles mantivessem a assistência social para os seus associados, o que serviria de atrativo para os trabalhadores não sindicalizados.

Contudo, o imposto sindical não atingiu os resultados esperados. Como a sobrevivência financeira das entidades não dependia mais das mensalidades pagas pelos seus associados - o dinheiro arrecadado através do Imposto apresentava um valor bem maior do que o total das mensalidades, além de ser mais constante - uma boa parte dos dirigentes sindicais passou a não se dedicar tanto às campanhas de sindicalização. Em vários casos, mesmo que o número de associados se reduzisse drasticamente, os

⁹³ - Stotz, *op. cit.*, págs. 303-309.

⁹⁴ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 49 (setembro/1938) e n° 63 (novembro/1939).

⁹⁵ - Texto do Ministro do Trabalho, 10/03/1937. Arquivo Privado de Agamenom Magalhães, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

⁹⁶ - Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 255.

sindicatos ainda conseguiriam manter-se abertos. Além disso, muitos trabalhadores consideravam que, como sofriam o desconto do imposto em seus salários, estavam isentos do pagamento das mensalidades, acarretando uma redução no número destas últimas.

Como, a partir de 1938, o Ministério do Trabalho passou a apresentar os dados sobre o número de associados agrupados por atividade econômica, tornou-se difícil a avaliação segura da taxa de sindicalização de cada categoria profissional. Desta forma, o acompanhamento do comportamento associativo teve que ser feito em relação ao conjunto dos trabalhadores. Assim, no ano de 1939 houve um decréscimo de 7.039 associados nos sindicatos de empregados. Nos dois anos seguintes a tendência de queda manteve-se constante, com uma redução de dez mil associados em cada ano.⁹⁷

Segundo Angela Gomes, no início de 1943 houve um reconhecimento, por parte das elites políticas do Estado, de que a implementação do projeto de sindicalização não era uma tarefa simples e que não vinha obtendo sucesso.⁹⁸ A fim de reverter este quadro, tomou-se a decisão de realizar uma ampla campanha de sindicalização. O pontapé inicial desta campanha foi dado pelo próprio Vargas, durante as comemorações do Primeiro de Maio daquele ano.

“Neste Primeiro de Maio, aproveitando o ensejo de falar-vos diretamente, quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político. Não há, aí, apenas um dever patriótico a cumprir. Reclamam-

⁹⁷ - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 92 (abril/1942), n° 100 (dezembro/1942) e n° 108 (agosto/1943).

⁹⁸ - Gomes, *op. cit.*, pág. 269.

no os interesses gerais e o interesse particular do próprio trabalhador, que falando por si mesmo junto às instâncias da administração mais se integra na organização do Estado e se liberta por completo das explorações parasitárias de politiqueiros e demagogos, sempre prontos a prometer o que não podem dar em troca de tudo aquilo a que não têm direito.”⁹⁹

Atendendo ao apelo do Presidente, alguns sindicatos procuraram incentivar a associação de todos os membros de suas categorias. Este assunto constou da pauta da assembléia geral do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, realizada em 25 de janeiro de 1944. Na convocação para a assembléia, o presidente do Sindicato, Manoel Deolindo da Cruz, afirmou que o ingresso de todos os trabalhadores na entidade, a verdadeira defensora dos seus direitos, garantiria a subsistência desta última.¹⁰⁰

Como parte desta campanha de sindicalização, foram criados no decorrer do ano de 1943 dois novos órgãos estatais, ligados ao Ministério do Trabalho: a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS) e o Serviço de Recreação Operária (SRO). Eles possuíam como funções principais estimular a sindicalização dos trabalhadores e inculcar nestes o comportamento esperado pelo novo regime, através de ações como a realização de cursos de formação de dirigentes sindicais e a organização de atividades que proporcionassem o aproveitamento racional das horas de lazer do trabalhador sindicalizado e de sua família.

Entretanto, todas as medidas implementadas pelo governo e pelos sindicatos não atingiram a meta almejada. Boa parte dos trabalhadores manteve-se fora de suas

⁹⁹ - Discurso pronunciado nas comemorações do Primeiro de Maio realizadas no Estádio do Vasco da Gama, 1943. Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*, op. cit., vol. X.

¹⁰⁰ - Comunicado interno do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, 20/01/1944. CEDEM, UNESP, Bobina 12.

associações. No ano final do regime ditatorial as entidades sindicais ainda buscavam uma solução para a baixa sindicalização. Algumas destas entidades - como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e o Sindicato Nacional dos Contra-mestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos -, aproveitando o clima de abertura política, anistiaram os sócios com mensalidades atrasadas e também aqueles que foram afastados por motivos políticos. No caso dos metalúrgicos, o número de associados que retornaram ao sindicato foi menor do que a diretoria esperava.¹⁰¹ Outras entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação, Confeitaria e Produtos de Cacau e Balas, preferiram investir em novas campanhas de sindicalização.¹⁰²

De acordo com o militante comunista Pedro Motta Lima, o insucesso das campanhas de sindicalização devia-se à “falta de confiança dos trabalhadores em órgãos que não correspondiam à sua finalidade, uma vez cortada a liberdade de reunião e de palavra, a ação da massa controlada por uma burocracia de visão estreita, ameaçada pela presença de odiosos agentes da chamada ‘ordem social’.”¹⁰³ Portanto, para este militante os esforços do governo e dos sindicatos continuariam a ser infrutíferos enquanto não fosse recuperada a confiança dos trabalhadores em seus organismos de classe.

A entrada do Brasil na Guerra, em 1942, marcou o início de uma nova conjuntura para os sindicatos. Estes já vinham sofrendo desde a decretação da terceira lei de sindicalização, em julho de 1939, um controle mais acentuado por parte do Ministério do Trabalho. Além dos relatórios anuais, os sindicatos passaram a ter que enviar também ao Ministério as suas previsões orçamentárias. Todas as penalidades

¹⁰¹ - Stotz, *op. cit.*, págs. 319-320 e *Tribuna Popular*, 20/06/1945.

¹⁰² - *Tribuna Popular*, 12/10/1945.

¹⁰³ - *Tribuna Popular*, 31/07/1945.

previstas eram aplicadas pelo Ministro.¹⁰⁴

Para obter a carta de reconhecimento, a associação profissional deveria entrar com um pedido no Ministério, acompanhado por uma cópia dos estatutos sancionados pela assembléia geral. Contudo, para serem aprovados pelo Ministério estes estatutos deveriam conter uma série de itens obrigatórios, definidos pela nova lei. Dentre estes itens encontrava-se a afirmação de que a associação agiria “como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade das profissões e da sua subordinação aos interesses nacionais.”¹⁰⁵ Antes desta lei, os estatutos refletiam as prioridades de ação e a postura em relação aos associados de cada entidade, além de indicarem qual a tendência política que predominava em seu interior. Agora, tinham sido transformados em um mero documento burocrático, cercado de limitações e destituído de significado.¹⁰⁶

A declaração de guerra aos países do Eixo serviu, para o governo, como justificativa para o incremento da sua interferência na vida interna dos sindicatos e para a suspensão de diversos direitos sociais dos trabalhadores. O governo passou a defender a idéia de que as entidades sindicais e os trabalhadores deveriam colaborar incessantemente com o esforço de guerra, formando assim a frente interna da batalha. O aumento da produção e a manutenção da ordem constituíam as principais diretrizes a serem seguidas.¹⁰⁷ Por seu lado, vários sindicatos manifestaram seu apoio ao governo e a intenção de cumprirem fielmente as suas determinações.

¹⁰⁴ - Decreto-lei n° 1.402 de 05/07/1939. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 60, agosto/1939.

¹⁰⁵ - Decreto-lei n° 1.402 de 05/07/1939. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 60, agosto/1939.

¹⁰⁶ - O contraste entre os dois tipos de estatutos pode ser percebido, por exemplo, através da comparação entre os estatutos do Centro Cosmopolita (1930), da União dos Trabalhadores Metalúrgicos (1934) e do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira (1941). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 1 e Fundo Sindicatos, Pasta 3 e CEDEM, UNESP, Bobina 15.

¹⁰⁷ - Palestras de 17/09/1942 e 16/03/1944 do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa “Hora do Brasil”. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 98 (outubro/1942) e n° 116 (abril/1944).

“Preparam-se nossas forças expedicionárias, a fim de ombrear nos campos de batalha da Europa com os exércitos das Nações Unidas no combate às hordas inimigas da civilização. Os moços brasileiros que vão para o campo da luta devem poder partir de ânimo tranqüilo; sabendo que, na retaguarda, nós - os trabalhadores - saberemos também cumprir os nossos deveres, trabalhando cada vez mais e melhor em todos os ramos da produção e que, coesos e disciplinados, atentos à única voz de comando que reconhecemos - a do presidente Getúlio Vargas - acompanharemos seus heróicos feitos nos campos de batalha, e que, à sua volta, encontrarão um Brasil tranqüilo e unido, cuidando apenas de se preparar para manter, depois da paz, a posição de relevo que lhe assegurou o Estado Nacional.”¹⁰⁸

O governo procurou implementar o mais rápido possível as condições que julgava necessárias para o sucesso do esforço de guerra. Juntamente com o decreto que declarou a entrada do país no conflito mundial (31/08/1942), foram publicados três outros decretos que facultavam a rescisão do contrato de trabalho de súditos de países do Eixo; que permitiam a prorrogação da duração normal do trabalho nas empresas que interessassem à produção e à defesa nacional; e que estabeleciam as regras especiais que deveriam ser observadas pelas entidades sindicais. Entre estas regras estavam o desenvolvimento da consciência cívica nacional, a vigilância sobre a conduta econômica ou profissional dos associados que fossem súditos das nações inimigas e a proibição de ingresso em qualquer movimento, mesmo de caráter cívico, sem o prévio consentimento do Ministério do Trabalho.¹⁰⁹

¹⁰⁸ - Assinaram o manifesto a Federação Nacional de Condutores de Veículos Rodoviários; a Federação Nacional dos Marítimos; a Federação Nacional dos Empregados no Comércio Hoteleiro; a Federação dos Empregados no Comércio; a Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação; a Federação dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica e a Federação dos Trabalhadores no Comércio Armazenador. *A Manhã*, 09/11/1943.

¹⁰⁹ - Palestra de 17/09/1942 do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa “Hora do Brasil”. *Boletim*

Mas estas eram apenas as primeiras medidas “de emergência” tomadas pelo governo. Posteriormente, as limitações à ação sindical foram ampliadas, através da proibição de realização de qualquer movimento reivindicatório e da exigência de licença prévia do Ministério para a instauração de dissídios coletivos.¹¹⁰ Ao mesmo tempo, os trabalhadores viam um número cada vez maior de direitos serem suspensos ou desrespeitados. Além da extensão da jornada normal de trabalho, muitas categorias tiveram seus salários congelados e as concessões de férias interrompidas. As condições de vida e de trabalho desta camada da população sofreram uma depreciação significativa. De acordo com Hélio da Costa, o empresariado aproveitou o esforço de guerra para “transformar seus interesses econômicos privados em interesses nacionais, suprimindo direitos e comprimindo salários.”¹¹¹ Deste modo, os patrões constituíram um dos grupos que mais lucraram com o esforço de guerra.

Durante a conjuntura de guerra a formação de direções sindicais foi institucionalizada, tornando-se alvo das preocupações “científicas” do Ministério do Trabalho.¹¹² Um indício destas preocupações pode ser percebido no relatório, referente ao ano de 1944, do Departamento Nacional do Trabalho, apresentado ao Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Entre outros pontos, o diretor daquele órgão abordou a necessidade de desenvolvimento do nível cultural do proletariado do país.

“Nas grandes cidades e nas capitais já encontramos trabalhadores com ótima cultura geral, conhecendo plenamente seus direitos e

do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 98 outubro/1942.

¹¹⁰ - Annez Andraus Troyano. *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978, pág. 69 e Moraes Filho, *op. cit.*, pág. 252.

¹¹¹ - Hélio da Costa. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995, pág. 16.

¹¹² - Silvio Frank Alem. *Os trabalhadores e a “Redemocratização”. Estudo sobre o Estado, Partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e do Pós-Guerra imediato: 1942-1948*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1981, pág. 30.

deveres, com a formação de verdadeiros líderes de classe. Os problemas nacionais e internacionais são bem conhecidos desses trabalhadores que formam uma verdadeira elite trabalhista, um núcleo de irradiação que facultará, dentro em pouco tempo, a elevação do nível cultural de toda a coletividade obreira.

Seria, por isso, de toda conveniência a criação de uma universidade operária destinada a aprimorar os dotes desses trabalhadores, dando-lhes meios de, ainda de maneira mais eficiente, colaborar com o Estado, não somente para a solução dos problemas de classe como os de toda a coletividade.”¹¹³

As forças de oposição ao regime ditatorial já vinham, desde 1943, recuperando grande parte do seu fôlego. As pressões internas e externas dificultavam a manutenção do regime, e Vargas acabou sendo obrigado a promover a abertura política. Os momentos finais do regime, durante o ano de 1945, foram marcados pelo abrandamento da censura à imprensa e pela libertação de vários presos políticos. Aproveitando o ambiente favorável, vários sindicatos começaram a retomar o seu espaço no movimento operário. Esta retomada assumiu uma forma tímida, ainda mais se comparada com a ação sindical até 1935, mas extremamente relevante se for levado em consideração o estado de quase apatia em que haviam mergulhado as entidades sindicais nos anos anteriores.

As principais reivindicações dos sindicatos relacionavam-se com as questões da autonomia e da liberdade sindicais. No dia 1º de Maio deste ano, vários sindicatos do Distrito Federal e de outros pontos do país enviaram a Vargas telegramas, nos quais solicitavam as seguintes medidas: diretorias eleitas livremente e empossadas sem a homologação ministerial; autonomia administrativa, compreendendo a dispensa das previsões orçamentárias e a simplificação da contabilidade sindical; soberania dos atos

¹¹³ - Arquivo Privado de Alexandre Marcondes Filho, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

das assembleias gerais que dependessem da aprovação ministerial; e estatutos amplos, sem a padronização obrigatória.¹¹⁴

Alguns meses depois, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares encaminhou telegramas a Vargas e ao Ministro do Trabalho protestando contra a decisão do Departamento Nacional do Trabalho de proibir a convocação de assembleias e de congelar os fundos financeiros da entidade. O Departamento tomara esta decisão porque um associado havia apresentado uma denúncia contra o presidente do Sindicato. Contudo, o consultor jurídico do Ministério julgou a denúncia improcedente, e o Sindicato pôde voltar às suas atividades normais.¹¹⁵

Ao mesmo tempo, os trabalhadores também procuraram recuperar as perdas sofridas no decorrer do período ditatorial. Para se ter uma idéia, das nove greves ocorridas em 1945 sete exigiam aumento de salários, os quais haviam sido praticamente congelados durante o estado de guerra. Portanto, as demandas reprimidas nos anos anteriores manifestaram-se de forma intensa no final do Estado Novo, o que se refletiu no aumento do número de greves (ver Quadro 1) e no tipo de reivindicação que era feita.

Sem dúvida, pode-se afirmar que o governo Vargas atingiu o seu objetivo de construir, sobre os escombros do sindicalismo autônomo, uma estrutura sindical oficial. Se, até 1935, muitos sindicatos independentes conseguiram sobreviver e uma boa parte dos oficiais mantiveram uma certa margem de autonomia, após este ano a situação reverteu em favor do governo. O controle das entidades, através da ação conjunta do

¹¹⁴ - *Tribuna Popular*, 01/07/1945.

¹¹⁵ - *Tribuna Popular*, 10/07 e 27/07/1945.

Ministério do Trabalho e da Polícia, tornou-se mais intenso e as associações independentes foram desaparecendo progressivamente.

O tipo de relação que se estabeleceu entre os sindicatos oficiais e o Estado foi um pacto, isto é, uma relação que envolvia reciprocidade. Os sindicatos reconheciam que o Estado era um produtor de bens materiais e simbólicos e retribuíam estes bens com o seu apoio.¹¹⁶ Este pacto atingiu o seu auge durante o Estado Novo, mas no decorrer de todo o período do governo de Vargas as entidades sindicais não hesitaram em cobrar do Estado que ele cumprisse com a sua parte. Muitas vezes o descontentamento dos sindicatos gerou conflitos com o Estado, cujos resultados nem sempre eram satisfatórios para os primeiros.

O grande desafio do governo consistia em organizar uma estrutura sindical que estivesse sob o seu controle e que, ao mesmo tempo, representasse os interesses da maioria dos trabalhadores. Entretanto, o governo não conseguiu atingir este último objetivo. Uma parcela significativa dos trabalhadores manteve-se fora das associações, apesar de todas as medidas de coerção e de convencimento levadas a efeito. Desta forma, ao contrário do que afirma uma parte da historiografia, a implantação deste aspecto do projeto corporativista não revelou uma abrangência e uma eficiência suficientes para alterarem antigas práticas dos trabalhadores, como a baixa sindicalização e a organização fora dos sindicatos. A luta cotidiana nos locais de trabalho não apenas continuou a existir, como adquiriu uma importância cada vez maior no decorrer do período. A própria Polícia reconhecia a presença desta organização nos locais de trabalho, pois a Seção de Segurança Social da DESPS mantinha um serviço permanente de agentes infiltrados nas principais fábricas e empresas.¹¹⁷

¹¹⁶ - Gomes, *op. cit.* pág. 195.

¹¹⁷ - Vários autores já apontaram a sobrevivência das lutas nos locais de trabalho, tanto no Rio de Janeiro como em outros pontos do país. Dentre eles, Armando Boito Júnior, Silvio Frank Alem, Hélio da Costa, Maria Célia

Assim, uma parte dos trabalhadores conseguiu, através das brechas da estrutura montada pelo Estado, manifestar de forma autônoma os seus interesses, e lutar por eles. Certamente que este não era o comportamento que se esperava deles, o que comprova que a implantação do projeto corporativista não obteve o sucesso almejado.

Paoli, Angela Gomes, Antonio Carlos Bernardo, Leticia Canedo, Eduardo Stotz, Annez Andraus Troyano, Eulália Lobo e Alexandre Fortes, todos já citados anteriormente, além de Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa. Os operários da Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade - 1937-1968*. São Paulo:HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

Capítulo 7

As reações dos trabalhadores ao projeto corporativista

A plataforma da Aliança Liberal para as eleições de 1930, lida por Vargas na Esplanada do Castelo em janeiro daquele ano, criticava “os louvaminheiros do atual estado de coisas” pelo seu apego aos aspectos materiais da realidade do país e pela sua atenção desmedida em relação à produção das riquezas, dentre outros pontos. “Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido de valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais mezinhos direitos assegurados na Constituição.”¹

Encontra-se sintetizada, neste pequeno trecho, uma idéia que posteriormente tornou-se um dos principais pontos do projeto corporativista implementado pelo governo Vargas. Trata-se da preocupação com o desenvolvimento físico e moral da população brasileira, especialmente das suas camadas mais pobres. Para o pleno sucesso do novo regime que seria construído, era fundamental a constituição de novos cidadãos, que seriam instruídos, saudáveis e cumpridores de seus deveres em relação ao

¹ - Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, volume 1, pág. 20.

trabalho, à família e, principalmente, ao Estado. O projeto previa ainda o ingresso de todas as pessoas envolvidas em atividades econômicas - seja como empregadores, empregados ou profissionais liberais - em sindicatos oficiais.

Assim, os defensores do projeto corporativista acreditavam que os trabalhadores constituíam o núcleo essencial do processo de formação de uma nova Nação, condizente com o período áureo que estava por vir. Entretanto, resta questionar: quais foram as reações dos trabalhadores à implementação deste projeto? Será que eles manifestaram sempre o tipo de comportamento esperado pelo Estado?

Estas perguntas já foram parcialmente respondidas no capítulo anterior, ao tratar das posições assumidas pelos sindicatos, ou seja, pela parcela dos trabalhadores que se encontrava organizada, em relação ao projeto governamental. Contudo, como foi demonstrado, uma parte significativa dos trabalhadores cariocas manteve-se fora das suas associações e, em consequência, suas lutas e reivindicações muitas vezes manifestaram-se nos próprios locais de trabalho. O objetivo deste capítulo consiste justamente em analisar as relações estabelecidas pelos trabalhadores de forma autônoma - isto é, sem a intermediação dos sindicatos - com o Estado.

a) Uma questão controversa

Um dos maiores e mais constantes desafios enfrentados pelos estudiosos que se debruçam sobre a história do movimento operário reside na avaliação do tipo de relação estabelecida entre os trabalhadores e o Estado. No caso específico do primeiro governo Vargas, este ponto assume uma relevância ainda maior, especialmente devido à política do governo de aproximação dos trabalhadores e à montagem de uma estrutura sindical que mantém-se inalterada, em seus aspectos básicos, até hoje. No campo da produção historiográfica, chegou-se às mais diversas conclusões sobre essa questão.

Um grupo de estudiosos considera que durante o governo Vargas, e principalmente no Estado Novo, os trabalhadores foram transformados em indivíduos sem qualquer traço de iniciativa própria, sendo sempre manipulados pelo Estado. Luiz Werneck Vianna, por exemplo, afirma que a classe operária teve seus líderes cooptados pelas classes dominantes, o que a levou à impotência.² Ou seja, este autor acredita que o operariado dependia totalmente de seus líderes para conseguir lutar pelas suas reivindicações e resistir às pressões efetuadas pelo patronato e pelo Estado. Como os sindicatos e as suas lideranças encontravam-se atrelados ao Estado, conseqüentemente os trabalhadores também estavam. Esta idéia representa, a meu ver, um grande equívoco. Como foi demonstrado no capítulo anterior, não foram poucas as vezes em que os trabalhadores entraram em greve sem o apoio dos seus sindicatos. Quando, após 1935, o governo intensificou o controle sobre as entidades sindicais, a organização e mobilização dos trabalhadores fora das associações tornou-se praticamente a única forma de manifestação autônoma da classe.

Vianna e outros autores³ identificam como causa principal do imobilismo político dos trabalhadores o aumento da porcentagem, no interior da classe, de indivíduos que possuíam origem rural, o que naturalmente os predisporia à adesão ao projeto corporativista. Contrastando com o operariado do início do século, composto em sua maior parte de imigrantes advindos de áreas industriais da Europa e acostumados à militância sindical e política, os novos trabalhadores representavam um contingente dócil à mobilização ideológica praticada pelo Estado.

² - Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pág. 141.

³ - Dentre eles Antônio Carlos Bernardo. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982; Michael L. Conniff, "Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 17, n° 1, february 1975; e José Albertino Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Edições Símbolo, 1979.

“(…). Com efeito, o incipiente proletariado que, no começo do século, dera início a nossa formação sindical, compensava seu número diminuto com uma predisposição ideológica muito próxima do proletariado europeu contemporâneo de que era uma expressão reduzida. Agora, porém, os contatos daquele tipo se achavam interrompidos pela cessação da imigração e pela própria guerra. E, constituindo-se o novo proletariado de contingentes de origem rural, vinham eles imbuídos de uma cultura rural de formação patriarcal: tornavam-se, pois, elementos propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas.(…).”⁴

Entretanto, vários autores já contestaram a noção de que a origem européia da maioria do “velho” operariado seria a razão das suas maiores militância e consciência. Michael Hall, por exemplo, chamou a atenção para o fato de que a maior parte dos trabalhadores que imigraram para São Paulo vinham de áreas rurais do sul da Europa. Desta forma, não apenas não eram familiares à indústria, como a sua maioria tinha pouca ou nenhuma experiência prévia com política ou com organização da classe operária.⁵ A idéia da “docilidade” do trabalhador rural também foi rebatida por Brasília Ferreira, ao demonstrar que, no Nordeste da década de 1930, a incorporação no mundo fabril dos novos contingentes de trabalhadores vindos do campo não alterou o movimento operário e sindical já existente.⁶ Assim, a origem rural dos trabalhadores não necessariamente os tornava mais vulneráveis à propaganda realizada pelo governo. A grande aceitação, entre os trabalhadores em geral, do projeto corporativista deve-se certamente a fatores bem mais complexos.

Na verdade, conviviam no interior da classe trabalhadora tanto o

⁴ - Rodrigues, *op. cit.*, pág. 21.

⁵ - Michael M. Hall, “Immigration and the early São Paulo working class”. *Jahrbuch für geschichte von staat wirtschaft und gesellschaft Lateinamerikas*. Sonderdruck, 1975, pág. 395.

⁶ - Brasília Carlos Ferreira. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania*. São Paulo: Ed. Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997, pág. 162.

consentimento absoluto em relação ao projeto governamental quanto a resistência ao mesmo. Esta resistência, na maior parte das vezes, não revestiu-se de um caráter explicitamente político ou partidário, mas revelou-se através de práticas e comportamentos tradicionais que entravam em contradição com a nova ordem social que estava sendo implantada. A luta cotidiana nos locais de trabalho - expressa não apenas através de greves, mas também de outros meios como sabotagens e “operações tartaruga” - transformou-se num dos raros espaços de manifestação da organização espontânea, e muitas vezes independente, dos trabalhadores. Portanto, as reivindicações destes últimos constantemente eram colocadas e resolvidas diretamente com os patrões, sem a interferência dos sindicatos ou a utilização dos canais institucionais, como a justiça trabalhista. Maria Auxiliadora de Decca vislumbra nesta luta cotidiana um significado ainda mais amplo:

“Embora extremamente difícil captar no cotidiano uma resistência imanente, muitas vezes individual, de pequenos grupos e setores, sem dúvida existiram fortes indícios de sua ocorrência. Desde pequenos atos de boicotagem, sabotagem e furto nos locais de trabalho, noticiados freqüentemente pelos organismos patronais, até a indiferença ou desobediência perante normas e preceitos instituídos dentro dos marcos da dominação burguesa e capitalista, existiu um percurso que permite a leitura de uma recusa velada do operariado à organização social vigente.”⁷

José Sergio Leite Lopes, em seu livro *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, também oferece indícios preciosos acerca das relações

⁷ - Maria Auxiliadora Guzzo de Decca. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo - 1889/1940*. São Paulo, Brasiliense, 1990, pág. 15.

estabelecidas entre o patronato e o operariado no interior do espaço fabril. Ao analisar o desenvolvimento histórico das fábricas pertencentes à Companhia Paulista de Tecidos, localizadas na cidade pernambucana de Paulista, este autor identificou a existência, entre os operários, de uma convivência entre a interiorização da dominação imposta pelos patrões e a “microfísica da resistência” a esta mesma dominação.

“A convivência da fábrica com a rebeldia à fábrica, com a não adequação e a não interiorização imediata das regras do jogo fabril pelos trabalhadores em sucessivas demissões e readmissões, criavam condições para uma ‘microfísica da resistência’ que se exerce desde a reação e a resposta ao despotismo da hierarquia da administração fabril, até a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica.”⁸

Ainda de acordo com Lopes, os operários construíram uma cultura fabril, sub-produto da cultura operária, que era parcialmente tolerada pela administração da fábrica. Essa tolerância ocorria porque a cultura fabril dos operários não questionava a legitimidade do poder no interior da fábrica. Desta forma, a administração tacitamente permitia a existência desta cultura porque ela acabava colaborando com a manutenção da disciplina, “sendo construída assim uma ‘microfísica da produção’ mais relacionada a um campo de jogos e de lutas cotidianas que a uma orquestração pré-determinada.”⁹

A questão da aceitação, por parte dos trabalhadores, do projeto implantado pelo governo mereceu a atenção de vários autores, gerando deste modo diversas interpretações. Angela Araújo¹⁰, por exemplo, utiliza o conceito gramsciano de

⁸ - José Sergio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB, 1988, pág. 81.

⁹ - Idem, págs. 83-88.

¹⁰ - Angela Maria Carneiro Araújo. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos*

revolução passiva na sua análise da adoção do corporativismo como estratégia de incorporação política da classe trabalhadora. Segundo a autora, a noção de revolução passiva possibilita pensar os processos de transformação pelo alto como respostas às crises de hegemonia, que ocorrem sob a direção de forças sociais conservadoras e possuem como características centrais o fortalecimento do Estado, seu papel ativo de promotor do progresso econômico e a sua tendência em absorver a sociedade civil, de modo a impedir a organização e movimentação autônomas das classes populares.

Ainda de acordo com Araújo, o fortalecimento do Estado é o resultado de escolhas conscientes das elites no poder, isto é, constitui a concretização de um determinado projeto político. Ou seja, significa que a estatização característica destes processos passivos não elimina a presença de uma direção consciente, que é exercida em geral pelas forças políticas que são portadoras de um projeto de transformação que rejeita a intervenção ativa das massas e pretende realizar “de cima”, a partir do Estado, a reorganização da economia e da sociedade. Nas revoluções passivas este papel dirigente corresponde a um esforço de construção de hegemonia. O exercício desta última é restrito e contraditório, na medida em que associa o atendimento de interesses concretos de determinadas parcelas das classes populares com o controle sobre a sua organização, a busca do consentimento ativo destas parcelas com elementos de manipulação e com a exclusão de outros segmentos significativos destas classes.

“Penso, que o projeto corporativo do Estado no pós-30 visava a incorporação política, sob controle, dos trabalhadores e não a sua exclusão. Visto desta perspectiva, a política estatal voltada para os trabalhadores continha uma inegável dimensão positiva, em que pese os aspectos negativos de repressão e manipulação. Positividade que significava produção do consentimento, através do atendimento efetivo

de uma parcela dos interesses concretos desta classe, como também de toda uma produção ideológica que, - interpelando os trabalhadores enquanto classe 'econômica', reconhecendo-os enquanto 'forças vivas da nação', dotando-os de direitos, e concedendo-lhes canais de participação política -, teve consequências diretas sobre o processo de formação da classe trabalhadora. O reconhecimento desta dimensão positiva, incorporadora, da política do Estado varguista parece-me fundamental para a compreensão da aceitação e adesão dos trabalhadores às instituições corporativas, assim como de sua longevidade."¹¹

De fato, o conceito de revolução passiva adequa-se à análise do projeto corporativista do governo Vargas ao ressaltar que a ação do grupo dirigente concilia o atendimento de parte das demandas das camadas populares com o controle sobre as suas organizações autônomas. Contudo, uma limitação deste conceito reside na ausência de referências ao possível papel ativo que as camadas populares possam ter nos processos de transformação. Estas camadas apenas sofrem passivamente o bloqueio de sua autonomia, efetuado pelo grupo dirigente, ficando assim completamente subjugadas.

Já Angela Gomes elaborou a noção de "pacto", cujo ponto principal reside na articulação de ganhos materiais e ganhos simbólicos na relação de reciprocidade estabelecida entre os trabalhadores e o Estado.¹² Ao produzir o seu discurso, o Estado utilizava elementos simbólicos próprios dos trabalhadores, o que pode ser percebido, por exemplo, nos pronunciamentos feitos por Getúlio Vargas nas comemorações de Primeiro de Maio realizadas durante o Estado Novo. Todos os anos Vargas aproveitava os festejos do Dia do Trabalho para anunciar um novo "presente" para a classe trabalhadora, em geral uma nova lei social, e, desta forma, construir uma relação de

¹¹ - Araújo, *op. cit.*, pág. 04.

¹² - Para maiores detalhes sobre este conceito, ver o capítulo 6 desta Tese.

familiaridade e simpatia com os “bons trabalhadores”. A própria escolha do Primeiro de Maio objetivou favorecer esta relação, pois este dia havia se tornado, no decorrer da República Velha, a data comemorativa mais importante dos trabalhadores.¹³ De acordo com Maria Emília Lima, ao invés dos discursos de Vargas, nas comemorações do Primeiro de Maio, reforçarem as fronteiras entre os operários e o Estado - hábito muito comum entre os políticos da República Velha - eles recuperaram as práticas intrínsecas ao movimento operário, em particular o próprio Primeiro de Maio. Além disso, Vargas também utilizou esses discursos para construir discursivamente a noção de “povo”.¹⁴

Contudo, para que os discursos de Vargas atingissem sua finalidade era essencial que as pessoas acreditassem neles. Um dos fatores que conferiam legitimidade aos discursos por ele proferidos, na condição de representante máximo do Estado, era a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”. Segundo Pierre Bourdieu, esta legitimidade é a base da crença da sociedade nesses discursos e, conseqüentemente, nas idéias neles expressas.

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (...) O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”.¹⁵

¹³ - Luciana Barbosa Arêas. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996.

¹⁴ - Maria Emília A. T. Lima. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, págs. 23 e 74.

¹⁵ - Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989, pág. 14.

Assim, nos discursos de Vargas era transmitida uma certa visão de mundo que era aceita como “natural” pela maior parte das pessoas porque estas ignoravam o quanto de construção ideológica estava por trás deles. E o Estado, ainda de acordo com Bourdieu, é o detentor, na sociedade, do monopólio da violência simbólica legítima, isto é, do poder de impor à sociedade como um todo uma certa concepção de ordem social.¹⁶

Estas noções de Bourdieu podem ser complementadas com algumas colocações de Bronislaw Baczko. Segundo este autor, exercer um poder simbólico não consiste apenas em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em “duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.”¹⁷ Ainda de acordo com Baczko, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e levando os indivíduos para uma ação comum.¹⁸

Entretanto, alguns autores já apontaram a possibilidade de a interiorização do projeto varguista, e de todo o sistema de valores que ele trazia consigo, pelos trabalhadores não ter sido um processo totalmente passivo. Deste modo, os trabalhadores encaravam de modo positivo o projeto, mas revestiam-no de interpretações e significados próprios - muitas vezes divergentes daqueles defendidos pelo governo - que informavam freqüentemente suas práticas cotidianas e de luta. Joel Wolfe demonstrou que os trabalhadores de São Paulo avaliavam Vargas de acordo com as suas próprias experiências e não costumavam aceitar prontamente o seu programa. Além disso, eles usavam os seus próprios discursos trabalhistas para interpretar e

¹⁶ - Idem, pág. 146.

¹⁷ - Bronislaw Baczko. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, págs. 298-299.

¹⁸ - Idem, pág. 311.

reformular as ideologias e as práticas de Getúlio.¹⁹ Utilizando as mesmas fontes que Wolfe - as cartas enviadas a Vargas por pessoas comuns - Jorge Ferreira concluiu que, nestas cartas, as pessoas elaboravam contra-argumentos, nos quais baseavam as suas solicitações, a partir da própria lógica do discurso dominante. Segundo este autor, o projeto político-ideológico varguista não dominou as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos.²⁰

Portanto, podem ser identificados pelo menos três tipos principais de reações dos trabalhadores ao projeto corporativista. Na primeira, uma parcela dos trabalhadores aceita o projeto integralmente, passando a defendê-lo e a contribuir para a sua implantação. Em contraste, uma outra parcela recusa-se a aceitar o projeto, resistindo à sua implantação. E existe ainda um terceiro grupo, representado por trabalhadores que aceitam os pontos do projeto que lhes são favoráveis, rejeitando os prejudiciais. Deve ser lembrado que, mesmo no caso em que os trabalhadores aceitaram de forma integral o projeto corporativista, foram poucas as vezes em que esta aceitação ocorreu de forma absolutamente passiva.

Creio que um bom caminho a trilhar na análise da aceitação, por parte dos trabalhadores, do projeto corporativista começa, seguindo as indicações de Angela Gomes, pelo reconhecimento da existência de dois aspectos neste processo, o material e o simbólico. Para tratar deste último, as noções de Baczko e, principalmente, Bourdieu mostram-se bastante válidas e pertinentes. O maior mérito das análises de Gomes, Wolfe e Ferreira reside na demonstração de que os trabalhadores tiveram um papel

¹⁹ - Joel Wolfe, "'Pai dos pobres' ou 'mãe dos ricos'? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954." *Revista Brasileira de História*, n° 27, volume 14, 1994, pág. 31. Ver também, do mesmo autor, "The faustian bargain not made: Getúlio Vargas and Brazil's industrial workers, 1930-1945." *Luso-Brazilian Review*, volume 31, n° 2, 1994.

²⁰ - Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, pág. 28. Brasília Ferreira, *op. cit.*, também indicou a existência desta incorporação ativa entre os trabalhadores do Nordeste.

atuante e fundamental na implantação do projeto e, ao mesmo tempo, no seu fracasso. Os trabalhadores não permaneceram como meros espectadores do processo em curso.

b) Em busca de um novo trabalhador

Um dos principais objetivos do projeto corporativista implantado pelo governo Vargas consistia na construção de um novo cidadão-trabalhador, obediente às leis e às normas emanadas do Estado. Para alcançar este objetivo, o governo lançou mão de uma série de instrumentos: a elaboração da legislação social; o uso da propaganda; a repressão policial; o controle sobre o movimento operário; e a montagem de uma estrutura sindical oficial.

Entretanto, o governo tinha pela frente uma tarefa nada fácil. Vários obstáculos deveriam ser superados no caminho até o êxito total, como as dimensões continentais do país, a debilidade dos meios de comunicação e a sobrevivência de uma máquina administrativa precária e ineficiente. Uma das maiores dificuldades encontrava-se na existência, entre os trabalhadores, de antigas práticas não condizentes com a nova ordem que deveria nascer. Dentre estas práticas estavam a baixa sindicalização dos trabalhadores e a pequena participação dos associados nas atividades dos sindicatos. Como já foi demonstrado, as campanhas maciças dos sindicatos e as medidas adotadas pelo governo foram incapazes de provocar o interesse real da maioria dos trabalhadores pela vida associativa. Os sindicatos tornaram-se, no final, uma grande estrutura vazia, sem os elementos que deveriam lhes dar vida.

As antigas práticas compunham-se também de formas de luta autônomas manifestadas geralmente nos próprios locais de trabalho. Como foi visto no capítulo anterior, a imensa maioria das greves e paralisações ocorridas no período foram iniciadas pelos trabalhadores nos locais de trabalho. A interferência dos sindicatos

representava uma etapa posterior e inconstante, pois nem sempre os trabalhadores solicitavam o seu apoio. Deste modo, era bastante comum que patrões e empregados resolvessem entre si os conflitos e divergências surgidos no cotidiano. Muitas vezes os trabalhadores precisavam apenas anunciar a sua intenção de cruzar os braços para atingir os seus objetivos, pois a simples possibilidade de paralisação fazia muitos patrões recuarem e aceitarem negociar as reivindicações de seus empregados.

No decorrer da primeira metade da década de 1930, não foram poucos os casos de manifestação desta luta cotidiana. Em 03 de fevereiro de 1930, o mestre geral da Fábrica de Tecidos Corcovado demitiu o operário José Barbosa da Silva, alegando que este recusava-se a aceitar as ordens dos patrões. Iniciou-se então uma discussão entre o mestre, o contra-mestre e José, o qual acabou levando alguns empurrões dos outros dois. O irmão de José, Theodoro, que também trabalhava na fábrica, percebeu a confusão e foi auxiliá-lo. Como resultado, foi agredido a navalha pelo contra-mestre, sendo ferido no braço. Os outros operários da seção de José, em protesto pelo ocorrido, abandonaram os teares e quebraram alguns vidros, paralisando o serviço por algumas horas. Vários operários acabaram sendo presos, dentre eles José, e Theodoro foi encaminhado ao Pronto Socorro.²¹

No mês de outubro do mesmo ano, uma comissão de operários do Moinho Inglês foi até a redação do jornal *A Esquerda* denunciar que a gerência da empresa havia substituído, em algumas seções, o salário por dia pelo salário por empreitada. Sentindo-se prejudicados, os trabalhadores já tinham reclamado junto à gerência, sem obter qualquer resposta positiva. Os operários declararam ainda ao jornal que preferiam ficar desempregados a sujeitarem-se à determinação da gerência.²²

No início de fevereiro de 1931, os têxteis da Fábrica Nova América

²¹ - *A Esquerda*, 04/02/1930.

²² - *A Esquerda*, 28/10/1930.

entraram em greve devido às humilhações sofridas por um operário. Este fora acusado pela administração da empresa de ser ladrão, tendo sido obrigado a se despir para ser revistado. Mesmo não encontrando qualquer prova de furto, a empresa demitiu o operário. Ao tomarem conhecimento do fato, os outros operários formaram uma comissão para negociarem com os mestres, mas foram recebidos de forma agressiva e intransigente. Resolveram, então, entrar em greve. Após três dias de paralisação total, a empresa decidiu readmitir todos os trabalhadores afastados e realizar um inquérito para apurar os responsáveis pela humilhação imposta ao operário. Contudo, quase um mês após a reabertura da fábrica o inquérito ainda não havia avançado e as principais lideranças da greve haviam sido demitidas.²³

Em outubro de 1934, os estivadores da empresa Pereira Carneiro enviaram um memorial à diretoria exigindo aumento de salários, sob pena de declararem-se em greve. Diante da ameaça, a diretoria tomou a decisão de aumentar os salários, pagando, de acordo com o estabelecido em lei, para o trabalho noturno o dobro do que pagava para o diurno.²⁴

Neste mesmo mês, uma comissão de trabalhadores da Serraria São Francisco Xavier esteve na redação do jornal *Diário de Notícias* para denunciar as irregularidades praticadas pelo dono dessa empresa. Segundo relataram, três meses antes eles haviam conseguido, através do Ministério do Trabalho, um pequeno aumento de salários. O patrão passou então a perseguir os trabalhadores que haviam encabeçado a campanha pelo aumento, tendo posto na rua um deles. Além disso, mandou arquivar, no dia do pagamento, a folha especial que continha o aumento, tendo pago somente os salários antigos. Os trabalhadores esperavam que o aumento fosse realmente cumprido e o seu companheiro reintegrado no emprego.²⁵

²³ - *O Trabalhador do Brasil*, 01/03/1931.

²⁴ - *Jornal do Povo*, 09/10/1934.

²⁵ - *Diário de Notícias*, 23/10/1934.

Em junho de 1935, os trabalhadores da via permanente da Leopoldina Railway, cansados de requisitarem à administração da empresa o pagamento dos seus salários atrasados, solicitaram ao sindicato da categoria a sua intervenção no caso. O presidente do sindicato, após entendimentos com o diretor da estrada, comunicou aos trabalhadores que o pagamento seria feito alguns dias depois. Mas estes últimos não concordaram com a decisão e ameaçaram paralisar o serviço caso a empresa não pagasse os salários no dia seguinte. A empresa acabou marcando o pagamento para o dia exigido pelos trabalhadores.²⁶

Na sua luta pelo atendimento de suas reivindicações, os trabalhadores muitas vezes enfrentavam não apenas a resistência do patronato, mas também dos próprios sindicatos oficiais. Mesmo antes de 1935, quando o controle governamental sobre as associações foi ampliado, um número significativo destas já procurava manter um bom relacionamento com os vários órgãos do Estado, o que acarretava certamente a fiscalização dos atos dos seus associados. Para os sindicatos, as greves, paralisações e sabotagens levadas a efeito de modo independente pelos trabalhadores constituíam formas de luta nocivas e ilegais, devendo ser combatidas. Assim, os sindicatos esforçavam-se ao máximo para manter a aparência de ordem e de disciplina no interior das categorias.

Não foram poucos, por exemplo, os conflitos ocorridos entre os ferroviários e as suas associações de classe, as quais possuíam, desde a República Velha, tendência a adotar uma postura reformista. Em dezembro de 1930, o recém empossado Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, solicitou a ajuda da diretoria do Centro Beneficente dos Ferroviários do Brasil na investigação sobre a distribuição de boletins subversivos nas linhas da Leopoldina Railway. No artigo que escreveu sobre o caso, a diretoria do Centro não mencionou o resultado da investigação, mas fez questão de exaltar a atitude

²⁶ - *A Manhã*, 22/06/1935.

simpática do Ministro ao requerer a sua ajuda e de alertar os trabalhadores de que o governo não iria tolerar atos de violência e rebeldia, ainda mais porque todas as reivindicações deveriam ser feitas no terreno da ordem e da lei.²⁷ Ao que parece, o Centro continuou a ter problemas com a “indisciplina” dos ferroviários pois, cerca de dois anos depois, em um artigo sobre a necessidade de sindicalização de todos os trabalhadores, um dos pontos mais destacados pela diretoria foi justamente a idéia de que o sindicato era o instrumento ideal para a luta pelos direitos, e não a ação isolada dos trabalhadores.

“O sindicato vos espera, e o vosso espírito de solidariedade vos manda que para ele entreis porque:

1º - O sindicato é o legítimo e único defensor da classe.

2º - Ele já reúne grande número de companheiros nossos.

3º - Ele é vosso intérprete autorizado perante as autoridades do país.

4º - Ele vos esclarece e ampara na defesa dos vossos direitos de trabalhadores, pelos quais vem trabalhando incessantemente.

5º - Ele faz valer, em nome da coletividade, o vosso protesto que, isolado, não é ouvido.

6º - Sem um sindicato forte não é possível haver solução das questões entre trabalhadores e os patrões.

7º - O sindicato foi criado para nele tratardes de qualquer assunto de interesse da corporação: qualquer membro do sindicato tem o direito de opinar sobre a orientação a seguir em cada caso.

8º - Deveis ser solidários com os companheiros que sempre se tem sacrificado pelo bem estar de todos nós.

9º - Não há um só companheiro cuja cooperação se possa dispensar.

10º - Se não estais conosco, estais, pelo menos, servindo de instrumento contra nós, e os trabalhadores não podem nem devem estar divididos.”²⁸

²⁷ - *Revista dos Ferroviários*, dezembro/1930.

²⁸ - *Revista dos Ferroviários*, setembro/1932.

Note-se, no texto, a ênfase da diretoria do Centro sobre a noção de que os trabalhadores precisavam estar reunidos no sindicato para que as suas reivindicações fossem atendidas e os seus conflitos com os patrões solucionados. Em sua condenação das ações isoladas e independentes dos trabalhadores, a diretoria chegou ao ponto de considerar todos os ferroviários que se encontravam fora da associação como instrumentos contra esta e responsáveis pela divisão existente no interior da categoria.

O Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil tampouco teve uma convivência tranqüila com os membros da categoria. Em maio de 1935, por exemplo, um grupo de ferroviários acusou o Sindicato de estar colaborando com a direção da Central do Brasil na transferência, para o interior, de vários colegas envolvidos nas campanhas em prol das suas reivindicações.²⁹ Menos de um mês depois, surgiu outra denúncia na imprensa. Um comitê representando a turma extraordinária da Central relatou ao jornal *A Manhã* que os operários daquela turma, julgando estar em atraso o pagamento dos salários, formaram uma comissão e rumaram para o gabinete da administração. Chegando lá, o delegado do Sindicato procurou evitar que a comissão entrasse em contato com o diretor, alegando que ele já havia providenciado o processamento das folhas. Contudo, os operários descobriram que a empresa já tinha autorizado o pagamento e que, portanto, o delegado sindical procurara creditar exclusivamente a si o sucesso no atendimento daquela reivindicação. Ao ser desmascarado, o delegado começou a xingar os trabalhadores e a ameaçá-los de providenciar, junto ao presidente do Sindicato, uma punição por parte da administração da empresa.³⁰

Com a entrada em cena do Estado Novo o pacto existente entre o Estado e os trabalhadores, cuja definição já foi exposta anteriormente, manifestou-se com toda a

²⁹ - *A Manhã*, 22/05/1935.

³⁰ - *A Manhã*, 13/06/1935.

intensidade. Pode-se mesmo afirmar que, neste período, a produção de bens simbólicos por parte do Estado atingiu o seu auge. Os discursos pronunciados por Vargas nas comemorações oficiais de Primeiro de Maio, promovidas pelo governo a partir de 1938, constituíam sem dúvida um dos momentos mais importantes desta produção simbólica. Em geral, os discursos giravam em torno da exaltação da legislação social, da persuasão dos trabalhadores para que eles colaborassem com a construção da nova ordem e do apelo à solidariedade entre o patronato e o operariado.³¹ Outros pronunciamentos de membros do governo - como as palestras do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, no programa radiofônico “Hora do Brasil” - mantiveram no período esta mesma tônica.³²

Ao mesmo tempo em que o Estado ampliou a produção de bens materiais e, especialmente, simbólicos, tornaram-se mais freqüentes as exigências de contrapartida por parte dos trabalhadores. Estes normalmente dirigiam-se às autoridades para solicitar a solução de problemas pessoais, como o desemprego ou a falta de escola para os filhos, e dos relacionados à sua categoria profissional ou à empresa onde se achavam empregados. Estas solicitações seguiam o mesmo padrão encontrado nos requerimentos das associações de classe: primeiramente era feita uma declaração de apoio ao governo e somente depois era apresentado o pedido.

Pode-se citar como exemplo o telegrama enviado, em dezembro de 1937, pelos trabalhadores da Cervejaria Brahma a Vargas. Os autores do texto inicialmente declararam “hipotecar inteiro apoio seu honesto e fecundo governo pelo muito que vem realizando prol salvação nacional.” Os “novos rumos políticos” iniciados com a Constituição de 10 de novembro os estimularam a pedir ao Presidente o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, vendidos pelos “exploradores da economia do

³¹ - Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, volumes 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Para uma análise detalhada das comemorações de Primeiro de Maio e dos discursos de Vargas, ver o capítulo 3 desta Tese.

³² - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 97 (setembro/1942), n° 117 (maio/1944) e n° 118 (junho/1944).

povo” com um aumento superior a 50%.³³

Quase dois anos depois, cerca de 300 empregados da Companhia de Carris, Luz e Força encaminharam uma carta a Vargas, na qual afirmavam que reconheciam que este último havia decretado muitas leis benéficas aos que trabalhavam, mas que estas leis eram freqüentemente burladas pelos patrões. Para demonstrarem este fato, denunciaram que a Companhia não pagava os plantões e que descontava dos salários as folgas semanais como se fossem faltas. Solicitavam, além de providências contra a empresa, que seus nomes não fossem divulgados a fim de não sofrerem represálias.³⁴

No início de abril de 1940 o estivador José Ferreira também enviou uma carta a Vargas. Nela, expôs as dificuldades financeiras por que passavam os estivadores, muitos dos quais não tinham mais condições de pagar as cotas dos imóveis adquiridos através do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores.³⁵ Parece que a queixa de José surtiu algum efeito pois, no final daquele mês, a situação precária da categoria foi confirmada por uma informação prestada pela Seção de Segurança Social da DESPS. Segundo o chefe da Seção, existia um grande descontentamento no seio da categoria causado pelo decréscimo dos salários estabelecidos na nova tabela, a qual equiparava o valor do pagamento do trabalho noturno ao do trabalho diurno.³⁶ Desta forma, os estivadores viram-se privados dos adicionais referentes ao trabalho noturno, que constituíam tradicionalmente a maior parte do seu salário mensal. No final de maio do mesmo ano, o interventor da União dos Operários Estivadores comunicou à Secretaria da Presidência que a situação da categoria já havia melhorado.³⁷

³³ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 9.

³⁴ - Idem, Lata 206. A carta foi enviada em 04/09/1939. No início de novembro do mesmo ano, um fiscal do Departamento Nacional do Trabalho informou à Secretaria da Presidência que não tinha sido possível realizar a investigação da denúncia porque os requerentes não haviam mencionado a seção em que trabalhavam. Ainda de acordo com o fiscal, se os requerentes fossem diaristas eles não teriam direito aos pagamentos pedidos.

³⁵ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 207.

³⁶ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 3.

³⁷ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 207.

Talvez entusiasmado pela boa receptividade obtida pela sua reclamação, José voltou a recorrer às autoridades na busca de soluções para os problemas de sua categoria. Em outubro de 1941 ele escreveu uma longa carta ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, na qual denunciava que o Porto do Rio de Janeiro não estava aparelhado para realizar os serviços de estiva por tonelagem, cuja implantação havia sido determinada pelo governo pouco tempo antes. Segundo José, as companhias estrangeiras e a administração do Porto haviam iludido o governo, ao afirmarem que existia a infra-estrutura necessária ao novo sistema, e prejudicado enormemente os estivadores pois, como o pagamento passara a ser feito por tonelagem, a falta de equipamento adequado havia representado uma diminuição na quantidade de serviço efetuado e, conseqüentemente, no salário recebido. Ainda de acordo com José, os trabalhadores eram sempre os grandes perdedores no embate travado entre as empresas e o governo.

“Ela [a lei] é posta em prática de forma muito diversa, motivo que traz constantemente o desânimo no coração de todos os operários ‘bem trabalhados’, ficando os mesmos com o Governo, muitos dos casos somente na palavra, muito embora não façam diferença, porém, deve-se considerar um mal-estar entre os trabalhadores e quem julgar ao contrário, está erradíssimo, muito especialmente a todos aqueles que se dizem organizadores de planos e levam sem olhar por falta de coragem, o semblante do Governo. Infelizmente verifica-se que sempre o ideal tem sido extremamente criminoso, não visando a simpatia do povo para o Governo, procurando sempre em proveito próprio, afastando manhosamente os que podem resolver com eficiência a bem do povo e Governo. Eles apresentam uma coisa e praticam da forma que entendem, sem olharem ou praticarem um ato de humanidade, sequer. (...).”³⁸

³⁸ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 3.

Note-se que, em sua carta, José acabou por demonstrar a existência de descontentamentos entre a classe trabalhadora. Assim, ao contrário do que declaravam os defensores do governo, os trabalhadores não estavam totalmente satisfeitos com a situação vigente e nem apresentavam o tipo de comportamento que era esperado. Se alguma questão os incomodava - como atrasos no pagamento, mudanças nos regimes de trabalho, desrespeito às leis sociais e aumento do custo de vida -, freqüentemente não hesitavam em tentar negociar diretamente com os patrões, em realizar atos de sabotagem ou em decretar greves e paralisações. Certamente não foi pequeno o número de trabalhadores cariocas que, no decorrer daqueles quinze anos, lançaram mão dos canais institucionais - o recurso aos sindicatos oficiais, às autoridades ou à Justiça do Trabalho - mas isto não invalida o fato de que as práticas autônomas continuaram a ser utilizadas, apesar de todos os obstáculos colocados pelo Estado.

Para o Estado, a construção de um consenso total representava ainda um objetivo a atingir. Em março de 1938, um artigo publicado no jornal *16 de Julho* afirmou que a ditadura recém-implantada não possuía o apoio da população, o que poderia ser percebido através das inúmeras manifestações ocorridas em vários pontos do país.³⁹ Para enfrentar este desafio, o Estado recorreu aos mais variados instrumentos, como a intensificação do controle sobre os sindicatos, a ampliação do uso da propaganda, a repressão sobre o movimento operário independente, dentre outros. Entretanto, nem todo o seu esforço foi capaz de levar os trabalhadores a abandonarem completamente as suas antigas práticas e a interessarem-se mais pela vida sindical. Pelo contrário, com o maior cerceamento da liberdade de ação dos sindicatos a organização e a mobilização dos trabalhadores fora das associações tornaram-se ainda mais fortes.

Portanto, podem ser encontrados, mesmo durante o Estado Novo, exemplos da luta cotidiana e autônoma dos trabalhadores. Em 06 de outubro de 1939, Maria

³⁹ - *16 de Julho*, 10/03/1938.

Amorim, operária da Fábrica de Tecidos Santo Antônio, dirigiu-se ao gerente da empresa e exigiu, em nome de todas as operárias, que fosse cumprido o contrato anteriormente estabelecido que previa o pagamento de diferenças de salário. Como resposta à exigência, o gerente tentou despedir a operária, o que provocou a paralisação parcial da fábrica por algumas horas. Segundo o policial que relatou o caso, tudo levava a crer que o gerente acabaria dispensando Maria, fato que acarretaria um movimento muito mais grave que o primeiro, na medida em que ela tinha mais de três anos de serviço e contava com “a incondicional solidariedade de suas companheiras.”⁴⁰

Bem maior foi o transtorno causado por seis padeiros, empregados de duas padarias em Copacabana. No dia 12 de janeiro de 1941, um domingo, eles perceberam que os empregados de duas outras padarias do bairro estavam distribuindo pão fresco, o que desrespeitava a lei que havia determinado o descanso semanal dos padeiros aos domingos. Eles então resolveram impedir a entrega, retirando das carroças e do interior das padarias todo o pão existente.⁴¹ Para azar dos padeiros, encontrava-se dentro de uma das padarias invadidas um soldado, que os prendeu em flagrante. Em seus depoimentos, eles fizeram questão de esclarecer que a sua ação tinha sido espontânea, ainda mais que o sindicato da categoria não intervinha em favor da folga dominical. Os padeiros ficaram presos por cerca de duas semanas.⁴²

Em março de 1944, foi investigada pela Polícia a denúncia da direção da Companhia Industrial São Paulo e Rio de que um de seus operários, Antônio Joaquim Cardoso, havia provocado acidentes na esteira localizada no interior da máquina de

⁴⁰ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

⁴¹ - Neste ponto existe uma divergência entre os relatos. Um dos padeiros, Almir Severino de Paula, afirmou em seu depoimento que o pão confiscado foi doado a uma casa de caridade. Já o chefe da Seção de Segurança Social da DESPS declarou que o mesmo foi espalhado pela rua. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Inquéritos, Pasta 5 e Fundo Administração, Pasta 1-H.

⁴² - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 123; Fundo Inquéritos, Pasta 5 e Fundo Administração, Pasta 1-H. Em Porto Alegre os padeiros também tiveram que lutar bastante pela adoção do descanso dominical. Alexandre Fortes. “*Buscando os nossos direitos...*” *Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994.

fabricação de garrafas. Interrogado, Antônio confessou que, por duas vezes, tinha interrompido o funcionamento da máquina através da danificação da esteira, apresentando como justificativa para o seu procedimento o fato de estar cansado e não conseguir dar vazão ao serviço. O delegado do Cartório da DESPS, que relatou o caso, não informou se Antônio foi preso.⁴³

Cerca de um ano depois, a operária Rosa Eugenia da Costa Bitencourt foi demitida da Fábrica de Tecidos Bangu por ter distribuído, no interior da fábrica, volantes da campanha pró-anistia e de comemoração do Primeiro de Maio. A direção da empresa não permitiu sequer que Rosa entrasse na fábrica para apanhar suas ferramentas, pois temia que ela fizesse um “meeting” e provocasse a paralisação do trabalho. Pouco tempo depois Rosa conseguiu, através do Comitê Progressista do Andaraí, um emprego na Fábrica Nova América.⁴⁴

Contudo, o caso mais interessante de sobrevivência de antigas práticas de luta foi registrado entre os condutores de bonde da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (antiga Light). Em abril de 1940, a Seção de Segurança Social da DESPS fiscalizou secretamente os condutores, tendo sido alguns deles flagrados em pleno furto, que consistia em não registrar certo número de passagens no marcador. Os condutores foram presos e demitidos sumariamente da empresa, o que provocou uma profunda revolta entre os outros funcionários. Estes chegaram a denunciar que alguns fiscais da empresa, por vingança pessoal, haviam acusado injustamente alguns condutores. Como forma de protesto, os empregados da empresa encaminharam um memorial ao Ministro do Trabalho, no qual relatavam a situação e pediam providências contra os fiscais. Além disso, programaram uma greve para o final do mês, a qual não pôde ser realizada porque a DESPS, sabendo previamente do plano dos trabalhadores,

⁴³ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Inquéritos, Pasta 13.

⁴⁴ - *Tribuna Popular*, 31/05/1945.

aumentou o policiamento em torno da empresa. Dois dias antes da data prevista para a eclosão da greve o sindicato da categoria distribuiu um folheto, no qual criticava a decisão dos trabalhadores e os exortava “a não tomar quaisquer atitudes que venham desmentir publicamente a vossa firme convicção de Trabalhador ordeiro, disciplinado e atento defensor das vossas conquistas sociais.”⁴⁵

Ao que parece, a Companhia não conseguiu atingir o objetivo de eliminar o desvio de passagens pois, em novembro de 1942, um grupo de condutores enviou uma carta a Vargas denunciando as perseguições que vinham sofrendo. Segundo eles, a superintendência da empresa vinha pedindo à Polícia que efetuasse prisões de condutores, o que estava sendo feito quase que diariamente e sem motivo justo. Os policiais viajavam no bonde onde seria feita a prisão do condutor previamente escolhido pela Companhia e não permitiam que o preso argumentasse em favor de sua inocência, além de posteriormente servirem de testemunhas de acusação contra ele. Os condutores presos eram fichados como ladrões, recolhidos à Detenção e tinham seus salários suspensos. A Polícia, por seu lado, demorou bastante para prestar esclarecimentos sobre o caso. Dois meses após a denúncia dos condutores o Chefe de Polícia, Alcides Etchegoyen, informou à Secretaria da Presidência que a Companhia havia solicitado que fossem presos, desde que pegos em flagrante, os empregados que roubavam dinheiro da empresa e que os condutores presos encaixavam-se nesse caso.⁴⁶

Para a Light, entretanto, o problema ainda estava longe de ter solução. Nem a fiscalização rigorosa que executara e nem as prisões realizadas pela Polícia conseguiram acabar com as ocorrências de furto. Este fato é comprovado por um artigo publicado em 1945 no jornal *Vanguarda Socialista*. O autor do artigo, R. Ainox, apontou a existência do desvio de passagens, mas defendeu os trabalhadores,

⁴⁵ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Sindicatos, Pasta 5.

⁴⁶ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 527.

argumentando que a empresa pagava tão mal os seus empregados que estes eram obrigados a efetuar o furto para conseguirem sobreviver.

“Ademais, esse furto, que não é furto, é, sobretudo uma medida de defesa individual do trabalhador em face da impossibilidade que se encontra de unir-se como classe para lutar contra a exploração da poderosa empresa, uma vez que, estando as associações de classe controladas pelo Ministério do Trabalho e pela Polícia, a defesa coletiva dos trabalhadores é impossível, resultando daí o natural recurso para a defesa individual, que cada um exerce como pode.”⁴⁷

Assim, os trabalhadores mantiveram as suas antigas práticas, relacionadas neste caso a meios alternativos de sobrevivência, apesar de todas as pressões sofridas por parte da direção da empresa, da Polícia e do próprio sindicato da categoria. A intensidade das condições adversas não foi suficiente para eliminar deste grupo as suas ações tradicionais, incorporadas há bastante tempo na sua cultura particular. Desta forma, os condutores conseguiram resistir à imposição de novas regras de comportamento, coerentes com a ordem social mas estranhas àquele grupo específico.

c) Uma batalha desigual

Para finalizar este capítulo, pretendo apresentar três casos bastante interessantes de trabalhadores buscando conquistar os seus direitos. O principal elemento que estes casos possuem em comum reside no fato de que os trabalhadores

⁴⁷ - *Vanguarda Socialista*, 07/09/1945. A prática de pequenos furtos como tática de sobrevivência pode ser encontrada também em outras categorias profissionais como, por exemplo, os portuários de Santos. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa. Os operários da Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade - 1937-1968*. São Paulo: HUCITEC, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

tiveram que enfrentar, em sua busca, obstáculos como a ineficiência da máquina estatal, a má vontade dos sindicatos e o desinteresse das autoridades. Envolveram-se, portanto, em uma batalha desigual, cujo resultado possivelmente não lhes seria favorável.

Maria Alves e Carlos Augusto de Farias

No final do mês de agosto de 1937 o metalúrgico Carlos Augusto de Farias enviou uma carta ao Ministro do Trabalho, na qual relatava os problemas por que vinha passando.⁴⁸ Segundo ele, a empresa onde trabalhava, a Companhia América Fabril, vinha falsificando as carteiras de trabalho dos seus empregados, no que tinha a ajuda de vários sindicatos. A falsificação consistia na alteração da profissão do empregado: se, por exemplo, ele fosse operário seria registrado na sua carteira a profissão de servente, bombeiro ou encanador. Carlos declarou ainda que fora forçado a tornar-se sócio de uma entidade criada pela empresa, a Associação Beneficente dos Operários da América Fabril. Como associado, era muito provável que Carlos tivesse direito a uma aposentadoria. Desta forma, acredito que o objetivo da Companhia ao registrar profissões de remuneração mais baixa nas carteiras dos operários era diminuir os valores das aposentadorias que ela teria que pagar aos associados da sua entidade.

Mas as irregularidades praticadas pela empresa não paravam por aí. No início de dezembro de 1936 Carlos foi preso pela Polícia e ameaçado de ser processado caso não assinasse a carteira de trabalho como servente, o que acabou fazendo. Além disso, foi suspenso do trabalho por 8 dias e teve toda a assistência médica interrompida. Quando foi reclamar com o gerente, este lhe disse que “a Companhia tem os cofres cheios de leis, justiça e Ministério.”

A esposa de Carlos, Maria Alves de Farias, também enviou uma carta ao

⁴⁸ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 281.

Ministro.⁴⁹ Empregada na mesma fábrica que o marido, seu objetivo era denunciar o fato de que havia sido obrigada, pelos patrões, a ter duas carteiras de trabalho: uma como tecelã - sua verdadeira profissão - e outra como servente. Não satisfeitos, seus patrões ainda transferiram-na de fato para o trabalho de servente, o que lhe provocou um problema crônico de saúde. Tanto a Companhia quanto o sindicato a que estava associada, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, recusavam-se a prestar qualquer tipo de assistência médica a Maria.

Em 1938 Carlos e Maria foram demitidos da América Fabril. Começou então, para o casal, uma verdadeira odisséia nos labirintos da justiça trabalhista. No mês de junho deste ano Carlos entrou com um processo contra a Companhia no Departamento Nacional do Trabalho (DNT) por demissão sem justa causa. Acabou perdendo o processo, mas a União dos Trabalhadores Metalúrgicos recorreu da decisão. A Procuradoria do DNT julgou novamente o caso, concluindo, em dezembro de 1939, que não havia provas suficientes de justa causa que justificassem a demissão de um operário com mais de dez anos de serviço e, portanto, com direito a estabilidade. Desta forma, Carlos deveria ser readmitido. Foi a vez da Companhia contestar a sentença e, em maio de 1940, a Junta de Conciliação e Julgamento considerou que havia justa causa. Em fevereiro de 1941 Carlos e Maria requereram mais uma vez a readmissão em seus empregos, mas nada conseguiram.⁵⁰

Os calafates marítimos

O calafate marítimo João Militão de Souza enviou, em janeiro de 1941, uma carta a Vargas. Nela, relatou que trabalhava há cinco anos para o Sindicato dos

⁴⁹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 281.

⁵⁰ - Idem.

Calafates Marítimos, do qual também era associado. Como a contratação de empregados pelo Sindicato era ilegal, João não tinha registro do emprego na carteira profissional e cada vez que precisava, por razões de serviço, ir a bordo de algum navio não era feita a devida comunicação à Capitania dos Portos. Ao sofrer um acidente a bordo de um navio, João foi encaminhado pelo Sindicato ao Instituto dos Marítimos, onde foi atendido. Contudo, como o Sindicato não havia registrado oficialmente o seu acidente, ele acabou recebendo do Instituto um seguro menor. João pedia, assim, o seguro a que legalmente teria direito.⁵¹

Alguns meses depois, João voltou a escrever a Vargas, mas desta vez junto com dois companheiros, José Casemiro de Oliveira e Orlando de Araújo Guimarães. De acordo com eles, já havia sido marcada a sessão da Junta de Conciliação e Julgamento que avaliaria os seus processos, como empregados, contra o Sindicato dos Calafates Marítimos. Os processos diziam respeito à inexistência de suas matrículas na Capitania dos Portos; à falta de registro dos seus empregos nas carteiras de trabalho; ao pagamento das férias devidas desde 1936; e à definição da questão da legalidade, ou não, da contratação de empregados por parte do Sindicato. Entretanto, poucas semanas antes da sessão eles foram surpreendidos pela anexação do seu Sindicato ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Naval, “atitude esta tomada sem ter sido dado conhecimento por assembléia aos associados, sem a devida prestação de contas da Legislação social e trabalhista do Sindicato, e sem a liquidação dos débitos com os que trabalhamos por conta do mesmo Sindicato.” Além disso, denunciaram que, no dia da anexação, os associados presentes à sede do Sindicato foram ameaçados pela Polícia. Os requerentes solicitavam que fosse feita uma devassa na documentação do seu Sindicato e que ele não fosse incorporado à outra associação. Cerca de duas semanas após a denúncia dos calafates, o Ministro do Trabalho declarou apenas, respondendo a

⁵¹ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 279.

um pedido de informações da Secretaria da Presidência, que o Sindicato dos Calafates havia sido incorporado à outra associação por causa de irregularidades e que não havia nenhuma autoridade policial no ato da anexação.⁵²

Eugenio D'Alessandro

O italiano Eugenio, mecânico de profissão, ingressou na Light em 1912. Doze anos depois, no decorrer dos quais ocupou vários cargos e recebeu algumas promoções, foi nomeado chefe da Usina Térmica da empresa. Neste novo cargo entrou em conflito com um antigo chefe da Usina, chamado Borgeth, o qual criticava todas as decisões e providências tomadas por Eugenio.⁵³

Posteriormente, Eugenio manifestou seu apoio à Revolução de 1930, motivado principalmente pela intenção do novo governo de decretar leis trabalhistas. Devido à simpatia que nutria pelo governo, ele recusou-se a participar da greve levada a efeito pelos empregados da Light no início de maio de 1932. Eugenio buscou ainda aconselhar os seus colegas a não entrarem em greve, argumentando que a missão de todos era humanitária na medida em que deveriam, em caso de necessidade, fornecer luz à cidade e aos hospitais. Antes da eclosão da greve ele foi procurado por um oficial do gabinete do Chefe de Polícia, o qual perguntou se o governo poderia contar com o pessoal da usina, tendo recebido uma resposta positiva por parte de Eugenio.⁵⁴

Segundo Eugenio, ele ficou gripado justamente na semana da greve, fato que o obrigou a faltar ao serviço. Quando tentou retornar ao trabalho, foi impedido de entrar na Usina e informado de que estava suspenso por tempo indeterminado. Teve

⁵² - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 281.

⁵³ - Defesa apresentada por Eugenio no inquérito policial que investigou uma tentativa de sabotagem na Usina Térmica da Light, 19/11/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 98.

⁵⁴ - Idem.

início, então, uma longa batalha judicial entre Eugenio e a Light. Uma comissão interna foi nomeada para julgar o envolvimento de Eugenio com o movimento grevista, concluindo, em abril de 1933, que ele deveria ser suspenso por três meses. Contudo, o superintendente geral da empresa resolveu reduzir a punição para apenas um mês e restituir todos os salários vencidos (que somavam treze contos de réis), tendo em vista o seu bom comportamento e o fato de ser a única falta praticada em todos os seus anos de serviço. Mas ainda não foi desta vez que Eugenio conseguiu voltar ao trabalho. A empresa manteve-o em disponibilidade remunerada até janeiro de 1934, quando foi aposentado compulsoriamente por causa da “extinção do seu cargo”. Para tentar reverter a sua situação, Eugenio apresentou queixa da decisão da Light junto ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), o qual, em outubro do mesmo ano, anulou a aposentadoria e determinou a reintegração ao emprego. A empresa ainda recorreu da sentença, mas tanto o CNT quanto o Ministro do Trabalho confirmaram-na.⁵⁵

Tendo sofrido esta derrota judicial, a Light procurou resolver o problema através de outros meios. Em fevereiro de 1936 Eugenio enviou uma carta a Luiz Simões Lopes, membro do gabinete de Vargas.⁵⁶ Nela, denunciava que, alguns dias antes, um grupo de investigadores da Seção de Ordem Política da DESPS havia invadido a sua casa para efetuar “uma rigorosa e minuciosa busca.” Os investigadores informaram que queriam examinar os documentos referentes à pendência existente entre Eugenio e a Light, além de buscarem provas acerca de várias acusações que haviam sido feitas contra ele: que era sócio da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Clube 3 de Outubro; que havia sido o fomentador de três greves; que tinha sido

⁵⁵ - Defesa apresentada por Eugenio no inquérito policial que investigou uma tentativa de sabotagem na Usina Térmica da Light, 19/11/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 98.

⁵⁶ - Carta escrita em 09/02/1936. Ao que parece, não era a primeira vez que Eugenio tentava entrar em contato com Lopes, pois, no início da carta, ele indentificou-se “como o mesmo Eugenio D’Alessandro que o procurou no Palácio Guanabara para avisá-lo do que se estava tramando em determinados bastidores contra a eleição do Dr. Getúlio Vargas a Presidente da República.” Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

eliminado do Centro dos Operários e Empregados da Light por ser um elemento pernicioso; e que as suas atividades anti-fascistas haviam levado o governo da Itália a proibir a sua entrada no país.

Eugenio inicialmente respondeu aos investigadores “que há muito tempo estava esperando aquela visita; e até me despertava surpresa de como alguém não se tivesse lembrado de mim na ocasião em que foram presos diversos Empregados da Light em seguida do movimento sedicioso de Novembro do ano passado.” Afirmou que a maior parte dos documentos encontrava-se anexada ao processo do CNT, restando apenas alguns em seu poder. Depois, rebateu todas as acusações, declarando que nunca havia participado de qualquer partido político, que ainda não descobrira a razão de sua eliminação do Centro e que a sua conduta sempre merecera a “franca simpatia dos proeminentes fascistas aqui residentes.” Suas declarações acabaram sendo confirmadas, pois os policiais não conseguiram achar qualquer prova das acusações. No final de sua carta, Eugenio desabafou a revolta e a insatisfação provocadas pelo seu conflito com a Light:

“Uma vez que já se chegou a este ponto; uma vez que já houve uma intervenção Policial provocada por alguém, é possível que este alguém fique para sempre imune; para toda vida incógnito e desconhecido, transformando um Órgão ou uma Autoridade em simples brinquedo?

Será possível que depois de uma Revolução destinada a ministrar a verdadeira Justiça, devo permanecer continuamente sob o incubo de uma agressão?”⁵⁷

Contudo, a batalha ainda achava-se longe de seu desfecho. A Light recorreu

⁵⁷ - Arquivo Privado de Filinto Müller, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

mais uma vez da sentença de reintegração no emprego, mas a Justiça, além de confirmar a sentença, estipulou uma indenização de 121 contos de réis. Assim, Eugenio finalmente voltou a trabalhar na Usina Térmica, porém em um cargo inferior e com salário mais baixo que os outros empregados do mesmo nível. Após infrutíferas tentativas de negociação com a empresa, ele apresentou em 1941 uma reclamação perante a Junta de Conciliação e Julgamento, que indeferiu o seu pedido.⁵⁸ Eugenio questionou a decisão e, em junho de 1943, a Câmara da Justiça do Trabalho determinou que a Light aumentasse o seu salário.⁵⁹

Ao mesmo tempo em que procurava utilizar ao máximo os recursos judiciais, Eugenio buscou também conquistar a boa vontade das autoridades para com o seu caso. Além das cartas já citadas, ele também enviou outra ao Ministro do Trabalho (março de 1942) e um telegrama a Vargas (fevereiro de 1943), nos quais queixava-se da interferência da Polícia e dos obstáculos que estava sendo obrigado a superar para ter os seus direitos respeitados.⁶⁰ Entretanto, a própria Polícia não possuía uma opinião muito exata sobre aquele italiano encrenqueiro. Em fevereiro de 1942, a DESPS informou à Secretaria da Presidência que, dentro da Light, Eugenio era tido como suspeito de atos de sabotagem e de propagação de greves, mas que fora dela era considerado pessoa idônea e alheia a qualquer atividade política.⁶¹ Neste mesmo ano Eugenio foi preso por alguns dias, em virtude de seu nome constar de uma relação, enviada pela Light para a DESPS, de indivíduos suspeitos de exercerem atividades “eixistas.”⁶²

⁵⁸ - Defesa apresentada por Eugenio no inquérito policial que investigou uma tentativa de sabotagem na Usina Térmica da Light, 19/11/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 98. Enquanto o seu processo estava sendo avaliado na Junta, Eugenio enviou, em dezembro de 1941, uma carta a Vargas relatando o seu longo dissídio com a Light. Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Lata 346.

⁵⁹ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 98.

⁶⁰ - Arquivo Nacional, Secretaria da Presidência da República, Latas 474 e 477.

⁶¹ - Idem, Lata 346.

⁶² - Idem, Lata 477. Descobri, neste mesmo Arquivo, que Eugenio foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Infelizmente, não tive acesso ao documento, pois todos os processos estavam sendo reorganizados e

A fim de escapar do cumprimento da sentença judicial, a Light voltou a usar todas as armas que possuía em suas mãos. Afastou novamente Eugenio do serviço, esclarecendo que tal providência fora proposta pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social. Paralelamente, intensificou as denúncias contra o seu empregado. Em uma delas, os colegas de trabalho e os chefes de Eugenio acusaram-no de ser fascista e de ter proposto a um colega a realização de atos de sabotagem na Usina Térmica. Na longa e documentada defesa que apresentou à Polícia, Eugenio procurou rebater todas as acusações, considerando-as novas artimanhas levadas a efeito pela empresa. Segundo ele, o seu passado e o seu amor pelo Brasil o tornavam incapaz de cometer tal atitude indigna. Afirmou ainda “que com referência à política dominante de seu país de origem, a Itália, foi decisivamente anti-fascista, desde o primeiro momento, (...)”⁶³ Note-se que a tendência política assumida por Eugenio nesta defesa foi exatamente a oposta da manifestada por ele quase dez anos antes, quando declarou, na carta enviada a Luiz Simões Lopes, que suas atividades em prol do regime de Mussolini haviam merecido o reconhecimento dos “proeminentes fascistas aqui residentes.” Não tenho meios para avaliar qual era a verdadeira corrente política seguida por Eugenio, mas acredito que esta sua aparente incoerência certamente representou uma pequena tática de sobrevivência às constantes alterações na conjuntura política do país.

O inquérito policial concluiu que não havia provas suficientes do envolvimento de Eugenio na tentativa de sabotagem. Quanto ao seu afastamento da empresa, ele apresentou uma reclamação à Junta de Conciliação e Julgamento mas, até novembro de 1943, o processo ainda não havia sido concluído.⁶⁴ Infelizmente, não pude descobrir qual foi o desfecho da longa e cansativa contenda entre Eugenio e a

microfilmados.

⁶³ - Defesa apresentada por Eugenio em 19/11/1943. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DESPS, Caixa 98.

⁶⁴ - Idem.

poderosa Light, pois não consegui encontrar outros documentos relacionados a ele após esta data. Entretanto, tudo indica que o conflito prolongou-se ainda por um bom tempo.

No conjunto formado pelas cartas e telegramas enviados a Vargas pode-se perceber como foi profunda a penetração, entre a classe trabalhadora, da imagem deste como o “pai dos pobres”, ou seja, uma pessoa que compreendia as necessidades dos trabalhadores e esforçava-se ao máximo para supri-las. Inúmeros trabalhadores consideravam que valia a pena dirigirem-se ao Chefe da Nação, exporem-lhe seus problemas e solicitarem-lhe benefícios, pois Vargas preocupava-se, acima de tudo, com o seu bem-estar e, desta forma, certamente procuraria sanar seus problemas e corrigir as injustiças sofridas por eles. A imagem de Vargas como o governante bondoso, generoso e solícito permaneceu gravada de forma marcante na memória da grande maioria dos trabalhadores daquela época. Isto pode ser notado, por exemplo, nas entrevistas concedidas por antigos operários da Fábrica Aliança, localizada no bairro de Laranjeiras. Vários entrevistados apontaram Vargas como o melhor governante que o país já teve, pois ele criou a legislação social e tratou o povo com respeito.⁶⁵

A interiorização desta imagem de Vargas pelos trabalhadores não significava automaticamente a aceitação, por parte deles, de todos os aspectos do projeto corporativista implantado pelo governo. Apenas para citar um exemplo, se pudessemos voltar no tempo até 1939 e perguntar aos operários que paralisaram parcialmente a

⁶⁵ - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, Pesquisa “Bairro e Fábrica”. Esta forte presença da imagem de Vargas entre os trabalhadores não se restringiu ao Rio de Janeiro. Ver, por exemplo, os depoimentos de idosos paulistas apresentados por Ecléa Bosi em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Fábrica de Tecidos Santo Antônio, devido à tentativa de dispensa da sua colega Maria Amorim, se eles admiravam Vargas, muito provavelmente a grande maioria diria sim. Contudo, esta admiração não os impediu de utilizarem, na luta por suas reivindicações, meios reprovados pelo regime, como a mobilização fora dos sindicatos e a paralisação do trabalho.⁶⁶

Portanto, usando as noções já apresentadas de José Sérgio Leite Lopes⁶⁷, acredito que ocorreu em uma parcela significativa da classe trabalhadora carioca a convivência entre a interiorização da dominação e uma “microfísica da resistência” a esta mesma dominação. Além de elementos como a absorção de toda a mística que envolvia Vargas e a manifestação de apoio ao governo, esta dominação também envolvia, seguindo aqui a idéia de “pacto” formulada por Angela Gomes⁶⁸, o reconhecimento da necessidade de retribuição aos bens materiais e simbólicos produzidos pelo Estado. Por outro lado, a resistência expressava-se principalmente através de práticas como sabotagens, furtos, greves e paralisações, bem como de batalhas solitárias em busca do respeito aos seus direitos. Em relação a estas últimas, mesmo nos casos em que - aqui incluídos o casal Farias, os calafates marítimos e Eugenio D’Alessandro - os trabalhadores recorreram a canais institucionais, como as autoridades governamentais e a Justiça do Trabalho, a sua disposição de lutar, muitas vezes sem qualquer tipo de ajuda, contra as arbitrariedades cometidas pelos patrões demonstra a existência de um nível expressivo de autonomia entre esses trabalhadores. Assim, a resistência de um conjunto importante de trabalhadores à implantação do projeto corporativista, e a todos os valores e formas de dominação que ele trazia consigo, residiu justamente na sobrevivência das suas antigas práticas autônomas. A

⁶⁶ - O artigo 139 da Constituição Federal de 1937 proibia a greve e o “lock-out”, considerados recursos anti-sociais e nocivos ao trabalho e ao capital. *Lex*. São Paulo, Lex Editora, ano I, 1937.

⁶⁷ - Lopes, *op. cit.*

⁶⁸ - Gomes, *op. cit.*

grande falha do Estado neste processo de implantação consistiu em não conseguir “moldar” os trabalhadores exatamente na forma que ele desejava. Algumas “arestas” continuaram a atrapalhar a concretização de sua obra-prima, e ele mostrou-se incapaz de eliminá-las totalmente.

Pode ser afirmado que estes trabalhadores fizeram um tipo de “leitura seletiva” do projeto corporativista, na medida em que aceitaram os pontos do projeto que lhes eram favoráveis e rejeitaram os prejudiciais. Deve ser lembrada a existência ainda de uma outra parcela dos trabalhadores, ligada principalmente às correntes de esquerda do movimento operário, que recusou-se terminantemente a aceitar o projeto, resistindo ao máximo à sua implantação. A resistência levada a efeito por este grupo assumiu um caráter mais político e partidário do que a efetuada pelo outro conjunto de trabalhadores. Em contraste, uma terceira parcela dos trabalhadores aceitou o projeto integralmente, passando a defendê-lo e a contribuir para a sua implantação. Todavia, como foi demonstrado anteriormente, mesmo neste caso foram poucas as vezes em que esta aceitação ocorreu de forma absolutamente passiva.

Desta forma, houve diversas reações dos trabalhadores à implantação do projeto corporativista, refletindo a complexidade das relações estabelecidas entre estes e o Estado. Um dos principais aspectos deste relacionamento consistiu no fato de que o processo de estabelecimento do projeto não revelou uma abrangência e uma eficiência suficientes para alterarem antigas práticas dos trabalhadores. Assim, pode-se afirmar que o Estado não conseguiu atingir todos os seus objetivos, pois a construção da nova sociedade corporativa revelou-se incompleta.

Conclusão

Inspirados principalmente pela doutrina social da Igreja Católica e por autores europeus como Manóiesco, os teóricos corporativistas brasileiros elaboraram um projeto político que foi posto em prática pelo governo Vargas. Este projeto previa a organização de todos os membros ativos da sociedade em grandes corporações, as quais serviriam como instituições intermediárias entre os cidadãos e o Estado. A própria noção de cidadania foi reformulada por estes autores. O novo indivíduo exigido pela sociedade corporativa teria a sua cidadania vinculada ao fato de ele ser trabalhador e brasileiro. Ocorreu, por conta desta proposta, uma valorização do trabalho, que passou a ser considerado um direito e um dever do homem, além de uma tarefa moral em relação à sociedade e ao Estado. Guiados pelo bondoso e sábio Chefe Supremo, Getúlio Vargas, os novos cidadãos-trabalhadores ergueriam a nação ideal, plena de harmonia e felicidade.

Entretanto, a implantação deste projeto não foi tão tranqüila quanto esperavam os seus teóricos. Como já foi visto anteriormente, os agentes do Estado encontraram inúmeros obstáculos na construção da nova sociedade corporativa. Como

vários destes obstáculos revelaram-se intransponíveis, o objetivo final não foi atingido de forma completa e definitiva.

O projeto corporativista havia reservado para a legislação trabalhista a função de regulamentar as relações de trabalho, evitando a eclosão de conflitos e coagindo as classes sociais a adaptarem-se ao novo regime. Contudo, pode-se afirmar que, de modo geral, todo o esforço empreendido pelo governo no sentido de estabelecer um conjunto abrangente de leis trabalhistas, e de garantir a sua aplicação efetiva, obteve resultados abaixo do nível esperado.

A legislação trabalhista ampliou bastante o leque dos benefícios sociais, mas, ao mesmo tempo, também restringiu a autonomia sindical e a luta independente dos trabalhadores. O Ministério do Trabalho e os seus órgãos auxiliares, como o Departamento Nacional do Trabalho, conseguiram montar uma estrutura sindical oficial, mas os trabalhadores não aderiram a ela da forma esperada. Além da baixa sindicalização, estes órgãos estatais também não conseguiram resolver a questão da sobrevivência de antigas práticas de luta dos trabalhadores. Outro ponto que permaneceu sem solução foi o do cumprimento da legislação. Continuaram a ocorrer com freqüência casos de burla por parte do patronato, que raramente sofria qualquer tipo de punição devido à incompetência dos órgãos estatais ou à corrupção dos seus funcionários. Nem mesmo a Justiça do Trabalho, que deveria representar uma renovação no Poder Judiciário do país, conseguiu manter-se neutra nos julgamentos dos dissídios entre empregados e empregadores. Já os órgãos previdenciários não conseguiram prestar de forma adequada os seus serviços aos trabalhadores, devido principalmente à insuficiência de receita - provocada pela sonegação das contribuições dos patrões -, à ineficiência dos administradores, aos conflitos internos e às disputas pelo poder.

As questões da construção da legitimidade do novo governo frente a vários

setores da sociedade, dentre eles os trabalhadores, e da formação de um consenso na opinião pública estiveram presentes desde o início do governo Vargas. A propaganda política apresentou-se como um meio rápido e abrangente para atingir estes objetivos. Seus organizadores adotaram métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão, tais como a censura e o monopólio da produção discursiva e informativa. Ao mesmo tempo, os órgãos de propaganda esforçavam-se ao máximo para disfarçar a transmissão de mensagens políticas. Assim, era mantida a ilusão da liberdade de expressão e de pensamento a fim de que a população não tomasse consciência do fato de que estava assimilando aquelas mensagens. As comemorações oficiais constituíam algumas das ocasiões em que eram transmitidas as mensagens políticas, em conjunto com a afirmação de uma série de valores e normas de comportamento. A regularidade das comemorações e a repetição dos rituais que as compunham reforçavam estas práticas levadas a efeito pelo regime.

Os valores oficiais transmitidos pela propaganda política varguista, e assimilados por uma parcela significativa da população, criaram, juntamente com a repressão policial, uma postura de vigilância e censura que dominou boa parte da sociedade brasileira, principalmente durante o Estado Novo. Entretanto, esta assimilação não foi ampla o suficiente para alterar completamente todos os valores e comportamentos manifestados pela população.

A repressão policial contra indivíduos ou grupos considerados “perigosos” - como os militantes do movimento operário, os trabalhadores, os estrangeiros, os integralistas e os políticos liberais - ocupava um espaço importante dentro do projeto corporativista defendido pelos grupos que ascenderam ao poder em 1930. Neste sentido, o novo regime alterou profundamente vários aspectos da organização da Polícia, a fim de tornar cada vez mais eficiente o controle realizado sobre a sociedade como um todo. Durante o período do governo Vargas, houve uma ampla

profissionalização dos quadros policiais e uma progressiva especialização das funções dos diversos setores da Polícia. Desta forma, a Polícia transformou-se em um instrumento de poder muito importante do regime.

Portanto, a Polícia procurou estender o seu raio de ação a toda sociedade. A intenção era vigiar atentamente o comportamento, as idéias e as crenças de cada indivíduo. Na prática, esta observação nunca pôde ser tão abrangente assim, pois a Polícia, apesar de seus esforços, não poderia estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Esta deficiência era largamente compensada pela vigilância que cada indivíduo fazia sobre as outras pessoas e sobre si mesmo, provocada, em grande parte, pela nuvem do terror policial que cobriu a sociedade. Contudo, mesmo com esta vigilância a ação policial não conseguiu eliminar totalmente as manifestações de descontentamento e de oposição ao regime levadas a efeito por diversos grupos sociais e políticos.

Até 1935 as diversas correntes de esquerda do movimento operário conseguiram manter um certo grau de autonomia no meio sindical carioca. Apesar de algumas delas possuírem um número reduzido de militantes, como os anarquistas e os trotskistas, elas obtiveram êxito na conquista de cargos de direção em vários sindicatos. Todavia, elas possuíam diante de si dois grandes obstáculos. Um era a intensa repressão policial mantida sobre os sindicatos e as manifestações dos trabalhadores, como as greves. O outro era a construção de uma nova estrutura sindical por parte do governo. Como este garantia o usufruto dos direitos sociais apenas aos associados dos sindicatos oficiais, os trabalhadores passaram a pressionar as diretorias dos seus sindicatos para que estas providenciassem o registro no Ministério do Trabalho. Deste modo, a manutenção de um movimento sindical independente tornou-se extremamente difícil.

Com o fracasso dos levantes de 1935 e a decretação do Estado Novo a situação piorou. Jornais operários foram fechados, centenas de pessoas presas e militantes expulsos dos sindicatos. Entretanto, a intensa onda repressiva que se abateu

sobre o movimento operário e sindical não levou ao desaparecimento total da cena política das suas correntes de esquerda. Estas representaram, e estimularam, uma parcela importante dos vestígios de autonomia e resistência que se manifestaram durante o regime autoritário de Vargas. Alguns militantes, por exemplo, procuraram manter, apesar das condições extremamente adversas, a atuação entre os trabalhadores.

Quanto às associações profissionais, não há dúvidas de que o governo Vargas atingiu o seu objetivo de construir, sobre os escombros do sindicalismo autônomo, uma estrutura sindical oficial. Se, até 1935, muitos sindicatos independentes conseguiram sobreviver e uma boa parte dos oficiais mantiveram uma certa margem de autonomia, após este ano a situação reverteu em favor do governo. O controle das entidades, através da ação conjunta do Ministério do Trabalho e da Polícia, tornou-se mais intenso e as associações independentes foram desaparecendo progressivamente.

O grande desafio do governo consistia em organizar uma estrutura sindical que estivesse sob o seu controle e que, ao mesmo tempo, representasse os interesses da maioria dos trabalhadores. Todavia, o governo não conseguiu alcançar este último objetivo. Uma parcela significativa dos trabalhadores manteve-se fora das associações, apesar de todas as medidas de coerção e de convencimento levadas a efeito. Desta forma, ao contrário do que afirma uma parte da historiografia, a implantação deste aspecto do projeto corporativista não revelou uma abrangência e uma eficiência suficientes para alterarem antigas práticas dos trabalhadores, como a baixa sindicalização e a organização fora dos sindicatos. A luta cotidiana nos locais de trabalho não apenas continuou a existir, como adquiriu uma importância cada vez maior no decorrer do período.

A interiorização do “mito Vargas” - ou seja, a sua imagem como um governante bondoso, generoso e solícito - pela maioria dos trabalhadores não significava automaticamente a aceitação, por parte deles, de todos os aspectos do

projeto corporativista implantado pelo governo. A sua admiração pelo Chefe da Nação não os impediu de utilizarem muitas vezes, na luta por suas reivindicações, meios reprovados pelo regime, como a mobilização fora dos sindicatos e a paralisação do trabalho.

Portanto, como demonstrei nos capítulos 6 e 7, ocorreu em uma parcela significativa da classe trabalhadora carioca a convivência entre a interiorização da dominação e uma “microfísica da resistência” a esta mesma dominação. Além de elementos como a absorção de toda a mística que envolvia Vargas e a manifestação de apoio ao governo, esta dominação também envolvia o reconhecimento da necessidade de retribuição aos bens materiais e simbólicos produzidos pelo Estado. O tipo de relação estabelecida entre os sindicatos oficiais e o Estado apresentou aspectos semelhantes, ou seja, também era uma relação que baseava-se na reciprocidade.

Por outro lado, a resistência expressava-se principalmente através de práticas como sabotagens, furtos, greves e paralisações, bem como de batalhas solitárias em busca do respeito a direitos. Assim, a resistência de um conjunto importante de trabalhadores à implantação do projeto corporativista, e a todos os valores e formas de dominação que ele trazia consigo, residiu justamente na sobrevivência das suas antigas práticas autônomas. A grande falha do Estado neste processo de implantação consistiu em não conseguir “moldar” os trabalhadores exatamente na forma que ele desejava. Algumas “arestas” continuaram a atrapalhar a concretização de sua obra-prima, e ele mostrou-se incapaz de eliminá-las totalmente.

Estes trabalhadores fizeram um tipo de “leitura seletiva” do projeto corporativista, na medida em que aceitaram os pontos do projeto que lhes eram favoráveis e rejeitaram os prejudiciais. Deve ser lembrada a existência ainda de uma outra parcela dos trabalhadores, ligada principalmente às correntes de esquerda do movimento operário, que recusou-se terminantemente a aceitar o projeto, resistindo ao

máximo à sua implantação. A resistência levada a efeito por este grupo assumiu um caráter mais político e partidário do que a efetuada pelo outro conjunto de trabalhadores. Em contraste, uma terceira parcela dos trabalhadores aceitou o projeto integralmente, passando a defendê-lo e a contribuir para a sua implantação. Todavia, mesmo neste caso foram poucas as vezes em que esta aceitação ocorreu de forma absolutamente passiva.

Portanto, o Estado não conseguiu atingir o seu principal objetivo, pois a construção da nova sociedade corporativa revelou-se incompleta. Uma das consequências deste fato foi a utilização, por parte de inúmeros grupos sociais e políticos, das brechas existentes no controle estatal para a expressão de suas insatisfações com a situação vigente.

Como já foi mencionado acima, um dos grupos que fizeram uso destas brechas foram os trabalhadores. Contudo, a constatação da presença de resistência ao projeto corporativista entre uma parcela dos trabalhadores cariocas não constitui exatamente uma novidade, na medida em que vários estudiosos já apontaram este fato em seus trabalhos. Deste modo, acredito que a grande contribuição desta Tese reside na avaliação mais precisa da dimensão e das formas assumidas por esta resistência. Graças principalmente aos documentos da polícia política, pude descobrir, pelo menos em parte, as vozes dissonantes no, aparentemente, harmônico coro do Estado Novo. Assim, emergiram da documentação indivíduos e grupos como o mecânico Eugenio D'Alessandro, os motoneiros da Light ou os militantes comunistas que insistiam em espalhar seus boletins pela cidade. Suas experiências de vida constituíram algumas das inúmeras e diferenciadas pedras do mosaico representado pela resistência social e política ao projeto varguista.

Ao iniciar a pesquisa das fontes, alguns anos atrás, eu não tinha uma noção exata da diversidade apresentada pelas formas de resistência dos trabalhadores ao

projeto corporativista. Esperava encontrar, em todo o período do governo Vargas, essencialmente o tipo de ação desenvolvida pelo movimento operário durante a República Velha, ou seja, atividades como greves, passeatas, comícios, distribuição de boletins e impressão de jornais. Como já foi visto, até 1935 os trabalhadores e o movimento operário e sindical conseguiram promover com regularidade essas atividades, as quais muitas vezes eram alvo da persistente perseguição policial. Entretanto, com a entrada em cena do Estado Novo a realização destas atividades de caráter mais público tornou-se bastante difícil, pois todo o tipo de manifestação política ou social passou a ser reprimida de forma violenta.

Deste modo, sofri uma certa “decepção” em minha expectativa de encontrar formas de resistência mais abertas e públicas, como comícios e passeatas, mesmo durante o Estado Novo. Todavia, esta “decepção”, juntamente com os casos de ações coletivas ou isoladas dos trabalhadores mencionados nos relatórios policiais, levaram-me à compreensão de que a resistência destes últimos ao projeto corporativista não se expressava apenas através daqueles meios, mas também através da sobrevivência das suas antigas práticas autônomas. E, apesar de todos os seus esforços, o Estado Novo não conseguiu eliminar justamente estas práticas.

Neste sentido, outro ponto relevante desta Tese consiste no questionamento da idéia, defendida por vários autores, de que os trabalhadores dependiam totalmente de seus líderes para conseguir lutar pelas suas reivindicações e resistir às pressões efetuadas pelo patronato e pelo Estado. Como foi visto no decorrer do texto, o fato de os sindicatos e as suas lideranças encontrarem-se atrelados ao Estado não significou a vinculação automática e completa de todos os trabalhadores a este último. Não foram poucas as vezes em que os trabalhadores entraram em greve sem o apoio dos seus sindicatos. Quando, após 1935, o governo intensificou o controle sobre as entidades sindicais, a organização e mobilização dos trabalhadores fora das associações tornou-se

uma das poucas formas de manifestação autônoma da classe.

A maioria dos líderes das correntes de esquerda do movimento operário foram presos ou afastados depois da derrota da insurreição comunista de 1935. Como consequência, estas correntes sofreram uma profunda desarticulação. No entanto, isto também não impediu que muitos de seus militantes mantivessem algumas de suas atividades, como a distribuição de boletins e a impressão de jornais clandestinos. Portanto, estes militantes continuaram a expressar a sua revolta e o seu descontentamento em relação ao regime, apesar das condições bastante adversas.

Este trabalho não pretendeu, de forma alguma, esgotar todas as possibilidades de análise oferecidas pelo tema tratado. Contudo, acredito que ele atingiu todos os objetivos propostos. Neste sentido, ele pode ser entendido mais como o ponto de partida de novos estudos do que o arremate definitivo da pesquisa sobre as relações entre Estado e trabalhadores no período Vargas.

Fontes

1 - Arquivos privados

1.1 - Arquivo Nacional

- Arquivo Salgado Filho

1.2 - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/ Fundação Getúlio Vargas

- Arquivo Agamenon Magalhães
- Arquivo Alexandre Marcondes Filho
- Arquivo Filinto Müller
- Arquivo Getúlio Vargas
- Arquivo Lindolfo Collor
- Arquivo Valdemar Falcão

2 - Correspondência do governo

2.1 - Arquivo Nacional

- Fundo da Secretaria da Presidência da República
- Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores
- Fundo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

3 - Documentos operários e sindicais

3.1 - Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP

- Documentos da Internacional Comunista, 1930-1945

3.2 - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

- Atas das assembleias do Sindicato dos Empregados em Câmara, Culinários e Panificadores Marítimos, 1930-1935
- Entrevistas com antigos operários realizadas pela “Pesquisa Bairro e Fábrica”.

3.3 - Centro de Documentação e Memória (CEDEM)/ UNESP

- Estatuto do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, 1941.
- Comunicado interno do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, 20/01/1944.
- Manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores, 30/04/1945.
- Comunicado interno do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira, setembro/1945.
- Informe político apresentado por Luis Carlos Prestes na reunião do Comitê Nacional do PCB, 1945.

4 - Documentos policiais

4.1 - Arquivo Nacional

- Secretaria de Polícia do Distrito Federal, código II(6) 401.

4.2 - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- Fundos Administração, DESPS, Sindicatos, Inquéritos, Político e Diversos

5 - Encíclicas

- LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. In: DE SANCTIS, Frei Antonio (org.). *Encíclicas e*

documentos sociais. São Paulo, Edições LTr, 1991.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. In: DE SANCTIS, Frei Antonio (org.). *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo, Edições LTr, 1991.

6 - Leis e decretos

- *Constituição Federal de 1937*. Lex. São Paulo, Lex Editora, ano I, 1937.

- *Decreto n° 19.770 (19/03/1931)*, *apud* NIEMEYER, Waldir. *Movimento sindicalista no Brasil*. Rio de Janeiro, s. e., 1933.

- *Decreto n° 24.694 (12/07/1934)*. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 1, setembro/1934.

- *Decreto-lei n° 1.402 (05/07/1939)*. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n° 60, agosto/1939.

- *Projeto da Consolidação das Leis do Trabalho*, *apud* CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1982.

7 - Livros e documentos oficiais

AMAZONAS, João. *Pelo fortalecimento e unidade sindical*. Rio de Janeiro, Ed. Horizonte, 1946.

ARRAIS, Raimundo de Monte. *O Estado Novo e suas diretrizes: estudos políticos e constitucionais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

CAMARGO, Joracy. *Getúlio Vargas e a inteligência nacional*. Rio de Janeiro, DIP, 1940.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

CARVALHO, M. Cavalcanti. *Direito sindical e corporativo*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1941.

- DANTAS, Mercedes. *A força nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro, DIP, 1942.
- GRIECO, Agripino et alii. *O sr. Getúlio Vargas e o relevo histórico de sua missão nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.
- LACERDA, João Maria de e MOURA, Eloy de. *O Estado Novo; democracia e corporativismo: a posição do Brasil*. S.l., s.e., 1938.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York, Russell & Russel, 1973, 1ª edição: 1942.
- MACIEL FILHO, J. S. *O homem providencial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- MANOILESCO, Mihail. *O século do corporativismo. Doutrina do corporativismo integral e puro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, 1ª edição: 1934.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio: Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1921, vol. II.
- MOTTA, Omar Gonçalves da. *O sindicato e a realidade brasileira*. Curitiba, s.e., 1936.
- NIEMEYER, Waldir. *Movimento sindicalista no Brasil*. Rio de Janeiro, s. e., 1933.
- POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. *Polícia política preventiva. Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais*. Rio de Janeiro, 10/11/1939.
- PORTO, Eurico Bellens. *A insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936.
- RAPOSO, Ben-Hur. *O estado e o trabalho*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1938.
- SILVA, Gastão Pereira da. *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde Editora, [1940].
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional,

1978, 1ª edição: 1914.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. *O Estado Novo e o momento brasileiro*. Rio de Janeiro, I. Amorim, 1939.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, vols. 1 a 11.

VIANNA, José de Segadas. *A organização sindical brasileira*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica “O Cruzeiro”, 1943.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

8 - Periódicos

- *Âncora*, 1935

- *Avante!*, 1933-1935

- *Boletim de Agitação e Propaganda*, 1935

- *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 1934-1945

- *Boletim do Sindicato da Leopoldina*, 1942

- *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*, 1945

- *Brasil Novo*, 1939-1940

- *Ciência Política*, 1940-1943

- *A Classe Operária*, 1930-1945

- *A Confederação*, 1930

- *Correio da Manhã*, 1930-1945

- *O Cosmopolita*, 1930

- *Crítica*, 1930

- *Cultura Política*, 1941-1943

- *16 de Julho*, 1938

- *Diário da Noite*, 1931
- *Diário de Notícias*, 1930-1945
- *Diário Português*, 1934
- *Diretrizes*, 1938-1945
- *Dom Casmurro*, 1937-1945
- *A Esquerda*, 1930-1934
- *Estudos Brasileiros*, 1938-1944
- *A Fagulha*, 1932
- *Gazeta do Trabalho*, 1934
- *O Globo*, 1931; 1945
- *Hierarquia*, 1931-1932
- *O Homem Livre*, 1933-1936
- *O Jornal*, 1931
- *Jornal do Brasil*, 1931
- *Jornal do Povo*, 1934
- *O Jovem Proletário*, 1934
- *O Libertador*, 1936
- *A Luta de Classes*, 1930-1931; 1935
- *A Luta Operária*, 1933
- *A Manhã*, 1935; 1941-1945
- *A Marcha*, 1935
- *MUT*, 1945
- *A Noite*, 1932
- *Notícias Gráficas*, 1945
- *Novas Diretrizes*, 1938-1942
- *O Paiz*, 1930

- *A Pátria*, 1931-1935; 1940
- *O Portuário*, 1933
- *O Preso Proletário*, 1933-1935
- *Remodelações*, 1945
- *Revista dos Ferroviários*, 1930-1933; 1940
- *Revista Proletária*, 1934-1935
- *Rumo*, 1934
- *Sindicato da Leopoldina*, 1935
- *S.T.T.T.* (Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres), 1933
- *O Trabalhador do Brasil*, 1933
- *Tribuna Popular*, 1945
- *A Trincheira*, 1935
- *União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal*, 1933-1934
- *Unitivo Ferroviário*, 1936
- *Vanguarda Socialista*, 1945
- *A Verdade*, 1933
- *A Voz da Classe*, 1932-1935; 1940
- *A Voz da Mulher Trabalhadora*, 1932
- *A Voz do Graphico*, 1930-1932

Bibliografia

- ALEM, Silvio Frank. *Os trabalhadores e a "Redemocratização". Estudo sobre o Estado, Partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da Guerra e do Pós-Guerra imediato: 1942-1948*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1981.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Trabalho e cultura no Brasil*. Recife: ANPOCS; Brasília: CNPq, 1981.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. *A vitória da razão (?): o IDORT e a sociedade paulista*. Brasília: CNPq; São Paulo: Marco Zero, 1992.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro de. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1994.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro de (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo, Scritta, 1997.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "O dono da casa: Notas sobre a imagem do poder no 'mito Vargas'". *Religião e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 13/2, julho/ 1986.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de Araújo. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*, Tese de Doutorado em História, Université de Paris I, 1986.

_____. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República." *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.

BERNARDO, Antônio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do Fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/ Rio Fundo Ed., 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.

BRANDÃO, Berenice Cavalcante, MATTOS, Ilmar Rohloff de e CARVALHO, Maria Alice Resende de. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/ RJ, Série Estudos número 4, 1981.

- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*

- 1920/1964. São Paulo, HUCITEC, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a Polícia da era Vargas*. Brasília, Editora da UNB, 1993.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/ SEC, 1997.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, DIFEL, 1979.

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1982.

CARR, E. H. *A History of Soviet Russia*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF, 1986.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COELHO, Hercídia, GAETA, Maria Aparecida e GUIMARÃES, Dulce Maria. "Estado Novo, festa e memória." *História*. São Paulo, vol. 14, 1995.

CONNIFF, Michael L. *Rio de Janeiro during the great depression, 1928-1937: social reform and the emergence of populism in Brazil*. Stanford, Stanford University, Tese PhD, 1976.

_____. "Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 17, n° 1, february 1975.

CONTIER, Arnaldo D. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. Bauru, EDUSC, 1998.

CORSI, Francisco Luís. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo, UNESP/ FAPESP, 2000.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991.

DAGNINO, Evelina. *State and ideology: nationalism in Brazil; 1930-1945*. Stanford, Stanford University, Tese de Doutorado, 1985.

DECCA, Edgar S. de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo - 1889/1940*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

DEL ROIO, José Luiz. *1 ° de Maio*. São Paulo, Global, 1986.

DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário, 1934, 1951*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1990.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

- DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.
- DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *The brazilian corporative state and working-class politics*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania*. São Paulo: Ed. Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FORTES, Alexandre. “Buscando os nossos direitos...” *Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- FRENCH, John D. “The origin of corporatist State intervention in brazilian industrial relations, 1930-1934: A critique of the literature”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, n° 2, winter 1991.
- GACEK, Stanley A. *Sistemas de relações de trabalho: exame dos modelos Brasil-Estados Unidos*. São Paulo, Ltr, 1994.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo, Loyola, 1982.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- _____. “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil - Notas sobre a trajetória de um

conceito.” *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996.

GOMES, Angela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Brasília: CNPq; São Paulo: Marco Zero, 1990.

HALL, Michael M. “Corporatism, fascism and the origins of brazilian labor law”. Campinas, mimeo, 1996.

_____. “Immigration and the early São Paulo working class”. *Jahrbuch für geschichte von staat wirtschaft und gesellschaft Lateinamerikas*. Sonderdruck, 1975.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IANONI, Marcus. *O PCB e a revolução brasileira*. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1991.

IGNATIEFF, Michael. “Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, vol. 7, nº 14, março/ agosto 1987.

JESUS, Ronaldo Pereira de. “Integração e resistência sindical: 1930-1935.” In: ROLLEMBERG, Denise. *Que história é essa?* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

KOCHER, Bernardo. *Luto-luta - O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro: 1890-1940*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1987.

LACERDA, Aline Lopes de. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, jul/dez 1994.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986.

_____. *Nazismo - “O triunfo da vontade”*. São Paulo, Ática, 1986.

LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro,

Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos. Memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

LIMA, Maria Emília A. T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro, Access Editora, 1992.

LOPES, José Sergio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.

_____. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB, 1988.

LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MAIA, Fatima Chocron. *Desenvolvimento das idéias corporativas e sua influência no pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, Dissertação de Mestrado em Filosofia, 1990.

MANFRIM JÚNIOR, Moacyr. *Caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1998.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1979.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus*

- fundamentos sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- NAZÁRIO, Luiz. *De Caligari a Lili Marlene: cinema alemão*. São Paulo, Global, 1983.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- PAOLI, Maria Célia. "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno". *Estudos Avançados*, n° 7, vol. 3, 1989.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- PAULO, Heloísa. "O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, vol. 7, n° 14, mar/ago 1987.
- _____. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra, Livraria Minerva, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário." *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 15, n° 29, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Edições Símbolo, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília, Editora da UnB,

1982.

- SILVA, Angelo José da. *A crítica operária à revolução de 1930: comunistas e trotskistas*. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1996.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários da Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade - 1937-1968*. São Paulo:HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, Ática, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SNYDER, Francis & HAY, Douglas (ed.). *Labour, law and crime: an historical perspective*. London; New York, Tavistok Publications, 1987.
- SONTAG, Susan. *Sob o signo de saturno*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1986.
- TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.
- _____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981.
- WAACK, William. *Camaradas: os arquivos de Moscou: a história secreta da*

revolução brasileira de 1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

WOLFE, Joel. “‘Pai dos pobres’ ou ‘mãe dos ricos’? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954.” *Revista Brasileira de História*, n° 27, volume 14, 1994.

_____. “The faustian bargain not made: Getúlio Vargas and Brazil’s industrial workers, 1930-1945.” *Luso-Brazilian Review*, volume 31, n° 2, 1994.

WOOLF, Stuart. “Les cérémonies du fascisme”. MILZA, Pierre e ROCHE-PÉZARD, Fanette (orgs.). *Art et Fascisme*. Paris, Editions Complexe, 1989.